



Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia

ALANNA SOUTO CARDOSO

APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DA FAMÍLIA E
DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ
(1750-1790)

Belém
2008

ALANNA SOUTO CARDOSO

APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DA FAMÍLIA E
DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ
(1750-1790)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA).

Belém
2008

ALANNA SOUTO CARDOSO

APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DA FAMÍLIA E
DEMOGRAFIA HISTÓRICA DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ
(1750-1790)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: ___/09/ 2008

Banca Examinadora:

Professor Doutor Antonio Otaviano Vieira Júnior
(Orientador)

Professora Doutora Maria Luiza Andreazza
(DEHIS – Universidade Federal do Paraná)

Professor Doutor Rafael Chamboleyron
(DEHIS – Universidade Federal do Pará)

Dedico este estudo aos
meus pais, Ademar e Célia Souto Cardoso,
razão do meu sucesso nesta vida.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram, de diversas formas e cada uma a seu modo, para a realização deste trabalho. Agradecer-lhes é tarefa difícil e corro risco de, até mesmo, não dar conta.

Agradeço primeiramente a meus pais, meu chão e norte nesta vida, pelo apoio e pela compreensão durante a realização da pesquisa, relevando o mau humor ocasionado pelos “puxões de orelha” do orientador. Ainda no grupo familiar, não posso deixar de lembrar de meus irmãos, Alexandre, Carol e Alessandra, pela torcida e expectativa pela finalização do trabalho. Aos meus tios de alma, tio Souza e tia Antônia, por suas presenças marcantes e fundamentais nas conversas em família.

Minha gratidão e respeito ao Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Jr. pela orientação e por acreditar em meu trabalho desde a época em que foi examinador de minha monografia. Com ele aprendi, ou melhor, senti o rigor da disciplina e da organização, aspectos que ainda tenho muito a trilhar e fortalecer.

À Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin, minha orientadora na graduação, pelo exemplo e pelo incentivo acadêmico, pelas rápidas conversas na Associação das Universidades da Amazônia (UNAMAZ), quando aparecia para inquirir sobre esta pesquisa e, sobretudo, pela solidariedade em ajudar e esclarecer em que podia.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIS) da Universidade Federal do Pará, especialmente à Profa. Dra. Edilza Fontes pelo apoio na academia e pelas credibilidades profissional e política. A ela, meu carinho e afeto.

À minha especial gratidão às irmãs Nóvoas, Darlene e Claudinha, por sua fé, compreensão e força na minha história de vida.

A minha eterna gratidão aos meus queridos bolsistas e amigos, Regina, Eduardo e Alexandre, sem eles este trabalho não teria chegado à dimensão desejada.

A Rogério Santos, profissional valoroso, que construiu meu Banco de Dados e que me ajudou nas análises estatísticas. Apesar das diferenças, em termos de formação, conseguimos nos afinar no momento de elaborar as tabelas e os gráficos.

A Rosemiro Lopes pela competente revisão textual e pela normalização do trabalho.

Aos meus amigos de longa data e de outras vidas: Fê, Luiz Carlos, Rui Jr., Rafael Alcântara, Gabriel Gaya, Daniel Malcher, Edivânia Alves, Raquel Sobral, Micheline Penafort, Adriane Santana e João Colares.

Expresso, ainda, meus agradecimentos aos colegas de mestrado, em especial: à Marly Cunha, à Daniela Moura, ao Silvio Ferreira, ao Dawson Cangussu, à Andréa Pastana, ao Tony Leão, ao José Renato e ao Francivaldo Nunes.

À minha querida Eliana Pires de Almeida, figura fundamental e de suma importância para a finalização desta pesquisa, ajudando nos momentos decisivos, desde a revisão do Banco de Dados até a formatação gráfica.

Ao grupo espiritual *Tenda de Umbanda Luz do Oriente*, cujos ensinamentos me ajudam a evoluir e a desenvolver como ser humano e espírito. A essa casa e aos guias, minha fé e minha gratidão, saravá!

SUMÁRIO

RESUMO	11
ABSTRACT	12
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE GRÁFICOS	15
INTRODUÇÃO	16
1. OBJETO DE ESTUDO E HIPÓTESES DE TRABALHO	16
2. POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS	20
3. FONTES E MÉTODOS DA PESQUISA	26
1. CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DE UMA ELITE COLONIAL NA FREGUESIA DE CAMETÁ (1750-1790)	30
1.1 A IMPORTÂNCIA AÇORIANA NA COLONIZAÇÃO E NA FORMAÇÃO DE UMA ELITE COLONIAL NA CAPITANIA DO PARÁ	31
1.2 MORAIS BITTENCOURT: OS PODEROSOS DA CAMETÁ SETECENTISTA	54
1.3 ENGENHO CARMELLO DO CARAPAJÓ: UM PATRIMÔNIO EDIFICADO NO BAIXO TOCANTINS	64
2. CAPÍTULO 2: FOTOGRAFIA DEMOGRÁFICA DOS CABEÇAS DE FAMÍLIA DA CAPITANIA DO PARÁ, UM ESTUDO DO RECENSEAMENTO DE 1778	71
2.1 APRESENTAÇÃO DO RECENSEAMENTO DE 1778 DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ: AS CATEGORIAS SOCIOECONÔMICAS	72
2.2 IMPRESSÕES DO GRÃO-PARÁ SETECENTISTA (1778): PERFIL POPULACIONAL	81
2.2.1 Distribuição dos Cabeças de Família na Capitania do Pará	83
2.2.2 Composição dos Cabeças de Família Conforme Sexo, Estado e Etnia	91
2.2.3 Distribuição Conforme a Composição Familiar dos Cabeças de Família	95
2.2.4 Ofícios e Empregos dos Cabeças de Família	99
3. AS HIERARQUIAS SOCIAL-ÉTNICAS: POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DE RIQUEZA NA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ (1778)	108
3.1 AS ELITES COLONIAIS PARAENSES “SER RICO E TER POSSIBILIDADES”	109
3.2 A BASE DA SOCIEDADE COLONIAL PARAENSE	127
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
5. ESTUDO SOBRE FONTES	152
5.1 FONTES PRIMÁRIAS: DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DO PARÁ ..	152
5.1.1 Correspondências	152
5.1.2 Cartas Régias	167
5.1.3 Cartas de Sesmaria	168
6. REFERÊNCIAS	172

7. ANEXOS	178
7.1 INVENTÁRIO DE HILÁRIO MORAIS BITTENCOURT DE 1834	179
7.2 CABEÇAS DE FAMÍLIA COM MAIS DE UM DOMÍCÍLIO	181
7.3 OFÍCIOS DOS CABEÇAS DE FAMÍLIA DE POSSIBILIDADE POBRE	185
7.4 RELATÓRIO POR FREGUESIA	187
Quadro 1: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São João de Vila de Cametá	187
Quadro 2: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família Ricos da Freguesia de São João da Vila de Cametá	188
Quadro 3: Número de Cabeças de Família Remediados da Freguesia de São João da Vila de Cametá	189
Quadro 4: Numero de Cabeças de Família Pobres da Freguesia de São João da Vila de Cametá	190
Quadro 5: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Sé	191
Quadro 6: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família Ricos da Freguesia da Sé	192
Quadro 7: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família Remediados da Freguesia da Sé	193
Quadro 8: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família Pobres da Freguesia da Sé	194
Quadro 9: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família de Possibilidade Inteira da Freguesia da Sé	195
Quadro 10: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Nossa Senhora do Lugar de Santarém	196
Quadro 11: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de São Caetano do Lugar de Odivellas	197
Quadro 12: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de São Jozé do Lugar de Cerzedêllo	198
Quadro 13: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia da Villa de Arrayollos	198
Quadro 14: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia da Villa de Alenquer	199
Quadro 15: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de São Francisco Xavier do Lugar de Outeiro	199
Quadro 16: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de Almerim	200
Quadro 17: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de Azevedo	201
Quadro 18: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de Azevedo	202
Quadro 19: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de Óbidos	203
Quadro 20: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Monte Alegre	204
Quadro 21: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Santo Antonio do Lugar de Bayão	205
Quadro 22: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Santo Antônio do Lugar de Bayão	206
Quadro 23: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Beja	207
Quadro 24: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Santo Ignácio da Villa Boim	208

Quadro 25: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Freguesia de Cajari	208
Quadro 26: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Villar	209
Quadro 27: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São João Baptista da Villa de Faro	210
Quadro 28: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Jozé da Villa de Pinhel	211
Quadro 29: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família, com Posse de Escravos, da Freguesia de São Francisco da Vila de Chaves	212
Quadro 30: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia Ponta de Pedras	214
Quadro 31: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Vilarinho do Monte	215
Quadro 32: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Francisco da Villa de Veiros	216
Quadro 33: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São João Baptista da Villa de Pombal	217
Quadro 34: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Francisco Xavier da Villa de Souzel	217
Quadro 35: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São João Baptista da Villa de Conde	218
Quadro 36: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Nossa Senhora do Rosario da Villa de Monforte	219
Quadro 37: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia do Lugar de Fragozo	219
Quadro 38: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Villa de Espozende	219
Quadro 39: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Nossa Senhora da Assumpção de Villa Franca	220
Quadro 40: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família de Alter do Chão	220
Quadro 41: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Villa de Salvaterra	221
Quadro 42: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Francisco Xavier do Lugar de Barcarena	222
Quadro 43: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Vilarinho do Monte	223
Quadro 44: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Soure	224
Quadro 45: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Santana	225
Quadro 46: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família de Possibilidade Pobre da Freguesia de Santana	226
Quadro 47: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família de Baixa Possibilidade Remediada da Freguesia de Santana	227
Quadro 48: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família Ricos da Freguesia de Santana	228
Quadro 49: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Bragança	229
Quadro 50: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Colares	230
Quadro 51: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Lugar de Benfica	231
Quadro 52: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Irituia	232

Quadro 53: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Ourém	233
Quadro 54: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Porto Salvo	234
Quadro 55: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Rio Acará	235
Quadro 56: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Rio Bujaru	236
Quadro 57: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Rio Capim	237
Quadro 58: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Rio Guamá	238
Quadro 59: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Penha Longa	239
Quadro 60: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Miguel	240
Quadro 61: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Vigia	241
Quadro 62: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Abaeté	242
Quadro 63: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Igarapé Miri	243
Quadro 64: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Moju	244
Quadro 65: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Monsarás	245
Quadro 66: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Domingos	246
Quadro 67: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Conceição da Villa de Portel	247
Quadro 68: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Villa de Santarém	248
Quadro 69: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia da Villa de Oeyras	249
Quadro 70: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Braz da Villa de Porto de Moz	250
Quadro 71: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Santo Antônio da Villa de Gurupá	251
Quadro 72: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de São Miguel da Vila de Melgaço	252
Quadro 73: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Cachoeira do Rio Arary	253
Quadro 74: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Mazagão	254
Quadro 75: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Vistoza	255
Quadro 76: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Rosário El Rey	256
Quadro 77: Perfil Sociodemográfico dos Cabeças de Família da Freguesia de Macapá	257

RESUMO

Na História do Brasil Colônia, a família apresentou-se como uma instituição fundamental, tendo em vista a relevância de suas funções, socioeconômicas e políticas, no decorrer desse período. Observa-se que os historiadores da família no Brasil estiveram voltados para a região sudeste, em especial a sociedade paulista, e poucos têm direcionado seus estudos para outras regiões, nitidamente aquelas onde se desenvolveram sociedades não diretamente vinculadas ao setor exportador da Colônia e as que não receberam grande contingente de migrantes estrangeiros. É sabido também que os estudos da família quando associado à demografia histórica na Capitania do Pará não conseguiram resultados mais detalhados do que a identificação de estatísticas aproximativas da distribuição de homens e mulheres de diferentes categorias étnico-sociais. É nesse sentido que esta dissertação, por meio do Recenseamento de 1778 da Capitania do Pará e da análise da trajetória da família de elite Moraes Bittencourt (1750-1790), pretende delinear as elites e as hierarquias sociais na sociedade paraense.

Palavras-Chave: Elite, Amazônia, Demografia Histórica.

ABSTRACT

In the History of Brazil Colony, the family had been presented as a basic institution, in view of the relevance of its functions, social, economics and politics, along of this period. It is observed that the historians that research about family in Brazil had been come back toward the Southeastern region, in special the São Paulo society, and few have directed its studies for other regions, clearly those regions where they had been developed societies had not directly entailed to the exporting sector of the Colony and the societies that not received great contingent from foreign. It is also known that the studies of the family, when associated to the historical demography in the Captainship of Grão-Pará, had not obtained more resulted detailed of what the identification of approach statisticians of the distribution's men and women of different ethnic-social category. It is in this direction that this dissertation, by means of the census of 1778 of the Captainship of Grão-Pará and the trajectory's analysis of the elite family Morais Bittencourt (1750-1790), intends to delineate the elites and social hierarchies in the society of Pará.

Key-Words: Elite, Amazonia, Historical Demography.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Composição geral dos <i>Cabeças de Família</i> na freguesia de Cameté	60
Tabela 02: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho do Plantel da freguesia de Cameté	62
Tabela 03: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho Domiciliar da freguesia de Cameté	63
Tabela 04: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> na Capitania do Pará	84
Tabela 05: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> da Capitania do Pará por Sexo	91
Tabela 06: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> Segundo a Etnia	93
Tabela 07: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> por Sexo e por Estado da Capitania do Pará	94
Tabela 08: Composição Geral do Estado por Indivíduos Relacionados aos <i>Cabeças de Família</i>	96
Tabela 09: Distribuição do Tamanho dos Domicílios dos <i>Cabeças de Famílias</i> da Capitania do Pará	97
Tabela 10: Estatística Descritiva para as Variáveis Total de Indivíduos por Cabeça, Nº de Escravos, Nº de Soldadados e Total de Membros da Família (Filhos, Mulheres, Parentes e Agregados)	98
Tabela 11: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> da Capitania do Pará por Ofício	101
Tabela 12: Distribuição dos <i>Cabeças de Família</i> da Capitania do Pará pelo Emprego	103
Tabela 13: Composição por <i>Cabeças de Família</i> Conforme Emprego de Militar por Freguesia	105
Tabela 14: Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira por <i>Cabeças de Família</i> nas Freguesias	114
Tabela 15: Ofícios e Empregos dos Militares	118
Tabela 16: Composição e Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira dos <i>Cabeças de Família</i> no Capitania do Pará Conforme o Sexo	118
Tabela 17: Composição e Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira dos <i>Cabeças de Família</i> no Capitania do Pará Conforme a Qualidade	119
Tabela 18: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado, Etnia e Possibilidade (Rico e Inteira)	120
Tabela 19: Possibilidade Inteira e Rico Conforme Estado, Sexo e Etnia por Tamanho Domiciliar	122
Tabela 20: Distribuição de Mulheres <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado de Ricas por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	124
Tabela 21: Distribuição de Homens <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado do grupo de Ricos por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	125
Tabela 22: Distribuição de Mulheres <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado do grupo de Possibilidades Inteiras por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	126
Tabela 23: Distribuição de Homens <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado de Possibilidades Inteiras por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	126
Tabela 24: Distribuição de Pobres e de Remediados por <i>Cabeças de Família</i> nas Freguesias da Capitania do Pará	128
Tabela 25: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados <i>Cabeças de Famílias</i> na Capitania do Pará Conforme o Sexo	129
Tabela 26: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados Inteira <i>Cabeças de Família</i> na Capitania do Pará Conforme a Etnia	131
Tabela 27: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado e Etnia dos Remediados	133

Tabela 28: Distribuição de Mulheres <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado de Remediados por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	134
Tabela 29: Distribuição de Homens <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado de Remediados por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	136
Tabela 30: Etnia, Tamanho Domiciliar, Estado e Sexo (Remediada)	137
Tabela 31: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado e Etnia dos Pobres	139
Tabela 32: Etnia, Tamanho Domiciliar, Estado e Sexo (Pobre)	142
Tabela 33: Distribuição de Mulheres <i>Cabeças de Família</i> Conforme Qualidade, Estado de Pobres por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	144
Tabela 34: Distribuição de Homens <i>Cabeças de Família</i> Conforme Etnia, Estado do grupo dos Pobres por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gráfico de Pareto para Explicação da Distribuição de <i>Cabeças de Famílias</i> na Capitania do Pará	90
Gráfico 02: Percentual de Ocorrência Segundo a Variável Sexo	91
Gráfico 03: Pirâmide Populacional Relacionada ao Sexo e à Situação Local dos <i>Cabeças de Famílias</i>	92
Gráfico 04: Gráfico de Pareto para a Ocorrência dos Ofícios mais Praticados na Capitania do Pará pelos <i>Cabeças de Famílias</i>	102
Gráfico 05: Gráfico de Pareto para a Explicação das Ocorrências de Tipo de Emprego na Capitania do Pará pelos <i>Cabeças de Família</i>	105
Gráfico 06: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados <i>Cabeças de Família</i> na Capitania do Pará Conforme o Sexo	130

INTRODUÇÃO

1. OBJETO DE ESTUDO E HIPÓTESES DE TRABALHO

O tema desta dissertação é oriundo do período de iniciação científica (2002-2004) no qual, como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq), a autora participou do Projeto Integrado *Colonos, Camponeses, Sítiantes e Fazendeiros no Pará dos séculos XVIII e XIX*, coordenado pela Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Universidade Federal do Pará). Nesse projeto, inicialmente foi desenvolvido o Plano de Trabalho *Demografia nas Vilas de Moju, Guamá e Acará no Período Colonial*; e posteriormente, o *Agricultura e Escravidão em Cameté no Período Colonial (1750-1838)*.

Esses planos foram embasados pelos pressupostos da História Agrária e da História Demográfica. A primeira foi essencial para explicar as “relações de produção e as tipologias agrárias (ager/saltus, terras enfeudadas/alódios, *enclosures*/campos abertos, fazenda/*plantation* etc.)”, associada à reflexão, conforme Cardoso (1970), das “diferentes modalidades históricas de organização e exploração da força de trabalho (coletivismo tribal, sistema *tributário ou asiático*, escravidão, servidão, trabalho assalariado e outros)”. A segunda – ao complementar a outra – contribuiu para chegar ao trabalho aqui dissertado, especialmente porque a demografia histórica entende os fenômenos de distribuição de grupos de população no espaço como produto de uma teia complexa de decisões individuais e coletivas, na qual as variáveis demográficas são analisadas como variáveis históricas, sociais e econômicas.

Nesse sentido, a literatura historiográfica agrária e a demografia histórica contribuíram para subsidiar as primeiras inquietações, surgidas durante o estudo sobre as fontes primárias da economia agrária da freguesia de Cameté e das correspondências em geral do período colonial com o governo. Essas correspondências evidenciaram a participação e a intervenção de uma importante família (Morais Bittencourt) nas questões socioeconômica e militar do Vale do Tocantins. O estudo dessa família resultou na monografia *Família de Elite: “Os Morais Bittencourt” e a Economia Agrária na Cameté Setecentista (1750-1790)*.

Inicialmente, foram descritas e analisadas as atividades empreendidas pela família Morais Bittencourt¹ durante o processo de evolução agrária de Cametá, a partir do século XVIII, quando se desenvolveram os acontecimentos que nortearam a economia do Vale do Tocantins, região em que se localiza a freguesia de Cametá, especialmente pela fertilidade do solo da região, pelo clima e pelo valor do açúcar exportado do Pará para a metrópole. Nesse cenário, os colonos portugueses do Vale do Tocantins empreitaram o *plantation* da cana-de-açúcar e também grandes lavouras de cacau.

Os colonos portugueses engajaram-se nesta empreitada principalmente porque, consoante Ângelo-Meneses (1998, p. 13), a "experiência agrária de Marquês de Pombal desponta como uma política de substituição das drogas do sertão, objetivando desenvolver atividades agropecuárias e industriais". Portanto, foi com a criação da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão por Pombal, em 1755, e com a liberdade do indígena, no mesmo ano, que a mão-de-obra negra tornou-se definitivamente o principal braço escravo para a lavoura. Pretendia-se, com isso, integrar o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao mercado mundial, por isso a necessidade da mão-de-obra para que os grandes proprietários pudessem realizar uma produção de caráter mercantil em maior escala.

O Recenseamento de 1778² mostra, na vila de São João Batista de Cametá, o perfil da riqueza e da pobreza nesta localidade (ver Anexo 7.4), que se destaca também pela sua significativa quantidade de escravos (1641). Salles (1988, p. 29) postula que a freguesia de Cametá destaca-se como uma das regiões com significativa "nucleação africana". Domingues (2000, p. 61) ressalta que "apesar da grande intensificação desta mão-de-obra no estado Grão-Pará, mesmo aqui, ela é diminuta e que se encontrava concentrada, sobretudo, em Belém, Macapá, Vila Vistoza, Mazagão, Cametá e Bragança".

Desse modo, Cametá aparece entre os seis municípios de maior concentração de escravos negros. Reflexo da realidade dessa região, no período analisado, como um dos principais lugares ricos em lavoura e em engenhos, daí a concentração de negros usufruída por famílias abastadas, sobretudo os Morais Bittencourt e seu famoso engenho do Carmello.

¹ O sobrenome Bittencourt irá aparecer na documentação da época com diversas variações. As formas mais recorrentes são: Bittencourt, Bitencourt, Bittancourt e Bitancourt. Neste trabalho, optou-se pela forma Bittencourt.

² 7505 - Junho, 22, Barcelos [Rio Negro] - João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das Capitanias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. Anexos: Mapas. AHU_ACL_CU_013, CX.94, D. 7509 (Projeto Resgate).

Nesse período destaca-se, também, a participação de diversas famílias interferindo na economia local e nas relações de trabalho. Contudo, optou-se por evidenciar, na monografia supracitada, a trajetória dos Moraes Bittencourt como uma importante família de elite que detém um grande poder político e patrimonial. Na freguesia de Cametá, ela influenciou a estrutura socioeconômica, como revelam diversas fontes da era colonial; e destacou-se pela posse de grandes extensões de terra dedicada, inicialmente, ao cultivo de cacau e, posteriormente, ao de cana de açúcar.

Foram analisados, portanto, mecanismos utilizados pelos membros dessa família para se manterem no topo da hierarquia social do período, tais como ocupação de importantes cargos, públicos e militares, o patrimônio familiar, posses de terra, além de sua interação com as atividades agrícola-comerciais na localidade e suas relações com a corte portuguesa.

A atual pesquisa focaliza ainda a família Moraes Bittencourt e a região de Cametá e procura traçar e analisar, com mais rigor, os mecanismos de manutenção de poder dessa família que, segundo as fontes primária e bibliográfica do período, ultrapassam os limites do Vale do Tocantins.

Em princípio procurou-se apenas configurar, a partir do debate da história da família, dos estudos sobre as elites e as ferramentas da Demografia Histórica, o perfil de riqueza da freguesia de Cametá, devido a sua importância histórica, apontada anteriormente. Buscou-se, então, delinear o trajeto da família Moraes Bittencourt e inseri-la em uma análise maior sobre as estruturas de apropriação de riqueza na freguesia cametaense, por meio do Recenseamento de 1778 dessa localidade, na época concedido pela historiadora Euda Veloso.

Portanto, a História dos Moraes Bittencourt não é apenas o objeto da narrativa, mas o pretexto, como vai ser visto ao longo do trabalho, para a reconstituição socioeconômica da população da Capitania do Grão-Pará. Assim como a história de outros “personagens” anônimos: “o Martin Guerre de Natalie Davis; a abadessa teatina Benedetta Carlini, estudada por Judith Brown; o pároco de Santena, Giovan Battista Chiesa, estudado por Giovanni Levi. Histórias algo novelesca, decerto, mas que (...) situam-se além ou aquém de ficção” (VAINFAS, 2002, p. 79).

A participação no *II Simpósio Internacional de História da Amazônia – Entre Mares, Matas e Rios: Amazônias e Áfricas*³, com a comunicação *Mulheres “Cabeças de Família”, Elites e Hierarquias Sociais na Freguesia de Cameté – através do Recenseamento de 1778*, demonstrou a precariedade e a escassez dos recenseamentos, cuja maioria encontra-se na reserva técnica do Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP).

Felizmente, Moema Bacelar Alves concedeu seus Mapas da família do Pará de 1778 gravados em um CD-ROM. Imediatamente, percebeu-se que se tratava do Recenseamento de 1778 das freguesias do Estado do Grão-Pará, realizado também em Cameté, e já utilizado como fonte desta pesquisa. Constatou-se também que tal documento estava no meio dos registros do Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), ignorado pela maioria dos pesquisadores interessados na temática. A partir deste recenseamento, focalizou-se o Estado do Grão-Pará como um todo.

O Recenseamento de 1778 já foi, parcialmente, estudado pelas pesquisadoras Kelly (1984), Acevedo Marin (1995; 2004) e Veloso (1998). Todas atentaram sobre os poucos estudos realizados no âmbito da demografia histórica regional. A maior parte dessas informações, encontrava-se, até a década de 1980, “praticamente inéditas e fora dos Arquivos de Belém e Manaus”, ressalta Veloso (op. cit., p. 7).

A Demografia Histórica vinculada à agricultura no Estado do Grão-Pará não conseguiu resultados mais detalhados do que a identificação de estatísticas aproximativas da distribuição de homens e de mulheres de diferentes categorias étnico-sociais. Existem escassas informações sobre as mudanças na composição da população escrava inserida no processo de produção agrícola, bem como sobre os fatores ligados a essa produção, isto é, acesso à terra, à capital, à mão-de-obra e à técnicas de produção.

Essa lacuna é mais acentuada em relação às unidades menores como os denominados *Lugares de Índios*, pois apesar de termos diversas listas, a Historiografia não deu conta de explicar os processos demográficos mais gerais como população e mortalidade. As unidades de análise necessitam, igualmente, ser intensificadas com o refinamento de suas características básicas: grupos por idade e sexo, estruturas de famílias, entre outras⁴.

³ Ocorrido entre 26 de novembro e 1º de dezembro de 2006.

⁴ *Colonos, Camponeses, Sitiantes e Fazendeiros no Pará dos Séculos XVIII e XIX*, Projeto de Pesquisa (PIBIC/CNPq) coordenado pela Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. *Demografia das Vilas de Moju, Guamá e Acará no Período Colonial*, Plano de Trabalho desenvolvido, em 2002, pela Bolsista Alanna Souto Cardoso.

Este trabalho está dividido em três capítulos que dialogam com a Demografia Histórica. O primeiro – *A Trajetória de uma Elite Colonial na Freguesia de Cameté (1750-1790)* – retrata, no âmbito da História da Família, a família de elite Morais Bittencourt (1750-1790); o segundo – *Fotografia Demográfica dos “Cabeças de Família” da Capitania do Pará, um Estudo do Recenseamento de 1778* – procura fotografar a população paraense de 1778; o terceiro – *As Hierarquias Social-Étnicas: Possibilidades de Apropriação de Riqueza na Capitania do Grão-Pará (1778)* – delinea as possibilidades de apropriação de riqueza do Estado do Grão-Pará, por meio do recenseamento supracitado. Buscou-se, sobretudo, verificar e demonstrar como se constituíam as elites do Grão-Pará, ricos e possibilidade inteira⁵, a camada intermediária, representada pelos remediados e a massa de pobres. Nesse sentido, há necessidade de associar a etnia a essas categorias, o que resulta nas hierarquias social-étnicas observadas no Estado do Grão-Pará.

Quem eram essas elites? Quais suas similitudes e diferenças com a categoria socioeconômica intermediária? O que constituía pobreza e riqueza na sociedade em estudo? Esta dissertação procura responder esses questionamentos, para tanto é preciso estabelecer critérios e combinar variáveis.

2. POSSIBILIDADES HISTORIOGRÁFICAS

Para melhor compreender as problematizações feitas neste estudo, bem como da forma pela qual foram desenvolvidas as análises nele presentes, é preciso apresentar os pressupostos teóricos que o sustentam.

Durante o período Colonial no Brasil, desde os seus primórdios, a colonização assentou-se sobre uma estrutura de bases agrárias, latifundiárias e escravistas, alicerçadas pelos grandes clãs familiares (FREYRE, 2003). Freyre (op. cit.), Candido (1951) e Holanda (1982) postularam um conceito de família patriarcal que pretendia descrever as famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história. Essa família, de acordo com os autores, caracterizava-se por grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento.

⁵ Categorias declaradas no item *Aplicações do Cabeça de Família no Recenseamento de 1778*.

No entanto, é importante ressaltar o re-posicionamento das pesquisas contemporâneas a respeito do retrato da família patriarcal apresentada por esses autores clássicos, que defendem a idéia de família patriarcal como uma concepção única e genérica da família brasileira, por meio de um “tipo fixo” (SAMARA, 1987, p. 30), que “se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção - engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café” (CORRÊA, 1993, p. 15). Desse modo, critica-se a descrição homogênea feita do espaço das relações sociais no Brasil colonial, bem como a ênfase no modo de ocupação do território pela lógica do engenho ou da fazenda de grande porte.

Assim, a forma como se configuram as relações entre brancos e negros, sob a autoridade do senhor branco, proprietário e chefe de família, é analisada pelo parâmetro patriarcal construído na historiografia freyriana. Outro fator relevante é o de localizar a mulher (branca, negra, índia, entre outras) no conjunto de papéis, hierarquicamente, posicionado para os atores da trama cotidiana entre casa e senzala.

Dessa forma, uma situação que corresponde a uma realidade de um determinado tempo e espaço é convertida como matriz para a sociedade colonial inteira, no período que se estende do século XVI ao XIX, de acordo com aqueles autores clássicos. Samara (1987, p. 31) observa que tal perspectiva não corresponde “estruturalmente a família paulista, assim como de outras áreas do sul do país, mostrou-se diferente daquela descrita por Freyre na região de Lavoura Canavieira do Nordeste”.

O contraponto da família patriarcal arraigada na narrativa do pensamento social vem sendo produzido por pesquisas que contestam uma organização de família aplicável aos vários segmentos sociais. Samara (op. cit., p. 10) revela “a existência de outros tipos de relações entre sexos” e a “distância entre a norma e a prática social”. A dominância da moralidade patriarcal que os estudos clássicos acreditavam existir também foi desmontada por novos olhares sobre os dados. Com isso, “para o conjunto da população, foram desvendados comportamentos, atitudes e valores que divergiam do ideal concebido no modelo de família patriarcal”.

Na verdade, coloca-se em dúvida a validade deste modelo de família patriarcal mesmo restringindo-a histórica e regionalmente. Somente a pesquisa documental, no padrão atual da produção historiográfica, poderia esclarecer se áreas como Pernambuco e Bahia conheceram, de fato, o patriarcalismo ou a família extensa.

Contudo, pode ser admitido o predomínio desse tipo de família no Brasil, como bem reflete Almeida (2001, p.4) ao dizer que Freyre (op. cit.) não falava de um “modelo” e sim de uma mentalidade que ultrapassava, de longe, o âmbito da família biológica e institucional, para se arraigar nas entranhas da própria sociedade colonial, com repercussões até os dias de hoje. Quanto às pesquisas daqueles que se manifestaram impassivelmente contra Freyre (op. cit.), a autora diz que eles apresentam uma justificativa estritamente quantitativa – as famílias institucionais estudadas na história da região Sudeste não eram tão amplas quanto dizia Freyre, parecendo mais famílias nucleares modernas.

Almeida (op. cit., p. 4) aponta três outros argumentos:

1) as mulheres separavam-se dos maridos com certa frequência; falou-se até de “divórcio” no sentido que lhe é dado atualmente; 2) havia muitos filhos ilegítimos, bastardos; 3) as mulheres viúvas ou na ausência do marido assumiam papéis de mando nos empreendimentos da família, de liderança, de cabeça de casal. De tudo isso adviria a conclusão de que aquela família patriarcal de Freyre era um “modelo” antigo, próprio apenas do Nordeste atrasado, enquanto no Sudeste, por causa destas características citadas, teria havido desde a Colônia, uma família mais próxima da moderna.

A partir de uma publicação de Febvre, em 1942, um livro sobre Rabelais, que Almeida analisa, em certa medida, pode-se sustentar que Freyre (op. cit.) falava de uma “mentalidade”. Porém, o seu conceito de “instrumental mental” já estava elaborado em artigo de 1938, quando ele propunha, como mostra Almeida (op. cit., p. 5):

(...) inventariar, primeiro em pormenor, depois reconstituir em relação à época estudada o material mental de que dispunham os homens dessa época; por um poderoso esforço de erudição, mas também de imaginação; reconstituir o universo, todo o universo físico, intelectual, moral no meio do qual se moveu cada uma das gerações que o precederam...

Foi a partir de Le Goff que a definição da mentalidade relacionada ao cotidiano, à irracionalidade, aos arcaísmos, à afetividade e ao inconsciente, que um determinado homem tem em comum com outros de sua época, “unia o rei francês São Luís e o camponês de seus domínios” (NORA; LE GOFF, 1988 apud ALMEIDA, op. cit., p. 5). Contra esse conceito, falou-se de “mentalidade interclassista” com a perspectiva de que esses atos mais irrefletidos e automáticos sempre seriam diferenciados conforme a classe social.

Pensar a família patriarcal como uma mentalidade, seguindo a concepção teórica de Almeida (op. cit., p. 9), incorporando os historiadores clássicos, permite integrar a história da família à história da sociedade brasileira, consorciando o espaço privado e o público, tal como se combinaram no Brasil tradicional. Ou seja,

inserindo o estudo da parte - a família - na totalidade do social. Confrontando a evolução da parte com o todo, a sociedade brasileira, cujas determinações históricas nem de longe se esgotam no espaço geográfico do país. Além disso, permite perceber como toda a atual modernização material parcial do país não consegue eliminar as idiosincrasias nacionais, as nossas” mais belas tradições “, que apenas mudam de roupagem para renascer vigorosas. Ou seja, permite perceber que a modernidade da mentalidade não viaja no mesmo tempo cronológico que os bens materiais, que a mentalidade tem raízes profundas na cultura nacional, que por sua vez tem na memória a estrutura de classes que formou a nação, ou seja, os homens proprietários, os escravos e os homens livres pobres e dependentes dos proprietários.

Os novos rumos sobre a pesquisa da família no Brasil Colonial mostram uma “sociedade multifacetada, móvel, flexível e dispersa” (CORRÊA, op. cit., p. 22), rompendo com a descrição tradicional quanto ao estreitamento dos sujeitos históricos e às relações da organização da casa e da família na colônia brasileira.

É nesse sentido que esta dissertação procura refletir sobre as famílias na freguesia de Cameté, em especial a Moraes Bittencourt, além do modelo da família patriarcal – embora parta dessa mentalidade para entendê-la, por meio de suas práticas no cotidiano, observando suas relações socioeconômicas, de trabalho e de gênero. A partir dessa perspectiva, pretende-se verificar a trajetória dessa importante e “abastada” família, enquadrada no grupo de elite da Cameté setecentista, confrontando, sobretudo, com a expansão da economia agrícola na região.

Para Samara (op. cit.), a família de elite configura-se tanto nas áreas exportadoras quanto ocupadas com o abastecimento interno. Portanto, a terra era privilégio e estava concentrada em poucas famílias que representavam a "nobreza colonial". A posse da terra e de escravos significava prestígio e poder, de forma que as alianças matrimoniais entre a elite garantiam a continuidade desse modelo.

Os “nobres” asseguravam a manutenção e a continuidade de sua descendência por meio do culto da memória de seus ancestrais e da garantia do futuro por meio de casamentos convenientes e de estratégias de herança. Seu objetivo principal era a grande propriedade, valorizada não só por conferir prestígio, mas também por que era o modo mais seguro de sustentar a vida nobre. A condição de nobreza podia alicerçar-se em morgados ou em participações em ordens militares, mas era também uma questão de atitudes e de valores.

Nos dois últimos capítulos do trabalho, recorre-se à Demografia Histórica de Henry (1977) e de Marcílio (1986), bem como às reflexões e aos debates semeados no *Grupo de Pesquisa Demografia e História* da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Essa perspectiva teórica foi debatida no *Seminário Nacional Demografia e História*, realizado em março de 2007, na UFPA, em que se discutiu amplamente a produção historiográfica do tema, suas técnicas e métodos de análise.

Os pesquisadores Sérgio Odilon Nadalin (UFPR/Coordenador do Grupo), Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS/Núcleo de Estudos de População), Carlos de Almeida P. Barcellar (USP), Maria Silvia C. Beozzo Bassanezi (Universidade Estadual de Campinas/NEPO), Tarcísio Botelho (PUC-MG), Pedro Eduardo Teixeira (UNESP) e Antônio Otaviano Vieira Jr. (UFPA) debruçaram-se sobre a temática com intuito de suscitar questões e possibilidades de análise concernentes aos estudos da Demografia Histórica no Pará e na Amazônia.

Para Marcílio (1970, p. 19), a Demografia Histórica é fundamental para a compreensão do historiador em relação à diversidade populacional de um país, estado e localidades em geral, especialmente para

os países da América Latina, e particularmente o Brasil onde a documentação conservada em arquivos públicos ou particulares, quando organizada, mantém a concepção arquivística-histórica do século passado e a valoração documental de métodos de há muito ultrapassados, a publicação de catálogos simples, e melhor do que estes, de catálogos críticos de dados disponíveis para uma história, que corresponda às atuais concepções e orientações da pesquisa, ganha especial importância e atualidade, auxiliando sobremaneira o pesquisador.

Tal fato comprova-se pela necessidade, cada vez mais crescente, de análises demográficas, principalmente as que articulam os processos populacionais com indicadores das relações sociais – como nesta pesquisa em que se faz uma análise estrutural. Existe, consoante Nadalin (2004, p. 72-3), uma história das populações (ou da população que é o caso deste estudo), que inclui no seu campo uma História Demográfica e/ou uma Demografia Histórica. Pode-se até propor “uma histórica antropológica das populações, uma demografia econômica retrospectiva, uma etno-demografia (...) disciplinas que se abrem conforme nossas necessidades metodológicas, relacionadas às especificidades do nosso objeto”.

É importante fazer, rapidamente, algumas analogias e distinções a respeito dos estudos em História da População e Demografia Histórica que, antes de qualquer antagonismo, são complementares. Bassanezi; Bacellar; Scott (2006, p. 2) explicam essa questão reportando-se ao demógrafo português Joaquim Manuel Nazareth:

Enquanto a História da População procura refletir sobre os dados existentes acerca do estado e dos movimentos das populações do passado, a Demografia Histórica define-se, sobretudo, a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado. A História da População limita-se à utilização dos dados demográficos para explicar o passado numa perspectiva de dinâmica social. Sempre foi uma preocupação dos historiadores, desde que a História se afirmou como disciplina autônoma, conhecer o estado das populações e dos seus movimentos ao longo do tempo, de forma a compreender certos acontecimentos e as suas conseqüências econômicas e sociais. Antes do aparecimento da Demografia Histórica, a História da População utilizava predominantemente dados brutos recolhidos diretamente nas fontes manuscritas ou indiretamente nas fontes impressas. Posteriormente, com o desenvolvimento dos resultados obtidos pela Demografia Histórica, a História da População passou a utilizar indicadores mais sofisticados.

Bassanezi; Bacellar; Scott (op. cit.) explicam que essa produção ampla, diversificada e qualitativa, deixa transparecer certos impasses e discussões ainda em aberto, alguns dos quais refletem debates correntes no contexto internacional, enquanto outros são específicos à realidade brasileira. As polêmicas passam por questões como a própria definição dos campos e dos limites da Demografia Histórica, da História Demográfica, da História da População e da História da Família. Dizem respeito, também, à escolha do espaço e do período de análise, à problemática da mobilidade da população, à dificuldade de transposição e uso de modelos teórico-metodológicos criados para outras realidades, à deficiência de aplicação dos recursos técnicos e, até mesmo, à escassez do diálogo internacional e interdisciplinar.

Os autores ressaltam que, de fato, são poucos os estudos que privilegiam a análise demográfica do passado, diante dos numerosos trabalhos voltados para o estudo da população atual. Temas como a história da família, da criança e da mulher, a análise das estruturas do parentesco, da sociabilidade, do patrimônio familiar, da composição da força de trabalho com ênfase na mão-de-obra escrava e da imigração são amplamente dominantes, levando Bassanezi; Bacellar; Scott (op. cit., p. 4) a declararem que a Demografia Histórica Brasileira “passou por um processo de ‘transbordamento’ em relação aos limites tradicionais da disciplina”.

No entanto, os estudos oriundos desse “transbordamento”, salvo raras exceções, dificilmente arriscam-se por uma proposta de análise demográfica estrita, seja pela aplicação das técnicas e dos métodos já existentes, seja pela criação de novos procedimentos metodológicos, fundamentados nas peculiaridades das fontes documentais brasileiras.

Tal deficiência dificultou a ampliação do conhecimento do comportamento demográfico retrospectivo, seus condicionantes e suas implicações recíprocas. Bassanezi; Bacellar; Scott (op. cit.) observam que grande parte dos trabalhos publicados enfatizou a aplicação de métodos estatísticos básicos aos dados brutos, muitas vezes sem recorrer aos testes que permitem avaliar a confiabilidade e a consistência das fontes.

Os autores dizem ainda que grande parte das propostas concernentes à tipologia de sistemas demográficos concentra-se no eixo São Paulo-Minas Gerais-Paraná-Rio de Janeiro, e na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. Esse fato explica-se pela recorrência de listas nominativas para o intervalo entre 1765 e 1836.

A bibliografia disponível incentiva, portanto, pesquisas e análises no campo da Demografia Histórica, especialmente, em regiões que carecem desse tipo de estudo, tal qual a Amazônia colonial, a fim de preencher não somente as lacunas existentes na Demografia Histórica Regional, mas também para melhor compreender o processo de formação da Demografia Histórica Brasileira.

É nesse bojo teórico que esta pesquisa parte rumo ao regime colonial, a fim de colaborar para os estudos de História da Família e Demografia Histórica no Estado do Grão-Pará.

3. FONTES E MÉTODOS DA PESQUISA

No que se refere ao primeiro capítulo do trabalho, ele foi desenvolvido, principalmente, a partir das correspondências de diversos com o governo e de cartas de sesmaria, localizadas no acervo do APEP, que revelam aspectos e atividades da família Morais Bittencourt para o período em estudo (1750-1790).

O diálogo entre as fontes e a historiografia⁶ permite verificar as posses desta abastada família, que se destacou por suas posses, especialmente o engenho do Carmello, cujas terras ultrapassavam os limites da freguesia de Cameté, por um numeroso plantel e por um grande tamanho domiciliar. Além de ser beneficiada por altas patentes militares, concedidas pelo Governo metropolitano.

⁶ Ver: Nogueira Silva; Pompeu Amorim (1999) e Angelo-Meneses (1998).

Tal documentação foi dada como inexistente até mesmo nos arquivos de Cameté – onde se concentra o foco da família Morais Bittencourt – o que deixou algumas lacunas no trabalho, pois não foi possível sequer esboçar uma genealogia e nem conferir a riqueza material dessa família importante, já que os documentos (cartorial, notarial, batismos, casamento, entre outros) do século XVIII para essa e outras regiões do Pará são extremamente escassos e precários, realidade que também corresponde aos Arquivos de Belém, tais como o APEP, o Arquivo Judiciário e a Arquidiocese-Cúria – na qual foi encontrado um único livro de registro de casamentos, no século XVIII, da freguesia da Sé.

O estudo desenvolvido no segundo capítulo ancorou-se nos debates feitos na área da História Quantitativa, em que se fez uma coerente narrativa histórica. Sobre esse ramo da História, Stone (1991) discorre sobre todo esse mal-estar, que se assenta na incerteza dos historiadores (em especial os de sua geração do final da década de 70) em relação à capacidade de administrar a duração e a quantidade de dados maquinalmente aplicados, que pretendem analisar.

De modo complementar – e não tanto antagônico – às reflexões de Stone (op. cit.) foi construída uma análise na proposta da micro-história italiana, adotando o *nome* como condutor da pesquisa. Ginzburg (1991, p. 174) aponta a solução para o impasse, ao assinalar que se o

âmbito investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro, em todas as sociedades conhecidas: o nome.

Desse modo, o autor propõe outra maneira de entender a história social, acompanhando o *nome* dos indivíduos ou dos grupos. Entretanto, é fundamental compreender *como* se dará esta nova abordagem do social, que privilegia a escolha individual.

Para Ginzburg (op. cit., p. 175), as linhas que “convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem do tecido social em que o indivíduo está inserido”. Portanto, o que o autor propõe é acompanhar o sujeito por meio do nome, no tecido social que ele se insere.

Assim, as informações obtidas no Recenseamento de 1778 foram processadas em banco de dados criado no SPSS (*Statistic Package For The Social Science*) versão 11, cujo principal mecanismo é o nome. Dessa forma foram construídas tabelas e gráficos contendo campos que pudessem organizar determinados elementos que permitissem verificar o perfil populacional da Capitania do Grão-Pará, bem como delinear as possibilidades de riqueza da região. A ligação entre as variáveis populacionais e as estruturas sociais ajudou analisar um regime colonial que definiu restrições e oportunidades demográficas semelhantes e diferenciadas, caso se considere os distintos aspectos regionais e as configurações econômicas locais, sem mencionar as distinções possíveis entre as diversas camadas sociais.

Para a construção do banco de dados foi necessário estabelecer alguns critérios a fim de gerar dados mais precisos e objetivos a respeito do estado socioeconômico da população em estudo, a exemplo das freguesias de Macapá, de Vila de Visotosa e de Mazagão⁷. Para essas regiões, o recenseador não declarou as possibilidades socioeconômicas dos seus *Cabeças de Família*⁸, tais como *Rico*, *Possibilidade Inteira*, *Remediado* e *Pobre*, explicitando somente o valor arrecadado de suas produção, o que fez com que se optasse em colocar para esses chefes suas possibilidades como não declaradas, pois, infelizmente, em função do prazo de conclusão e do grande trabalho manual depreendido para a montagem do banco de dado, não sobrou tempo para a busca de literaturas que indicassem quais desses valores de produção definem ricos e pobres da população.

No segundo e no terceiro capítulos do trabalho optou-se, por analisar cautelosamente os dados estatísticos, a exemplo de Botelho et al. (2001), devido à quantidade de informações e à necessidade de sistematizar qualitativamente os dados, sem esquecer de contextualizá-los com a época em estudo.

A experiência de Botelho et al. (op. cit.), em análises demográficas, revela que o manuseio das listas nominativas deve ser crítico. Primeiramente, é fundamental definir que a lista não pode ser tratada como um retrato fiel da sociedade daquela data, mas como uma descrição dessa mesma sociedade pelo poder público sob o “olhar muito específico, e muitas vezes enviesado, do recenseador” (BACELLAR, 2001, p. 30).

⁷ Essas regiões foram analisadas, rapidamente, no terceiro capítulo desta dissertação, merecendo em um outro momento uma análise mais cuidadosa.

⁸ *Cabeça de Família* é a nomeação dada, pelo recenseador, ao chefe de família.

O Recenseamento de 1778 apresentou algumas lacunas e diversas falhas, apresentadas e debatidas cautelosamente no segundo e no terceiro capítulos, referente à contagem da população que, diferente dos tempos atuais e de suas tecnologias avançadas, era feita à pena. Seguiram-se as recomendações de Bassanezi; Bacellar; Scott (op. cit., p. 9) sobre os estudos hoje disponíveis que revelam uma disparidade de critérios para a agregação de dados, em especial, ao que se refere às faixas etárias e às faixas de posse de escravos. Os resultados dificilmente são comparáveis entre si devido aos critérios diferenciados adotados por cada pesquisador, já que “se os estudos são pontuais e, ainda por cima, de difícil comparação, é preciso adotar, conjuntamente, algumas normas orientadoras”.

Bassanezi; Bacellar; Scott (op. cit.) assinalam que uma alternativa possível seria a de que os autores poderiam disponibilizar, em anexos, seus dados brutos para possibilitar a reorganização da informação, tornando-a comparável. Um esforço, portanto, no sentido de uma padronização mínima e, ao menos, referenciada nos critérios usuais da própria Demografia seria salutar. Por isso, foram anexados os relatórios por freguesia para esclarecer como se deu a construção dos dados totais, ajudando na associação com a realidade demográfica do Brasil, bem como nas análises teóricas existentes no âmbito da Demografia Histórica. Portanto, as análises aqui apresentadas têm o intuito, principalmente, de apresentar dados e informações que se aproximem da realidade daquela época.

**CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DE UMA ELITE
COLONIAL NA FREGUESIA DE CAMETÁ
(1750-1790)**

(...) as elites são definidas pela detenção de um certo poder ou então como produto de uma seleção social ou intelectual, e o estudo das elites seria um meio para determinar ‘quais os espaços e mecanismos do poder nos diferentes tipos de sociedade ou os princípios empregados para o acesso às posições dominantes(....)

Heinz (2006, p. 8)

1.1 A IMPORTÂNCIA AÇORIANA NA COLONIZAÇÃO E NA FORMAÇÃO DE UMA ELITE COLONIAL NA CAPITANIA DO PARÁ

O objetivo deste capítulo é o de analisar a composição demográfica da família Morais Bittencourt a partir de sua trajetória e de sua formação como família de elite. Sendo assim foi necessário discutir a origem da família e observar seu período áureo e a constituição do seu famoso Engenho do Carmello.

No decorrer da História e de seus estudos, diversos termos tiveram seu significado transformado e pluralizado de tal forma que tendem a apresentar vários sentidos, conforme o contexto em que estão inseridos e a abordagem de uso. No caso deste trabalho, faz-se imprescindível algumas reflexões teóricas no que diz respeito aos significados do termo “elite”, a fim de melhor compreender, especificamente, o objeto de estudo e suas variadas definições.

O termo elite, no sentido amplo e descritivo, faz referência à categoria ou grupos que ocupam o ápice da hierarquia social. Ou seja, é uma referência genérica a grupos posicionados em locais hierárquicos de diferentes instituições públicas, partidos ou organizações de classe. Portanto, “elite” pode ser entendido, simplesmente, como aqueles que têm capacidade de tomar decisões políticas ou econômicas.

A partir de 1970, os historiadores direcionam seus estudos, acentuadamente, para o termo “elite”, devido ao enfraquecimento da hegemonia marxista no cenário ideológico e, conseqüentemente, à ampliação, cautelosa, do processo perceptivo acerca das realidades nas sociedades contemporâneas. Até então, a diferenciação entre as diversas abordagens sobre essas realidades dificilmente era percebida em virtude do olhar “restrito” da concepção economicista, que delimitava seus estudos em função dos grupos definidos pelas relações de produção (HEINZ, 2006).

Heinz (op. cit., p. 8) explica que a apropriação do termo elite pelos historiadores suscitou a análise dessa temática a partir da perspectiva teórica e metodológica da “micro-análise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social”. Mas, essa abordagem não se mostrou antagônica à das Ciências Sociais, uma vez que apenas redirecionou-se a um determinado foco teórico com o intuito de promover uma análise mais sutil acerca dos sujeitos históricos situados no topo da hierarquia social e de suas relações complexas e da objetividade de seus laços com os diversos setores da sociedade.

A esse respeito, Heinz (op. cit., p. 9) postula que o

historiador de elite empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em cada grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim conhecer os modelos e/ou estratégias empregadas pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar - mediante mecanismos de reconvenção social - um declínio social - um declínio de reclassificação social muito abrupta. Com as biografias coletivas, os historiadores fazem sociologia no passado.

Para tanto, como esta pesquisa aborda as elites coloniais, é imprescindível ressaltar o conceito, aqui abordado, sobre “elite” em relação às elites do período vigente. Nesse contexto, ressalta-se o destaque dado pela legislação da Monarquia Portuguesa perante os líderes locais da época, ou seja, os grandes chefes de família, que tinham um grande valor pela Corte Portuguesa, desde os primórdios da colonização. Monteiro (2003, p. 43) explica que foi

a própria legislação da monarquia portuguesa a reconhecer o papel de liderança local que cabia as “pessoas principais das terras” (1570), aos “melhores lugares” (1603, Ordenações), aos “melhores da terra” (1618), às “pessoas da melhor nobreza” (1709), reservando-lhes os “principais ofícios da República” nas diversas povoações do reino, ou seja, os ofícios honorários das câmaras e os postos superiores das ordenanças.

Para o entendimento da formação dessas elites coloniais na Amazônia e no Brasil, e do próprio grupo familiar estudado, faz-se necessário recorrer, brevemente, à configuração da elite metropolitana portuguesa. De acordo com o autor, a respeito da sociedade ibérica, na qual se verifica a conformidade com a cultura política dominante, o “governo oligárquico” era o modelo oficial da organização política local. Presumia-se que os membros das famílias mais antigas, nobres e ricas eram os que davam maiores garantias de isenção e independência no desempenho de seus ofícios e, também, os que dispunham de uma autoridade natural, neste caso, construída pelo tempo e, por isso, mais facilmente acatada.

E, para garantir a manutenção no poder, Monteiro (op. cit., p. 44-5) ressalta que somente tais atribuições – antiguidade, grau de nobreza e riqueza – podiam não coincidir na sua totalidade; e, também, que um dos elementos definidores da administração de *honoratios* do Antigo Regime (a riqueza) vigoraria no “Estado triunfante do liberalismo Censitário”.

Monteiro (op. cit., p. 46) afirma que, na época, não houve a construção de um conceito mais definido que caracterizasse as elites locais e províncias perante o reino, diferentemente do constatado em outros países que apresentam este conceito bem delimitado. Além do que, havia uma forte segregação entre as elites aristocráticas da corte e as da província, com

ampla tradução até no vocabulário oficial, onde se reconhecia a existência de uma clara distinção entre a principal ‘Nobreza dos meus Reinos’ (1761) e o ‘resto da Nobreza da corte ou das Províncias’ (1775). Um retrato que, em larga medida, se construía pela exclusão da corte.

No Brasil, este fato será refletido no Período Colonial, conforme Silva (2005), a partir da legislação Josefina que marca, sem dúvida, uma ruptura com tal sistema ao permitir que as elites mercantis das principais praças (Bahia e Rio de Janeiro) tivessem acesso às mercês honoríficas concedidas pelo monarca, recebendo o *status* de Nobreza civil ou política. Entretanto, foi na Era Pombalina que, por meio da criação da Real Junta de Comércio e também das Companhias Mercantis (Pernambuco e Paraíba e Grão-Pará e Maranhão), a elite dos “negociantes de grosso trato” teve maior respaldo, como será discutido adiante.

No Pará, a sociedade foi progressivamente construída, ao longo do período colonial. Sarges (2002) mostra que, até as primeiras décadas do século XIX, sua classe dominante era representada pelos proprietários de terras escravagistas, pelos militares e pelos altos funcionários da burocracia portuguesa, cujo poder econômico estruturou-se a partir do monopólio de terra e da dominação da força de trabalho indígena e africana.

Sarges (op. cit., p. 81) assinala que o

comerciante português e a “burocracia” administrativa que participavam da dominação política, durante as primeiras décadas do século XIX, vão ceder lugar ao “coronel da borracha” (proprietário do seringal), aos financistas e exportadores, frações esta cujos interesses específicos o Estado garante, por excelência, pois ao Estado interessava captar os impostos sobre o volume exportado.

Nesse momento, os membros da oligarquia rural buscavam reorganizar, consoante Sarges (op. cit.), suas forças para perpetuarem-se no poder. As mais usadas foram as alianças com os representantes estrangeiros do capital mercantil, por meio das alianças familiares, isto é, por meio de casamentos, como o do Sir Campbel, comerciante inglês que casou com um membro da família Pombo, grande proprietário de terra da ilha Mexicana, no arquipélago da ilha do Marajó.

Dessa forma, a economia da borracha influenciou significativamente a sociedade amazônica, em especial a belenense. Nasce, então, uma classe de homens políticos e burocratas formada por nacionais: os comerciantes de família ricos e oriundos das universidades européias. Assim, descrevia-se a composição da elite dominante.

Portanto, há de se compreender que as classes dominantes possuidoras dos bens materiais e compradoras da força de trabalho empreenderam a reelaboração da noção de trabalho, haja vista que, antes da abolição, a força produtiva era considerada “coisa de negro” (Sarges, op.cit). A partir da redefinição da noção de trabalho, o mesmo passa a ser visto como enobecedor e gerador de riqueza, considerado o maior bem social.

Introduzida a questão, parte-se em direção à chegada de famílias abastadas de Portugal à Capitania do Pará, trazidas por particulares contratados pela Coroa Portuguesa, que irão marcar, fortemente, a sociedade paraense e efetivar a colonização portuguesa na região.

Em relação à Santa Maria de Belém do Grão-Pará, passados sessenta anos de sua fundação, o bairro Cidade Nova (hoje denominado Campina) foi eleito como o espaço para acomodar o contingente colonizador, de famílias açorianas, que havia chegado. Para tanto, foi aberta, em 1676, a Rua de São Vicente (hoje denominada Rua Paes de Carvalho).

Dentre outras famílias, que dominavam nestes últimos anos do século XVII, estavam “Maciel Parente”, “Feliciano Corrêa”, “Pedro Teixeira”, “Lameira França”, “Oliveira Pantoja”, “Lobato” e os “Morais” que, entrelaçados com os Bittencourt – um dos grupos pertencentes à leva de açorianos –, geraram a importante família Morais Bittencourt⁹. E, é neste parâmetro de elite, que se pretende visualizar e compreender a formação dessa importante e abastada família, durante os séculos XVII e XVIII.

Já em 1615, o governo português apela para a Igreja, por meio dos Jesuítas, e para os Açores, através de decreto real, requisitando casais para virem conquistar a região amazônica, prometendo-lhes em troca uma nova vida num novo mundo. Nesta altura, a intenção da Coroa Portuguesa é, ao mesmo tempo, controlar a densidade populacional do arquipélago açoriano, e proporcionar aos habitantes das nove ilhas melhores condições de sobrevivência no Novo Mundo, já que as ilhas eram constantemente assoladas por terremotos e por erupções

⁹ Ver: **Sobrenome** de uma antiga e importante **família** de abastados senhores de engenhos, no Pará, que teve princípio em Manuel Moraes [c.1640, Portugal - 1696, Pará], fundador dos Engenhos de Juassu e Itapicoró, ambos no Rio Acará. Passou ao Pará, por volta de 1664, tendo sido considerado «cristão novo» pelo **Santo Ofício**, segundo declarações prestadas, cem anos depois de sua chegada, 1764, por Romão Lourenço de Oliveira. Deixou larga **descendência** de seu **casamento** com uma representante da **família** Bittencourt, que parece ser **descendente** do desbravador da Amazônia, Pedro Teixeira (CB - Famílias do Pará, I, 85). In: Almeida Barata; Cunha Bueno (1999).

vulcânicas; saqueadas por piratas e por corsários de todos os lados e por pragas que arrasavam as suas lavouras, causando mutações na economia local e transtornos às famílias. A Coroa também queria garantir, na região Amazônica, a consolidação do domínio português e a fixação das fronteiras geográficas, quer assegurando a defesa do litoral, quer organizando núcleos de colonização no Pará e no Maranhão (SÁ MARQUES, 2005).

Contudo, o decreto real exigia casais seletos e não aceitava qualquer cidadão que desejasse se alistar. A preferência era para os casais com filhos jovens ou em fase de procriação e para as mulheres donzelas, jovens e solteiras que desejassem constituir família. Era desta forma que a Coroa Portuguesa pretendia garantir um povoamento de qualidade na região, já que sua intenção era, consoante Sá Marques (op. cit.), a de que essa primeira corrente migratória fosse definitiva e pudesse iniciar um processo de miscigenação em cada parte do novo território.

Estimadas em torno de 50, essas famílias, trazidas para a exploração do comércio, da agricultura e da indústria, nas extensas áreas do Estado, foram beneficiadas com sesmarias (CRUZ, s/d). Sabe-se ainda que um integrante da família Bittencourt, Jorge de Lemos Bittencourt, em 1618, foi um principais responsáveis pelos deslocamentos das famílias das Ilhas Canárias para essa região, pois fora “contratado para levar gente das ilhas para povoar o Maranhão e Grão Pará, no princípio do século XVII...” (ALMEIDA BARATA; CUNHA BUENO, 1999, não paginado).

Observa-se ainda que tais critérios de imigração foram de suma importância para a ocupação açoriana na colonização do Pará e Maranhão, quando Jorge de Lemos Bittencourt informa a Coroa Portuguesa o perfil da população açoriana:

Jorge de Lemos fidalgo da casa de [vossa majestade] fez petição nesse conselho em que diz ser informado que algumas pessoas pretendem [que] [vossa majestade] os mande querer de capitaens e officiaes dos navios que lhe mandão pêra levar os [duzentos] das ilhas dos Açores ao Pará, o que sera occasião de senão poder conseguir a jornada pêra que [vossa majestade] lhe prometeo [está] ajuda e favor: por[que] alem delle [suplicante] conduzir as pessoas de maior qualidade a [que] com suas mulheres e filhos senão morar ao Pará a conta de os melhorar nesses lugares [que] sera elles nao quezerão ficarao logo faltando os outros que por seu respeito [semossem?] [para] jornada , assy porque as relações que com elles tem sob grandes, como [porque] o [respeito] dos Capitaens se ordinariamente que conduze a gente la abala. Alem do que como esta gente nas molheres

filhas a todos se ha de fazer muito [difícil] embarcante a obediência de hum [capitão] soldado [estrangeiro] que não [importa] e de effeito se não embarcará ninguém pellos [que] Pede a [vossa majestade] mande considerar os inconvenientes [que] do [sobredito] se seguem respeitando alem dos referidos a que com estes lugares se morassem pessoas de qualidade e importancia acusa sombra respeito se hão de abalar os mais e os muito que as tais pessoas impestao a conquista assy per serem de talento escalar, como por terem , e entra sem nella com cabedal; e as insolencias que todos hão de temer dos capitaens soldados [solteiros] pêra não quezerem levar suas molheres filhas dozellas mande que os tais capitaens sejam os naturaes em [que] há homens de serviço e qualidades¹⁰.

Assim, o alistamento dos casais imigrantes consistia não só em anotar: o nome, a naturalidade, a residência, a idade, a profissão, a estatura, a cor dos cabelos, da pele e dos olhos, o formato do rosto, a forma do nariz, da boca e da barba, o estado civil e, se casado, o nome da mulher, a filiação desta, a sua naturalidade e idade, e, caso tivessem filhos, o nome e as respectivas idades. Além disso, a Coroa Portuguesa enviou também muitos degredados do Reino, assim como uma grande quantidade de homens de pequenos ofícios tais como pedreiros, oleiros, serralheiros, mercadores, mecânicos e ferreiros para a fixação definitiva dos casais (SÁ MARQUES, op. cit.).

No entanto, tais imigrantes sofreram graves maus tratos durante as embarcações, condições semelhantes as que eram infringidas aos escravos africanos e que iam desde a má alimentação até a superlotação das embarcações. Essas viagens eram sempre financiadas por particulares, tal como Jorge de Lemos Bittencourt, em troca de favores da Coroa Portuguesa.

As dificuldades enfrentadas pelos colonos não impediu, todavia, que novos imigrantes chegassem ao Maranhão e ao Pará, incentivados pelas promessas de uma vida melhor e de enriquecimento no Novo Mundo. Assim como a necessidade de insistir no povoamento do extenso litoral da região Norte/Nordeste do Brasil que continuava vazio e fragilizado por invasões estrangeiras, e do interior (sertão) que permanecia inexplorado e, por isso, a Coroa Portuguesa estimulava os particulares com recursos para participar do projeto de colonização.

¹⁰ Ver também: 1618, Maio, 26, Lisboa. CONSULTA do Conselho da Fazenda para o rei D. Filipe II, sobre o requerimento de Jorge de Lemos de Bittencourt, solicitando que os capitães de navios que o acompanham no transporte de duzentos casais de açorianos para o Pará, sejam de nobre qualidades e naturais daquelas Ilhas. Anexo: 2 Requerimentos, 1 Alvará, 1 Carta e 1 Informação. Arquivo Histórico Ultramarino _ACL_CU_013, Cx. 1, D. 7. Projeto Resgate.

É certo que os contratadores tinham que dispor de capital suficiente para suportarem os gastos com os navios, os fretes e a alimentação dos casais, sem qualquer garantia da Coroa de retorno, caso o investimento fosse fracassado. Acevedo Marin (2002, p. 44) explica que a “colonização era não apenas o capítulo menor na aventura de guerra e de controle de territórios, mas também deixava esses homens e mulheres nas mãos dos seus agentes”.

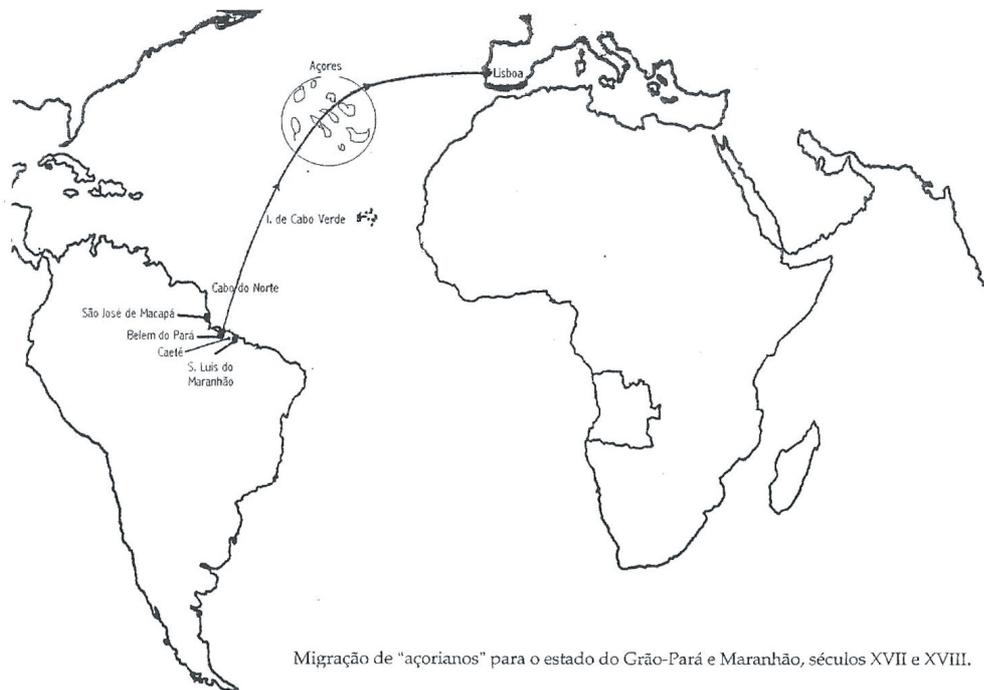
No entanto, o sonho de conquistar novas terras e grandes riquezas, tal como aconteceu com a conquista da América Espanhola, não impediu que, em 1620, Manoel Correa de Melo conseguisse transportar 200 casais, oferecendo em troca 400 mil réis para Jorge de Lemos Bittencourt. Antes, em 12 de julho de 1619, Antonio Ferreira de Bittencourt, natural da ilha de São Miguel, conseguiu uma autorização da Fazenda Real dos Açores para transportar, no período de três anos, cerca de 50 casais para o Maranhão, tudo à custa da sua fazenda. De fato, o navio São Francisco chega ao Maranhão no dia 29 de outubro de 1621 com 40 casais, totalizando 148 pessoas, conforme consta a certidão datada de 24 de novembro de 1622, apresentada pelo provedor da Fazenda Real dos Açores. “Estavam esses colonos contemplados no plano de governo metropolitano de instalar a indústria de açúcar incluindo dois engenhos de moer cana-de-açúcar, o primeiro sendo instalado na terra firme à margem do rio Itapecuru...” (ACEVEDO MARIN, op. cit., p. 43)¹¹.

A fundação do estado do Grão Pará e Maranhão – registrado em 31 de julho de 1751, com a assinatura do decreto pelo Marquês de Pombal – é um marco importante para compreender a (re)articulação do povoamento, da ocupação e da proteção militar da Amazônia Lusitana. Para governar o novo Estado, Pombal nomeia seu irmão Xavier de Mendonça Furtado que, imediatamente, põe em prática uma série de medidas como, por exemplo, a criação da capitania do Rio Negro, a criação do Diretório dos Índios, a transformação das povoações e aldeias indígenas em vilas portuguesas, a liberdade legal concedida aos índios e a cassação dos poderes temporais da Igreja Católica.

A economia da primeira fase colônia, baseada na extração de drogas do sertão – extrativismo primário –, transforma-se radicalmente, fundamentando-se na produção manufaturada e na agricultura de pequenas propriedades. A exportação e o consumo local de produtos de borracha alimentavam uma indústria florescente, que produzia artigos de fama mundial, como sapatos e galochas, capas impermeáveis, molas e instrumentos cirúrgicos. Baseava-se também numa vigorosa indústria naval que chegou a produzir mais da metade da frota portuguesa no final do século XVIII.

¹¹ Ver também Almeida Pereira (2002).

Quanto à agricultura, a política de pequenas propriedades permitiu a introdução de culturas como as do algodão, do anil, do tabaco e do café, além do rápido crescimento da economia do cacau no baixo Amazonas. O programa agrícola foi reforçado pela vinda de colonos portugueses, especialmente da Ilha de Açores, culminando com a chegada das famílias oriundas da antiga província de Mazagão (SOUZA, 2005).



Mapa 01: Migração de "Açorianos" no estado do Grão-Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX.
Fonte: Acevedo Marin (op. cit., p. 66).

Acevedo Marin (op. cit.) observa esse movimento migratório açoriano, vislumbrando dois momentos diferentes: a política de povoamento portuguesa e a intervenção pombalina. Depois de 1751, a colonização estabeleceu claramente um sentido articulado aos interesses geopolíticos e mercantis. Nesse ano, a colonização com ordem foi um objetivo alcançado, pois é fato incontestável que o deslocamento da segunda metade do século XVIII teve participação importante de originários das Ilhas para povoar pontos do Vale Amazonas.

Esses imigrantes foram introduzidos nos planos de fomento da agricultura e de comércio do ministério pombalino. Com os açorianos, inicia-se uma proposta deliberada de “miscigenação” e de “urbanização” do Vale do Amazonas mediante a criação das vilas. A localização desses povoadores e a fundação das vilas tiveram um papel estratégico na geopolítica da metrópole portuguesa, além da criação de capitânicas subalternas, tais como: Cabo do Norte, Gurupi, Ilha grande de Joannes, Cametá, Xingu e Ilhas da foz do Amazonas.

A freguesia de Cametá torna-se uma capitania privada sob júdice da família Coelho de Carvalho que, desde 1635, controlava administrativamente a região. Essa antiga e importante família de abastados proprietários de terras foi responsável por duas capitânicas estabelecidas na região nordeste e norte do Brasil: Paraíba e Pará. Teve princípio em Feliciano Coelho [c.1545 -], Governador da Paraíba [Posse a 05.1592 - 1600] e décimo Governador da Capitania de S. Tomé. Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Comendador da Vila de Cêa, deixou geração do seu casamento, *c.1571*, com Maria Monteiro, filha de Antônio Salvador de Almeida. Entre seus descendentes, registram-se primeiramente o filho, Francisco Coelho de Carvalho [*c.1572 - 15.09.1636*], donatário da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá do estado do Grão-Pará, Fidalgo da Casa Real, Governador da Paraíba [*Nom. 27.09.1608*] – pelo tempo de nove anos, pelos serviços prestados por seu pai, trouxe, em sua bagagem, o importante Alvará datado de 19 de março de 1624, assinado por D. Felipe III, autorizando-o a repartir as terras e capitânicas do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e a conceder sesmarias, que ficariam sujeitas à confirmação do Conselho da Fazenda. Diante deste poder, foi autorizado pelo alvará de 14 de maio de 1624, a conceder a seu filho, Feliciano Coelho de Carvalho, a Capitania de Cametá, referência de grande propriedade e do poder público da família Coelho de Carvalho até 1754, quando foi incorporada à Coroa, durante a gestão do quinto e último Donatário, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho ¹².

¹² Deixou geração do seu casamento com Brites de Gois de Vasconcellos de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, neta paterna de Felipe Cavalcanti, patriarca da família Cavalcanti de Albuquerque (v.s.), de Pernambuco, neta materna de Arnau de Holanda, patriarca da família Holanda (v.s.), de Pernambuco, e bisneta de Jerônimo de Albuquerque, o Adão Pernambucano, patriarca desta numerosa família Albuquerque (v.s.), de Pernambuco; II, o filho, Antônio Coelho de Carvalho [c.1574 - ?], do Conselho do Rei. Desembargador da Casa de Suplicação de Lisboa. Deputado Ordinário do Santo Ofício. Comendador da Ordem de Cristo e Juiz das Coutadas do Reino. Embaixador extraordinário de Portugal, na França. Recebeu de seu irmão, por Carta de Doação de Sesmaria, datada de 1626, a Capitania de Cumã, um dos feudos da família Coelho de Carvalho. Seu irmão, o Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, munido do Alvará de 19.03.1624, lhe passou Carta de Doação de sesmaria “nesta Cidade de Belém sobre meu signal e signette em minhas armas em 12 de junho de 1627”. In: Almeida Barata; Cunha Bueno (op. cit.).

A historiografia¹³ e a documentação revelam ainda que na Capitania de Cameté ocorrera constantes conflitos por diversos motivos, especialmente, devido à recorrente interferência dos moradores da localidade, das autoridades e, até mesmo, ao reconhecimento de sua doação por parte dos habitantes da localidade e dos estados¹⁴.

Os “Coelho de Carvalho” abusavam do seu controle administrativo da freguesia cametaense. Essa família “mandava e desmandava” na localidade, exercendo o poder de nomear pessoas, em geral, de famílias abastadas, a cargos importantes, “nomeando ouvidores, escrivães, juís de orfãos e de marcações, e seus oficiais subalternos para melhor regimento das [ditas] capitania ...”¹⁵.

Chamboleyn (2006, não paginado), ao analisar o processo de ocupação da Amazônia seiscentista, discorre sobre os domínios desse donatário e sobre as dificuldades enfrentadas no processo de ocupação:

O caso de Antônio Coelho de Carvalho e seus descendentes é aqui exemplar. Mesmo se a sua família tivesse conseguido desenvolver a capitania de Tapuitapera (ou Alcântara), próxima à cidade de São Luís, a capitania de Cameté constituiu uma constante fonte de problemas. Essas complicações estavam ligadas às dificuldades de povoar a região, à repetida interferência dos moradores do Pará e das autoridades, e ao reconhecimento mesmo de sua doação pelos habitantes do Estado. De qualquer modo, o donatário fundou uma vila – Santa Cruz de Cameté, e organizou o deslocamento de mais de 300 colonos para se instalar em suas terras, em 1649. Próximo da vila de Cameté, organizada como toda a vila portuguesa com uma Câmara que representava o poder municipal se instalara a aldeia de Parijó, subordinada aos jesuítas. Documentos inquisitoriais revelam a riqueza dos contatos entre os índios livres de Parijó e os moradores portugueses da vila de Cameté. Era o caso dos índios Paulo e Isabel, denunciados por Bento Fernandes em razão de suas feitiçarias, mas que contudo, haviam tentado curar uma das escravas e até mesmo a mulher do denunciante.

Sabe-se que, apesar de poder de mando e territorial, os donatários acabavam por enfrentar algumas limitações – como as expostas pelo autor – reprimidas por eles por meio da imposição de barreiras a diversas famílias moradoras da localidade.

¹³ Ver: Silva (2005) e Chamboleyn (2006).

¹⁴ Ver: AHU-2805. Carta dos oficiais da câmara de Cameté para o Rei [D. João V], queixando-se da acção despótica do capitão donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, que defendia mais seus interesses pessoais do que os da própria Capitania. Cx.29, D.2805. Projeto Resgate.

¹⁵ Ver: AHU-1834 [ant.1737, março, 29]. Requerimento do donatário e senhor da capitania de Cumã e Camutá do Estado de Maranhão, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], solicitando carta de crença, a fim de nomear pessoas para diferentes ofícios. Caixa 20, Doc.1834. Projeto Resgate.

Nesse sentido, é perceptível a limitação de poder político que se impunha às famílias em geral, até mesmo, àquelas que detinham grandes posses, como os Morais Bittencourt, devido ao poder despótico do donatário. Tais famílias faziam queixas, constantemente, à Coroa Portuguesa sobre a interferência dos moradores e dos governadores da cidade de Belém e de São Luiz. Esse fato traduz a especificidade de ocupação que direcionava os donatários ou seus loco-tenentes que não abriam espaço, de fato, às famílias em geral para que elas tivessem uma participação política mais representativa, ultrapassando as nomeações indicadas pelo donatário.

A partir do século XVIII, os Morais Bittencourt começam a povoar e a criar notoriedade na região de Cametá. No entanto, é somente em meados dos setecentos, Era Pombalina, que eles principiam um domínio que ultrapassa seus empreendimentos econômicos na região e, conseqüentemente, iniciam, ali, uma influência no poder político.

Data de 16¹⁶ de outubro de 1729, a primeira sesmaria dos Morais Bittencourt, justificando a solicitação de terras, três léguas, para cultivar lavouras e fazer engenho¹⁷, feita por Ilário de Morais Bittencourt, instituidor do sítio Carapajó Morgado, onde construiu um importante engenho real, chamado “Engenho do Carmelo”.

É importante salientar que Morgado ou Reguengo eram terras de grandes proporções que, no geral, seus proprietários eram donatários e/ou nobres de terra, de “grosso trato”. Este era confundido comumente na documentação da época com as capelas, usado indiscriminadamente e muitas vezes como sinônimo, embora significassem coisas diferentes. No Morgado, a preocupação era com a Casa e sua manutenção indivisa (herança tinha como critério o filho primogênito), embora houvesse sempre um encargo pio, enquanto na capela predominava o fim religioso.

De acordo com Silva (2005), os Morgados foram mais numerosos no Brasil colonial do que habitualmente os historiadores supõem. Isso se deve, especialmente, porque a prática da vinculação de bens para um sistema de primogenitura na herança constituía uma das características do viver à lei da nobreza, conservando intacta a lei da Casa para a conservação do bom nome da família.

¹⁶ Data encontrada no microfilme do Livro 5 das Sesmarias encontradas no APEP, não batendo com a data que consta no catálogo de Sesmaria encontrado no mesmo local.

¹⁷ 921 - Ilario de Moraes Bittencourt. Sítio Marajó. R. Curussabaria. Conc. 17 de outubro de 1729. Liv. 5, pág. 104. Catálogo de sesmaria do APEP.

O sistema de concessões e de confirmações de terra também fazia parte dos mecanismos para beneficiamento daqueles que tinham posses. Outra carta de confirmação, nos anos 50 do século XVIII, é a do mestre de campo João Morais Bittencourt, herdeiro e administrador já nesse período deste Engenho real.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado do [conselho] de [sua majestade] comendador de Santa Marinha da Massa de Lobos na ordem de Chisto [provedor] e [Capitão] [general] do Estado do [Maranhão]. [Vossa] [Senhoria] Faço saber aos [que] essa minha carta de Datta e [sesmaria] virem, [que] o **capitão mor João de Moraes Betancourt**, me representou [que] elle era [herdeiro] e **administrador de hú [engenho] real**, e esta nas terras da [Capitania] do Pará [fronteiras] **as de Cametá pello Ryo Tocantins assim a [parte] esquerda e citio chamado Carapajó Morgado instituído por seu tio Coronel Hilário de Morais Bittencourt (...)**¹⁸.

A partir desse documento, entende-se que no início do século XVIII as condições para a expansão do cultivo de cacau, de anil, de arroz e de café favoreceram a procura e a ocupação de terras nos Estados do Pará e Maranhão. Por conta disso, os colonos intensificaram seus pedidos de cartas de sesmaria, principalmente no período entre 1710 e 1740, em que foram distribuídas 1354 cartas, o que representou mais de 50% do total de cartas solicitadas ao rei até o final do sistema de sesmaria.

Para Acevedo Marin (2004), tal situação era reflexo do fim da Companhia de Comércio do Maranhão e, sobretudo, dos efeitos de uma nova política estabelecida por Marquês de Pombal, que incentivava os colonos para que seus negócios e sítios, engenhos e fazendas se multiplicassem nas terras próximas de Belém.

Quadro 01: Cartas de Sesmarias da família Morais Bittencourt nas freguesias da Capitania do Pará.

NOME DO SESMEIRO	LOCALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	DATA DE CONCESSÃO E ÁREA LIMITADA
Manuel Morais Bittencourt	Rio Acará “Morador na [capitania] do cumã [que] o governador daquelle Estado em nome de [vossa majestade] lhe fez [mercê] no Rio Acará, de duas legoas de terra de sesmaria na paragem de Muritipitanga...”	20 de Novembro de 1721 Duas léguas de terra.

¹⁸ [ante. 1753, Fevereiro, 27]. Requerimento do capitão-mor João de Morais Bittencourt para o rei [D. José] solicitando confirmação da carta da data e sesmaria próxima ao rio Tocantins. Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria. AHU_ACL_CU_013_Cx.34, D.3171. Catálogo de documentos avulsos da capitania do Pará. APEP. Projeto Resgate.

Luiz Morais Bittencourt	“...que elle [suplicante] tem hum engenho real de fazer asucar no Rio Moju que há mais de sincoenta anos moe por cuja razão estão as terras incapazes de produzirem canas pellos muito que nellas se sem lavrado, motivo este porque o obrigava a querer mudar o dito engenho [para] sima de Joseph Sanches...”	Dia e mês ilegível, 1718. Duas léguas de terra
Portaria Bittencourt	Rio Moju “Huma sorte de terra [que] comprara aos procuradores de Dom [Francisco] Calharis como constava do documento que juntava lhe dera odito seu pai a dita terra em [casamento] e com este [título] a ficaria sempre pessusindo o [suplicante] donde tinha seu sitio, e estava [atualmente], lavrando e cultivando suas lavouras e tinha [juntamente] uma fazenda de cacau...”	23 de Junho de 1724.
Hilário de Morais Bittencourt	Rio Marajó “(...)princiando o Igarapé Guajara do [PI] de [senhor?] de Bayão(...)”. “Cultivar lavouras”	16 de Outubro de 1729. Três léguas de terra
João Morais Bittencourt	Rio Tocantins “(...)[que] assima a [parte] esquerda até o Igarapé chamado [cachingaboa] aoende principiando as terras [que] forão de João de Souza Moniz(...)”. “(...) utilidade da mesma [fazenda] o cultivarem-se as terras neste [estado]”.	10 de Julho de 1752. “(...) duas léguas pouco mays ou menos com os fundos de Estillo(...)”.

Fonte: Anais do APEP (1968).

Esse quadro é muito relevante porque retrata as doações de sesmaria realizadas de acordo com o patrimônio do favorecido, uma vez que, para ser um dos beneficiados dessas concessões de terra, era necessário mostrar ser uma pessoa de posse de escravos e já ter habilidade com terra devoluta (ACEVEDO MARIN, op. cit.). Percebe-se que as relações de poder e de posse da família Morais Bittencourt transcendem os limites do Rio Tocantins, colonizando e povoando terras nos limites do Rio Acará, Rio Moju e Rio Marajó. E, segundo o Recenseamento de 1778, do Estado do Grão-Pará, ainda aparece Hilário de Morais Bittencourt, possível irmão de João Morais Bittencourt, freguês da cidade Sé, como detentor de um engenho no Rio Moju, possuindo 60 escravos e 48 soldados e chefiando uma família

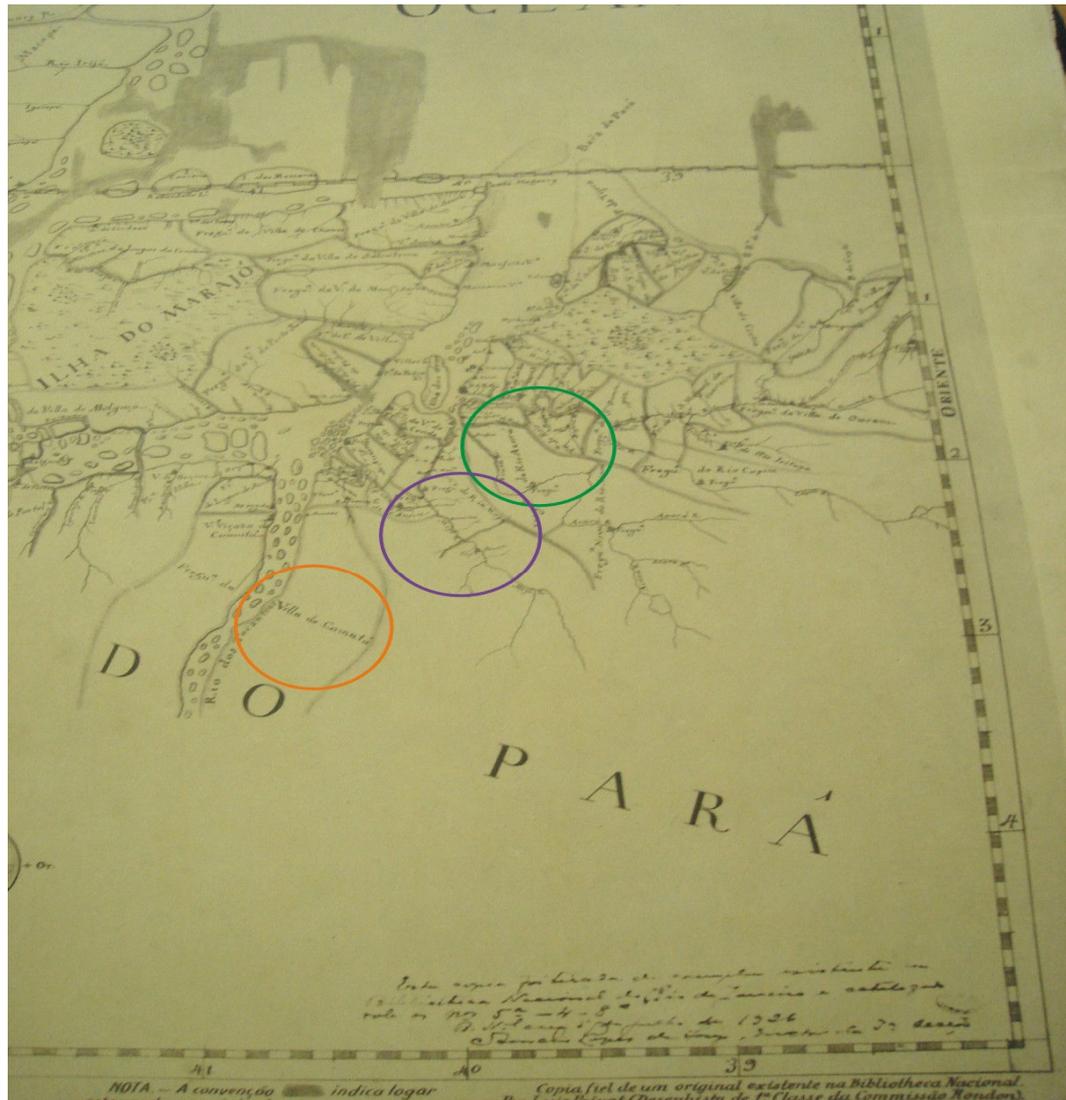
de 109 indivíduos, incluindo mulheres, filhos, parente, agregados, escravos e soldados¹⁹. Essa expansão por terras, escravos e poder são marcas que ajudam a compreender a formação das elites coloniais no estado Grão-Pará.

Com base no “Livro de sesmarias”, verifica-se a distribuição, nas freguesias de Moju, Acará, Guamá, Capim, Bujaru (atual Zona Guajarina), Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Miri (atual Vale Tocantins), de terras situadas às margens de rios, igarapés, lagos e ilhas, mostrando uma movimentação regular por quase todo século XVIII. Nas cartas e na lista de população de 1778, são reconhecidos os lugares onde se distribuíam os “senhores de roça e os senhores de engenho” que iam empurrando as antigas aldeias de índios e ocupando terras para plantar cana-de-açúcar, cacau e café (ACEVEDO MARIN, op. cit., p. 39).

Na freguesia de Cametá, estima-se em torno de 41 cartas de sesmarias que datam, em sua maior parte, o século XVIII, a maioria com a justificativa de cultivo das terras que se distribuíram nessa região. As datas que demarcam as cartas apresentam o período inicial de ocupação dos Moraes Bittencourt. Talvez tenham sido as primeiras daquelas localidades. A primeira sesmaria concedida em Cametá, por volta de 1729, justifica-se pelo cultivo de lavouras e pelo estabelecimento de engenho. A demonstração de posse de escravos e de investimentos já feitos no cultivo de terras devolutas era prática recorrente para adquirir esse benefício.

Acevedo Marin (op. cit.) verifica que esta documentação indica também a diversidade das experiências vivenciadas pelos beneficiados e a ampliação da posse pela ocupação primária, o que acarretou o processo de apossamento de grandes glebas que não eram taxadas e nem confiscadas.

¹⁹ 7505-Junho, 22, Barcelos [Rio Negro] - João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das Capitanias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. Anexos: Mapas. AHU_ACL_CU_013, CX.94, D.7509 (Projeto Resgate).



■ Vila de Cameté
 ■ Freguesia do Rio Acará
 ■ Freguesia do Rio Mojú

Mapa 02: Mapa da Capitania do Pará – 1778. Ocupação Geográfica da Família Morais Bittencourt nas freguesias do Estado do Pará. Fonte: Comissão demarcadora de limites – Belém – Pará.

Outro quesito que pode ser analisado nos documentos supracitados é o poder patrimonial, acúmulo de terras por parte dos membros dos Morais Bittencourt, como no caso de João Morais Bittencourt, senhor de um Engenho Real, caracterizado como terras de morgado, típico das famílias abastadas, recorrente no Brasil Colonial e na Amazônia desse período; e do Coronel Hilário de Morais Bittencourt, instituidor do Engenho do Carmello, com grande valor na região.

Assim, para que a riqueza não se extinguísse e com ela a “Nobreza”²⁰, os ricos “ordenaram os morgados, conhecendo que esses são os nervos com que as nobrezas se ilustram e engrandecem” (SILVA, op. cit., p. 131), uma vez que a Coroa Portuguesa tinha determinado que só os homens de “posse” e os de “qualidade” poderiam explorar economicamente as glebas doadas, o que conseqüentemente retirava o direito de posse dos pequenos posseiros que ocupavam originalmente as terras, apesar da legislação de sesmarias não ter anulado o direito de posse.

No entanto, Silva (op. cit., p. 132) ressalva que nem sempre nobreza e fortuna se conjugaram no Brasil Colonial, embora a riqueza de alguns indivíduos lhes tenha permitido o “tratamento” nobre, ou seja, viverem a lei da nobreza. Todavia, se eles foram efetivados nobres, segundo os códigos honoríficos da época, é porque conseguiram formalizar as honras por diversos meios: “foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, instituição de morgados (mas não de capelas, insuficientes para tal fim), ocupação de cargos camarários ou dos postos da oficialidade das ordenanças”. Logo o “tratamento” de nobre por si só não garantia o *status* de nobreza, pois era necessário uma característica a mais: o enquadramento nas graças honoríficas existentes.

Neste contexto, o capitão-mor João de Morais Bittencourt, administrador de um engenho real, localizado em um sítio chamado Carapajó Morgado, tem um papel fundamental na sociedade cametaense, o que gera prestígio dessa família na região, marca de um grupo nobre. Com isso, os Morais Bittencourt tornam-se uma “elite”, privilegiados em relação à hierarquia social.

Silva (op. cit., p. 31-2) mostra que, além do

luxo no vestir, do número de servos, de peças de ourivesaria, algo mais contribuiria para o prestígio dos senhores de terra, engenhos e escravos: vincular seus bens de forma a constituírem a um morgado ou capela, pois no séc. XVI estas duas palavras eram usadas indiferentemente para a vinculação. O aspecto religioso aparecia então sempre ligado à preocupação com a manutenção dos bens na família, sem que estes fossem divididos igualmente entre os filhos como ocorria nas famílias plebéias. O direito de primogenitura assinalava a nobreza de um morgado impunha-se para todos aqueles que queriam ser considerados nobres.

²⁰ O termo Nobreza para o Brasil Colonial está associado, especialmente aos altos cargos administrativos, às altas patentes militares, às propriedades e às grandes escravarias.

Na opinião de Max Weber, o grupo que mantinha uma posição privilegiada era caracterizado por um estilo específico de vida, o “honra de *status*”, e que devia ser seguido por todos aqueles que desejavam pertencer ao mesmo círculo. As restrições sociais impostas por esses elementos eram levadas a tal extremo que o grupo acabava por se tornar uma casta fechada, chegando mesmo a limitar os matrimônios normais entre seus membros (CARNEIRO, 1988).

É possível observar o destaque dos Morais Bittencourt, no século XVIII, pelo seu valor patrimonial e pela articulação com as autoridades portuguesas, beneficiados pelas altas honrarias militares e religiosas concedidas pela metrópole portuguesa. A documentação da época retrata membros da família Morais Bittencourt obtendo benefícios por parte da Coroa: duas sobrinhas do coronel Hilário Morais de Bittencourt, as mães irmãs Mariana Bernarda Bittencourt e Maria Margarida Bittencourt, professoras do Convento de Santa Anna em Lisboa, detentoras de engenho na freguesia do Moju²¹; e João de Morais Bittencourt que recebe a concessão de patente de Mestre de campo, cargo de suma importância no Brasil colônia, que visa à segurança e à manutenção da ordem da localidade em que foi proferida e requerida à patente²².

Outra variável de grande prestígio na sociedade colonial são as Ordenanças que, juntamente aos cargos camarários, à nobreza de terra, às misericórdias e outros cargos honoríficos reconhecidos pela Corte Portuguesa, consolidam-se como umas das instituições mais autênticas, tornando-se um atributo fundamental para os membros das importantes famílias brasileiras.

Monteiro (op. cit., p. 47) destaca que todo o reino português se encontrava dividido em capitânias-mores de ordenanças, coordenadas por um capitão-mor, que devia ser o senhorio donatário ou alcaide mor em terras onde existisse coadjuvado por um sargento mor.

Os ofícios de capitão-mor e de sargento-mor conferiam sempre nobreza vitalícia, qualquer que fosse a dimensão da capitania (os restantes, apenas enquanto eram exercidos), e exigiam um grande empenho a quem os desempenhava, pela natureza das tarefas requeridas e pela duração indeterminada do ofício.

²¹ 2813. 1747, novembro, 13, Pará. Carta ao governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Medonça Gurjão para o rei D. João V, em resposta á provisão de 6 de maio de 1747, na qual se ordena que dê seu parecer sobre o requerimento das irmãs Mariana Bernarda e Maria Margarida, religiosas do Mosteiro de Santa Ana de Lisboa, em que pedem que lhe autorize o descimento de 200 índios para o engenho que possuem no rio Moju. AHU_ACL_CU_013,Cx.29,D.2813. Projeto Resgate.

²² AHU 8497. 1796, Outubro, 13, Lisboa. Carta Patente da rainha [D. Maria I] concedendo reforma a João de Morais Bittencourt no Posto de mestre de campo do terço Auxiliar do Cameté, na capitania do Pará. Anexo: Carta Patente rubricada pelo príncipe regente D. João. AHU_ACL_CU_013, Cx. 108, D. 8497. Projeto Resgate.

Nogueira Silva; Pompeu Amorim (1999)²³ destacam a família Bittencourt como “poderosa” em suas relações políticas, econômicas e militares que interferiam diretamente na região que compreendia o atual distrito de Carapajó, em Cametá. Dessa forma, eles recebiam comumente patentes militares: mestre de campo, major, tenente-coronel e coronel.

Este quadro apresenta os destacados militares da família nos séculos XVIII e XIX.

Quadro 02: Honrarias Militares dos Morais Bittencourt.

MILITARES	PATENTES	PERÍODO
Hilário Morais Bittencourt	Coronel	Século XVIII
João Morais Bittencourt	Mestre-de-Campo	1796
Hilário Morais Bittencourt	Tenente Coronel	Século XIX
José Justiniano Morais Bittencourt	Major	Século XIX

Fonte: AHU-APEP.

Nogueira Silva (Mimeo., p.11) mostra que as altas honrarias militares no Brasil colonial eram garantia das famílias de elite da época e traziam consigo vários privilégios e vantagens, como a isenção

do foro civil, de impostos, de contribuições forçadas, libertação, de trabalho julgados indignos, entre outros impropérios. O indivíduo recebia uma pensão ou tença da coroa. A participação nesta ordem garantia ascensão social e entrada em circuito fechado. A nobreza, por meio do mito da pureza de sangue, tentava garantir para si privilégios.

Nesse período, os Morais Bittencourt intervinham diretamente na formação das companhias militares da freguesia de Cametá, visto que ocupavam os postos de confiança do governo do Estado do Grão-Pará. O documento abaixo, encaminhado a João Pereira Caldas, demonstra o mestre-de-campo, João Morais Bittencourt, comprometendo-se em enviar as relações de brancos, mamelucos, mulatos, índios, soldados, cafusos e vagabundos para formação da companhia militar dessa freguesia.

²³ Trabalho apresentado como relatório final do *Projeto Mapeamento de Comunidades Rurais no Pará: Ocupação do Território e Uso de Recursos, Descendência e Modo de Vida*.

[Ilustríssimo] e [Excelentíssimo] [Senhor]

Com a mães profunda humildade vou por esta aos pés de [vossa] [excelência] a agradecer os beneficios com que a grandeza de [vossa excelência] me tem honrado; procurando me a minha comodidade, e dos meus filhos e aprovando o pouco [que] tenho feito na execução das Ordes de [vossa excelência].

Os meus filhos me entregarão as listas das tres companhias [que] faltavão, ei de mandar aos capitaes tirem nos seos Destritos novas rellações tanto de Brancos, Mamelucos, e Mullatos, como de Índios, de Soldada, de cafuzos, e vagabundo; e nesta freguesia já se estão tirando as rellações em cada Destricto com aquellas mesmas individuações, [que] [vossa excelência] ordena. Não me parecia dezacertoa vendo maes de duzentos Indios, se formassem duas companhias huá de cada parte do Rio; Eúa dellas com [capitão], em aos officiaes Indios; a outra com [Capitão] e officiaes cafusos, ainda [que] estes empregos custarão algús menos viciosos. Não sei nas mães freguesias do [ininteligível] aonde ter cabo a parte [vossa excelência] me determinará o [que] for servido.

Estou entregue da carta 22 de julho, [que] [vossa excelência] foi servido dirigir me fico na intelligência de remeter relações duas vezes em cada anno, tanto de Brancos, como de Mamelucos, cafusos, Mullatos, Índios com aquellas circunstâcias [que] [vossa excelência] me incinua.

Tinha determinado dia [para] se juntaremos officiaes [para] estes serem appresentados todas as Ordes de [vossa excelência] [para] [que] nenhum se pegue ignorância.

Desejo vida de [vossa excelência] por em os escravos [para] gloria de todos os que como eu se prezão ser.

*[Deus] [Guarde] [Vossa excelência] [Ilustríssimo] [Reverente] Criado e Humilde.
[Engenho] do Carmello 4 de Agosto de 1774.
João de Moraes Bitancurt.*

Código 239, Documento 10. APEP.

Nesse ofício é válido destacar a “colaboração” do João Morais Bittencourt com a política pombalina de rompimento de tropas segregadas. Contudo, Nogueira Silva; Pompeu Amorim (op. cit.) observam que, mesmo com a forte presença de não brancos nas tropas do Grão-Pará, as ordens de Pombal não representavam o fim da segregação das tropas de cor. Verifica-se, ainda no ofício, a formação de tropas separadas entre índios, negros, cafusos e mamelucos, relegados aos serviços nas tropas auxiliares e de ordenanças que representavam a primeira e a segunda reservas. Desse modo, os altos postos militares ficavam restritos aos membros das influentes famílias desse período: a elite.

Teixeira de França (2004, p. 8) discute, de forma singular, essas nomeações de grandes honrarias militares:

Às pressões da insegurança social, que levavam os senhores de engenho a almejar o *status* de nobreza, aliava-se às inúmeras vantagens econômicas proporcionadas pela obtenção daquele *status*. A privilegiada isenção de alguns impostos é uma delas. Os membros das ordens militares eram isentos do dízimo, o que muito interessava aos senhores de engenho. Também essa era uma razão para a relutância da Coroa em conceder essa honra a muitos indivíduos na Colônia.

É perceptível que essas concessões militares aos grandes senhores de engenho ocorrem, geralmente, devido à dificuldade de um reconhecimento oficial de sua posição. Logo, se fazia necessária à afirmação por meios, modos, atos e valores de vida no cotidiano da sociedade. A profissão das armas era considerada enobrecedora e os senhores de engenho procuravam exercê-la (TEIXEIRA DE FRANÇA, op. cit.). Tanto que João Morais Bittencourt agradece às autoridades representantes da Coroa Portuguesa as concessões de patentes militares dada a seus filhos.

[Ilustríssimo] e [Excelentíssimo] [Senhor]

Com a maes profunda Humildade me prostro aos reverentes pés de [vossa Excelência] a agradecer lhe a honra, que fez a meus filhos provendo a Hilário de Moraes no posto de [Capitão] de Infantaria auxiliar e a João Moraes em [Alferes] [que] não separei em confessar, o [quanto] [vossa excelência] tem especializado a mim, e as minhas cauzas.

Depois de ter feito a divisão dos [destacamentos], [que] foi no dia 25 de novembro e recolhendo [para] a [mesma] caza, receby a carta de [vossa excelência], em [que] dispensava o destacamento de mes de dezembro, [que] certamente faz huá grande esmolla a estes soldados auxiliares, por ser a própria das plantações, tanto de cação, como de mandioca, e ficão avizados [para] o primeyro de [janeiro] se acharem nessa [cidade] a cuja nobilíssima pessoa [Deus] [Guarde] por [muito] [anos].[Engenho] do Carmello 5 de Dezembro de 1762.

De [vossa excelência]

Muito [Obrigado] [Criado] e fiel [súdito].

João de Moraes [Bittencourt].

Código 71, Documento 50. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

Constata-se que uma estratégia política recorrente, usada pela Metrópole para a manutenção de sua dominação, teria sido privilegiar a classe economicamente dominante, delegando-lhe poder por meio da concessão de postos e funções nas corporações militares e administrativas do Estado. Especialmente porque a família, em geral, participava e responsabilizava-se, como visto no documento, pelas lavouras e pelas plantações de produtos (cacau, mandioca, entre outros). Tais cultivos e Ordenanças Militares a membros de famílias de posse aliavam-se aos interesses da Coroa Portuguesa no seu processo de colonização, povoamento e ocupação militar da Amazônia Colonial.

Dessa forma, pode-se refletir sobre a formação de régulos nessa localidade do Baixo Tocantins, que influenciaram e interferiram nas questões político-econômicas da região. Consoante Vieira Jr. (2004), a presença intensa desses pequenos “reis” no sertão do Ceará, que detinham grande poder nas localidades cearenses, caracterizava o uso extenso de mecanismos, arranjos familiares/políticos e da violência como principais fatores para manutenção dessas elites no poder. Contudo, o “privilégio” da violência não se limitava somente a esse grupo, uma vez que os pequenos grupos familiares, em geral tributários dos grandes proprietários de fazendas espalhadas pelo sertão, também fizeram dos atos de violência um elemento primordial de suas relações e de sua sobrevivência.

Outra característica importante desse clã²⁴ familiar é o fato de que não eram apenas os homens que interagiam com a economia agrária – apesar de estarem à frente dos principais cargos administrativos e militares da freguesia cametaense –, mas também as mulheres intervinham e gerenciavam seus patrimônios. Como já referenciado, cita-se as irmãs mãres Mariana Bernada Bittencourt e Maria Margarida Bittencourt que solicitam ao governo mão-de-obra escrava para servir em seu engenho, como demonstra esta carta (de 24 de setembro de 1732) do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 5 de fevereiro de 1732 sobre o requerimento das mãres e irmãs, religiosas do convento de Santa Ana de Lisboa, solicitando cinquenta peças para servir no seu engenho de cana-de-açúcar situado na capitania do Pará, herdado de seus falecidos pais, por duas safras.

(...) O requerimento feito [pelas] freyras as [mãres] seror Mariana Bernada de Bitancur e sua irmã seror Maria Margarida, em que pedirão sicoenta pessas, , [para] serviço do seu [engenho], por tempo de duas safras(...) Parece me que o que pretende as [ditas] freyras, na mesma forma que se fazem pessas de resgates pella fazenda real ao Povo, por ser certo, que sem escravos se não podem çoçervar os Engenhos. Belém do Pará, 24 de [setembro] de 1732.

Dom João por Graça de Deos [vossa senhoria]

Faço saber a vos governador [capitão] [General] do [Estado] do Maranhão que por perto das [mãres] [seror?] Marianna Bernarda de Bitancurt e sua irmã a [seror?] [Maria] Margarida Relligosas no [convento] de [Santa] Anna desta [cidade] me fizerão petição atrás escripta asignada a pello [secretário] do meu [conselho], em que pedem lhe conceda Provisão para que lhe mandeis baixar sicoenta tapuyas, [para] cultura do seu

²⁴ Um clã constitui-se em um grupo de pessoas unidas por parentescos e linhagem, o qual é definido pela descendência de um ancestral comum. Mesmo se os reais padrões de consangüinidade forem desconhecidos, não obstante os membros do clã reconhecem um membro fundador ou ancestral maior. Como o parentesco baseado em laços pode ser de natureza meramente simbólica, alguns clãs compartilham um ancestral comum “estipulado”, símbolo da unidade do clã. Ver: Levi-Strauss (1982) e Casey (1989).

*[engenho] por tempo de duas safras para que nellas se possam fazer de escravos. Me pareço ordena vos informeis com vosso parecer. El Rey Nosso Senhor o mandou.
[Lisboa] 5 de [fevereiro] de 1732.*

Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V. Anexo: Requerimento. AHU_ACL_CU_013, Cx. 14, D. 1317. Projeto Resgate.

Cita-se, também, a viúva Portásia Bittencourt que reivindica, inclusive, suas terras “sesmeira”, por direito.

(...) Portasia de Bitancourt me foy o presentado huma carta passada por João da Maya da Gama do Concelho de sua [majestade] que [Deus] [Guarde] [Governador] e [Capitão] [General] do Estado do [Maranhão]. Faço saber aos que esta minha carta de data de sexmaria virem que a mim enviou a dizer por sua petição Donna Portasia Bittencourt viúva do defunto João de Sodrê Vasconcelos que pesuhindo, o pai [suplicante] o [governador] [Manoel] da [Motta] de Siqueira no Rio Mojú huma sorte de terra [que] comprara aos procuradores de Dom [Francisco] Colharis como constava do documento que juntava lhe dera do seu pai a [dita] terra em [cazamento] e com este [título] a ficara sempre pessuhindo o [suplicante] donde tinha seu sitio, e estava [atualmente], lavrando e cultivando suas lavouras e tinha [juntamente] uma fazenda de Cacau de que estava correndo (...)

Carta do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V. 2009 - Portasia Bitancourt. R. Moju. Conc. 23 de junho de 1724. Conf. 3 de fevereiro de 1725. Liv. 2, p. 101 v.

Nessa documentação, é interessante direcionar o olhar historiográfico sobre a perspectiva das possíveis condições de vida das mulheres livres e de seu potencial de inserção no mundo econômico colonial, sobretudo porque numa economia pré-industrial, em que a maior parte dos interventores na economia local e chefes de famílias era composta por homens, destaca-se no seio de uma família extensa, três mulheres gerenciando e exigindo o controle de suas propriedades.

Pode-se averiguar as práticas que ensejaram o surgimento de mulheres comerciantes, senhoras de terras e de escravos, e de outras que acabaram preterindo as mulheres na partilha do patrimônio acumulado. Pintadas em cores fortes pela historiografia marcada pela influência de Freyre, vincada pelo preconceito das fontes testemunhais, como os relatos de viajantes estrangeiros, que viram as mulheres brancas como seres ociosos, deitadas na rede a gritar com os escravos o dia todo (PEREIRA DE MELO; NOVAES MARQUES, 2001).

Pereira de Melo; Novaes Marques (op. cit., p.3) salientam que apesar dos julgamentos negativos em torno das mulheres e das reais limitações legítimas, a ordem jurídica colonial luso-brasileira não ignorava os direitos das esposas:

Ao menos no âmbito da lei positiva, mantinha-se a tradição do Direito Romano, onde, com a morte do marido, o sistema de partilha dos bens do casal reservava à mulher a posse de metade dos bens do casal e permitia à viúva assumir a cabeça da família. Da metade que pertencera ao marido, um terço podia ser disposto, por testamento, conforme a vontade do falecido. O restante dois terços dos bens eram divididos entre os filhos legítimos nascidos no matrimônio e os filhos reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação entre varões e mulheres. Na ausência de descendentes do marido dispostos em linha de sucessão desde os filhos, passando por netos e pais, até chegar a algum parente em décimo grau, podia a mulher se tornar herdeira universal dos bens do marido, pela absorção das duas metades.

Portanto, é imprescindível a reflexão sobre o fato da participação e chefia de tais mulheres em suas famílias e domicílios, o que indicia, também em outras regiões do sudeste do país no Período Colonial, a interação delas na expansão da economia agrária da localidade em estudo. Nesse sentido, entende-se que a caracterização do papel social das mulheres começou com as análises das mulheres chefes de grupos familiares. O folclore e a história oral também descreviam mulheres fortes que eram protetoras do lar na época dos bandeirantes. Acrescida do fato de que a população masculina dessa época vivia em constante movimento, essa situação teria delegado às mulheres viúvas ou de maridos ausentes à direção e o provimento da casa (SAMARA, 2003).

Desde os princípios dos setecentos, o clã dos Moraes Bittencourt, na freguesia de Cameté, figura entre os grandes nobres de terra da região do Vale do Tocantins: desde o grande Coronel Hilário Moraes, seu filho herdeiro, continuador do legado do Carmello a partir da metade dos setecentos; o mestre-de-campo do terço auxiliar da freguesia, João Moraes Bittencourt; as irmãs mães Mariana Bernada e Maria Margarida Bittencourt, herdeiras de um Engenho no Moju, até a viúva sesmeira Portásia Bittencourt.

No que diz respeito a uma possível montagem de uma árvore genealógica da família Moraes Bittencourt, verificou-se sua impossibilidade devido à ausência de fontes (desde registros paróquias até inventários e testamentos) sobre essa família no período estudado²⁵, com exceção das informações advindas de Almeida Barata; Cunha Bueno (op. cit.), da certidão de batismo de Francisco José de Moraes Bittencourt, filho do mestre de campo João Moraes Bittencourt e do inventário de Hilário Moraes Bittencourt de 1834 (ver Anexo 7.2)²⁶.

²⁵ Guiar-se pelo sobrenome nessa época é um tiro no escuro, sobretudo, porque era muito comum as famílias coloniais não preservarem regularmente aos seus sucessores seus “nomes”. No que tange as elites coloniais, há uma confusão até maior, pois é tradição conservar o nome do avô e/ou bisavô aos seus filhos. Por isso, é recorrente a aparição, por exemplo, de vários Hilário Moraes Bittencourt e João Moraes Bittencourt na documentação da época em diversos anos.

²⁶ AHU - Doc. 8408 (1796, Janeiro, 24). AHU. Capitania do Pará. Projeto Resgate.

Contudo, seguindo as pistas desta família, pode-se, a partir dos dados contidos na documentação da época²⁷, fazer seu esboço cronológico a partir da sementeira do instituidor do Engenho de Carmello, Hilário de Moraes Bittencourt, e da época de sua morte para a formação futura de uma árvore genealógica.

Quadro 03: Cronologia Moraes Bittencourt a partir da época do falecimento de Hilário Moraes Bittencourt.

PERÍODO	SITUAÇÃO
1729	Hilário de Moraes Bittencourt é beneficiado por sesmarias, constrói o Engenho de Carmello.
1735	João Paulo de Moraes Bittencourt emite requerimento à Coroa Portuguesa para gerência de seus bens em função, possivelmente, da morte de seu pai Hilário de Moraes Bittencourt.
1740	As freiras irmãs Mariana Bernarda de Sta. Teresa e Maria Margarida Bittencourt, primas de João Moraes Bittencourt, solicitam a Coroa Portuguesa a execução do testamento de seu tio Hilário de Moraes Bittencourt.

Dos anos 40 do século XVIII, conforme os registros documentais da época, até 1796²⁸, o controle de um dos engenhos mais destacados da região manteve-se sob o poder deste importante chefe de família e pessoa de grande prestígio no Estado de Grão-Pará, e de seus respectivos sucessores no século XIX, Hilário de Moraes Bittencourt, João de Moraes Bittencourt e José Justiniano Moraes Bittencourt, detentores de altas patentes militares (coronel, capitão e tenente-coronel, respectivamente).²⁹

Percebe-se que, mesmo em níveis socioeconômico e militar diferenciados, os integrantes da família eram, em sua maioria, detentores de posses, honrarias militares e de engenhos, sendo o engenho do Carmello, o grande Morgado patriarcal articulador da região, um dos maiores no Estado do Grão-Pará, como será visto adiante.

1.2 MORAIS BITTENCOURT: OS PODEROSOS DA CAMETÁ SETECENTISTA

Durante o Período Colonial no Brasil, desde os seus primórdios, é sabido que sua colonização assentou-se sobre uma estrutura de bases agrária, latifundiária e escravista, alicerçadas pelos grandes clãs familiares (FREYRE, 2003).

²⁷ Livro 5 das Sesmarias encontradas na APEP não batendo com a data que consta no catálogo de Sesmaria encontrado no mesmo local; AHU - Doc.1660; AHU - Doc. 2171.

²⁸ AHU - Doc. 7070; AHU - Doc. 8497. AHU. Capitania do Pará. Projeto Resgate.

²⁹ Códice 71, Doc. 50. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP; AHU - Doc. 9598 e AHU - Doc. 9061. AHU. Capitania do Pará. Projeto Resgate.

Freyre (op. cit.), Candido (1951) e Holanda (1982) postularam um conceito de família patriarcal que pretendia descrever as famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história. Segundo os autores, elas se caracterizavam por grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento.

Entre as instituições que marcam estruturalmente uma sociedade, aponta Teruya Tayra (2000), estão os Partidos, a Igreja e os clãs parentais. A força do clã parental podia ser observada somente em ocasiões especiais como, por exemplo, nas lutas entre grupos ou nas festas religiosas. Esta instituição carregava consigo sub-instituições: a responsabilidade coletiva familiar (*vendetta*) e o nepotismo.

Em relação ao nepotismo, Viana (1955, p. 150 apud TERUYA TAYRA, op. cit.) alega que “é a fórmula tradicional e geral da nossa vivência política”, e esclarece que no

Norte, esta tendência nepótica tem a força de uma tradição, a que a moral daquele grupo dá uma sanção por assim dizer imperativa: o oligarca assenta a sua força justamente na solidariedade da parentela, utilizando o prestígio dos filhos, genros, sobrinhos e afilhados.

Entretanto, é importante frisar que as pesquisas contemporâneas se opõem ao retrato da família patriarcal feito por aqueles autores clássicos, defensores da idéia de família patriarcal como uma concepção única e genérica da família brasileira (SAMARA, 1987), por meio de um “tipo fixo” que “se instala nas regiões onde foram implantadas as grandes unidades agrárias de produção – engenhos de açúcar, fazendas de criação ou de plantação de café” (CORRÊA, 1993, p. 15).

A nova História da Família, ao refletir criticamente sobre este padrão de família, verifica que tal situação corresponde a uma realidade de um determinado tempo e espaço que é convertida como matriz para a sociedade colonial inteira, no período que se estende do século XVI ao XIX, de acordo com Freyre (op. cit.), Candido (op. cit.) e Holanda (op. cit.).

O contraponto da família patriarcal consolidada na narrativa do pensamento social está em processo de produção a partir de pesquisas que, segundo Sâmara (1997, p. 10), contestam uma organização de família aplicável aos vários segmentos sociais, e revelam “a existência de outros tipos de relações entre sexos” e a “distância entre a norma e a prática social”.

A dominância da moralidade patriarcal que os estudos clássicos acreditavam existir também foi desmontada por novos olhares sobre os dados. No que tange à Amazônia, a historiografia local pouco tem explorado a temática, com exceção de trabalhos singulares como os de Acevedo Marin (1985), de Marinho (2004) e de Cancela (2006), que têm como similaridade a discussão sobre família, demografia e elite no Pará, em suas análises.

Sob esse bojo historiográfico é que se pretende analisar as famílias na freguesia de Cametá, em especial a Moraes Bittencourt, além do modelo da família patriarcal – sem perder o enfoque teórico de Almeida (2001) referente à mentalidade construída por meio de suas práticas cotidianas –, apresentando uma contribuição para a historiografia regional, em relação aos estudos da família.

Os Moraes Bittencourt destacam-se na região de Cametá, sobretudo no século XVIII, período muito importante para o desenrolar dos acontecimentos que nortearam a economia do Vale do Tocantins, visto que a cobiça substituiu as especiarias do Oriente pelas drogas do Sertão (canela, cravo, algodão, salsaparrilha, o sassafrás, o cacau, a canafiscula, a pita, o urucu, o cravo fino, a madeira, entre outros) e fomentou o interesse dos colonos em explorar a região tocantina, devido ao fato do Rio Tocantins proporcionar vantagens no escoamento e na comercialização de produtos.

O açúcar, nervo e vida do nordeste brasileiro, foi igualmente indústria amazônica de cotação alta. Os canaviais amazônicos cobriram grandes terras nas localidades circunvizinhas a Belém. Essas terras foram povoadas pelos plantadores de cana, proliferando-se dezenas de engenhos, que simbolizavam o *status* social da época – como os de Pantoja e os de Moraes Bittencourt, grandes proprietários de engenhos, de imensos canaviais e de grossa escravaria, analisados posteriormente. De acordo com Reis (1960, p. 32), “os senhores de engenho” eram a única nobreza presente na Amazônia, despontando, assim como no nordeste, uma existência farta que os cronistas relatam.

Reis (op. cit., p. 32) se reporta à memória do Bispo Frei João de São José, para relatar o encontro do mesmo com a família Moraes Bittencourt: “Em Cametá, em 1762, o Bispo Frei João de São José encontrou a família Moraes Bittencourt cercada de um fausto régio. Á mesa, uma prataria notável. Senhoras e Senhores vestindo veludo e sêdas custosíssimas”.

Como já foi dito, os senhores de engenho paraenses constituíam a elite, a classe nobre daquela sociedade vigente. Uma “legislação especial” garantiu-lhes essa diferença social, permitindo-lhes transitar, com certa facilidade, pelo cotidiano social das localidades, das regiões, dos estados e do país que pertenciam.

Alguns trechos do documento abaixo mostram o interesse e o desempenho fiel dessa família, por meio da figura de João de Morais Bittencourt junto aos representantes das autoridades portuguesas no estado do Grão-Pará, intervindo em diversos setores da sociedade: seja no incentivo à agricultura, a partir do atendimento de algumas famílias em relação à mão-de-obra escrava, sobretudo, aquelas de posse, no cultivo de suas lavouras (cacau, café e algodão); seja na comercialização e no cultivo de outros produtos.

(...) Mandey buscar os Indios pertecentes a [Francisco] de Oliveira Pantoja, e examinando o [requerimento] [que] fizera a [vossa excelência] em tudo faltarão a [verdade], [por que] não fizerão círio, estão servindo a [Manoel] Marques, vivendo com elle, prantando lhe [cacau], e cafe, e o dizerem que lhe não paga, o anno passado lhe fez [pagamento] em pano de algodão, como elles mesmos confecção. Não veyo hu rapaz pequeno chamado Gonçallo, pello ter dado [Manoel] Marques [para] servir a Maximo [Fernandes] pello trabalho de fazer as petições, e avistado [requerimento] menos verdadeiro [que] fizerão a [vossa excelência] ficão entregues ao seu Patrono, [Francisco] de Oliveira Pantoja não mandando [Vossa Excelência] o contrário.(...) Engenho do Carmello 6 de Fevereiro de 1762.De [vossa excelência] Humilde e [ininteligível] Criado. João Morais Bitancurtz.

(...) O sargento auxiliar José Lopes Torres, leva sento e sicoenta paneyros de [farinha], e os sicoenta [que] faltão [para] a conta dos duzentos ficão em [mesma] caza(...)Toda a [farinha?] dera os moradores conforme as suas pocas por presso, de quatro sentos reis, [que] [certamente] me parecia impulsivel ajustarce a conta, [que] [vossa excelência] pede, pella muita falta que há della nestes destritos, porque não cuidao os [que] podem mães do [que] Cação, e houverão sugeytos [que] a chegarao a comprar pello muyto gosto [que] todos estes moradores mostra, em se mostrarem zelozos na execução das Órdes DE [vossa excelência].Tenho feyto toda a [deligência] pocivel a ver se descubro mais alguas redes nada tem sido [bastante], [porque] todos dizem [que] mal fazem [para] no uso.(...) [Engenho] do Carmello 8 de agosto de 1762.De [vossa excelência]. O mais humilde súbdito, e obrigado Criado. João de Morays [Bittencourt].

Códice 71, Documento 21. APEP.

Nota-se que a agricultura de cacau foi intensamente cultivada pela família Morais Bittencourt no seu Engenho Carmelo, porém esse produto aparece como a exportação de Borba no ano de 1772, sem que se possa afirmar que fosse uma monocultura. Aliás, de acordo com os documentos, parecia não existir áreas de culturas exclusivas na capitania.

Os casos mais comuns eram recorrentes na Vila Vistosa da Madre de Deus, quando, em 1776, recebia escravos de Benguela para o “adiantamento das lavouras que se reduziam ao arroz, algodão e urucu, além daquela porção de farinha necessária ao consumo de terra e ainda ao gasto da Fazenda Real”, conforme escrevia o governador João Pereira Caldas (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, 1990, p. 54).

Nogueira Silva; Pompeu Amorim (op. cit., p. 40) verificam que o então distrito de Carapajó, constituído por ilhas, povoações e a vila de Carapajó (sede), possuía uma população de 975 habitantes, que corresponde às áreas urbana (vila) e rural (terra firme e ilhas). Em suma, a base de produção era o extrativismo vegetal e a lavoura, conforme revela a memória local: “Os Bittencourt tinham Cacoal, tinha seringal, sítio antigo, era engenho, mas não tinha cana tinha assim rebulada, o cacau era mais”.

No século XVIII, a família Moraes Bittencourt tinha um grande articulador, o Capitão-mor e, posteriormente, mestre-de-campo, João de Moraes Bittencourt, tanto concernente à ampliação de seus negócios financeiros quanto à economia da freguesia de Cameté. Até mesmo, em diversas situações, ultrapassava questões agrícolas e fazia algumas tentativas fracassadas de implantação de gado, mas sob o respaldo de autoridades representativas da Corte Portuguesa que, dificilmente, lhe negava pedidos.

Como exemplo, tem-se a instalação frustrada de uma fazenda de gado sob administração do Doutor Corregedor da Comarca Lopes “com a satisfação de todo o povo, concinando as providencias, que entendeo serem necessária pera se conseguir (...) que sendo aprovada, e do agrado de [vossa excelência] por ey logo por obra (...)”³⁰. Em 1765, políticos da Câmara da Vila Vistoza de Cameté, entre eles José Manoel Bittencourt, emitem uma correspondência endereçada ao Senhor Capitão Mor João de Moraes Bittencourt, em que afirmam não ser possível a criação de gados na região, pois

todos, e todos informemente asentão que não he lugar capaz para criar gado em tempo algum e vemos o grande e emreparável danno que tem e está experimentando e [ininteligível] na grande despesa que tem feito sem frutos, nem esperança de o ver, e os gastos crescendo, e com esta tão justificando razão tomamos expediente de pormos por bem publico na prezença de [vossa mercê] estes [danos] (...)”³¹

Cameté, diferentemente da Ilha do Marajó – onde a criação extensiva de animais (gado *vacum* e cavalari) teve êxito –, prescindia de sistemas de manejo por ser dispendioso, pois o gado facilmente se criava e se reproduzia em campinas ou terras de pastagens naturais, permitindo a formação de grandes rebanhos acima de 1000 cabeças.

³⁰ Códice 71, Doc.198. 24 de abril de 1764. Vila Vistoza. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

³¹ Códice 71, Doc. 225. Vila Vistoza do Cameté em Câmara 27 de maio de 1765. Correspondências de Diversos com o Governo. APEP.

Ângelo Meneses (op. cit.) mostra que de sistema de coíçara³² sobraram criatórios extensivos do gado zebu e do búfalo; de *habitat* natural de cacau, baunilha, bálsamo de umeri, cravo, canela, salsaparrilha, componentes florestais do sistema proposto, restam roças de mandiocas. Logo, questiona-se se a introdução de práticas e de métodos agrícolas, empregados arbitrariamente nos componentes naturais (clima e solo), aliado ao distanciamento cultural dos povos indígenas, contribuiu para o fracasso agrícola no Vale Amazônico. Entretanto, o que marca a economia na região tocantina do século XVIII é a agricultura e o extrativismo, setores articulados aos Morais Bittencourt que incentivam a plantação e o fornecimento de diversos produtos (como o arroz), além do tão cultivado cacau em suas terras:

(...) Cameté a 24 de março de 1775.

P.S: Vai incluza com esta relação das peçoas [que] andam plantar arroz [vossa senhoria].

João Moraes Bitancurt.

Relação dos moradores de villa viçozza que querem plantar arroz em virtude da recomendação do [ilustríssimo] e [excelentíssimo] [senhor] [general]

[Mestre de Campo] João de Morais Bitancurt

[Capitão] João Maria de Morais Bitancur

Alfares Manoel Antonio Morais

Alfares Ignácio Morais

[Sargento] João Paullo Moraes

[Capitão] Jozé Serrão de Castro

Alfares João Barrozo de Bastoz

[Capitão] Alberto de Souza Coelho

Alferes Pedro Mendes Thomaz

Frey de Orphãos Manoel Lopes Torres

Leis [ordinários] José Lopes Mendes (...)

Códice 294, Documento 02. APEP.

Dessa forma, pode-se observar o incentivo da família Morais Bittencourt no cultivo de arroz, o que mostra sua participação e seu interesse na diversificação da produção das atividades agrícolas dessa localidade. Nesse sentido, a família inseriu-se, cada vez mais, no projeto pombalino de fomento econômico para a Capitania na região do Tocantins. Durante

³² Coíçara era um sistema de rotação de culturas nas áreas de pastos; divisão de pastagem.

esse período, foi produzido açúcar, arroz, algodão, tabaco e cacau para a exportação, além de produtos como mandioca, café, aguardente, entre outros. Em Carapajó, o cultivo era baseado na cana-de-açúcar, no cacau, na cultura de roças (mandioca, arroz e milho) e, posteriormente, na extração de borracha.

No período pombalino (1755-1778), a agricultura experimentou maior crescimento, tanto na dinamização da produção quanto na diversidade de produtos comercializados. A produção organiza-se sob outras bases, ampliando a inserção de produtos das lavouras no mercado e favorecendo aqueles que demonstraram maior capacidade em organizar a produção com base no trabalho escravo negro, intensificado após a promulgação da liberdade indígena em 1755. Esse processo de modernização faz parte dos movimentos inerentes ao desenvolvimento do capital mercantil e aos anseios das elites locais. No plano nacional, a política colonial privilegiou a ocupação de terras como uma estratégia econômica do capital mercantil. Os grandes proprietários fundiários reforçam estruturas de mando político, reproduzindo estratégias de controle sobre o território e seus recursos naturais (DOMINGUES, 2000; GOMES, 1999).

Nesse panorama de expansão econômica e de inserção da mão-de-obra negra na região, verifica-se, por meio do Recenseamento de 1778 da Vila de São João Batista de Cameté, o perfil de escravos desta localidade. Este recenseamento mostra a composição populacional a partir dos *Cabeças de Família*.

Tabela 01: Composição geral dos *Cabeças de Família* na freguesia de Cameté.

Membros	N	%
Cabeças de Família	605	10.29
Familiares (Parentes)	2674	45.48
Soldadados	950	16.16
Escravos	1651	28.08
Total	5880	100

Na freguesia de São João Batista, ao avaliar a composição de escravos, verifica-se, por meio da avaliação de dados estáticos da população, uma quantidade significativa de mão-de-obra negra na região: 1651 escravos, que correspondem a 28,08% da população da freguesia. Este fato coloca Cameté em posição de destaque no estado do Grão-Pará e na Amazônia em termos de concentração de mão-de-obra escrava.

Pode-se inferir sobre a distribuição da mão-de-obra escrava pelos “cabeças de família” na freguesia e sobre a ocupação deles na região, em que a família Moraes Bittencourt aparece como a grande detentora de escravos na freguesia de Cametá. Essas informações ajudam a compreender o funcionamento das estruturas que regem e marcam as hierarquias sociais da época e os escravos, mola propulsora da economia colonial, que juntamente com as posses de terras, com os cargos administrativos e com as concessões de altas patentes militares, constituem a elite desse período.

Para analisar o poder desse *Cabeça de Família* na freguesia de Cametá, bem como o de todos os cabeças de família da capitania do Pará, a partir das categorias declaradas no Recenseamento de 1778, associou-se a riqueza ao *Tamanho do Plantel*, gerando a “riqueza domiciliar” (ANDRADE, 2001, p. 71): “ausência de escravos, 1 a 3 escravos (plantel pequeno), 4 a 10 escravos (plantel médio), 11 a 35 escravos (plantel grande) e mais de 35 escravos (plantel muito grande)”.

A respeito do perfil de riqueza da freguesia de Cametá, segundo *Estado*³³, *Sexo*, *Etnia* e *Tamanho do Plantel*, observa-se, na Tabela 02³⁴, que 84,21% dos cabeças de família ricos da freguesia cametaense eram do sexo masculino e de etnia branca, sendo que somente 8,77% dos ricos brancos e de estado casado possuíam plantel muito grande, depois vinha o plantel grande com 29,82%, composto novamente pelo grupo do casados e brancos, não existindo rico casado branco com plantel pequeno. A predominância era de plantel grande 47,37%, independente de *Estado*, todos eram brancos, logo depois se destaca o plantel médio 21,05%. O plantel pequeno e nenhum escravo correspondem a um índice abaixo de 2%. No que se refere às outras etnias, destaca-se apenas a etnia mulata, registrando 3 ricos, com uma ocorrência de 1,75% para todas as faixas de escravos, não existindo mulato rico sem escravo. No caso das mulheres, apenas 10,53% eram ricas e brancas, com predomínio de plantel médio 5,26%, desses 3,51% correspondem às viúvas. As outras faixas registram um índice de 1,75%.

³³ *Estado* é o termo declarado no Recenseamento de 1778 que corresponde ao atual Estado Civil, podendo ser considerado conjugalidade no período em estudo.

³⁴ *Possibilidade* era como o recenseador referia-se a situação socioeconômica dos *Cabeças de Família*, tal categoria será apresentada e debatida mais detalhadamente no segundo e no terceiro capítulos.

TABELA 02: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho do Plantel da freguesia de Cametá.

Sexo	Qualidade	Tamanho do Plantel	Estado								Total	%
			Casado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo			
			N	%	N	%	N	%	N	%		
Feminino	Branca	Nenhum	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		4 a 10	01	1,75	00	0,00	00	0,00	02	3,51	03	5,26
		11 a 35	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		Mais de 35	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75	01	1,75
		Total	01	1,75	00	0,00	00	0,00	05	8,77	06	10,53
Masculino	Branca	Nenhum	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		1 a 3	00	0,00	00	0,00	01	1,75	00	0,00	01	1,75
		4 a 10	07	12,28	01	1,75	03	5,26	01	1,75	12	21,05
		11 a 35	17	29,82	00	0,00	05	8,77	05	8,77	27	47,37
		Mais de 35	05	8,77	00	0,00	02	3,51	00	0,00	07	12,28
	Total	30	52,63	01	1,75	11	19,30	06	10,53	48	84,21	
	Mulata	1 a 3	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		4 a 10	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		11 a 35	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		Total	03	5,26	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26
Total geral			34	59,65	01	1,75	11	19,30	11	19,30	57	100

O *Tamanho Domiciliar* também ajudar a visualizar com mais nitidez a extensão das famílias e de sua relação como grupo de trabalho e produção – tal aspecto será discutido com mais acuidade no segundo e no terceiro capítulos. Este momento restringir-se-á apenas à questão do *Tamanho Domiciliar* a partir do padrão estabelecido por Andrade (op. cit., p. 71): “unipessoal (1), 2 indivíduos, 3 a 5 indivíduos, 6 a 12 indivíduos, 12 ou mais indivíduos. Esses agrupamentos tiveram como finalidade facilitar a análise”.

A Tabela 03 demonstra o tamanho de domicílios dos ricos da freguesia de Cametá, com destaque para os domicílios com 12 ou mais pessoas tanto para sexo feminino quanto para o masculino, correspondendo respectivamente a 5,26% e a 71,93%. O grupo dos homens casados detém 47,37% dos domicílios com 12 ou mais pessoas, já no das mulheres somente as viúvas correspondem a esse tamanho domiciliar. No que se refere aos 3 ricos mulatos, somente 2 possuíam domicílios com 12 ou mais pessoas e somente 1 possui de 6 a 12 pessoas.

TABELA 03: Possibilidade Rico segundo Estado, Sexo e Etnia por Tamanho Domiciliar da freguesia de Cametá.

Sexo	Qualidade	Tamanho Domiciliar	Estado								Total	%
			Casado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo			
			N	%	N	%	N	%	N	%		
Feminino	Branca	3 a 5 pessoas	00	0,00	00	0,00	00	0,00	02	3,51	02	3,51
		6 a 12 pessoas	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		12 ou mais pessoas	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26	03	5,26
		Total	01	1,75	00	0,00	00	0,00	05	8,77	06	10,53
Masculino	Branca	6 a 12 pessoas	03	5,26	00	0,00	03	5,26	01	1,75	07	12,28
		12 ou mais pessoas	27	47,37	01	1,75	08	14,04	05	8,77	41	71,93
		Total	30	52,63	01	1,75	11	19,30	06	10,53	48	84,21
	Mulata	6 a 12 pessoas	01	1,75	00	0,00	00	0,00	00	0,00	01	1,75
		12 ou mais pessoas	02	3,51	00	0,00	00	0,00	00	0,00	02	3,51
	Total	03	5,26	00	0,00	00	0,00	00	0,00	03	5,26	
Total geral			34	59,65	01	1,75	11	19,30	11	19,30	57	100

Pode-se verificar, a partir da análise desses dados, sobre o perfil demográfico da família Moraes Bittencourt, o destaque do *Cabeça de Família* João Moraes Bittencourt, na freguesia de Cametá, bem como na Capitania do Pará, tanto no que diz respeito ao *Tamanho do Plantel* quanto ao gerenciamento e ao abastecimento de uma extensa família (*Tamanho Domiciliar*), incluindo parentes, soldados e escravos.

Quadro 04: Perfil Socioeconômico do *Cabeça de Família* João Moraes Bittencourt da freguesia de Cametá.

Categorias Socioeconômicas	João de Moraes Bittencourt
Situação ³⁵	Carapajó
Qualidade	Branco
Estado	Casado
Emprego	Mestre de Campo
Ofício	Senhor de Engenho
Composição Familiar	19 Pessoas
Número de Soldadados	71
Plantel	79
Tamanho do Domicílio	170
Possibilidade	Rica

³⁵ Situação é o termo usado pelo recenseador para identificar as localidades dos cabeças de família na freguesia.

O documento revela, entre outras características, especificidades que marcam o *Cabeça de Família* João Morais Bittencourt e seu grupo familiar como uma família de elite, possuidor de numeroso plantel (o maior da freguesia), uma família extensa no que se refere ao seu *Tamanho Domiciliar*, beneficiados por altas patentes militares (mestre de campo), senhor de engenho e terras, além de declarado rico (fazendo parte do grupo dos 57 ricos) e de etnia branca (94,7% dos ricos eram brancos) pelo recenseador.

Desse modo, esta família traz consigo evidentes traços para a compreensão sobre a formação da elite colonial da Amazônia – e, naturalmente, suas peculiaridades e similaridades em relação às famílias do Brasil Colonial.

É importante ressaltar que esses dados fazem parte de uma análise parcial sobre o Recenseamento de 1778, refinada no segundo e no terceiro capítulos, que analisam essas famílias de elite no bojo da Demografia Histórica, com a sumarização dos dados a partir das estimativas relativas e absolutas, tabelas e gráficos de barra. Nesse momento são analisadas tanto as categorias levantadas pelo recenseamento (cabeças de famílias, civis, mão-de-obra escrava, soldados, possibilidades, ofícios e etnia) quanto as não contempladas por ele (mortalidade, natalidade e fecundidade).

1.3 ENGENHO CARMELLO DO CARAPAJÓ: UM PATRIMÔNIO EDIFICADO NO BAIXO TOCANTINS

De acordo com Cruz (op. cit.), as terras de Carapajó teriam sido doadas para fazer um engenho. O autor revela ainda a existência do engenho Carmelo do Carapajó, de João de Morais Bittencourt. Nesse engenho, trabalhavam 42 escravos entre homens e mulheres, 17 menores e 6 índios. Porém, o Recenseamento de 1778 informa que esse número é bem maior, correspondendo a 79 escravos. Tal fato é constatado em Daniel (2004, p. 37), que relata a existência de

engenhos de açúcar, e aguardentes que os moradores que têm muita gente, e operários procuram logo levantar nos seus sítios, e postos que semelhantes fábricas necessitam de grandes cabedais e gastos para sua ereção e conservação, são, contudo as mais lucrosas feitorias daquele, e as que dão maior rendimento a seus donos; a sua primeira diligência é em fazer grandes roçados, e canaviais, além dos mais roçados supra, maiores, ou menores conforme multidão que têm gente (...)

Daniel (op. cit., p. 37) aponta a necessidade de muita escravatura para manter o engenho e revela que ela nunca é, suficientemente, grande para sustentá-lo, pois os engenhos na Amazônia expedem muito pouco, já que moem somente em algumas temporadas, ficando parados durante muito tempo, o que torna seu rendimento diminuto quando comparado ao de outras regiões do Brasil, “onde moem em todo o ano, e com muita expedição”.

Sobre o engenho de Carmello, João de Moraes Bittencourt escreve, em 12 de novembro de 1780, um ofício aos oficiais do Senado da Câmara de Cameté sobre as dificuldades de produção no seu engenho de açúcar pela falta de mão-de-obra escrava:

[Senhores] [oficiais] do Senado da Câmara NB.

Esta nota he de própria letra do Belchior José Justiniano de Oliveira Peixoto.

Mais algum ha que contemplar, [que] não he oficial].

*Tendo [de satisfazer] a Ordem de [ilustríssimo], e [Excelentíssimo] [senhor] general, segundo o avizo, [que] de [vossa mercê] [que] havendo [quase] **sicoenta annos, [que] fabrico açúcar só a tenho deixado de fazer há seis annos a esta parte pela total impossibilidade, e decadencia, em [que] me acho a falta de operarioz, por meterem morrido muitos escravos e não se poder manejar esta laborioza manufatura sem avultado numero delles: E se o dito [senhor] for servido facilitar-me vinte sinco Índios das Povoaçoenz mais vizinhas; tanto para Rossar e plantar, como para a fabrica do açúcar; athe por meyo delles, me for necer melhor Negros, poderei só assim continuar na mesma fabrica [Eo effeito] correspondente dera [zem eu?] particular interesse, e abrem comum.***

*Em segundo lugar tãobem devo ponderar a [vossa mercês] [que] aidea daquellaz, [que] infor marão aomesmo [ilustríssimo], e [Excelentíssimo] [senhor] General, de [que] a falta de açúcar hé menoz bem conceituada; por quanto só algú Senhor de Engenho falta totalmente de experiencia, e o [que] não for falado de seus proprioiz interesses hé [que] [declara] de Desconhecer; [que] a **com versão das canas a açucar he muito mais util, e proveitoza, [que] agoardentes esta o fará com prejuízo doz seus interessez, e algus se applicão ao traz Lavouras hé por [que] e estaz demandão de muito menoz escravos, e hum Engenho Real não pode trabalhar com menoz de sessenta escravos. Hé o [que] se me offerece dizer a [vossa mercês].***

[Deus] [Guarde] a [Vossa mercês]. Cametta 12 de Novembro de 1780.

De [vossa mercês] Muito attento [senhor].

João de Moraes Bittencourt.

Ofício de João de Moraes Bittencourt aos oficiais do Senado da câmara de Cameté. AHU_ACL_CU_013, CX. 86, D. 7070 ROLO: 94. Em anexo o documento. APEP.

Percebe-se a importância desse engenho na economia local, em especial nos trechos em negrito. Neles, nota-se o tempo de produção do engenho referente às atividades da fabricação de açúcar – 50 anos – e a solicitação urgente de trabalhadores para os seus plantios e roçados, inclusive de indígenas das regiões vizinhas, por meio da prática dos descimentos. Este fato contrapõe-se ao uso mais comum, viável e eficaz, sobretudo nos trabalhos nos

engenhos no Brasil Colônia, de mão-de-obra negra, porque o uso do trabalho escravo indígena já era oficialmente proibido desde 1755.

Verifica-se, também, que a solicitação de escravos era recorrente para o Engenho do Carmelo, principalmente em meados dos setecentos, tanto que a Vila Vistoza de Madre de Deus, em 1776, recebeu escravos da Benguela para o “adiantamento das lavouras que se reduziam ao arroz, algodão e urucu, além daquela porção de farinha necessária ao consumo da terra e ainda ao gasto da Fazenda Real”, consoante o governador João Pereira Caldas (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 54).

O Engenho do Carmello aparece vislumbrando, ainda, o cultivo da farinha na região:

[Ilustríssimo] e [Exceletíssimo] [Senhor].

O sargento auxiliar José Lopes Torres, leva cento e sicoenta paneyros de [farimha], e os sicoenta [que] faltão [para] a conta dos duzentos ficam em [mesma] caza, por achar em capas a canoa de conduzir toda, [que] foi bom emmendar ao Director, e ao [Sargento] Mor João [Rodrigues] Coelho, viesse a canoa por [mesma] caza, [porque] sarta mete algúa se abia molhor pella muyta agoa [que] forma a canoa evir [muito] carregada, em outra ocasião a remeterey.

Toda a [feira] dera os moradores conforme as suas pocas por presso, de quatro sentos reis, [que] [certamente] me parecia impusivel ajustarce a conta, [que] [vossa excelência] pede, pella muita falta que há della nestes destritos, porque nao cuidao os [que] podem maes do [que] em plantar cacao, e houverão sugeytos [que] a chegarão a comprar pello muyto gosto [que] todos estes moradores mostrao, em se mostrarem zelosos na execução das Ordes de [Vossa Excelência].

Tenho feyto toda [diligência] pocivel a ver se descubro mais alguas redes nada tem sido [bastante], [porque] no uso.Fico rogando a [deus] pella vida, e saúde de [vossa excelência] que o Deos [guarde] por muytos annos [Engenho] de [Carmello] 8 de Agosto de 1762.De [vossa exclência].O mais humilde súbdito, e [obediente] Criado. João Morais Bitencourt³⁶.

Código 71, Documento 34. Correspondências de diversos com o governo. APEP.

Nessa correspondência, o ainda Capitão-Mor João de Morais Bittencourt informa o governo a respeito da produção de farinha na freguesia, o que mostra certa interferência, de sua parte, na agricultura local, por meio do incentivo que dava aos moradores para desenvolverem essa atividade na região tocantina, de acordo com as ordens do governo.

³⁶ Código 71, Documento 34. Correspondências de diversos com o governo. APEP.

Pode-se perceber, também, que Cameté e o próprio Engenho do Carmelo, apesar de não terem sido expressões da produção de farinha, são focos de desejo do governo para que se desenvolvesse tal atividade, uma vez que na Capitania e no Estado, as vilas que tiveram papel de destaque nessa produção, deste período, foram as de Oeiras, Melgaço e Portel, conhecidas como o “Império das farinhas do Estado” (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 54).

No Brasil Colonial, o engenho não se limitava a produzir e a cultivar o açúcar, ele desenvolvia também a cultura de outros produtos. E, quanto à estrutura da posse de escravos, o Engenho do Carmelo não ficava tão distante da concentração de escravos do nordeste, pois segundo Motta (1994, p. 9) as plantações baianas de açúcar apresentavam “as mais elevadas concentrações de escravos da Colônia”, apenas cerca de 15% dos 165 engenhos computados – mais de dois terços dos engenhos do Recôncavo e quase metade dos da Capitania – possuíam cem ou mais cativos, e somente um, o de Sergipe do Conde, contava com mais de 200 escravos. O número médio de escravos por senhor de engenho era de 65,5, o que leva o autor a afirmar que propriedades com uma

escravaria dessa magnitude não se parecem enquadrar na imagem comum da grande lavoura brasileira como um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um proprietário e senhor residente" a de 15% dos 165 engenhos computados - mais de dois terços dos engenhos do Recôncavo e quase metade dos da Capitania - possuíam cem ou mais cativos, e tão-somente um, o de Sergipe do Conde, contava com mais de 200 escravos.

A análise do autor confirma o papel relevante do Engenho do Carmello no que se refere ao tamanho de sua escravaria, ultrapassando até mesmo a média de escravos dos engenhos nordestinos.

A freguesia de Cameté, em meados dos setecentos, do século XVIII, aparece ainda como um dos lugares onde esses clãs familiares disputavam entre si a obtenção da mão-de-obra escrava negra, ao solicitar o envio desta para a localidade, em decorrência da libertação dos índios e das epidemias de meados do século.

É importante lembrar que, nesse período, o Estado precisava de mão-de-obra para a dinamização da economia do território e, com isso, facilitava a entrada da mão-de-obra negra na região, quer por concessões de isenções fiscais e crédito, quer por desencorajar a importação para o reino, canalizando-a para outros locais. Em 1790, Hilário de Moraes Bittencourt relata que o Engenho do Carmello está (VERGOLINO-HENRY; FIGUEREDO, op. cit., p. 142-3)

em ultima decadência, só sim se achão promptas as taxas, Caldeiras e alguns cobres miúdo. Os escravos pertencentes a [dita] fazenda Adultos 20 entre velhas e Estrupiadas. Como achei o engenho desta Sorte, commuito pouca porção degente [para] enviar, e antes demeu pay me entragar o Governo de sua casa, me tinha empregado na Agricultura de Cacôaes, e como estes são perto detrezentos mil pez motivo porque incorporei a m^a gente na fazenda somente na administração dos Cacôaes, Olaria, Costume, Rossas, para Farinha, alguns Arrozaéz, facturas de Canoas Grandes e mais miudezas de Lavouras. Sendo o numero da escravatura [muito] mais avultado que o da fazenda(...). Não se tem muito p^a assucar a annos por se achar a Fazenda desfalcada de Escravatura (...)

A partir da análise de Domingues (op. cit., p. 61), pode-se verificar que “apesar da grande intensificação desta mão-de-obra no estado Grão-Pará, mesmo aqui, ela é diminuta e que se encontrava concentrada, sobretudo, em Belém, Macapá, Vila Vistoza, Mazagão, Cametá e Bragança”.

Os negros e seus descendentes trabalhavam em diversos ramos de produção no Tocantins, além de cana-de-açúcar, cultivavam cacau, café, algodão, entre outros, e realizavam trabalhos penosos e jornadas extorsivas, principalmente na moenda da cana. Este excedente foi a mola do comércio metropolitano.

Assim, Cametá desponta como uma região que concentra um número significativo de escravos, 1641 no total, destacando-se por isso até o século XIX. Salles (1988) mostra que, em 1848, a freguesia de Cametá possuía 4030 escravos, enquanto a freguesia da Sé, zona urbana de Belém, possuía 3244 escravos.

À medida que a economia agrícola em Cametá, sob a liderança das famílias de elite da região – Oliveira Pantoja, Faial, Corrêa Seixas e, sobretudo, os Moraes Bittencourt, detentoras e controladoras da maior parte da mão-de-obra escrava da região – se expande, poucos enriquecem e a maior parte dos moradores empobrece, conforme aponta o Recenseamento de 1778: 57 ricos e 396 pobres. Não obstante, a quantidade de escravos que entrava desordenadamente na região gerava muitos conflitos, fugas e maus tratos por parte dos seus senhores.

Observa-se, em Cametá, as péssimas condições de trabalho, visto que os negros fugiram e alguns mocambos se formaram nas proximidades da região da lavoura canavieira, principalmente da bacia de Capim, de Moju, de Igarapé-Miri e de Tocantins. Os negros fugidos procuravam sobreviver de pequenos plantios e promoviam pequenos furtos de mantimentos em fazenda vizinhas aos mocambos.

A historiografia estudada em torno da região mostra o engenho do Carmelo concentrando um grande número de escravos no século XVIII, 79 escravos, segundo o Recenseamento de 1778. Para tanto, correspondências assinadas pelos responsáveis dos cargos de segurança da freguesia – o mestre-de-campo João de Morais Bittencourt e seu filho Tenente Coronel Comandante do Regimento auxiliar, Hilário de Morais Bittencourt – eram recorrentes, incentivando à repressão de diversos mocambos e solicitando escravos e comércios de gêneros alimentícios:

[Ilustríssimo] e [Excelentíssimo] [Senhor]

Há 12 do presente mês veyo dar parte o principal Miguel, [que] hoje pertece ao lugar de Azevedo, [que] hindo elle, e seus filhos, e mais outros índios, que portados fazião des a caça de jabuti, forão de com hum mucambo de fugidos, que ficara doze dias a uma do ultimo citio dos moradores desta [vila], e querendo elles fazer amizade com os taes fugidos, os não fazerão [consentir], antes se retirarão [para] o mato, e lhes forão fazer em busca daes no caminho por onde havião [ininteligível] seu salvo matarao hum índio, e ferirão a mães de [que] hum delles entendo não escapar,[porque] [diz] o principal esta passado com huma carga de minição pellos [ininteligível], [que] os da Campanha do dito Principal em sua diferença matarão algum.

Vivem atemorizados os [ininteligível] moradores circuvizinhos ao tal mocambo, [que aceyão] [ininteligível], fazer algua grande hostelidade nas suas por cazaes; [porque] se sabe de algua mortes, [que] se fizerão em caza obras Gonçalves ao Índio Matheus, e duas em casa do Jozé de Mello, e ameaçam de próximo fazerem mayores tragos, no ceos citios (...).

Caso que [vossa excelência] queira mandar castigar estes insultentes, sempre deve ser com algua caltella,[porque] tenho certeza a via [comunicação?] continuada de algua Índios destes moradores com os dos mucambo, [que] [facilmente] os poderão avizar, e principalmente os [que] se achão em caza de [Antônio] de [Souza] Coelho.

Fico rogando a [Deus] porspere a precioza vida de [vossa excelência] [que] o Deo [Guarde] por [muitos] [anos]. [Engenho] do Carmelo 21 de Janeiro de 1764.

De [vossa excelência]

O mais humilde súdito e reverente criado.

João de Morays Bittencourt.

Códice 71, Documento 196.

Vergolino-Henry; Figueiredo (op.cit., p. 63) salientam que o estopim, dentre esses conflitos, é o levante acontecido em Cametá, em 1795, quando os negros ameaçaram estuprar as mulheres daquela vila na ausência de seus pais e de seus maridos, e que nos casos das resistências eles “aspicarão como carne no açougue”. As medidas tomadas pelo comandante do Regimento Auxiliar da Vila, o tenente coronel Hilário de Morais Bettencourt foram atitudes práxis da época: ronda, toque de recolher e novas ameaças de prisões e castigos.

Nogueira Silva; Pompeu Amorim (op.cit., p. 44) revelam que o trabalho escravo em Carapajó foi alvo de severos castigos, com mutilações físicas causadoras de morte. Isso resultou nas fugas combinadas que, muitas vezes, causava “desgraça”, antecipando até mesmo a morte do escravo, pois eram capturados facilmente. Salles (op.cit., p. 242) ressalta que a fuga “(...) deve ter sido, no começo, solução bastante difícil e arriscada, além de uma empreitada individual”.

Pretendeu-se, assim, por meio da análise da trajetória da família Morais Bittencourt – talvez a principal empreendedora de atividades econômicas – e da constituição do Engenho do Carmelo, um dos maiores da freguesia de Cametá, compreender seu fortalecimento no século XVIII concomitante à expansão da economia agrária na região.

Este capítulo tentou não somente descrever os passos e as características delineadas dos Morais Bittencourt, mas também demonstrar como se compõe sócio-demograficamente uma família de elite e, sobretudo, refletir em que aspectos ela se insere no grupo das elites na Capitania do Pará dos fins século XVIII, questão apresentada a seguir.

**CAPÍTULO 2: FOTOGRAFIA DEMOGRÁFICA DOS
CABEÇAS DE FAMÍLIA DA CAPITANIA DO PARÁ A
PARTIR DO RECENSEAMENTO DE 1778**

A Demografia histórica extrapola seu próprio campo. Ela é o coração de tudo: da economia, do espaço, da biologia; mas também da vida, da morte, do amor. Ela coloca o Homem em presença de si mesmo e na sucessão das gerações. Ela conduz naturalmente á sociedade, á cultura, talvez até mesmo bem mais além, á metafísica, á ontologia, ao religioso. O recenseamento e o estado civil são os documentos, por excelência, de toda ciência humana. É pela demografia que se prepara o encontro da História e de todas as Ciências Humana.

Chaunu (1974, p. 353)

2.1 APRESENTAÇÃO DO RECENSEAMENTO DE 1778 DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ: AS CATEGORIAS SOCIOECONÔMICAS

Este capítulo é subsidiado, em especial, pelas orientações metodológicas de Henry (1977) que inovou a *Clio*, utilizando fontes inéditas para sua época, embasando a exploração das listas nominativas (aqui propostas) e a elaboração de fichas a partir de dados existentes dos registros paroquiais (casamento, óbito e batismo), que serviram para a análise de reconstituição de famílias.

Marcílio (1986) adapta a metodologia de Henry (op. cit.), usando as séries de registros paroquiais da Cristandade para compor suas fichas de famílias, considerando somente as famílias legítimas batizadas, registradas e casadas na igreja. Esse método era eficaz para a Europa que tramitava facilmente pela Cristandade, porém esta metodologia só funcionava nas famílias sedentárias, que casam e morrem na mesma paróquia.

No Brasil, Marcílio (op. cit., p. 11-2) observa famílias que apresentam uma variedade de nome que cada filho poderia receber na pia batismal, caracterizadas por altas taxas de ilegitimidade, de uniões consensuais estáveis e não estáveis e de grande mobilidade espacial. Além de toda a massa de escravo, parte significativa das populações pretéritas raramente se casava legalmente e nunca recebia sobrenomes. “Para estas, pois, o método se mostra inútil”. Em função disso, a autora buscou não somente usar os registros da igreja, mas também as listas nominais dos fogos de todos os habitantes, para então contornar esse problema e chegar a métodos mais “universalizantes”.

Este momento da dissertação engaja-se nessa perspectiva teórico-metodológica, na qual o “olhar demográfico-histórico” atenta cuidadosamente para os dados revelados pelo recenseamento da Capitania do Pará de 1778 e fotografa, por meio deles, a população paraense do período, a partir do recorte descritivo das categorias socioeconômicas nomeadas por esse documento, questionando-as de forma a reconstruir as estruturas de apropriação de riqueza na fase colonial. Tal análise, ancorada em Veloso (1998, p. 7), parte do pressuposto “de que a sociedade colonial elaborou indicadores e sistemas classificatórios dos habitantes dentro de certo padrão de objetividade”.

É importante discorrer sobre a elaboração dessas listas nominativas de habitantes no período pombalino que, pretensiosamente, urge por modernizar a administração do Estado, como advogava o projeto de Pombal: era necessário, além de outras razões, conhecer como a população estava composta para melhorar a arrecadação.

Para Nadalin (2004), os recenseamentos estavam relacionados à idéia de que, por meio deste instrumento e da (re)organização da sociedade em companhias de ordenança, poder-se-ia melhor controlar os estratos mais perigosos da sociedade. Ou seja, elas tornaram possível a ordem legal e administrativa neste território imenso, de população dispersa e escassez de funcionários regulares.

O autor mostra que as listagens elaboradas, até aquele momento, excluía parte da população masculina e feminina, pois nem todos eram recrutados nas ordenanças. O modo de incluir automaticamente toda a população nessas tropas consistia no arrolamento nominal e anual de cada indivíduo, em cada vila e em cada distrito das diversas capitâneas da América Portuguesa. Inicialmente, este projeto realizou-se em São Paulo, Goiás e no Pará, e posteriormente ampliou-se para toda América Portuguesa pelo Conselho Ultramarino em 1772. Foi, então, estabelecido um modelo único para a realização dos censos concernentes, incluindo as tabelas-resumo a serem enviadas a Portugal: isso fazia parte dos princípios estatísticos da aritmética política, que deveriam alicerçar a administração pombalina. Finalmente, tal projeto resultou, em 1776, na primeira tentativa de realizar um recenseamento simultâneo para toda a colônia (NADALIN, op. cit.).

É importante mencionar que, apesar das ordens explícitas da Coroa Portuguesa para a elaboração urgente dessas listas, foram poucas as achadas, distribuídas entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Nadalin (op. cit.) aponta os limites dessa documentação, pois algumas vezes os pesquisadores só se deparam com os mapas gerais (resumo das contagens da população), sem a lista de base. Sem contar as diversas listagens ao léu ou se deteriorando nos arquivos regionais, tornando-se um ponto de interrogação para os historiadores que sempre se perguntam sobre a ausência dessas listas no território brasileiro, com exceção das regiões referências de pólos econômicos, sobretudo, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Problemas também são detectados em relação ao próprio levantamento populacional, em especial, no que diz respeito ao “temor físico ao fisco e ao recrutamento militar, aliado à extensão das circunscrições administrativas e ao isolamento da população rural, eram reconhecidos pelos próprios responsáveis pela organização das listas de habitantes” (NADALIN, op. cit., p. 51).

Desde 1765, já se realizavam recenseamentos, embora fosse considerada apenas a população livre. Todavia, a partir da década de 1770, todos os habitantes foram incluídos nas listas, com exceção evidentemente dos indígenas, cuja maioria escapava ao controle das autoridades portuguesas. Nesse período, os capitães-mores são designados para executar os recenseamentos, englobando todos os moradores disponíveis para servir nos terços e auxiliares, desde nobres passando pelos plebeus, brancos e mestiços.

O Recenseamento de 1778 da Capitania do Pará, no que diz respeito a essas problemáticas, fornece muitas informações, mesmo não atendendo alguns aspectos gerais, solicitados pela Coroa Portuguesa sobre: (i) o Chefe da família, denominado *Cabeça de Família*, com nome completo; (ii) a localidade (*Situação*) em que reside; (iii) a etnia nomeada por qualidade; (iv) a conjugalidade; (v) o emprego; (vi) o ofício; (vii) os membros da família (mulheres, filhos, parentes e agregados); (viii) a contagem de soldados e de escravos, sem distinguir suas famílias, identificados por sexo e por faixa etária (menores e adultos, sem identificar a divisão etária dos recenseados). Este recenseamento mostra também as possibilidades socioeconômicas dos *Cabeças de Família*, identificados por pobres, possibilidades mediana, possibilidades inteiras e ricos.

No entanto, o recenseamento, mesmo com toda riqueza de informações que pode ser extraída, não se assemelha aos esquemas executados nos outros estados brasileiros desse período, deixando de fora alguns aspectos. Em geral, a população era contabilizada por *fogos*³⁷, em função das referidas companhias de ordenanças. Elas eram muitas vezes divididas em bairros, abrangendo habitantes não só “rocio” da vila, mas também de localidades e povoações dispersas; inclusive de fazendas. Assim, o levantamento de cada domicílio era encabeçado pelo nome do chefe e da esposa (se fosse o caso), seguido pelo dos filhos (primeiramente os meninos, depois as garotas); em seguida, vinham os outros membros da família vivendo no mesmo fogo, seguido dos “agregados” (com indicação da cor a partir do século XIX); e, finalmente, os prenomes dos escravos, sem outra identificação, e com a menção da cor, a partir do século XIX.

³⁷ A maioria dos documentos refere-se às moradias dos habitantes como *fogos*.

Nota-se que, no Recenseamento de 1778, já há preocupação por parte do Governo Metropolitano em evidenciar a cor de seus colonos do Norte do Brasil, identificada no recenseamento por *Qualidade*, categoria, obviamente, etnocêntrica e excludente, pois quando ligada às possibilidades socioeconômicas dos *Cabeças de Família*, indiciam as possibilidades de apropriação de riqueza e hierarquias sociais existente no Grão-Pará dos fins do século XVIII.

Outro aspecto do recenseamento que se desvirtua do formato geral, elaborado pelos recenseamentos do Brasil Colonial, diz respeito à divisão etária, pois se observa que, partir de 1775, os habitantes eram recenseados e classificados, como indica Nadalin (op. cit.): (i) primeira classe: crianças do sexo masculino de 0 a 7 anos; (ii) segunda classe: meninos de 7 a 15 anos; (iii) terceira classe: homens de 15 a 60 anos; (iv) quarta classe: velhos de 60 anos ou mais; (v) quinta classe: crianças do sexo feminino de 0 a 7 anos; (vi) sexta classe: meninas de 7 a 14 anos; (vii) sétima classe: mulheres de 14 a 40 anos; (viii) oitava classe: mulheres de 40 anos ou mais; (ix) nona classe: nascimentos do ano; (x) décima classe: óbitos do ano.

Nota-se a divisão clássica da hierarquia dos sexos, colocando os indivíduos do sexo masculino nas primeiras linhas classificatórias das categorias avaliadas pelos representantes da metrópole, que tinham interesses econômicos e militares na ocupação do território brasileiro. Tal hierarquia será refletida na sociedade colonial como um todo, sobretudo, nos âmbitos socioeconômico e cultural.

Sem contar que essa divisão, por classes de idades, nada mais é do que resquício do período medieval, no qual as idades biológicas correspondiam a determinadas funções sociais. Dessa forma, Nadalin (op. cit.) sintetiza as classes em três grandes grupos:

(i) 1º Grupo: infância e puerilidade

- 0/7 anos: Idade dos brinquedos

- 8/14 anos: Idade da escola

(ii) 2º Grupo: adolescência e juventude

- 15-30/35 anos: Idade do amor e dos esportes

- 30/35-40/50 anos: Idade da guerra

(iii) 3º Grupo: velhice e senilidade

- Idade consagrada aos estudos, à ciência e à lei.

Nadalín (op. cit.) diz que se trata de uma concepção clássica definida em função de uma organização social e, de modo igual, uma organização social em função da idade. Bem como um sistema de representação de mundo que desaparece lentamente no Ocidente, mas suficientemente profundo e arraigado para deixar fragmentos ainda no século XVIII. Nesse sentido, indaga-se até que ponto a divisão em classe de idade, em etapas bem definidas, apresentadas pelas listas nominativas até 1797, no Brasil, interfere nas representações sociais (atividades físicas, educacionais, culturais, entre outras) de seus sujeitos históricos.

Nadalín (op. cit., p. 66), se reporta às reflexões de Marcílio, para mostrar que nesse tipo de estrutura etária:

Os 7 anos marcavam, em princípio, e para os dois sexos, o início do católico nos sacramentos da confissão e da comunhão. O agrupamento das idades do sexo feminino entre 14 e 40 anos leva a supor imediatamente um critério biológico e da natureza político-institucional. Nessa faixa etária situa-se grosseiramente a fase potencialmente fértil da mulher. Para os homens, o período compreendido entre os 15 e os 60 anos (3a classe) correspondia, em primeiro lugar, à faixa etária em que, de acordo com as Ordenações do Reino, os elementos deviam pertencer às Companhias de milícias da terra: um critério militar, portanto. Contudo poderia representar, igualmente, a faixa de idade economicamente ativa, o potencial de força de trabalho adulta masculina. Nesse caso, um critério de natureza econômica.

Nota-se que a divisão etária do Recenseamento de 1778, das freguesias da Capitania do Pará, toma como parâmetro o esquema de classes de idades de 1775, em que a categoria menor “macho” (classificação exposta no recenseamento de 1778) compreende a faixa etária: primeira classe - criança do sexo masculino de 0 a 7 anos e a segunda classes, menino de 7 a 15 anos; os adultos “machos” correspondem a terceira classe, homens de 15 a 60 anos e a quarta classe, velhos de 60 anos ou mais; já as “fêmeas” menores compreendem: a quinta classe, crianças do sexo feminino de 0 a 7 anos e a sexta classe, meninas de 7 a 14 anos; as “fêmeas” adultas a sétima classe, mulheres de 14 a 40 anos e a oitava classe, mulheres de 40 anos ou mais. Deixando de fora as duas últimas classes, a nona classe, nascimento do ano e a décima classe, óbitos do ano. Verifica-se o interesse muito mais político, socioeconômico e militar de tal levantamento, isto é, o de mapear o nível de produção seja nas atividades econômicas e/ou no exercício militar, do que conhecer, de fato, demograficamente a população.

A historiografia sobre o estado Grão-Pará, ressalta Veloso (op. cit.), tem insistido no interesse especial da administração metropolitana pela defesa, pela ocupação e pela agricultura mercantil. Em relação aos registros demográficos, observa-se o esforço por quantificar e qualificar a população. No período entre 1773-1797 foram realizados cinco (73, 78, 83, 89 e 97) recenseamentos gerais (KELLY, s/d), enquanto outras freguesias foram objeto de registros especiais, como Macapá.

Pode-se pressupor que para a Capitania do Pará, de 1778, talvez fosse muito mais interessante, para as elites governantes, separá-la em “adultos” e “menores”, sem fazer as distinções típicas do Antigo Regime Europeu reproduzido em suas colônias, especialmente devido ao forte caráter militar necessário para garantir a ocupação e o povoamento da região. Para isso, era preciso recrutar novos soldados (Cabo, Sargento, Cadete, Furriel, Capitão, Tenente, Alferes, Mestre de Campo, Tenente Coronel e, até uma nova distinção, Capitão de Engenharia, da Fortaleza) para as Companhias de Ordenanças.

Sem contar que a categoria “Adulto” já correspondia aos anseios socioeconômicos da Coroa, que sempre se preocupou com a avaliação da produção econômica de seus colonos e com a potencialidade produtiva expressa nos números da população. Desse modo, dados referentes à riqueza de alguns *fogos* (quantidade do produto colhido, profissão, número de escravos, cabeças de gado, entre outros) e da vila (importação e exportação, consumo, entre outros) já eram registradas desde as primeiras listas (NADALIN, op. cit.).

O Recenseamento de 1778 é, portanto, uma fonte que permite conhecer o estado populacional, com muitas limitações, e verificar as possibilidades de apropriação de riqueza na Capitania do Pará, a partir das categorias socioeconômicas e étnicas nomeadas pelo documento.

Sabe-se que a base de acumulação mercantil foi o escravo, mas indagar sobre as várias formas de propriedade escravista e como se reproduzia a riqueza impõe a investigação, sobretudo, dos diversos tipos de proprietários de escravos e de não proprietários; os diferentes mecanismos legitimados de apropriação do trabalho e do excedente.

Rico e Pobre na sociedade escravista refletem situações polares no plano econômico e político, porém, as realidades sociais que se configuram em categorias “intermediárias”, denominadas *Cabeças de Família com Possibilidade Mediana*, problematizam outras articulações importantes desse tecido social, o que foi possível por meio do cruzamento de algumas variáveis identificadas nesse registro, tais como os ofícios e os empregos, que permite problematizar as classificações socioprofissionais das sociedades pré-industriais, que também podem ser relacionadas aos critérios de riqueza da época.

Este tipo de análise sincrônica permite desenvolver hipóteses sobre o conceito de riqueza e de pobreza, situando-o em um momento histórico e, estritamente, ligado a sistemas de classificação étnica. O Recenseamento de 1778 da Capitania do Pará corresponde às seguintes freguesias, conforme exposto no documento:

Índice das Freguezias no presente Mappa Comprehendidas

Na capitania do Pará:

1-A Freguesia da Sé na Cidade do Pará -----	1
2-A de Santa Anna da mesma Cidade -----	3
3-A de Nossa Senhora da Conceição do Lugar de Benfica que he de Índios -----	56
4-A de Nossa Senhora do Rosário da Villa de Colares, que he de Índios -----	57
5-A de Nossa Senhora do Rosário do Lugar de Penha Longa, que he de Índios -----	58
6-A de Nossa Senhora da Luz do Lugar de porto Salvo, que he de Índios -----	59
7-A de Nossa Senhora de Nazareth da Villa de Vigia -----	60
8-A de S. Caetano do Lugar de Odivellas, que he de Índios -----	67
9-A de Nossa Senhora do Rosário da Villa Nova de El Rey, que he de Índios -----	68
10-A de S. Miguel da Villa de Sintra, que he de Índios -----	70
11-A de Nossa senhora da Conceição do Lugar de Santarém, que he de Índios -----	56
12-A de Nossa Senhora do Rosário da Villa de Bragança -----	73
13-A de S. José do Lugar de Serzedello, que he de Índios -----	79
14-A de Espírito Santo do Lugar de Ourém-----	80
15-A de Nossa Senhora da Piedade do Rio Irutuya -----	82
16-A de S. Miguel da Cachoeira do Rio Guamá -----	84
17-A de S. Domingos do ditto Rio -----	87
18-A de Santa Anna do Rio Bujarú -----	90
19-A de Santa Anna do Rio Capim -----	91
20-A de S. José do Rio Acará -----	94
21-A de Espírito Santo do Rio Mojú -----	96
22-A de S. Francisco Xavier do Lugar de Barcarena, que he de Índios -----	102
23-A de S. João Baptista da Villa de Conde, que he de Índios -----	102
24-A de S. Miguel da Villa de Beja, que he de Índios -----	103
25-A de Nossa senhora da Conceição do Rio Abayté -----	104
26-A de Santa Anna de Igarapé Merim -----	107
27-A de S. João Baptista da Villa do Cameté -----	102
28-A de S. João Baptista da Villa do Lugar de Azevedo, que he de Índios -----	135
29-A de Santo Antonio do Lugar de Bayão, que he de Índios -----	136
30-A de Nossa Senhora da Assumpção da Villa de Oeiras, que he de Índios -----	137
31-A de S. Miguel da Villa de Melgaço, que he de Índios -----	141
32-A de Nossa senhora da Conceição da Villa de Portel, que he de Índios -----	144
33-A de Santo Antonio da Villa e Fortaleza (?) -----	145
34-A de Santa Cruz do Lugar de Villarinho do Monte, que he de Índios -----	147

35-A de S. Braz da Villa de Porto de Mos, que he de Índios -----	148
36-A de S. Francisco Xavier da Villa de Souzel, que he de Índios -----	150
37-A de S. João Baptista da Villa do Pombal, que he de Índios -----	150
38-A de S. João Baptista da Villa de Veiros, que he de Índios -----	150
39-A de Nossa Senhora da Conceição da Villa e Fortaleza de Santarém, que he de Índios, vem anexa huma povoação de moradores brancos -----	151
40-A de Nossa Senhora da Saúde da Villa de Alter do Chão, que he de Índios -----	154
41-A de Santo Ignácio da Villa de Boim, que he de Índios -----	154
42-A de Nossa Senhora da Assumpção da Villa Franca, que he de Índios -----	155
43-A de S. José da Villa de (?), que he de Índios -----	156
44-A de S. João Baptista da Villa de Faro, que he de Índios -----	156
45-A de Santa Anna da Villa e Fortaleza de òbidos, que he de Índios -----	157
46-A de Santo Antonio da Villa de Alenquer, que he de Índios -----	157
47-A de S. Francisco da Villa de Monte alegre, que he de Índios -----	158
48-A de S. Francisco Xavier do Lugar de Outeiro, que he de Índios -----	159
49-A da Villa e Fortaleza de Almeirim que he de Índios -----	159
50-A do Lugar de Fragozo, que he de Índios -----	160
51-A da Villa de (?), que he de Índios -----	160
52-A da Villa de Arrayolos, que he de Índio -----	161
53--A de Santa Anna do Lugar de Cajarri, que he de Índios -----	161
54-A de Nossa Senhora da Assumpção da Villa de Mazagão -----	162
55-A de Nossa Senhora Madre de Deos da Villa Vistoza -----	174
56-A de S. José da Villa e Praça de Macapá -----	179
57-A de S. Francisco da Villa de Chaves na Ilha de Joanes e he de Índios -----	190
58-A do Menino Jesus na Villa de Soure na ditta Ilha e he de Índios -----	191
59-A de S. Francisco Xavier na Villa de Monçaras na ditta Ilha, e he de Índios -----	192
60-A de Nossa Senhora do Rosário na Villa de Monforte na ditta Ilha e he de Índios ----	193
61-A de Nossa Senhora da Conceição na Villa de Salvaterra na ditta Ilha e he de Índios	193
62-A de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira Rio Arary na ditta Ilha -----	194
63-A de Nossa Senhora da Conceição no Lugar de Ponta de Pedra na ditta Ilha e he de Índios -----	197
64-A de S. Francisco no Lugar de Villar na ditta Ilha e he de Índios -----	197 ³⁸

³⁸ 7505 - Junho, 22, Barcelos [Rio Negro] - João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das Capitanias do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781. Anexos: Mapas. AHU_ACL_CU_013, CX.94, D. 7509 (Projeto Resgate).

2.2 IMPRESSÕES DO GRÃO-PARÁ SETECENTISTA (1778): PERFIL POPULACIONAL

Sabe-se que para o estudo de uma lista nominativa é necessário explorar todos os dados que habitualmente costumam fornecer: número de habitantes e número de agregados familiares da localidade onde foi elaborada, assim como as estruturas (*Sexo, Idade, Estado ou Conjugalidade, Profissão*, entre outras). “Estudar a estrutura da população numa determinada data é estudar os diversos componentes e estabelecer as relações que existem entre elas e com o todo onde se inserem” (HENRY, op. cit., p. 18-9).

Entretanto, o Recenseamento de 1778 da Capitania do Pará não fornece uma série de dados para uma avaliação mais precisa sobre o estado da população, tais como divisão etária (grupos por idade) e distinção dos agregados familiares³⁹ e nem os laços de parentesco – mulheres, filhos, parentes e agregados aparecem contabilizados sem distinção nenhuma entre si, são contabilizados em menores e adultos, fêmeas e machos; escravos e pessoas efetivas soldadas são contabilizados separadamente, sem a designação e distinção de seus familiares e nomes.

Por isso, não é possível mostrar o perfil etário da população em grupos por idade, apenas identificar a faixa etária pela classificação feita pelo levantamento (menores e adultos), e nem analisar a composição dos agregados familiares. Não será possível também gerar estatísticas do movimento natural da população que dizem respeito aos nascimentos, casamentos e óbitos, pois não foram levantadas em 1778, impedindo um estudo sobre a natalidade, a fecundidade, a nupcialidade e a mortalidade.

Este recenseamento tem caráter eminentemente socioeconômico diferente, por exemplo, dos recenseamentos analisados por Marcílio (op. cit., p. 128) que verifica que, em Ubatuba, os recenseadores anotavam com cuidado todas as eventualidades ocorridas (nascimento, casamento, mortes, saídas e entradas de membros da família nuclear e de agregados e escravos) no ano em cada domicílio. Anotavam também outras ocorrências, tais como a compra e venda de escravos, a idade de todos, a naturalidade, a cor, a legitimidade, os filhos do primeiro ou do segundo casamentos, o parentesco entre os membros, entre outros. Esses dados ajudaram a autora a reconstruir “uma verdadeira história de vida de cada unidade conjugal da população livre”.

³⁹ Agregado familiar é um grupo de pessoas que vivem em comum, quer sob a autoridade de um mesmo chefe, quer num mesmo alojamento.

A análise desta pesquisa irá se restringir às informações geradas pelo Recenseamento de 1778. Inicialmente, será mostrada como estava distribuída a população na Capitania do Pará, a partir dos *Cabeças de Família* daquele ano, e reconstituída a organização e a estrutura dos grupos domésticos (*fogos* como eram nomeados pelos habitantes do Brasil colonial), unidade maior que a própria família nuclear, ou seja, todos os habitantes que ali foi levantado serão estudados: livres, escravos, casados e viúvos, solteiros e clero.

É importante salientar que o Estado do Maranhão e Grão-Pará, em 1778, ainda vivia fortemente os reflexos da política pombalina (1750-1777). Uma região que havia passado por muitas transformações em sua vida econômica, social, religiosa, com marcas inevitáveis sobre a cultura. Nesse período, as missões representavam para as autoridades, em relação ao pensamento dominante, grandes entraves ao progresso. Existiam grandes contradições entre o campo e a cidade. Os missionários tornaram-se grandes proprietários resistentes ao modo de vida dos colonos, pois ao ascenderem socialmente tentavam influir nos destinos políticos do Estado. As aristocracias rurais, atraídas para a cidade, aliaram-se à burguesia, engendrando uma força poderosa, política e economicamente. A riqueza e a prosperidade dependiam da mão-de-obra disponível. O tráfico de escravos negros não era estável e era extremamente oneroso para os interessados locais. Os missionários muitas vezes dificultavam a escravidão dos índios.

Dessa forma, a organização da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão também resultaria do interesse e das solicitações dos moradores do Maranhão e Grão-Pará. E as missões dificultavam a vida dos moradores, que discordavam dessa “economia igualitária das aldeias indígenas, espécie de socialismo missionário, que modificara o comunismo tribal, passando o controle da produção para as mãos do missionário” (DANIEL, 1976, p. 18). Tal situação provocou a expulsão dos Jesuítas em 1759, uma vez que prejudicavam os planos políticos de Marquês Pombal, que tinha o intuito de dinamizar a economia amazônica, (re)organizando a mão-de-obra indígena por meio do trabalho compulsório e do comércio de escravos africanos.

Apesar disso, as crônicas dos padres mostram o papel importante que os missionários tiveram na formação da mão-de-obra, o que por um lado garantiu o sucesso da imposição do modelo europeu de cultura, descrevendo com segurança o amplo trabalho executado nas missões e revelando igualmente a aprendizagem comum de índios e de negros.

Para Leite (1953, p. 262), eles adquiriam dos jesuítas um qualificativo especial: “a todos esses Índios e Pretos se dá o qualificativo de oficiais, nomenclatura própria dos mestres portugueses, dentro da categoria de oficiais mecânicos. O que na linguagem atual se entende por operários qualificados, não simples aprendizes”.

Com o advento do consulado pombalino e da incorporação da Companhia do Comércio do Maranhão, tanto a Amazônia quanto o Maranhão começaram a reger sua economia e sua força de trabalho conforme os ditames da política pombalina, a companhia obrigava-se, sob favores régios, a importar para as duas capitanias tudo que elas necessitassem, importando o braço escravo e incentivando a agricultura. Seria o grande veículo da exportação regional, aproximando-se assim do mercado europeu.

Pode-se indagar essa realidade socioeconômica da Amazônia, a partir deste questionamento de Reis (1960, p. 40) sobre a política lusitana na região:

A política de Portugal no Vale Amazônico, no sentido da organização de sua economia, conseqüentemente de seu aparelhamento para a continuidade histórica posterior, foi uma política desajustada á realidade do ambiente, esquecida de suas obrigações, negativa, destruidora, malbaratante das energias dos colonos e nativos, e marcada por pintas de flagrante incapacidade?

E para encontrar algumas repostas que satisfaçam essa pergunta é que se tenta fazer uma fotografia populacional da Capitania do Pará e, a partir dela, mostrar as possibilidades de construção de riqueza e suas hierarquias social e étnica.

2.2.1 Distribuição dos Cabeças de Família na Capitania do Pará

A Capitania do Grão-Pará computava, em 1778, 4.315 cabeças de famílias, totalizando 39.952 habitantes entre menores e adultos. Esses chefes de família tinham como unidade básica o *fogo*, ou o grupo doméstico, de composição variada, computando 4.315 *Cabeças de Família*, constituída fundamentalmente pelo casal e seus filhos, célula de produção e de reprodução biológica e social, grupo de trabalho e de manutenção da sobrevivência dos indivíduos. Esse grupo familiar nuclear poderia ser complicado pela presença de agregados (parentes ou não) e também de escravos, não sendo rara a existência de agrupamento familiar formado por um único chefe (homem ou mulher) sem companheiro, mas com filhos e eventualmente com agregados (REIS, op. cit.).

Tabela 04: Distribuição dos *Cabeças de Família* na Capitania do Pará.

Freguesia	Cabeças de Família				
	N	%	Freguesia	N	%
ABAETÉ	83	1.92	VIGIA	181	4.19
ALENQUER	08	0.19	PENHA LONGA	15	0.35
ALMEIRIM	02	0.05	VILA DO CONDE	05	0.12
ARRAYOLLOS	02	0.05	BEJA	09	0.21
AZEVEDO	21	0.49	SOURE	14	0.32
BAIÃO	12	0.28	SÃO MIGUEL	50	1.16
BARCARENA	14	0.32	SÃO JOSÉ	02	0.05
BOIM	02	0.05	SÃO DOMINGOS	67	1.55
BRAGANÇA	138	3.20	SÃO CAETANO	08	0.19
CAJARI	03	0.07	SANTAREM	06	0.14
CAMETÁ	605	14.02	SANTANA	533	12.35
MELGAÇO	84	1.95	ROSÁRIO EL REY	37	0.86
SÉ	828	19.19	RIO GUAMÁ	49	1.14
CHAVES	12	0.28	RIO CAPIM	46	1.07
COLARES	12	0.28	RIO BUJARÚ	33	0.76
CACHOEIRA DO RIO ARARY	71	1.65	RIO ACARÁ	61	1.41
MOJÚ	123	2.85	POTO SALVO	07	0.16
VILAR	07	0.16	PONTA DE PEDRAS	10	0.23
ESPOZENDE	01	0.02	PINHEL	09	0.21
IRITUYA	35	0.81	OUTEIRO	01	0.02
MAZAGÃO	310	7.18	OURÉM	48	1.11
FRANCA	02	0.05	ÓBIDOS	13	0.30
VILARINHO DO MONTE	07	0.16	MONTE ALEGRE	13	0.30
PORTEL	16	0.37	MONSARÁS	25	0.58
VILLA DE SANTARÉM	56	1.30	IGARAPE MIRI	70	1.62
VEIROS	08	0.19	FRAGOZO	01	0.02
POMBAL	03	0.07	FARO	04	0.09
SOUZEL	02	0.05	BENFICA	11	0.25
GURUPÁ	34	0.79	SALVATERRA	07	0.16
PORTO DE MOZ	33	0.76	MACAPÁ	275	6.37
OEIRAS	69	1.60	VISTOZA	94	2.18
ALTER DO CHÃO	03	0.07	MONFORTE	05	0.12
Total				4315	100

A maior contribuição de *Cabeças de Família* se encontrava na freguesia da Sé, com 828 *Cabeças de Família*, correspondente ao índice de participação de 19,19% do total relacionado á Capitania do Pará. O segundo lugar é da freguesia de Cametá, com 605 *Cabeças de Família*, que corresponde a 14,02% do total relacionado. O terceiro lugar é da freguesia de

Santana, com 533 indivíduos, índice de 12,35% do total relacionado. O quarto lugar é da freguesia de Mazagão, com 310 indivíduos, índice de 7,2% do total relacionado. O quinto lugar é da freguesia de Macapá, com 275 indivíduos, índice de 6,37% do total relacionado à Capitania. E o sexto lugar é da freguesia de Vigia, com 181 *Cabeças de Família*, índice relativo de 4,19%.

A freguesia da Sé e de Santana da Campina formam a atual cidade de Belém, que se destaca pela sua localização, que facilitou a circulação de mercadorias do “Sertão”, o que levou os mercadores a reforçar seu papel de ponto de intersecção para trocas de seus produtos, contribuindo, dessa forma, para que se tornasse um porto muito movimentado e, de certa forma, mais povoado. Essa duas freguesias representam o lugar colonial, onde os poderosos detinham também o controle do interior da Capitania, com objetivo de controlar o trabalho indígena e organizar a exportação de gêneros extrativos (VELOSO, op.cit.).

A respeito de Belém, Daniel (op. cit., p. 383) relata que é

das maiores, e mais populosos da América Portuguesa; e talvez também das mais ricas, por acodirem a ela todas as riquezas de todo o Amazonas de todo o distrito da Majestade Fidelíssima, e ouro das minas de Mato Grosso, e das mais, que tem o rio nas suas margens, e pouco a pouco irá correndo das mais minas, por lhe ficar muito em comodo a serventia e comunicação pelo Amazonas, e seus colaterais, para o Pará, para as mais cidades como bem se vê pelas experiências nas sobreditas minas de Mato Grosso...já agora e das mais opulentas pela copia de preciosidades de seus generos de cacao, salsa, cravo, café, paos preciosos e etc...e bem mostra sua opulência, porque as suas casas são palácios, as suas salas tudo são ornados, o seu traje e sedas, os seus viveres todos são baratos (...).

A partir desse relato, pode-se visualizar a cidade de Belém por meio daquelas freguesias e de seus atrativos para os moradores, pelas estruturas de comercialização e de organizações institucionais, e pelo levantamento de prédios interligados aos modos de vida, às formas sociais e aos valores eurocêtricos.

Cruz (1973) observa que, no início do século XIX, a cidade de Belém assistia à proliferação, para trás e para os lados, de seu movimento de cais de trapiches de madeira, das chamadas *rocinhas*⁴⁰. Em 1820, Spix; Martius (1981) comentam que, ao chegar à cidade, ultrapassada a visão que dela se tinha desde a Baía de Guajará, encontravam mais do que prometia o aspecto exterior. As casas eram sólidas, perfiladas em longas ruas em ângulos retos e largas praças. Eram raras as construções suntuosas, assobradadas, sendo singela sua arquitetura.

⁴⁰ Amplas casas de campo, avarandadas e sem forro, edificadas em terrenos cultivados com muitas árvores frutíferas.

A partir desse comentário, é possível notar diversos pontos de vista sobre o aspecto puramente físico da cidade, porém, num item todos concordam: Belém destacava-se por sua importância comercial. Para ela convergiam os artigos destinados à exportação, oriundos das várias localidades da região. Desses produtos (derivados da pecuária de Marajó, goma elástica e drogas do sertão), apenas uma parte (o açúcar, a cachaça, o melado, o fumo e a borracha) era cultivada nas cercanias da capital, a maior parte deles vinha do interior.

Como escoadouro da produção do interior amazônico, o porto de Belém recebia inúmeras embarcações fluviais. As de maior calado, próprias ao tráfego marítimo, permaneciam ao largo da Baía de Guajará, provenientes de Portugal, da Grã-Bretanha, das Índias Ocidentais, da França, da Holanda e da América do Norte. Os “gêneros de importação”, trazidos pelo porto de Belém, eram enviados para Cametá, Vigia Macapá, Monte Alegre, Santarém, Óbidos e Barra do Rio Negro, de onde provinham os produtos naturais da selva. Um registro indicava que, por volta de 1839, as atividades urbanas ultrapassavam as necessidades dos 12.500 habitantes da cidade (LIMA, 1996).

A freguesia de São José de Macapá foi o núcleo populacional para onde convergiam dois projetos de importância para a Coroa Portuguesa. Um relativo à defesa territorial e outro relativo à estratégia geopolítica e exploração econômica de gêneros demandados pelo capital comercial (RAVENA, 1998). A fase montagem da colonização agrícola, no delta e na planície fluvial Amazônica, revela uma trama de relações sociais entre colonos e administradores que se prolonga fora do núcleo. As famílias de colonos submeteram-se a um sistema repressivo muito intenso, passando por todo tipo de coerção com objetivo de defesa.

Macapá e Mazagão inseriram-se de forma peculiar neste projeto. Entre 1752-1754, chegaram imigrantes de Açores distribuídos em São Miguel do Guamá, em Ourém, em Tentugal e em Bragança e, ainda, numa vila fundada no Rio Xingu, enquanto algumas famílias ficaram em Macapá. Os “colonos açorianos” erradicaram-se no Estado do Grão-Pará em condições extremamente precárias, o que tornava quase impossível seu enriquecimento, com raras exceções, como o caso da família Bittencourt. É importante ressaltar que Macapá e Mazagão tiveram concepção e gestão diferentes (ACEVEDO MARIN, 1998).

As “terras do Cabo Norte”, segundo Acevedo Marin (op. cit., p. 64), recebera um “sopro de povoamento”, por meio da entrada de colonos embarcados em Portugal, dos escravos introduzidos da África e com indígenas mobilizados de diferentes localidades. Macapá localiza-se a 36 léguas do Cabo Norte e era o epicentro desse povoamento. Entre os colonos vindos para aqueles dois núcleos, fez-se a divisão de terras, algumas afetadas pelas marés litorâneas e que, por serem de difícil cultivo, foram abandonadas. Fundou-se, então, a Vila de Macapá, em 1758, com povoadores “ilheos açorianos” e das ilhas Canárias, por ordem do rei D. João V.

A fundação da Vila Nova de Mazagão, em 1770, também está nesse contexto político, atendendo aos interesses coloniais do Estado Português, especificamente na faixa da Costa Setentrional do Pará, que compreendia as vilas de Macapá, de Mazagão e de Vistosa de Madre de Deus. A área foi conquistada pela Holanda, pela França e pela Espanha, não obstante os encontros com os índios. Por isso, para a Coroa Portuguesa era fundamental assegurar a posse e manter a dominação desse território, sendo necessária não somente a vigilância das regiões e aglomerações militares, mas também o estabelecimento urgente de núcleos de colonos. 340 famílias mazaganistas que habitavam a Praça, chamada Fortaleza de Mazagão no Marrocos, foram transferidas para o Estado do Grão-Pará. A nova vila de Mazagão funcionaria como um referencial de apoio militar para Macapá diante da ameaça advinda da proximidade fronteiriça de territórios ocupados pela França e pela Espanha (FERREIRA, 1998).

Ressalta-se que a entrada de uma família de colonos dependia da decisão da administração e cada uma devia colocar à disposição seus escravos para os trabalhos na fortificação, construção que durou mais de dez anos (1764-1777), o que acarretou a centralização de recursos financeiros, de mão-de-obra indígena e de atenções do governo.

No caso de Mazagão, vila projetada pela Coroa Portuguesa no seio do Rio Mutuacá, além da responsabilidade financeira, o Estado praticou uma política de incentivos junto aos colonos, que se deslocariam para a nova vila de Mazagão, assumindo para si os encargos relativos ao transporte dos colonos e às condições materiais e infra-estrutura (FERREIRA, op. cit.).

A instituição dos Diretórios, em 1757, por Medonça Furtado, teve a função de reorganizar os aldeamentos missionários segundo a orientação da nova política de colonização. Essa fase destacou-se pela existência de vilas emergentes dos Diretórios e as vilas de Povoamento. As oriundas dos Diretórios tinham, entre suas funções, a de organizar a força de trabalho indígena para, posteriormente, inseri-la na sociedade colonial e, então, executar a distribuição a particulares e para Coroa. Já as oriundas de Povoamento, apesar de terem sido reorganizadas pelo Diretório e assentarem suas raízes nos aldeamentos missionários, foram meticulosamente planejadas pelo Estado. Nelas estava presente a preocupação com o esquadramento social do espaço urbano. Mazagão enquadrava-se no segundo grupo dos empreendimentos de cunho estatal.

Não é à toa que Mazagão aparece no ano de 1778, depois de oito anos de sua fundação, com 310 *Cabeças de Família*, computando 1591 habitantes, destacando-se como a quarta freguesia com maior número de *Cabeças de Família*, seguida por Macapá com 275, que computava 1757 habitantes, fato explicado por possuir o dobro do número de escravos, 604, em comparação a Mazagão, 395 escravos (ver Anexo 7.4).

Tendo em vista essas especificidades, é necessário enfatizar que tanto a freguesia de Mazagão quanto a de Macapá necessitam de um estudo a parte e mais refinado devido aos seus aspectos peculiares de povoamento e de colonização.

Já as vilas de Cametá e de Vigia destacam-se em termos populacionais devido ao seu caráter histórico. Até 1751, o Grão-Pará – excluindo o Maranhão e incluindo o Rio Negro – possuía, além de Belém, três vilas: Vigia, Cametá e Gurupá (REIS, 1966). A cartografia do século XVIII destaca o Rio Pará, depois chamado Tocantins, como referência mais forte da dominação portuguesa. Ele tem sua foz no delta Amazônico, na embocadura do Limoeiro e Marapatá, geograficamente localizada na Amazônia Oriental.

Cametá situa-se a 2°32' de latitude sul e 327° de longitude, localizada sobre a margem esquerda do rio Tocantins (BAENA, 2004). Verifica-se que sua primeira fundação ocorreu em 1635 e, nesse mesmo ano, seu território foi confirmado pelo Monarca em Capitania e Donataria de Feliciano Coelho, que originou a Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá.

A vila de Cametá e seus arredores, em meados do século XVIII, apresentam um número considerável de habitantes: 8068 vizinhos e 1382 escravos. A maior parte vem para a vila apenas na Semana Santa e em outras festividades, pois vive dispersa pelas ilhas circunstantes em seus canaviais, trabalhando com cana-de-açúcar (ou cacau), colhendo castanha (ou andiroba), cujo azeite é usado no candeeiro, e fabricando cal de conchas fósseis (BAENA, op. cit.). Esse número explica sua posição de segunda freguesia com maior número de *Cabeças de Família*.

Daniel (op. cit., p. 402) já chama atenção para Vigia como uma povoação de portugueses, localizada a “boca adentro do mesmo nome Vigia (...) sendo por outra parte as mais fartas de pescado, e onde as povoações serviriam de grandes conveniências aos navegantes daqueles diversos governos(...)”. Sobre a cidade de Vigia, Leite (1938/50, p. 280):

De Belém, para a banda de baixo, até salgado ou ‘Costa Mar’, como diz com elegância e concisão João Daniel, a mais importante casa da companhia foi a cidade da Vigia, terra de grandes tradições paraenses. Já era vila quando os jesuítas, a pedido dos próprios moradores, se estabeleceram nela, e em tão boa hora, que nenhuma outra casa, em todo o Estado do Pará, excepto o colégio de S. Alexandre, adquiriu tão rápido prestígio.

Como se pode notar nas análises de Daniel (op. cit.) e de Leite (op. cit.), Vigia, assim como as outras freguesias, destacava-se por seus fartos pescados e por sua povoação significativa que ajudaria nos empreendimentos do Governo e da Igreja Católica, sendo a sexta com maior número de *Cabeças de Famílias*, 181, e 1941 habitantes.

Ao longo do governo de Pombal, grande parte das povoações foi alçada à condição de vilas. Em 1752, Mendonça Furtado erigiu a Vila de Macapá e, em 1756, a de Borba. Em 1758, foram elevados à Vila os povoados de Oeiras, de Melgaço, de Portel, de Arraiolos, de Espozende, de Almeirim, de Monte-Alegre, de Alter do Chão, de Boim Pinhel, de Santarém, de Vila Franca, de Óbidos, de Barcelos, de Tomar e Moura, de Tefé, de São Paulo de Olivença, de São José do Javari, de Serpa, de Silves, de Acará, de Chaves, de Vila Nova del Rei, de Faro, de Cintra, de Mazagão, de Ourém, de Porto de Móz, de São Caetano de Odivelas e de Soure (REIS, op. cit.).

Todas as demais freguesias apresentaram participação relativa inferior a 4% do total relacionado, como demonstra este gráfico:

2.2.2 Composição dos Cabeças de Família Conforme Sexo, Estado e Etnia

Tabela 05: Distribuição dos *Cabeças de Família* da Capitania do Grão-Pará por Sexo.

Sexo	N	%
Feminino	725	16.80
Masculino	3587	83.13
ND	03	0.07
Total	4315	100

Quanto ao sexo, a maior contribuição absoluta ficou por parte do sexo masculino, registrando 3587 *Cabeças de Famílias*, todos adultos, correspondente a um índice relativo de 83,1%. Já o sexo feminino apresentou um índice de 16,8% na participação relativa. Nesta avaliação, verificou-se três ocorrências de *Cabeças de Família* que não apresentavam determinação quanto sexo, no entanto, correspondia às Organizações Religiosas de algumas freguesias.

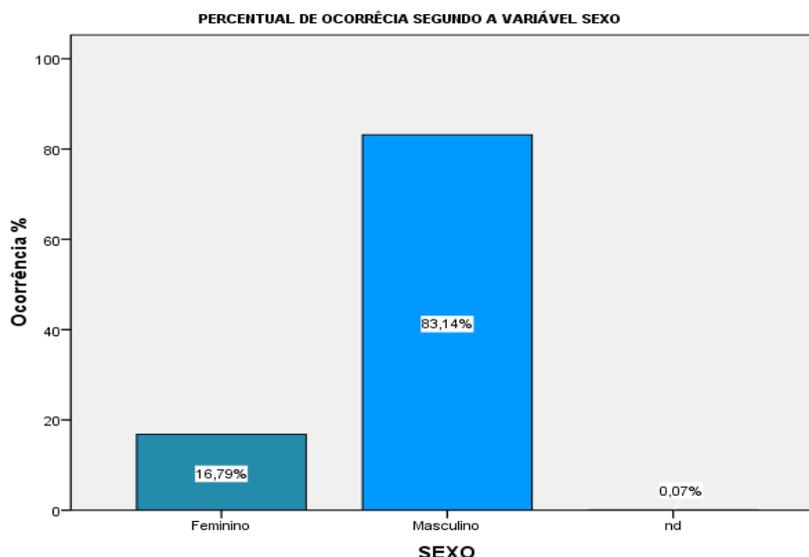


Gráfico 02. Distribuição dos *Cabeças de Família* da Capitania do Grão-Pará por Sexo

Estudos contemporâneos feitos no bojo da História da Família e Demografia Histórica apontam a mulher no Brasil Colonial, sobretudo, no Sudeste do país, desempenhando um papel significativo na chefatura das famílias. Na Capitania do Grão-Pará, em 1778, o índice de *Cabeças de Famílias* masculinos é de 83,14%, enquanto o de *Cabeças de Famílias* femininas é de 16,79% (SAMARA, 1989, 2003; TEIXEIRA, 2004). As categorias que não declararam seu sexo correspondem exatamente à Companhia Geral do Comércio, abade dá Sé e à religião de Nossa Senhora do Carmo da cidade do Pará.

É importante ressaltar que a mobilidade das populações colonial e portuguesa, em maior ou menor grau, no âmbito do território americano, está relacionada aos imigrantes portugueses do sexo masculino, uma vez que “na colônia, as mulheres brancas eram artigos escassos” (NADALIN, op. cit., p.134). No que diz respeito à imigração feminina branca ser relativamente pouco numerosa, o embarque em Portugal dava preferência a “elementos indesejáveis e parcelas desqualificadas” entre as mulheres estavam, por exemplo, as “meretrizes”.

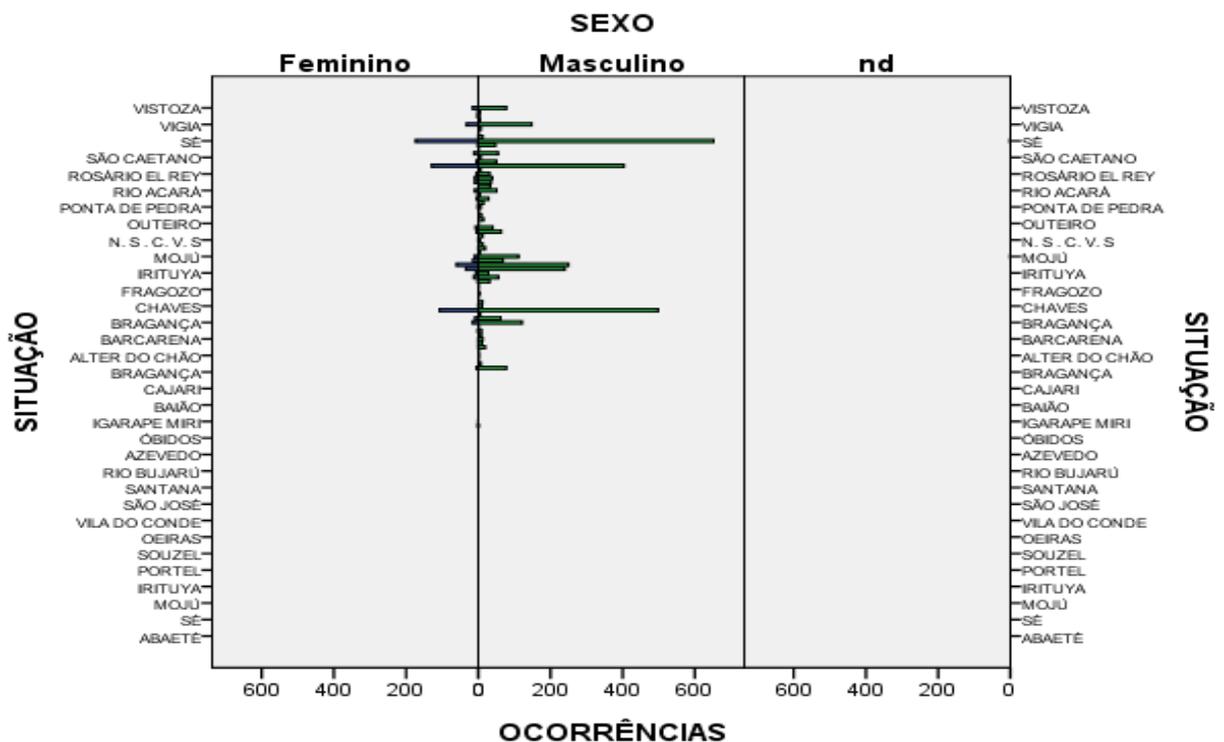


Gráfico 03: Pirâmide Populacional Relacionada ao Sexo e à Situação Local dos *Cabeças de Família*.

Ao analisar a pirâmide populacional relacionada ao sexo e à situação local dos *Cabeças de Famílias*, constata-se que a base da população da Capitania era predominantemente masculina. Todavia, em algumas freguesias, existia uma boa contribuição por cabeças do sexo feminino, representada por cabeças de Estado Viúvas. Estas são as freguesias com maior número de *Cabeças de Famílias* femininas: Sé com 174 (4,04%), Santana com 129 (2,99%), Cameté com 107 (2,48%) e Mazagão com 60 (1,39%) (ver Anexo 7.4).

Quanto à etnia, destaca-se a etnia Branca, com uma participação de 78,79% seguida pela Mameluca com 10%, Índia com 6,07% e Cafuza com 1,78%. As demais obtiveram participação inferiores a 1%. Portanto, essas quatro etnias eram responsáveis por explicar 86,7% dos *Cabeças de Famílias* existente na Capitania.

Embora a mestiçagem tenha sido, de certa forma, estimulada pelo colonizador lusitano a fim de fortalecer o povoamento fundado na “posse”, os mestiços (cafuzos, mulatos e mamelucos) amalgamavam “os valores da sociedade que se originavam no ambiente colonial. Assim a mestiçagem não traduzia simplesmente o resultado do intercuro sexual do português com a índia ou com a escrava, mas uma relação cultural” (NADALIN, op. cit., p.134).

Tabela 06: Distribuição dos *Cabeças de Família* Segundo a Etnia.

ETNIA	Total	%
Branca	3400	78.79
Cafuza	77	1.78
Cafuza livre	05	0.12
Índia	262	6.07
Mameluca	432	10.01
Mulata	107	2.48
Mulata livre	03	0.07
Não Declarada	17	0.39
Preta	02	0.05
Preta forra	09	0.21
Preta livre	01	0.02
Total	4315	100

A grande maioria, 61.09% (2636) dos *Cabeças de Família* se declarou como casados, sendo 2602 do sexo masculino e apenas 34 do sexo feminino. O Clérigo Secular representa apenas 1.14% (49) dos *Cabeças de Família*, todos do sexo masculino. A ordem N. S^a do Carmo representa apenas 0.02% (01) dos *Cabeças de Família*, foi computada pelo recenseador como sendo do sexo masculino, 0.42% (18) não declaram seu estado, 03 também não declaram seu sexo, sendo o restante (15) do sexo masculino, a Religioso de Santo Antonio representa apenas 0.05% (02) dos recenseados, sendo os mesmos do sexo masculino, os que se declararam como Sacerdote Secular representaram 0.44% (19) dos *Cabeças de Família*, todos do sexo masculino, os solteiros tiveram uma grande representatividade em comparação aos outros grupos de *Cabeças de Família* com 19.42% (838), sendo 625 do sexo masculino e 213 do sexo feminino, os viúvos representaram 17.43% (752) dos *Cabeças de Família*, sendo 274 do sexo masculino e 478 do sexo feminino.

No caso da Religião Nossa Senhora do Carmo, nota-se que o recenseador conferiu essa ordem como do sexo masculino, na freguesia do Moju. Em outras freguesias essas ordens religiosas, conferidas pelo recenseador como *Cabeças de Família*, não são enquadradas nem como do sexo masculino e nem como sexo feminino. Porém, optou-se por não fazer modificações no recenseamento, a não ser quando há equívocos de contagem.

Tabela 07: Distribuição dos *Cabeças de Família* por Sexo e por Estado da Capitania do Pará.

Estado	Feminino		Masculino		Não declarou		Total	%
	N	%	N	%	N	%		
Casado	34	0.79	2602	60.30	00	0.00	2636	61.09
Clérigo Secular	00	0.00	49	1.14	00	0.00	49	1.14
Nossa Senhora do Carmo	00	0.00	01	0.02	00	0.00	01	0.02
Não Declarado	00	0.00	15	0.35	03	0.07	18	0.42
Religioso de Santo Antonio	00	0.00	02	0.05	00	0.00	02	0.05
Sacerdote Secular	00	0.00	19	0.44	00	0.00	19	0.44
Solteiro	213	4.94	625	14.48	00	0.00	838	19.42
Viúvo	478	11.08	274	6.35	00	0.00	752	17.43
Total	725	16.80	3587	83.13	3	0.07	4315	100

No caso das mulheres, fica evidente a participação de viúvas compondo o topo das *Cabeças de Família* do sexo feminino. Esse fato explica-se, sobretudo, devido à população masculina dessa época ter vivido em constante movimento, delegando às mulheres viúvas ou de maridos ausentes à direção e o provimento da casa. As mulheres solteiras e pobres por serem sós e sem posses eram discriminadas e enquadradas nessa categoria, como aponta Nadalin (op. cit., p.135):

Esse também é o cenário que permite compreender a complacência da sociedade colonial em relação à própria prostituição, e à facilidade com que mulheres pobres e sós, na colônia, eram enquadradas nessa categoria. Por outro lado, complacência que também explicava a prática, geralmente ligada à miscigenação, das uniões “ilegítimas” e consensuais.

Desse modo, o autor mostra o poder que trazia consigo o *Estado/Conjugalidade* de homens e mulheres na sociedade colonial, tanto para aqueles de indistinta *bastardia* quanto para aqueles que estão no pólo social oposto, pobres. Esta análise será aprofundada no terceiro capítulo.

Ao analisar a pirâmide populacional, relacionada ao *Sexo* e à *Qualidade*⁴¹ dos *Cabeças de Família*, constata-se que a base dos *Cabeças de Família* da Capitania era predominantemente Branca, tanto no sexo masculino quanto no sexo feminino, acompanhada pela qualidade Mameluca e Índia. Contudo, a maior contribuição era por parte do sexo masculino, independente da qualidade em questão.

Naturalmente, uma população não se reduz á essas evidências quantitativas. Ela distribui-se segundo outras categorias, além do sexo, idade ou estado. Como se sabe, ser solteiro ou casado, ou até mesmo viver ou não como companheiro de um homem ou de uma mulher, não é uma simples condição imposta pela natureza, já que depende de circunstâncias regidas pela sociedade, de seu tempo e do seu lugar. Não obstante, a função da idade, das condições ou nível de vida dos indivíduos ou de suas famílias, além de outras marcas culturais da sociedade em questão também (NADALIN, op. cit.).

2.2.3 Distribuição Conforme a Composição Familiar dos Cabeças de Família

Sobre família e domicílio, Laslett (1984, p. 137) esclarece que o “grupo doméstico co-residente da Europa pré-industrial foi, de forma geral, adaptado para entender às finalidades de produção e de procriação, características comuns de todas as sociedades não-industriais, tanto no presente, como no passado”. O autor observa que, no geral, os grupos familiares confundem-se com o grupo de trabalho para as sociedades pré-industriais, pois para a população da época procriação implica parentesco (dois cônjuges, são, por definição, parentes afins e o parentesco entre eles aumenta, quando se procriam) e produção implica trabalho, família e domicílio eram, assim, nas sociedades tradicionais, “grupos de trabalho e grupos de parentesco”.

⁴¹ *Qualidade*: termo denominado pelo recenseador para designar a etnia dos *Cabeças de Família*.

E, como já foi dito, a unidade básica de produção é o *fogo* (domicílio), ou o grupo doméstico, de composição variada. No Recenseamento de 1778, o grupo doméstico era composto de mulheres, filhos, parentes, agregados, pessoas á soldadas e escravos. Esse recenseamento não identifica os agregados, uma vez que eles estão incluídos na contagem entre os familiares e parentes, de tal modo que não é possível a distinção entre os membros da família, os parentes mais próximos e os referidos elementos, os recenseadores apresentam o total de pessoas na casa, sem, no entanto identificá-los.

Tabela 08: Composição Geral da Capitania por Indivíduos Relacionados aos *Cabeças de Família*.

Composição Familiar	N	%
Mulheres, filhos, parentes e agregados	35781	89,56
Escravos	14185	35,51
Soldadas	5585	13,98
Total	39952	100

Os indivíduos que trabalhavam à soldada recebiam uma quantia como pagamento pelo seu trabalho. Na Belém, por exemplo, de fins do século XVIII, existiam 632 pessoas nessa atividade (ver Anexo 7.4). O pagamento podia ser realizado em espécie como peixe, farinha, pano. Encontram-se exemplos numerosos no caso de Macapá (VELOSO, op. cit., p. 25).

Na agricultura de roça e de subsistência, como aponta Marcílio (op. cit.), o trabalho é essencialmente familiar, raramente complementado por um ou pouco escravos. Como no caso de D. Catharina Pinheira, moradora da freguesia de Cametá, viúva e branca, para sobreviver, dentro da categoria membros, filhos, parentes e agregados, conta com ajuda de apenas 1 indivíduo, homem e adulto (o senso não distingue se eram marido/esposa, filhos, parentes e agregados), 1 homem adulto a soldado e 1 escrava adulta, que ajudavam-na em suas roças e em sua plantação de cacau. Dificilmente, se conseguia sobreviver só nesse tipo de sociedade.

Os grupos domésticos ligados á agricultura do grande comércio utilizavam menos trabalho familiar. Seus trabalhos agrícolas eram feitos pela escravatura que podiam comprar. O mesmo ocorria com os grandes comerciantes e mercadores, que embora necessitem de menor número de escravos que os fazendeiros, utilizavam essa mão-de-obra servil para as atividades de transporte e carregamento de mercadorias e sua comercialização na vila ou fora dela (MARCÍLIO, op. cit., p. 130).

Nessas condições era possível até viver só, sem família, como Domingos Roiz das Neves, solteiro e branco, um dos grandes comerciantes de cacau da freguesia de Cameté, vivia muito bem com seus 11 escravos e pessoas efetivas a soldadas.

As categorias mais pobres – analisadas detalhadamente no terceiro capítulo – (costureiras, rendeiros, meeiros e carpinteiros), enfatiza Marcílio (op. cit., p. 131), “quando muito, recebiam em seu teto um ou mais agregados e, neste caso, quase sempre parentes”.

Tais situações influenciam, por exemplo, no tamanho do domicílio. Observa-se este aspecto a fim de verificar o perfil domiciliar desses chefes de família, partindo do pressuposto de que uma única pessoa não caracteriza um grupo produtivo, mas pode ser considerado um produtor.

Tabela 09: Distribuição do Tamanho dos Domicílios dos *Cabeças de Famílias* da Capitania do Pará.

Número de pessoas	N	%
Uma pessoa	212	4.91
2 pessoas	439	10.17
3 a 5 pessoas	1475	34.18
6 a 12 pessoas	1409	32.65
12 ou mais pessoas	780	18.08
Total	4315	100

Observa-se que somente 4% dos *Cabeças de Família* moravam só, ou seja, como verifica Marcílio (op. cit.), dificilmente alguém sobreviveria sozinho nesse período, sendo apenas produtor e não fazendo parte dos grupos de produção. A maior frequência de tamanho domiciliar ficava entre 3 a 5 pessoas, computando 34,18%, seguido pelos domicílios entre 6 a 12 pessoas (34,18%) e os de 12 ou mais, que compunham 18,08% dos domicílios registrados. A estatística descritiva ajuda a visualizar com maior acuidade a composição familiar desses *Cabeças de Família*, permitindo verificar a posse de escravos que influenciam o tamanho domiciliar.

Tabela 10: Estatística Descritiva para as Variáveis Total de Indivíduos por Cabeça, Nº de Escravos, Nº de Soldadas e Total de Membros da Família (Filhos, Mulheres, Parentes e Agregados).

Variável	Média	Desvio Padrão	Moda	Mediana	Mínimo	Máximo	1º Quartil	3º Quartil
Total de indivíduos por cabeça	8.29	13.7100	03	05	00	309	02	09
Número de escravos	3.29	9.9307	00	00	00	268	00	02
Número de soldadados	1.29	5.0612	00	00	00	155	00	00
Total de membros na família	9.26	13.6696	04	06	01	309	03	10

A média de indivíduos por *Cabeça de Família* é de, aproximadamente, 8, com desvio padrão para mais e para menos de 13.7100 unidades. A maioria dos *Cabeças de Família* possui apenas 3 (moda), 50% delas tem até 5 (mediana), o número mínimo de registrado foi de zero (00) e o máximo de 309, 25% (1º quartil), possuem até 02 e 25% (3º quartil) e possuem 9 ou mais indivíduos por Cabeça de família.

A média de escravos por *Cabeças de Família* é de, aproximadamente 3, com desvio padrão para mais e para menos de 9.9307 unidades, a maioria dos *Cabeças de Família* não possuía nenhum escravo (moda), 50% deles não possuíam nenhum (mediana), o número mínimo é de nenhum escravo e o máximo de 268 escravos, 25% não possuíam nenhum escravo e 25% possuíam 02 ou mais escravos.

O número médio de pessoas efetivas soldadas por *Cabeça de Família* é de, aproximadamente, 1, com desvio padrão de 5.0612 unidades, a maioria não possuía nenhum soldadado (moda), até 75% dos cabeças não possuíam nenhum a soldados (3º quartil), o número mínimo observado foi de nenhum e o máximo foi de 155.

Aproximadamente 9 pessoas era o número médio de membros na família (filhos, mulheres, parentes e agregados), com desvio padrão para mais e para menos de 13.6696. 04 pessoas foi o número mais observado nas famílias (moda), 50% dos *Cabeças de Família* possuíam até 06 membros. O mínimo observado foi de apenas 01 pessoa e o máximo foi de 309 pessoas, 25% (1º Quartil) possuem até 03 membros e 25% (3º Quartil) possuem 10 ou mais pessoas.

Portanto, não se supõe que os dados expliquem em si, nem se poderia fazê-lo, assim como Laslett (op. cit., p.138-9), a família e o domicílio na Capitania do Pará. Família e domicílio são questões fundamentais para observar a distribuição e a composição familiar, seja um grupo doméstico, seja um grupo de trabalho, “uma vez que tais elementos afetam a extensão e o modo pela qual sua estrutura e composição são determinadas por seu caráter como força de trabalho, e assim sua posição na estrutura econômica e de classe do qual ele é parte”.

2.2.4 Ofícios e Empregos dos Cabeças de Família

Para visualizar a estrutura ocupacional de homens e mulheres, chefes dos domicílios da Capitania do Pará, não foi necessário utilizar nenhum método epistemológico de classificação, a não ser o indicado pelo recenseamento, justamente porque ainda não existe ainda uma teoria adequada para as classificações socioprofissionais de sociedades pré-industriais, sem nítida divisão de trabalho e de especialização distintas das profissões.

Na Capitania do Pará, em 1778, a grande maioria dos chefes de família exercia o ofício de lavrador. Eram 1468 lavradores, correspondendo a 34% dos *Cabeças de Família* registrados, os ofícios não declarados correspondem a 40,2, ou seja, ignora-se o ofício de 1732 chefes de famílias, tratados como agentes de uma “economia silenciosa”. Os “ofícios” podiam significar a atividade exercida que qualificava uma arte ou função. Tais trabalhadores são marcas, juntos com aqueles que detinham emprego, da divisão de trabalho que moldava aquela sociedade.

A Capitania do Pará como um todo, assim como a cidade de Belém, detinha um pouco mais de 123 ofícios (ver Tabela 11) com mínima diferenciação de um universo não rural. A vida agrícola dominava com seus 1468 lavradores, 89 senhores de engenho e 71 senhores de fazenda de gado. O pequeno grupo denominado de senhores de Engenho e Fazenda de gado e Engenhoca era denominado pelo recenseamento de *Ricos* e alguns pela *Possibilidade Inteira*, analisado no terceiro capítulo.

Daniel (op. cit., p. 159) atenta para o fato de que o segundo emprego do Amazonas deve ser o fazer estável em suas terras:

Temos tocado muitas vezes no uso da agricultura do Amazonas, que é roçar cada ano novas matas, e deixar por inúteis as terras e roçados dos anos antecedentes; e ponderando bem o insano trabalho de sua fartura, que por este modo vem a servir só para uma sementeira, ou plantamento de um ano, não sei como ainda não mudaram de sistema os moradores, sendo o maior emprego dos lavradores em todo o mundo o ter terras estáveis, permanentes, ou perpétuas em que constituem as suas maiores riquezas, e morgados (...)

Dessa forma Daniel (op. cit.), como cronista viajante e representante de um grupo colonizador (Ordens Religiosas), observa a urgência de não só ocupar muitas terras, mas também cultivá-las por meio de roças e de plantações, mobilizando uma grande quantidade de trabalhadores.

A fazenda, nos primeiros tempos da Colônia, era centro de produção e de consumo, já que o fenômeno urbano tardou a se desenvolver. Nessa época, entre uma fazenda e outra, havia os imensos “vazios”, analisados por Freyre (2003). A par do trabalho agrícola, havia, nas fazendas, rudimentares oficinas para serviços essenciais. Tais oficinas, ou “tendas”, faziam parte do complexo arquitetônico da casa grande. Para dar continuidade a esse trabalho, os artífices ensinavam aos mais jovens os conhecimentos e habilidades profissionais, de maneira assistemática. Com o tempo, os senhores rurais instalaram engenhos de açúcar nas fazendas, ampliando a necessidade de tais serviços, principalmente em função da introdução de máquinas rústicas, como as moendas de cana. O crescente emprego de mão-de-obra escrava, de origem africana, em tais unidades produtivas, fez crescer a necessidade de aprendizagem de ofícios.

Tabela 11: Distribuição dos *Cabeças de Família* na Capitania do Pará por Ofício.

Ofício	N	%	Ofício	N	%	Ofício	N	%
Sapateiro	121	2.80	Escrivão	23	0.53	Padeiro	1	0.02
Mestre de Meninos	1	0.02	Escultor	1	0.02	Pasteleiro	1	0.02
Administrador	4	0.09	Inspetor Geral	1	0.02	Pedreiro	20	0.46
Alcaide	4	0.09	Fabricante de Madeiras	2	0.05	Pedreiro e Lavrador	1	0.02
Alfaiate	67	1.55	Faz Taquaris	2	0.05	Penteeiro	1	0.02
Alfaiate e Lavrador	2	0.05	Feitor de Lavoura	1	0.02	Pescador	18	0.42
Almoxarife do Hospital	1	0.02	Ferreiro	50	1.16	Pintadeira de Cuias	2	0.05
Andador da Misericórdia	1	0.02	Fianadeira	8	0.19	Pintor	14	0.32
Armeiro	3	0.07	He Piloto	1	0.02	Porteiro	2	0.05
Armeiro e Lavrador	1	0.02	Jornaleiro	18	0.42	Porteiro e Alfaiate	1	0.02
Arreeiro	1	0.02	Lavandeira	1	0.02	Procurador	4	0.09
Barbeiro	10	0.23	Lavrador	1468	34.02	Redeiro	12	0.28
Barbeiro e Trabalhador de Jornal	1	0.02	Lavrador e Negociante	1	0.02	Regatão	4	0.09
Bordadora	1	0.02	Lavrador e Senhor de Fazenda de Gado	1	0.02	Requerente de Causas	1	0.02
Boticário	5	0.12	Lavrador e Sapateiro	2	0.05	Sacristão	5	0.12
Cabeleireiro	9	0.21	Letrado	3	0.07	Salteiro	1	0.02
Cabo de Canoa	9	0.21	Livreiro	1	0.02	Sangrador	1	0.02
Caixeiro da Companhia Geral	3	0.07	Maquinista	1	0.02	Sangrador e Lavrador	1	0.02
Calafate	8	0.19	Marceneiro	11	0.25	Serralheiro	2	0.05
Caldeireiro	1	0.02	Marinheiro	6	0.14	Seleiro	1	0.02
Canoeiro	25	0.58	Meirinho	3	0.07	Serrador	8	0.19
Canoeiro e Lavrador	9	0.21	Mercador	39	0.90	Servente da Companhia Geral	1	0.02
Sapateiro e Senhor de Fazenda de Gado	1	0.02	Mercador e Lavrador	2	0.05	Serventuario no Ofício de Escrivão da Câmara do Macapá	1	0.02
Carcereiro	2	0.05	Mercador e Tesoureiro dos Índios	1	0.02	Sineiro da Sé	1	0.02
Carpinteiro	199	4.61	Mercador e Porteiro da Bulla	1	0.02	Senhor de Fazenda de Gado	71	1.65
Carpinteiro e Lavrador	9	0.21	Mestre Carpinteiro da Ribeira	1	0.02	Senhor de Engenho	89	2.06
Carreeiro	1	0.02	Mestre de Engenho	1	0.02	Tabelião	2	0.05
Chicolateiro	1	0.02	Mestre de Meninos e Lavrador	1	0.02	Taberneiro	16	0.37
Cirurgião	6	0.14	Mestre de Obras de Carpinteiro	1	0.02	Tanoeiro	2	0.05
Desenhador	2	0.05	Mestre Pedreiro	1	0.02	Tanoeiro e Lavrador	1	0.02
Distribuidor	2	0.05	Não Declarou	1732	40.14	Tecelão	48	1.11
Diretor	3	0.07	Negociante	8	0.19	Tendeiro	2	0.05
Continuo do Erário	2	0.05	Negociante e Lavrador	3	0.07	Tesoureiro	2	0.05
Contratador dos Direitos Reais	2	0.05	Oficial da Fazenda Real	1	0.02	Torneiro	4	0.09
Corieiro	2	0.05	Oleiro	2	0.05	Vaqueiro	1	0.02
Cortidor	5	0.12	Ourives	20	0.46	Vidraceiro	1	0.02
Costureira	28	0.65	Ourives e Lavrador	1	0.02	Total	4315	100

Nota-se que depois dos lavradores, dos senhores de engenho e dos fazendeiros de gado, os ofícios mais exercidos pelos *Cabeças de Família* na Capitania eram: carpinteiro computavam 199 (4,6%), sapateiro com 121(2,8%), alfaiate com 66 (1,5%), ferreiro com 50 (1,2%), tecelão com 48 (1,1%), mercador com 39 (0,9%), canoeiro com 25 (0,6%), costureiras (0,6%), jornaleiro com 18 (0,4%) e taberneiro com 16 (0,4%).

O ofício de mercador destaca-se, sobretudo, em Belém, contabilizando 33 *Cabeças de Famílias*. Entre esses mercadores, encontram-se nomes destacados da sociedade oitocentista paraense, como João Manoel Roiz, sua biografia indica que havia recebido a patente de Capitão Auxiliar e, talvez, o mais importante cargo de Mercador e Recrutador dos Índios, único nessa função. Seus negócios lhe permitiram adquirir um “engenho de água de fazer açúcar” (VELOSO, op. cit.).

Os demais ofícios apresentaram ocorrência abaixo de 0,3%:

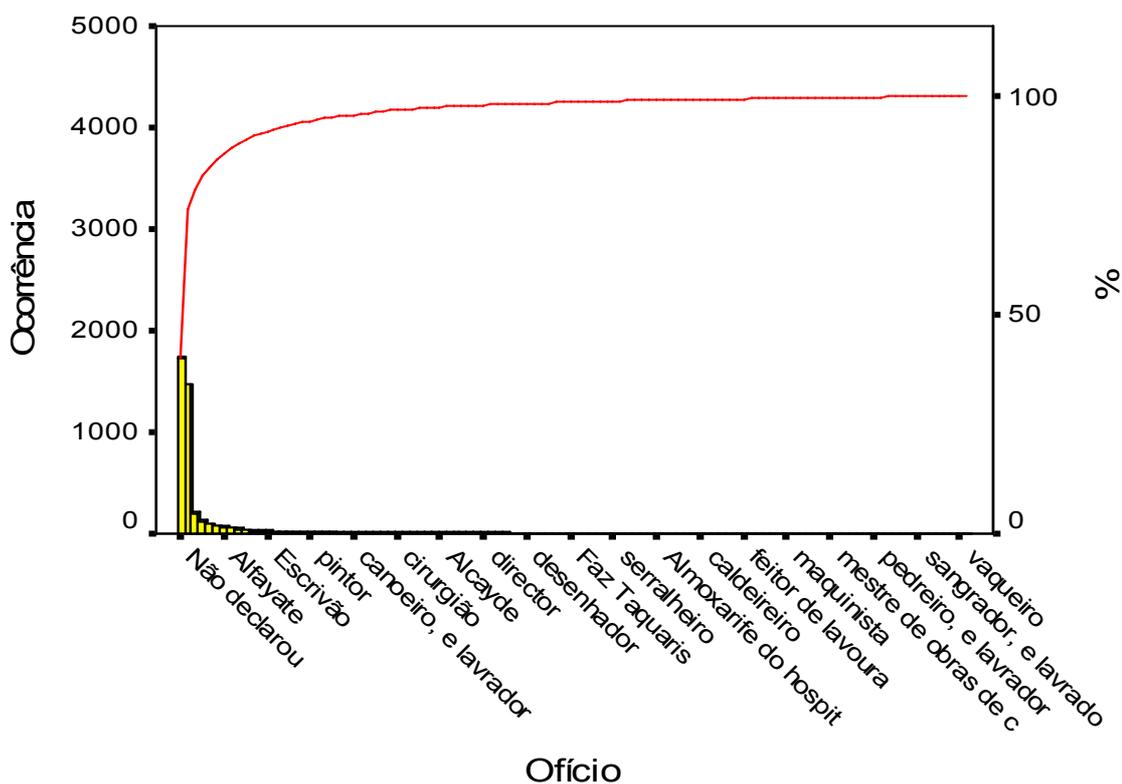


Gráfico 04: Gráfico de Pareto para a Ocorrência dos Ofícios mais Praticados na Capitania do Pará pelos *Cabeças de Família*.

Os trabalhadores livres e escravos, tratados igualmente em relação às artes mecânica e manufatura, não atraíam os que podiam escolher – os livres e os não escravos –, já que mesmo explorados na venda de seu trabalho, não eram compelidos a ele por coação física, mas por mecanismos sociais de formação da força de trabalho arraigados ao modo de produção capitalista. A colônia brasileira viveu a produção capitalista, por inserção no mercado mundial, desde o começo. Portanto, os que podiam relativamente escolher, não escolhiam as artes mecânicas, e também não escolhiam a “carreira” dos ofícios, incluída sua aprendizagem.

Nesse sentido, Castanho (2000, não paginado) se reporta à Cunha (2000) ao sublinhar que “ensinar ofícios a crianças e jovens que não tivessem escolha. Antes de tudo aos escravos, às crianças largadas nas Casas da Roda, aos ‘meninos de rua’, aos delinquentes e outros desafortunados”.

Na estrutura social do Pará, deter um emprego constituía geralmente um elemento de distinção e de hierarquia. A atribuição de *status* e de patentes favoreceu os moradores de cor branca, esse privilégio coube a 1391 dos *Cabeças de Família*. O emprego tornou-se mais excludente do que o ofício, pois dos 4.315 *Cabeças de Família*, 2716 (62,9%) não possuíam emprego. O emprego, como categoria censitária, englobava funções militar, jurídica, clerical e de alguns serviços profissionais especializados (médico, cirurgião e enfermeiro).

Tabela 12: Distribuição dos *Cabeças de Família* da Capitania do Grão-Pará segundo Emprego.

Emprego	N	%	Emprego	N	%	Emprego	N	%
Administrador dos Escravos da Câmara da Cidade do Pará	1	0.02	Capitão de Granadeiros	1	0.02	Porteiro da Massa	1	0.02
Ajudante	1	0.02	Capitão Mor	1	0.02	Pratico das Salinas	1	0.02
Ajudante Auxiliar	9	0.21	Cirurgião	4	0.09	Provedor Comissário da Fazenda Real	1	0.02
Ajudante Auxiliar e Comandante	1	0.02	Clérigo da Sé	3	0.07	Provedor dos Defuntos e Ausentes	1	0.02
Ajudante Auxiliar, e Provedor da Fazenda Real	1	0.02	Cônego da Sé	9	0.21	Quartel M ^a . da Tropa Paga e Diretor	1	0.02
Ajudante da Casa da Pólvora	1	0.02	Coronel	2	0.05	Quartel Mestre da Tropa Paga	2	0.05
Ajudante da Praia	1	0.02	Cura da Freguesia da Sé	5	0.12	Sacristão	3	0.07
Ajudante da Tropa Paga	3	0.07	Da Tropa Paga	2	0.05	Sargento Auxiliar	84	1.95
Ajudante Engenheiro	1	0.02	Diretor da Villa	25	0.58	Sargento da Tropa Paga	8	0.19
Alcaide	2	0.05	Doutor Canonista	1	0.02	Sargento Mor Engenheiro	1	0.02
Alferes Auxiliar	100	2.32	Escrivão	5	0.12	Sargento Mor Entertenido	1	0.02
Alferes Auxiliar e Diretor	1	0.02	Estudante	1	0.02	Soldado Auxiliar	769	17.82
Alferes da Cavalaria Auxiliar	1	0.02	Feitor dos Índios	1	0.02	Soldado Auxiliar e Cabo de Canoa	2	0.05

Alferes da Tropa Paga	12	0.28	Fiel da Fazenda Real	1	0.02	Soldado Auxiliar e Escrivão	1	0.02
Almocadem	1	0.02	Furriel Auxiliar	3	0.07	Soldado Auxiliar e Mamosteiro da Bulla	1	0.02
Andador da Ordem Terceira	1	0.02	Governador	1	0.02	Soldado Auxiliar e Alcaide	1	0.02
Anspesada da Tropa Paga	10	0.23	Intendente Geral	1	0.02	Soldado Auxiliar e Escrivão	1	0.02
Beneficiado da Sé	1	0.02	Juiz dos Órfãos	2	0.05	Soldado Auxiliar e Tabelião	1	0.02
Cabo de Esquadra Auxiliar	61	1.41	Juiz Ordinário	2	0.05	Soldado da Cavalaria Auxiliar	24	0.56
Cabo da Esquadra da Cavalaria Auxiliar	3	0.07	Juniel da Tropa Paga	3	0.07	Soldado da Tropa Paga	170	3.94
Cabo da Esquadra da Tropa Paga	32	0.74	Letrado	3	0.07	Tabelião da Dita Villa	2	0.05
Cabo de Canoa de Melgaço	3	0.07	Mestre de Campo Auxiliar	2	0.05	Tambor Auxiliar	3	0.07
Cadete da Tropa Paga	3	0.07	Mão Posteiro	7	0.16	Tambor da Tropa Paga	5	0.12
Capelão	6	0.14	Medico	1	0.02	Tenente Coronel	4	0.09
Capitam Auxiliar	60	1.39	Mestre da Escolça Regia	1	0.02	Tenente da Fortaleza da Barra	1	0.02
Capitam da Fortaleza da Barra	1	0.02	Mestre da Escola	4	0.09	Tenente da Tropa Paga	11	0.25
Capitam da Tropa Paga	6	0.14	Mestre de Campo	9	0.21	Tenente da Tropa Paga e Comm. da Guarda Costa do Canal do	1	0.02
Capitam de Mato	1	0.02	Mestre de Hua [Sumaca]	1	0.02	Tenente de Infantaria	1	0.02
Capitam do Campo	2	0.05	Mestre de Meninos	6	0.14	Tesoureiro dos Órfãos	1	0.02
Capitam do Fortim da Barra do Pará, que já não existe, e Diretor	1	0.02	Não Declarou	2712	62.85	Tesoureiro da Câmara	1	0.02
Capitam dos Descimentos	1	0.02	Oficial da Secretaria	1	0.02	Tesoureiro da Freguesia	1	0.02
Capitam Engenheiro	2	0.05	Organista	1	0.02	Vigário	32	0.74
Capitão Auxiliar	11	0.25	Ouvidor Geral	1	0.02	Vigário e Provisor	1	0.02
Capitão Comandante dos Auxiliares da Ilha de Joanes	1	0.02	Patrão Mor	1	0.02	Total	4315	100.00
Capitão da Cavalaria Auxiliar	1	0.02	Porta Bandeira da Tropa Paga	7	0.16			
Capitão da Tropa Paga	2	0.05	Porteiro da Dita Villa	2	0.05			

O emprego mais frequente era o de militar, com 33,6% das ocorrências, seguido pelo de vigária com 0,8%, diretor da Vila com 0,5% e cura da freguesia com apenas 0,3% do total verificado em estudo, os demais apresentaram ocorrência abaixo de 0,3%:

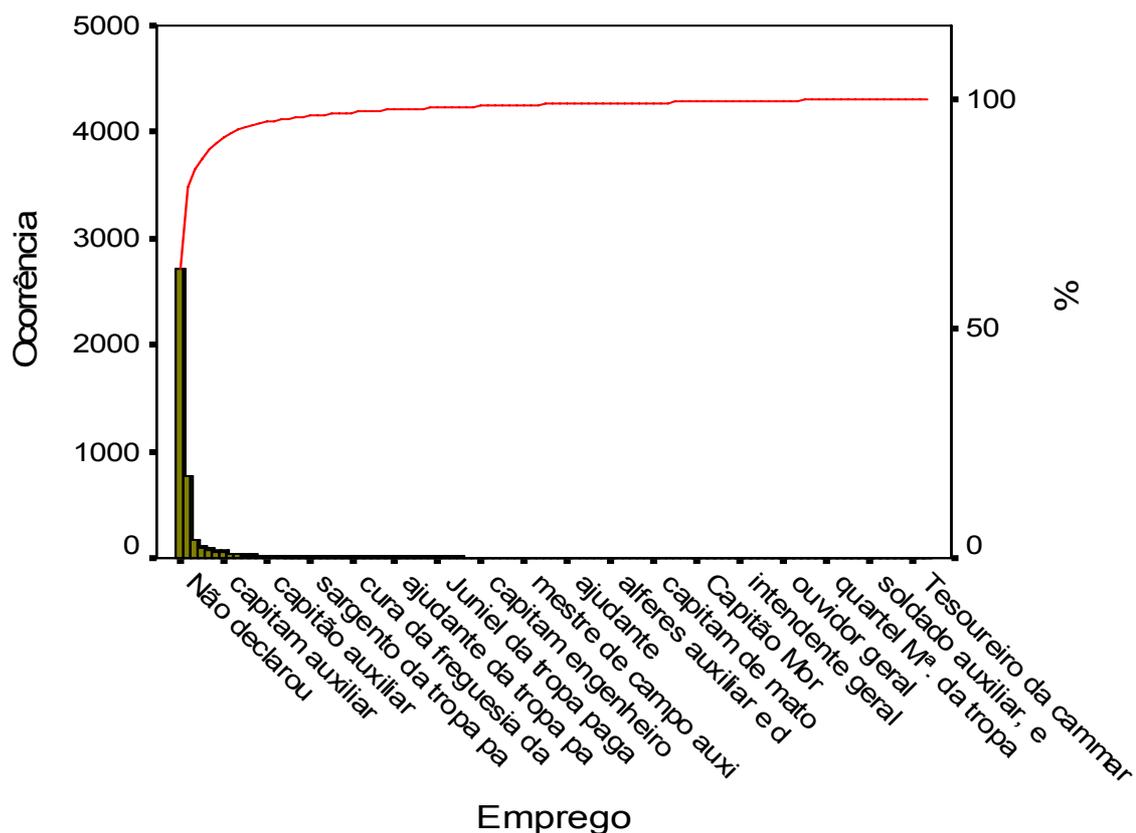


Gráfico 5: Gráfico de Pareto para a Explicação das Ocorrências de Tipo de Emprego na Capitania do Pará pelos *Cabeças de Família*.

A Capitania do Pará, durante o Período Colonial, vivenciou um momento intenso para garantir as terras ocupadas pelos lusitanos, demarcando suas fronteiras, protegendo (construção de grandes fortes militares, a exemplo da Fortaleza em Macapá e o Forte do Castelo no Grão-Pará) e ocupando suas terras.

Para tanto, era necessário um grande e forte exército. Nas capitânicas do Grão-Pará e Maranhão, as tropas estavam concentradas em algumas localidades, como indica a Tabela 13.

Tabela 13: Composição por *Cabeças de Família* Conforme Emprego de Militar por Freguesia.

Freguesia	N	%	Freguesia	N	%
ABAETÉ	60	4.31	VILA DO CONDE	02	0.14
ALENQUER	01	0.07	BEJA	09	0.65
AZEVEDO	09	0.65	SOURE	09	0.65
BAIÃO	06	0.43	SÃO MIGUEL	04	0.29
BARCARENA	13	0.93	SÃO DOMINGOS	07	0.50
BRAGANÇA	05	0.36	SÃO CAETANO	03	0.22
CAMETÁ	330	23.72	SANTANA	217	15.60
MELGAÇO	05	0.36	ROSÁRIO EL REY	04	0.29

SÉ	244	17.54	RIO GUAMÁ	14	1.01
CHAVES	05	0.36	RIO CAPIM	03	0.22
COLARES	01	0.07	RIO BUJARÚ	10	0.72
CACHOEIRA DO RIO ARARY	46	3.31	RIO ACARÁ	34	2.44
MOJÚ	91	6.54	POTO SALVO	01	0.07
VILAR	03	0.22	PONTA DE PEDRAS	05	0.36
IRITUYA	03	0.22	PINHEL	02	0.14
MAZAGÃO	36	2.59	OURÉM	05	0.36
FRANCA	01	0.07	ÓBIDOS	01	0.07
VILLA DE SANTARÉM	03	0.22	MONSARÁS	16	1.15
VEIROS	02	0.14	IGARAPE MIRI	43	3.09
POMBAL	02	0.14	SALVATERRA	06	0.43
GURUPÁ	23	1.65	MACAPÁ	60	4.31
PORTO DE MOZ	22	1.58	VISTOZA	03	0.22
OEIRAS	04	0.29	MONFORTE	03	0.22
VIGIA	14	1.01	Total	1391	100
PENHA LONGA	01	0.07			

Pode-se constatar que a freguesia com maior participação de *Cabeças de Famílias* que exerciam o emprego de militar era a de Cametá, com 23,72% das cabeças, seguida pela Freguesia da Sé com 17,54%, Santana com 15,60%, Moju, com 6,54%, Macapá, seguida por Abaeté com 4,31%, Cachoeira do Arary com 3,31% e Mazagão com 2,59%. As demais freguesias contribuíram com este tipo de emprego com valores abaixo de 1%.

No entanto, dentro desse exército, havia suas hierarquias sociais. Era comum alguns moradores adquirirem títulos de nobreza por meio do serviço militar, especialmente os que prestaram serviço durante as batalhas com os holandeses – obtiveram importantes honrarias e prestígio social. Nogueira Silva (mimeo., p. 14) aponta que as Ordenanças asseguraram um grande futuro para aqueles que seguiam a carreira militar: “Demonstrar-se-iam até o fim do período colonial, um instrumento incomparável para reunir nas mesmas mãos a riqueza fundiária, o prestígio social, os cargos administrativos, a foga repressiva e tradição familiar”.

Logo se verifica que não havia uma força militar unitária, mas diversas forças dispersas, defendendo o interesse da classe dominante na Colônia. Ou seja, as forças militares estavam a cargos de particulares que legislavam em causa própria. Pode-se constatar, então, que esse segmento, como Veloso (op. cit.) demonstra para a cidade de Belém, pode subsidiar a análise de estruturas de apropriação e de dominação na sociedade paraense de fins do século XVIII, apresentada a seguir.

Neste capítulo buscou-se fazer uma fotografia dos *Cabeças de Família* da Capitania do Pará. Para tanto, foi necessário analisar as diversas categorias do Recenseamento de 1778, que permitiram visualizar perfil por *Sexo*, por *Estado*, por *Etnia*, por *Tamanho Domiciliar*, bem como seus possíveis cruzamentos, permitindo uma análise mais detalhada desses chefes e suas condições sociais, além da divisão de trabalho desses cabeças por meio das ocupações socioprofissionais, configurando assim o estado populacional dos *Cabeças de Família*.

**CAPÍTULO 3: AS HIERARQUIAS SOCIAL-ÉTNICAS:
POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DE RIQUEZA
NA CAPITANIA DO PARÁ (1778)**

(...) por que não pensar num regime demográfico da elite senhorial e dos grupos sociais relativamente próximos à aristocracia colonial? As ponderações relativas a um regime demográfico restrito a estas camadas devem agregar o fato primeiro de que havia um patrimônio a zelar e a transmitir – se possível, aumentado. O que se fazia por estratégias diversas no âmbito de famílias geralmente complexas.

Nadalin (2004, p.139)

3.1 AS ELITES COLONIAIS PARAENSES: “SER RICO E TER POSSIBILIDADES”

Para adentrar no âmbito das hierarquias social-étnicas, deve-se tentar entender a noção de elite, porém não é necessário agora fazer um debate mais profundo sobre seus termos e conceitos, já que o primeiro capítulo os coteja. Estudar as elites é mais uma forma de se debruçar aos grupos de indivíduos que ocupam “posições-chaves” em uma sociedade e que, sobretudo, detêm poderes, posses, influências e privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo em que evitam a rigidez inerente às análises sobre as relações sociais de produção. A utilização do termo não é recente nas Ciências Sociais que, desde os trabalhos clássicos de Pareto acerca da “circulação das elites”, esta noção participa dos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou à representação política (HEINZ , 2006, p. 8).

Silva Filho (1997) observa que o estudo das elites, no bojo da literatura política, difundiu-se massivamente apenas a partir século XX. O autor assinala que, apesar da elite ser um tema de relevo nas Ciências Sociais e ter uma grande quantidade de textos produzidos, os principais livros foram escritos pelos italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e pelo alemão Robert Michels; sendo poucos os trabalhos em língua portuguesa.

Em Pareto (1984), a nomenclatura elite é atribuída ao conjunto de pessoas possuidoras dos índices mais altos em diversos ramos de atividades (advocacia, comércio, indústria, entre outros). O autor refere-se a uma classe “superior” que, normalmente, é a detentora dos poderes político e econômico, e a uma classe inferior que seria a dos comandados. Aquele grupo da população que transita entre essas duas classes seria uma espécie de intermediária e quando, isso ocorre, convencionou-se chamar de “circulação das elites”.

Mosca (1992) divide a sociedade entre governantes e governados. Essa dicotomia divide a sociedade em duas classes de pessoas: a que dirige, menos numerosa, exerce o poder político e, naturalmente, usufrui as vantagens deste poder; e a que é dirigida, mais numerosa, controlada pela dirigente de forma legal, arbitrária ou violenta.

Michels (1982), ao elaborar a lei de ferro das oligarquias, observa que a organização é um instrumento para a formação da maioria governante. O autor mostra que a organização leva, inevitavelmente, à consolidação de um grupo oligárquico. Dessa forma, as entidades políticas transferem progressivamente o processo de decisão política para as mãos de minorias burocráticas, ou seja, tendem à oligarquização, sobretudo nos sindicatos e nos partidos políticos, que não mais atendem as massas ou as suas bases, e sim a estrutura burocrática.

Outros importantes teóricos fizeram importantes estudos sobre as elites, tais como Aron, Galvan, Ortega y Gasset, entre outros. Em geral, embasados nos autores ora apresentados.

As reflexões teóricas de Mosca (op. cit.), de Pareto (op. cit.) e de Michels (op. cit.) estão subsidiadas pela premissa de que em “todo agrupamento humano mais ou menos numeroso, sempre existirá uma minoria que assume a responsabilidade de direção, de condução social do grupo social” (SILVA FILHO, op.cit., p.17). E, para validá-la, os autores utilizam o empirismo na tentativa de demonstrar a impossibilidade do pensamento democrático radical, postulando que as elites (as oligarquias) são os pressupostos do exercício do poder.

Contudo, é preciso evidenciar as diferenças existentes entre as reflexões de Mosca (op. cit.) e de Pareto (op. cit.). O primeiro ressalta que o termo elite utilizado por Pareto (op. cit.) equivale ao seu termo “classe política”. Mosca (op. cit.) observa que, na arena epistemológica, ambos conceituam aspectos referentes ao estrato governante. Todavia, o termo elite empregado por Pareto (op. cit.) tem um sentido sociológico mais amplo que o outro.

Verifica-se a equivalência entre os termos quando Pareto (op. cit.) afirma que uma minoria em qualquer tipo de atividade, grosso modo, distingue na elite uma fração governante. Assim, a primeira divisão da sociedade é entre elite e não elite, que correspondem a elite governamental e não governamental, respectivamente. Em outros termos, elite e classe política estão conformadas por possuírem qualidades socialmente legitimadas, tais como a riqueza, o mérito pessoal, a religião (reconhecimento social para algumas famílias) e, até mesmo, valor militar – todas com função de direção.

Tanto Pareto (op. cit.) quanto Mosca (op. cit.) referem-se à classe política, qualificando seus membros como “os melhores”. Nessa análise aparece o termo aristocracia, mas não se confunde com o grupo aristocrático da nobreza (com linhagem), embora no sistema feudal, a nobreza se confunda com a aristocracia. Entretanto, o termo aristocracia, empregado pelos três autores, é oriundo da “aristocracia típica” de um certo sistema socioeconômico e garantido pelo direito de nascimento.

É importante registrar que Pareto (op. cit.) em nenhum momento atribui seus conceitos de elite aos que possuem qualidades éticas e, intelectualmente, apreciáveis, boas, como o faz Mosca (op. cit.). Ou seja, se a elite conseguiu manter-se no poder é porque, afirma Pareto (op. cit.), tem qualidades para governar. Isto significa que uma determinada realidade de poder se constrói sobre “dois pilares fundamentais, a organização, sem a qual a conquista do poder se torna materialmente *impossível*; e a posse de qualidades, por parte dos membros da elite que se distingue do resto da sociedade” (SILVA FILHO, op.cit., p.24).

É preciso que o termo elite não se restrinja ao conceito sociológico, cuja interpretação é correta, embora se atenha ao conceito amplo de elite, no qual classe política constitui uma definição eminentemente política e, sobretudo, histórica. A teoria das elites, na visão de Mosca (op. cit.), de Pareto (op. cit.) e de Michels (op. cit.), postula a existência de uma "nata" de pessoas dirigentes, representativas de uma minoria, destinadas à liderança, em consequência de suas aptidões naturais e superiores e, ainda, em consequência da incompetência e da apatia das massas.

A apropriação do termo elite pelos historiadores, nota Heinz (op. cit., p. 7), permitiria a compreensão, por meio de uma micro-análise dos grupos sociais, da diversidade, das relações e das trajetórias do mundo social. Tal método não difere tanto das análises feitas nas áreas das Ciências Sociais contemporâneas, que tentam

compreender, através da análise mais “fina” dos atores situados no topo da hierarquia social, a complexidade de suas relações e de seus laços objetivos com o conjunto ou com setores da sociedade. O enfoque metodológico preferencial desta abordagem, que recolocou as elites novamente no centro de interesses da comunidade dos historiadores, é o da prosopografia ou das biografias coletivas.

É no bojo da Sociologia e da pesquisa histórica que se pretende fazer um recorte prosopográfico, um retrato das elites por meio do Recenseamento de 1778. Essa escolha é justificada pela tentativa de revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em um dado período histórico. Stone (1991, p. 10) salienta que as biografias coletivas também ajudam a elaborar perfis sociais de determinados grupos sociais:

A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado consiste em definir um universo a ser estudado e então a ele formular um conjunto de questões padronizadas - sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, local de residência, educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional e assim por diante (...). O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau de natureza dos movimentos que se dão no interior.

Estudar tal grupo em uma sociedade quase estamental⁴², com pouca mobilidade social, ajuda a compreender as estruturas em que ela estava superposta em uma ordem econômica baseada, principalmente, na produção agrícola que provê o fundamento ideal de um sistema estamental. Nessa ordem, a terra constitui o recurso econômico básico e pode até ser acumulada por indivíduos com propriedade transmissível, característico da sociedade européia feudal e de sua divisão clássica de estamentos (CROMWELL COX, 1978).

Na Capitania do Pará, segundo Daniel (1976) e Spix; Matius (1981), *status social* está relacionado à propriedade da terra e à posse de escravos. O indivíduo tem poder e prestígio segundo suas posses, que irá determinar seu estado social.

Pretende-se delinear o perfil de riqueza da Capitania do Pará, por meio das categorias socioeconômicas apresentadas no recenseamento, e estabelecer diferenças entre os indicadores nele apresentados. Ressalta-se que a *Riqueza* de cada *fogo* teve como principal medida a contagem do número de escravos, pois na sociedade em estudo, a posse de escravos indicava as condições econômicas dos indivíduos livres. Foi utilizado como parâmetro de agrupamento o tamanho de plantel, elaborado por Andrade (op.cit., p. 71): “ausência de escravos, 1 a 3 escravos (plantel pequeno), 4 a 10 escravos (plantel médio), 11 a 35 escravos (plantel grande) e mais de 35 escravos (plantel muito grande)”.

Não obstante, foi preciso associar riqueza não somente à posse de escravos, mas também às categorias levantadas pelo recenseamento, tais como *Sexo, Estado, Emprego, Ofícios, Etnia e Tamanho Domiciliar*.

⁴² O termo “Estate”, na língua inglesa, *Stand*, no alemão e *état*, no francês, ou estamento, em português, tem uma variedade de significados, pode ser corretamente empregada para significar *status*, grau, posição no mundo, estado, público, propriedade, profissão, classe social e assim por diante (IANNI, 1978).

Na Capitania do Pará, em 1778, existiam 4.315 *Cabeças de Família* contabilizados, sendo 156 ricos (3,2%) e 30 de possibilidades inteiras (0,7%), o restante correspondia a remediados 720 (16,69%) e uma massa de 2.321(53.79%) pobres e 1.088 (25.21%) não declarados. A grande quantidade de não declarados era de Mazagão com 303 (27,85%), Macapá com 265 (24.36) e Vistosa com 92 (8,46%). Essas localidades, devido às especificidades de sua colonização, baseada em levas de grandes contingentes de imigrantes, tiveram seus dados de possibilidades (*Rico, Inteira, Remediado e Pobre*) não indicados claramente, apenas o valor de sua produção.

Consoante Acevedo Marin (1998, p. 58), no período em que se iniciou a formação da Colônia, houve grandes investimentos na entrada de famílias, na fixação de capitais locais, na adaptação de técnicas, na organização de um mercado de trabalho escravo, no incentivo de produtos e nas isenções para sua exportação. A entrada dos produtores nos circuitos mercantis significou, em muitos casos, o endividamento desses colonos, daí o porquê de indicarem rigidamente o valor de produção de seus fregueses e, até mesmo, o fracasso de seus empreendimentos. O modelo socioeconômico “tecido entre os colonos e as instituições coloniais, e as vicissitudes que o marcaram são problemas centrais da agricultura camponesa e também de sua estratificação social”. Por isso, cogita-se uma análise mais refinada dessas localidades em trabalhos futuros, pois até o momento não foram encontradas fontes primárias e nem bibliográficas que possam subsidiar a análise e definir um critério próximo daqueles que definiam quem eram os ricos, inteiros, remediados e pobres das freguesias.

A freguesia de Santana também aparece com um número significativo de não declarados 207 (19,03%). E, assim como nos outros não declarados de possibilidades das outras freguesias, o recenseador apenas indica que “vive do seu ofício, vive do seu soldo, vive da sua lavoura...” (AHU- Doc.7509). Notam-se os critérios duvidosos aos quais a população estava submetida pelo recenseamento, que ignorava uma série de informações. Questiona-se, portanto, até que ponto foi priorizado, na contagem, os efetivos que apoiavam a administração colonial no trabalho, na produção e nas ordenanças militares.

Na Capitania do Pará, no século XVIII, faziam parte do grupo das elites os mais abastados proprietários, senhores de engenho e fazendeiros que podiam viver mais tranquilos, sem grandes sacrifícios que, de acordo com Daniel (op. cit., p. 21), só

são bem servidos os moradores, que têm sítios, e escravos, porque nos sítios, e escravos, porque nos sítios, em que mais ordinariamente vivem, fazem por ter o preciso para passarem, sem a precisão de o buscarem; mas quem não tem sítios, nem escravos sente muita falta nem acha onde o podem remediar ainda que ofereça preços exorbitantes.

Daniel (op. cit., p. 22) aponta ainda que, na Amazônia, não basta ter dinheiro para passar bem, é “necessário ter quintas, e ter escravos”. Isso será refletido na distribuição de riqueza no Grão-Pará, em 1778, concentrada em 24 das 64 freguesias recenseadas. A Tabela 14 indica essa extrema desigualdade social.

Tabela 14: Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira por *Cabeças de Família* nas Freguesias.

FREGUESIA	Inteira		Rico		Total	%
	N	%	N	%		
ABAETÉ	00	0.00	01	0.54	01	0.54
BAIÃO	00	0.00	03	1.61	03	1.61
BRAGANÇA	00	0.00	05	2.69	05	2.69
CAMETÁ	00	0.00	57	30.65	57	30.65
MELGAÇO	00	0.00	02	1.08	02	1.08
SÉ	28	15.05	09	4.84	37	19.89
CACHOEIRA DO RIO ARARY	02	1.08	11	5.91	13	6.99
MOJÚ	00	0.00	11	5.91	11	5.91
IRITUYA	00	0.00	01	0.54	01	0.54
OEIRAS	00	0.00	02	1.08	02	1.08
VIGIA	00	0.00	02	1.08	02	1.08
PENHA LONGA	00	0.00	01	0.54	01	0.54
SÃO MIGUEL	00	0.00	01	0.54	01	0.54
SÃO DOMINGOS	00	0.00	05	2.69	05	2.69
SÃO CAETANO	00	0.00	03	1.61	03	1.61
SANTANA	00	0.00	13	6.99	13	6.99
RIO GUAMÁ	00	0.00	06	3.23	06	3.23
RIO CAPIM	00	0.00	03	1.61	03	1.61
RIO BUJARU	00	0.00	05	2.69	05	2.69
RIO ACARÁ	00	0.00	06	3.23	06	3.23
OURÉM	00	0.00	02	1.08	02	1.08
MONSARÁS	00	0.00	03	1.61	03	1.61
IGARAPE MIRI	00	0.00	03	1.61	03	1.61
MONFORTE	00	0.00	01	0.54	01	0.54
Total	30	16.13	156	83.87	186	100

Nota-se que Cametá encabeça a freguesia de maior concentração de ricos 30, 65% (57) dos *Cabeças de Famílias* recenseados na Capitania do Pará, seguido de Santana 6,99% (13), Cachoeira do Arary 5, 91%(11), Moju 5, 91% (11) e Sé com 4, 84% (9). As demais ficaram com índice de concentração abaixo de 4%. Vale ressaltar que, no caso de Cachoeira do Arary e de Moju, quase a metade desses *Cabeças de Famílias* ricos pertenciam à Belém (Sé e Santana), mas que possuíam domicílio e aplicações nessas freguesias. Nessas localidades, muitos desses *Cabeças de Famílias* são identificados como ricos (senhores de engenhos ou aplicados em fazendas de gado) quando na freguesia da Sé aparecem como Possibilidade Inteira (ver Anexos 7.3 e 7.4).

É importante apontar que existiam cerca de 137 *Cabeças de Famílias* que possuíam moradias em outras localidades e, desses, 60 pertenciam a freguesia da Sé e de Santana, o que demonstra a concentração de riqueza na cidade de Belém, a partir da interferência e das propriedades que esses moradores possuíam no interior da capitania. A incidência maior localizava-se nos rios próximos da cidade, Rio Moju, Acará e Guamá, além desses destaca-se a freguesia de Cachoeira do Arary e de Soure (ver Anexo 7.4).

Alguns dos *Cabeças de Famílias* da freguesia da Sé são declarados ricos nas localidades em que possuem outros domicílios, mas na freguesia que, de fato, pertencem são identificados como de possibilidade mediana ou remediado, como é caso de Hilário de Moraes Bittencourt, morador da freguesia da Sé, declarado de possibilidade mediana, mas que possui uma engenhoca no Moju e identificado rico. Pode-se pressupor que o critério usado pelo recenseador está ligado à grandeza de seus investimentos nessas localidades.

Registram-se 30 *Cabeças de Famílias* que diziam ter domicílio de origem na cidade de Belém ou em outra localidade, a maioria desses cabeças era pobre ou remediada. Pode-se pressupor que tal circunstância deve-se a migração dos mesmos para o interior, mas que ainda tem referência em suas freguesias de origem.

Na freguesia da Sé, em relação às elites, grande parte era identificada pelo recenseamento por uma categoria um pouco mais secundária: Possibilidades Inteiras. Nota-se que essa categoria era formada por 30 *Cabeças de Famílias*, sendo 28 da freguesia da Sé e 2 de Cachoeira do Arary, D. Catarina Ferreira de Nazareth e Domingos Pereira de Moraes, ambos senhores de fazenda de gado e fregueses (de origem) da Sé.

Diferente do que mostra Veloso (1998), em relação à distribuição espacial de riqueza em Belém, observa-se que o grupo possibilidade inteira era uma realidade apenas da freguesia da Sé, enquanto os ricos concentravam-se em Santana. Mesmo quando se observa essa categoria no restante das freguesias ela não aparece, sendo, portanto um grupo que se apresenta apenas na Sé.

Cameté destaca-se pela sua concentração de ricos, especialmente por ter sido o principal centro de povoamento situado às margens do Rio Tocantins e no delta do Rio Amazonas. Essa freguesia concentrou famílias ilustres e ricas do estado, como a família Morais Bittencourt.

Segundo Daniel (op. cit.), os quatro rios mais povoados da capitania eram Moju, Acará, Guamá e Capim. O autor atribui essa concentração ao fato de os rios estarem mais próximos da cidade. Daí o domínio, a interferência e a influência de alguns *Cabeças de Famílias* da cidade nessas localidades. O rio Moju apresentava diversos engenhos e sítios até a distância de oitenta léguas, prestando-se para qualquer espécie de cultura tropical, “além da cana, também há ali café, milho e arroz” (SPIX; MARTIUS, op. cit., p. 69).

Já Cachoeira do Arary faz parte do arquipélago do Marajó, cuja diversidade de recursos naturais era aproveitada por poucos. Spix; Martius (op. cit., p. 77) salientam que numa

latitude tão privilegiada, quase exatamente abaixo do Equador, pode Marajó dar quase todos os produtos coloniais das zonas mais quentes, mas a incrível facilidade com que gados e cavalos, aqui introduzidos, se multiplicariam, quase sem cuidado algum dos colonos, foi o motivo de negligenciar a fertilidade da terra e fazer da criação de gado, até aqui, a única indústria explorada.

A descrição dos autores mostra uma das características marcante na economia marajoara: a intensa criação de gado. O Recenseamento de 1778 confirma tal informação, sobretudo em Cachoeira do Arary, onde a maioria dos *Cabeças de Famílias* ricos são senhores de fazenda de gado *Vaccum e Cavallar*.

Veloso (op. cit.) mostra as aproximações entre os ricos e os *Cabeças de Famílias* de possibilidade inteira, por meio de Teodósio Constantino de Chermont, morador da freguesia da Sé e sargento auxiliar, descrito no Recenseamento de 1778 como de possibilidade inteira, dedicado ao trabalho, à lavoura e ao “descasque” de arroz. Ele teria inventado a máquina de descascar arroz, utilizando máquinas movidas com tração de animal. Essa estratégia permitiu a Chermont um desempenho econômico altamente lucrativo e com poucos escravos.

Veloso (op. cit., p. 17) observa que esse fato foi ignorado pelo recenseamento que “coloca esse representante da elite migrada em posição social secundária. A biografia indica uma trajetória ascendente que deu origem a um tronco familiar enraizado na sociedade paraense”.

Os *Cabeças de Famílias* de possibilidade inteira usufruíam de vantagens sociais bem próximas daquelas usufruídas pelos ricos. A linha que separa *Rico* e *Possibilidade Inteira* é muito tênue co-existindo no interior das estruturas de apropriação e de dominação política gestadas na ordem econômica colonial.

E mais uma vez as patentes militares combinam-se com os ofícios de fazendeiros e de mercadores. O fabricante de madeira, o clérigo, as ordens religiosas, o senhor de engenho, os senhores de fazenda de gado ou as categoria funcionais como Intendente Geral formam a base social e política, constituindo o grupo dominante na Capitania do Grão-Pará.

Adotando o recorte da função institucional militar, pode-se visualizar, na Tabela 15, o perfil ocupacional dessas elites e a manutenção do seu *statu quo*. Observa-se que as estruturas de riqueza estão relacionadas intrinsecamente à função institucional militar. Nota-se que dos 156 ricos, 84 (53,84%) eram militares e dos 30 chefes de famílias de possibilidade inteira, 13 (43,33%) pertenciam também à instituição militar. Pode-se verificar as hierarquias sociais criadas pela própria instituição por meio de patentes: Cabo, Sargento, Cadete, Furriel, Capitão, Tenente, Alferes, Mestre de Campo e Tenente Coronel. Dentre outras atividades que configuram esses grupos aparecem ainda: Cônego da Sé, Cura da Freguesia, Vigário, Escrivão, Juiz dos Órfãos, Juiz Ordinário, Posteiro, Provedor dos Defuntos e Auzentes, Tesoureiro dos Órfãos e Tesoureiro da Câmara.

Todos recenseados possibilidade inteira, com exceção de 1 intendente geral, foram declarados militares, 13 não declararam emprego e 6 não declaram ofício. Dos ricos, 58 não declaram emprego e 70 não declararam ofício. Percebe-se também que, dentro desses ofícios e categorias, há um pequeno grupo de lavradores que conseguiu ascender socialmente, dos 1468 lavradores da Capitania, somente 12 eram declarados ricos. Por isso, é importante considerar outras categorias além das socioprofissionais dessas elites, tais como *Sexo, Estado, Etnia, Tamanho Domiciliar* e *Posse* (escravos e soldados).

Tabela 15: Ofícios e Empregos dos Militares.

Ofícios e Categorias	Total de Cabeças de Família	Possibilidade	
		Rico	Inteira
Alferes Auxiliar (Lavrador, Mercador, Mercador e Lavrador, Alfayate, Escrivão)	16	13	03
Capitão Auxiliar (Tesoureiro, Mercador, Lavrador)	27	24	03
Sargento Auxiliar (Lavrador, Senhor de Engenho)	09	05	04
Mestre de Campo (Senhor de Fazenda de Gado, Senhor de Engenho)	02	02	00
Soldado Auxiliar e Mamposteiro da Bulla	01	01	00
Tenente Coronel (Senhor de Fazenda de Gado)	02	01	01
Soldado Auxiliar (Mercador, Sapateiro, Cabeleireiro, Carpinteiro, Senhor de Fazenda de Gado, Senhor de Engenho)	27	25	02
Ofícios			
Ferreiro	02	01	01
Lavrador	18	12	06
Mercador	02	01	01
Padeiro	01	00	01
Senhor de Fazenda de Gado	06	05	01
Senhor de Engenho	08	07	01
Carpinteiro	01	01	00
Escrivão	02	02	00
Lavrador e Negociante	01	01	00
Lavrador e Sr. de Fazenda de Gado	01	01	00
Não declarou	27	27	00

Na Tabela 16, constata-se o predomínio de domicílios chefiados por homens 24 (12,90%) e 6 (3,23%) por mulheres no grupo de possibilidade inteira. No grupo dos ricos, há novamente uma hegemonia dos homens, mas com uma diferença maior quando comparada ao sexo feminino.

Tabela 16: Composição e Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira dos *Cabeças de Família* na Capitania do Pará Conforme o Sexo.

Possibilidade	Sexo				Total	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Inteira	06	3.23	24	12.90	30	16.13
Rico	16	8.60	140	75.27	156	83.87
Total	22	11.83	164	88.17	186	100

No que se refere à etnia, verifica-se que a concentração da riqueza combina-se com a etnia branca para 96,23% dos *Cabeças de Famílias* ricos e possibilidade inteira. Ou seja, quase 100% das elites do Grão-Pará compunham-se de brancos. Salvo rara exceção de 1 mameluco e 4 mulatos no grupo dos ricos, como aponta a Tabela 17.

Tabela 17: Composição e Distribuição de Ricos e de Possibilidade Inteira dos *Cabeças de Família* na Capitania do Grão-Pará Conforme a Qualidade.

Etnia	Possibilidade				Total	%
	Inteira	%	Rico	%		
Branca	30	16.13	149	80.11	179	96.24
Cafuza	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Cafuza livre	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Índia	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Mameluca	00	0.00	01	0.53	01	0.53
Mulata	00	0.00	04	2.15	04	2.15
Mulata livre	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Não declarou	00	0.00	02	1.08	02	1.08
Preta	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Preta forra	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Preta livre	00	0.00	00	0.00	00	0,00
Total	30	16.13	156	83.87	186	100

Dessa forma, ao combinar sexo, estado conjugal e etnia com possibilidades verifica-se, conforme dados da Tabela 18, a hegemonia de homens casados de etnia branca, 45,90% ricos e 8,74% possibilidade inteira. Logo depois aparecem os solteiros brancos, correspondendo 14,75% ricos e 2,73% possibilidade inteira, seguido pelos viúvos brancos com 8,20% do grupo dos ricos e 1,64% declarados possibilidade inteira. Destaque também para os religiosos clericais, todos de etnia branca e do sexo masculino, representados por meio do Clérigo Secular e do Sacerdote Secular, que correspondem respectivamente a 2,73% e a 1,09%.

Em relação às outras etnias, destaque para 1 homem casado de etnia mameluca (0.55%) e 4 mulatos (2,19%), não existindo *Cabeças de Famílias* de outras etnias no grupo de possibilidade inteira, independente de sexo e de estado. Esses dados contrariam novamente a descrição feita por Veloso (op. cit.), que aponta a existência de 1 mameluco e de 1 mulata no grupo de possibilidade inteira na cidade de Belém – objeto de estudo no Recenseamento de 1778. Esta pesquisa não encontrou nenhuma outra etnia além das apontadas que constitua o grupo das elites do Pará.

No caso das mulheres, a exclusão sócio-étnica é expressiva. Todas são de etnia branca, independente do estado. Com destaque para as viúvas que correspondem a 7,65% dos ricos e 2,73% de possibilidade inteira, existindo 1 (0,55%) mulher solteira rica e 1 (0,55%) casada rica. No que se refere ao grupo de possibilidade inteira, não existem mulheres solteiras nessa condição, destacando-se 1 (0,55%) mulher casada, as outras correspondiam às viúvas. Ou seja, das 22 mulheres recenseadas ricas e inteiras, 19 foram declaradas viúvas. Logo, a maior parte dessas mulheres passa a ser rica e ascende socialmente após o falecimento do marido ou o afastamento deste do lar por circunstâncias diversas (migração, residência distinta, entre outras).

Tabela 18: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado, Etnia e Possibilidade (Rico e Inteira).

Possibilidade	Qualidade	Estado	Feminino		Masculino		Total	%
			N	%	N	%		
Inteira	Branca	Casado	01	0.55	16	8.74	17	9.29
		Solteiro	00	0.00	05	2.73	05	2.73
		Viúvo	05	2.73	03	1.64	08	4.37
		Total	06	3.28	24	13.11	30	16.39
Rico	Branca	Casado	01	0.55	84	45.90	85	46.45
		Clérigo Secular	00	0.00	05	2.73	05	2.73
		Sacerdote Secular	00	0.00	02	1.09	02	1.09
		Solteiro	01	0.55	27	14.75	28	15.30
		Viúvo	14	7.65	15	8.20	29	15.85
		Total	16	8.74	133	72.68	149	81.42
	Mameluca	Casado	00	0.00	01	0.55	01	0.55
		Total	00	0.00	01	0.55	01	0.55
	Mulata	Casado	00	0.00	04	2.19	04	2.19
		Total	00	0.00	04	2.19	04	2.19
Total Geral			22	12.02	161	87.98	183	100

O tamanho do domicílio, como foi mencionado no segundo capítulo, é um fator que também pode não somente ajudar a visualizar a composição familiar dessas elites, mas também a caracterizá-la, como demonstra a Tabela 19.

No caso das elites, pode-se verificar que, independente da etnia, há um predomínio de domicílios com 12 ou mais pessoas, concentrados nas mãos dos chefes de etnia branca, ricos e possibilidade inteira, computando respectivamente 66,67% e 12,37%. No caso das mulheres, do grupo de possibilidade inteira, que possuem 12 ou mais pessoas em seu domicílio, destacam-se as viúvas com 2,69% e 1 casada (0,54%), não havendo chefia feminina desse grupo, independente de estado, etnia e faixa de tamanho domiciliar.

No grupo dos ricos, há um predomínio de homens brancos chefiando domicílios de 12 ou mais pessoas: os casados com 38,71%, os solteiros brancos 11,29%, os viúvos com 6,45%, além de 4 Clérigos Secular e 2 Sacerdotes Secular, correspondendo respectivamente a 15% e 1,08%. Esses computam um total de 59,68% dos *Cabeças de Famílias* ricos de etnia branca da Capitania. Destaca-se ainda para essa faixa domiciliar, 1 (0,54%) homem casado e mameluco e 3 (1,61%) mulatos casados. As mulheres ricas que chefiam domicílios de 12 ou mais pessoas são de etnia branca, sendo 12 viúvas e 1 solteira, correspondendo respectivamente a 6,45% e 0,54%. Os domicílios de 3 a 5 destaca-se com 1,08% das chefes de famílias e apenas 1 com 6 a 12 pessoas, correspondendo a 0,54%. Não há mulheres chefes ricas nas outras faixas domiciliar para as outras etnias.

No que se refere ao domicílio unipessoal e de duas pessoas, corresponde apenas a 1 (0,54%) solteiro branco e a outra faixa é representada por 2 (1,08%) casados brancos e 1 (0,54%) clérigo secular. Sendo que 1,08% não declara sua etnia. Pode-se verificar que, dificilmente, seria rico ou possibilidade inteira aqueles que possuíam uma composição familiar pequena ou que tivessem outra etnia que não fosse à branca.

Tabela 19: Possibilidade Inteira e Rico Conforme Estado, Sexo e Etnia por Tamanho Domiciliar.

Possibilidade	Qualidade	Tamanho Domiciliar	Estado	Feminino		Masculino		Total	%
				N	%	N	%		
Inteira	Branca	3 a 5 pessoas	Casado	00	0.00	02	1.08	02	1.08
			Solteiro	00	0.00	01	0.54	01	0.54
			Total	00	0.00	03	1.61	03	1.61
		6 a 12 pessoas	Casado	00	0.00	01	0.54	01	0.54
			Solteiro	00	0.00	01	0.54	01	0.54
			Viúvo	00	0.00	02	1.08	02	1.08
		Total	00	0.00	04	2.15	04	2.15	
		12 ou mais pessoas	Casado	01	0.54	13	6.99	14	7.53
			Solteiro	00	0.00	03	1.61	03	1.61
	Viúvo		05	2.69	01	0.54	06	3.23	
	Total		06	3.23	17	9.14	23	12.37	
	Rico	Branca	3 a 5 pessoas	Solteiro	00	0.00	01	0.54	01
Viúvo				02	1.08	00	0.00	02	1.08
Total				02	1.08	01	0.54	03	1.61
6 a 12 pessoas			Casado	01	0.54	10	5.38	11	5.91
			Solteiro	00	0.00	04	2.15	04	2.15
			Viúvo	00	0.00	03	1.61	03	1.61
			Total	01	0.54	17	9.14	18	9.68
12 ou mais pessoas			Casado	00	0.00	72	38.71	72	38.71
			Clérigo Secular	00	0.00	04	2.15	04	2.15
			Sacerdote	00	0.00	02	1.08	02	1.08
			Secular	00	0.00	02	1.08	02	1.08
			Solteiro	01	0.54	21	11.29	22	11.83
			Viúvo	12	6.45	12	6.45	24	12.90
Total			13	6.99	111	59.68	124	66.67	
Uma pessoa			Solteiro	00	0.00	01	0.54	01	0.54
			Total	00	0.00	01	0.54	01	0.54
Duas pessoas			Casado	00	0.00	02	1.08	02	1.08
			Clérigo Secular	00	0.00	01	0.54	01	0.54
		Total	00	0.00	03	1.61	03	1.61	
Mameluca		12 ou mais pessoas	Casado	00	0.00	01	0.54	01	0.54
Total		00	0.00	01	0.54	01	0.54		
Mulata		6 a 12 pessoas	Casado	00	0.00	01	0.54	01	0.54
			Total	00	0.00	01	0.54	01	0.54
		12 ou mais pessoas	Casado	00	0.00	03	1.61	03	1.61
Total			00	0.00	03	1.61	03	1.61	
Não Determinada		12 ou mais pessoas	Não declarado	00	0.00	02	1.08	02	1.08
			Total	00	0.00	02	1.08	02	1.08
Total Geral				22	11.83	164	88.17	186	100

Pode-se constatar que somente rico e possibilidade inteira preenchem exatamente o que Laslett (1984) define como *ganze Haus*, em que o domicílio vem associado ao grupo de trabalho organizado e cooperativo. Embora seja minoria, essas grandes e prósperas unidades domésticas continham relativamente uma elevada população, justamente porque possuíam uma quantidade significativa de criados doméstico. Essas elites estavam em condições, ainda, de dirigir e de explorar, pelo uso do capital, os domicílios dos pequenos, tirando-lhes sua independência e autonomia.

É importante lembrar que o número de escravos contribuía, sobremaneira, no tamanho do domicílio, já que era uma média de 3 escravos por *Cabeças de Famílias*. Ou seja, quanto maior o número de escravos maior o tamanho domiciliar. Por isso, é importante atentar para a posse de escravos como parâmetro para análise de riqueza domiciliar – o número de escravos em cada domicílio foi usado como “proxy” principal para a riqueza. Essa quando associada à etnia constitui as hierarquias sócio-étnicas da sociedade vigente.

Pode-se observar, a partir da análise das Tabelas 20, 21, 22 e 23, que pouquíssimos *Cabeças de Famílias* ricos e de possibilidades inteiras, ambos os sexos, não possuíam escravos. E quando associado à etnia branca, constata-se que se reduz mais ainda, dos 156 ricos somente 4 (2,14%) não possuem escravos, constituídos por 2 (1,43%) homens casados brancos, 1 (0,71%) solteiro branco; e do grupo da mulheres, somente 1 viúva branca não possuía escravos, não existindo mulher solteira rica detentora de escravos.

De modo geral, nos domicílios escravistas do grupo rico há uma predominância de *Cabeças de Famílias* (homens e mulheres) de etnia branca, salvo rara exceção de 1 mameluco e de 4 mulatos que possuem escravos. E para essas etnias não terem escravo e serem ricas era quase impossível, pois sua ascensão social está relacionada à aquisição e à concentração de escravos. Até mesmo para a etnia branca a ausência de escravo significava pobreza domiciliar, dos 133 ricos de etnia branca, somente 3 (2,14%) não possuíam escravos .

Verifica-se a predominância de domicílios com plantel grande, 11 a 35 escravos, independente do sexo e da etnia, destacando-se, sobretudo, casados, solteiros, viúvos, Clérigo Secular e Sacerdote Secular de etnias brancas, as outras etnias só comportaram casados na proporção de 1 chefe de domicílio para essa faixa de escravos e de 1 não declarado. Os domicílios com plantel muito grande, mais de 35 escravos, eram chefiados quase exclusivamente pela etnia branca, destacando-se as viúvas com 37,5%, os homens brancos casados com 18,57%, os solteiros brancos com 5% e os viúvos com 2,86%. Salvo as exceções de 1 (0,71%) mulato casado e de 1 não declarado.

O plantel médio (4 a 10 escravos) estava distribuído entre os homens e mulheres de etnia branca, 31,25% entre casadas e viúvas, e para o sexo masculino distribuía-se entre os casados (10, 71%), os viúvos (3,57%), os solteiros (2,14%), os Sacerdotes Secular (1,43%) e o Clérigo Secular (0,71%); e 1 (0,71%) mulato casado. No plantel pequeno (1 a 3 escravos), apenas 10 ricos (7,14%) dentre casados, solteiros e Clérigos secular, exceto 1 (0,71%) mulato casado. Portanto, a riqueza domiciliar concernente ao plantel muito grande corresponde a 65,35% dos domicílios de ricos.

Fica evidente que o fator posse de escravos era o parâmetro que media a riqueza dessas famílias. Era quase impossível ser rico ou possibilidade inteira e não possuir nenhum escravo.

Tabela 20: Distribuição de Mulheres *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado do grupo de Ricas por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778.

Etnia	Tamanho do Plantel	Casada		Solteira		Viúva		Total	%
		N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	00	00	00	00	01	6,25	01	6,25
	4 a 10	01	6,25	00	00	04	25	05	31,25
	11 a 35	00	00	01	6,25	03	18,75	04	25
	Mais de 35	00	00	00	00	06	37,5	06	37,5
Total		01	6,25	01	6,25	14	87,5	16	100

Tabela 21: Distribuição de Homens *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado do grupo de Ricos por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778.

Qualidade	Número de Escravos por Faixa	Casado		Clérigo Secular		Não Declarado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	02	1.43	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71	00	0.00	03	2.14
	1 a 3	3	2.14	02	1.43	00	0.00	00	0.00	04	2.86	00	0.00	09	6.43
	4 a 10	15	10.71	01	0.71	00	0.00	02	1.43	03	2.14	05	3.57	26	18.57
	11 a 35	38	27.14	02	1.43	00	0.00	00	0.00	12	8.57	06	4.29	58	41.43
	Mais de 35	26	18.57	00	0.00	00	0.00	00	0.00	07	5.00	04	2.86	37	26.43
	Total	84	60.00	05	3.57	00	0.00	02	1.43	27	19.29	15	10.71	133	95.00
Mameluca	11 a 35	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	Total	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
Mulata	1 a 3	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	4 a 10	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	11 a 35	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	Mais de 35	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	Total	04	2.86	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	04	2.86
ND	11 a 35	00	0.00	00	0.00	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	Mais de 35	00	0.00	00	0.00	01	0.71	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.71
	Total	00	0.00	00	0.00	02	1.43	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	1.43
Total Geral		89	63.57	05	3.57	02	1.43	02	1.43	27	19.29	15	10.71	140	100

No grupo de possibilidade inteira, a exclusão sócio-étnica é de 100% da etnia branca para ambos os sexos. Nesse grupo, as mulheres viúvas, mais uma vez destacam-se pela sua concentração de escravos 83,33%, não existindo nenhuma mulher de possibilidade inteira sem escravo independente de estado. Nesse grupo, os homens casados concentram 66,67%, seguidos pelos solteiros com 20,83% e os viúvos com 12,50% da “riqueza domiciliar”.

O plantel grande é observado em ambos os sexos, concentrado nos homens casados 37,50% e nas viúvas 50%. O plantel muito grande (mais de 35) e o plantel médio estão distribuídos entre os homens casados, solteiros e viúvos. Sendo que não há homem viúvo com plantel muito grande.

Constata-se que apenas 1 chefe de família casado não possuía nenhum escravo e que não existia nenhuma mulher solteira detentora de escravos no grupo de possibilidade inteira.

Tabela 22: Distribuição de Mulheres *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado do grupo Possibilidades Inteiras por Posse de Escravos na Capitania do Grão-Pará em 1778.

Etnia	Tamanho do Plantel	Casado		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%		
Branca	4 a 10	00	0,00	01	16,67	01	16,67
	11 a 35	01	16,67	03	50,00	04	66,67
	Mais de 35	00	0,00	01	16,67	01	16,67
Total		01	16,67	05	83,33	06	100

Tabela 23: Distribuição de Homens *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado do grupo de Possibilidades Inteiras por Posse de Escravos na Capitania do Grão-Pará em 1778.

Etnia	Tamanho do Plantel	Casado		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	01	4,17	00	0,00	00	0,00	01	4,17
	1 a 3	01	4,17	00	0,00	01	4,17	02	8,33
	4 a 10	03	12,50	03	12,50	01	4,17	07	29,17
	11 a 35	09	37,50	01	4,17	01	4,17	11	45,83
	Mais de 35	02	8,33	01	4,17	00	0,00	03	12,50
Total		16	66,67	05	20,83	03	12,50	24	100

Os religiosos e as Ordens religiosas também acumularam riqueza. Para esses, a riqueza está associada à etnia branca, destacando-se Clérigos Seculares, Sacerdotes Seculares e religiosos de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora das Mercês e de Santo Antônio, distribuídos por toda a Capitania do Pará, em especial, Cachoeira do Arary, Soure, Monsarás, Cametá, Sé, Santana, Moju e Guamá. Muitos não declaravam suas possibilidades, que variavam entre grande e médio, por serem religiosos.

Os trabalhadores e soldados também detinham certa representatividade na riqueza da Capitania. A média de soldados por *Cabeças de Famílias* rico era de 9, 25% e 2,77% para o grupo de possibilidade inteira. Contudo, a preferência na Amazônia era “em fazer escravos... não há no Amazonas gente plebéia de servir soldada, como há em todo o mais mundo” (DANIEL, op. cit., p. 22), pois os europeus que aqui vieram por mais que não fossem de origem nobre, almejavam nobreza e fidalguia e queriam ser servidos como tal.

Pode-se concluir essa discussão, reportando-se ao que assinala Daniel (op. cit., p. 22) sobre a riqueza domiciliar (escravos):

Só são ricos, os que têm escravos, e quem mais escravos tem é mais rico, porque só com muita gente de serviço se podem formar sítios capazes, e fazer tantos, e tão custosos roçados, e feitorias; o que não sucede na Europa, e mais mundo onde as terras são bem estáveis, e perpétuos servindo todos os anos para cujo benefício basta o aluguel de jornaleiros proporcionando em tempos determinados.

3.2 A BASE DA SOCIEDADE COLONIAL PARAENSE

De modo geral, a vida na Colônia, para a maioria dos habitantes, inclusive os brancos, era precária e difícil. Pouco se produzia para exportar, com exceção de alguns gêneros (cacau e aguardente). Daniel (op. cit., p. 21) relata que, até a sua época, era bem fraca a praça, ou mercado público, na Amazônia, pois não havia quase nada para comprar ou vender dos “víveres, dos gêneros, ou frutos, mais do que das lojas ordinárias dos mercados. Nem açougue público havia”, realidade que correspondia às cidades. Já nas vilas e povoações pequenas, consoante o autor, ocorria o inverso:

(...) cada um vive sobre si, e do que por si, os seus escravos, se o têm, pode buscar ou na pesca, ou na caça, e quem não tem escravos, nem por si pode buscar, só por intervenção de procuradores, o de 3^a. pessoas pode haver o necessário para suas casas e , muitas vezes, ainda que não tenham dinheiro não acham absolutamente o que comprar.

Desse modo, a medida que se faz análise da base populacional da sociedade da Capitania do Pará, novos detalhes enriquecem sobre sua distribuição nas freguesias, bem como sua posição social e étnica. Foram computados 2.321 pobres e 720 remediados⁴³. As freguesias mais populosas concentravam somente 4,32% do total de 4.315 *Cabeças de Famílias* do Estado, uma vez que havia nelas uma grande quantidade de pobres e de remediados.

É importante deixar claro aqui que esses números correspondem apenas aos *Cabeças de Famílias* que declaram suas possibilidades conforme as categorias socioeconômicas apontadas no recenseamento (*Rico, Possibilidade Inteira, Remediado e Pobre*), ou seja, 1088 (25, 21%) cabeças não declaram suas possibilidades e ficaram de fora da análise acima.

⁴³ A categoria *Remediado* também era classificada como *Possibilidade Mediana* no recenseamento.

Tabela 24: Distribuição de Pobres e de Remediados por *Cabeças de Família* nas Freguesias da Capitania do Pará.

Freguesia	Pobre		Remediado		Total	%
	N	%	N	%		
ABAETÉ	63	2,07	16	0,53	79	2,60
ALENQUER	02	0,07	05	0,16	07	0,23
AZEVEDO	15	0,49	02	0,07	17	0,56
BAIÃO	02	0,07	06	0,20	08	0,26
BARCARENA	01	0,03	17	0,56	18	0,59
BOIM	01	0,03	00	0,00	01	0,03
BRAGANÇA	116	3,81	00	0,00	116	3,81
CAMETÁ	396	13,02	135	4,44	531	17,46
MELGAÇO	63	2,07	12	0,39	75	2,47
SÉ	618	20,32	168	5,52	786	25,85
CHAVES	09	0,30	03	0,10	12	0,39
COLARES	11	0,36	00	0,00	11	0,36
CACHOEIRA DO RIO ARARY	34	1,12	21	0,69	55	1,81
MOJÚ	94	3,09	17	0,56	111	3,65
VILAR	07	0,23	00	0,00	07	0,23
IRITUYA	08	0,26	26	0,85	34	1,12
MAZAGÃO	03	0,10	04	0,13	07	0,23
FRANCA	00	0,00	01	0,03	01	0,03
PORTEL	10	0,33	04	0,13	14	0,46
VILLA DE SANTARÉM	45	1,48	09	0,30	54	1,78
VEIROS	02	0,07	00	0,00	02	0,07
GURUPÁ	06	0,20	01	0,03	07	0,23
PORTO DE MOZ	01	0,03	00	0,00	01	0,03
OEIRAS	58	1,91	04	0,13	62	2,04
ALTER DO CHÃO	02	0,07	00	0,00	02	0,07
VIGIA	166	5,46	12	0,39	178	5,85
PENHA LONGA	12	0,39	01	0,03	13	0,43
VILA DO CONDE	03	0,10	01	0,03	04	0,13
SOURE	06	0,20	02	0,07	08	0,26
SÃO MIGUEL	47	1,55	01	0,03	48	1,58
SÃO JOSÉ	01	0,03	01	0,03	02	0,07
SÃO DOMINGOS	34	1,12	28	0,92	62	2,04
SÃO CAETANO	02	0,07	02	0,07	04	0,13
SANTAREM	06	0,20	00	0,00	06	0,20
SANTANA	234	7,69	79	2,60	313	10,29
ROSÁRIO EL REY	33	1,09	03	0,10	36	1,18
RIO GUAMÁ	10	0,33	26	0,85	36	1,18

RIO CAPIM	28	0,92	15	0,49	43	1,41
RIO BUJARÚ	13	0,43	15	0,49	28	0,92
RIO ACARÁ	41	1,35	14	0,46	55	1,81
POTO SALVO	07	0,23	00	0,00	07	0,23
PONTA DE PEDRAS	09	0,30	01	0,03	10	0,33
PINHEL	07	0,23	00	0,00	07	0,23
OURÉM	18	0,59	24	0,79	42	1,38
ÓBIDOS	07	0,23	04	0,13	11	0,36
MONTE ALEGRE	11	0,36	00	0,00	11	0,36
MONSARÁS	16	0,53	05	0,16	21	0,69
IGARAPE MIRI	25	0,82	21	0,69	46	1,51
FARO	03	0,10	00	0,00	03	0,10
BENFICA	05	0,16	01	0,03	06	0,20
SALVATERRA	06	0,20	01	0,03	07	0,23
MACAPÁ	01	0,03	09	0,30	10	0,33
VISTOZA	00	0,00	02	0,07	02	0,07
MONFORTE	03	0,10	01	0,03	04	0,13
Total	2321	76,32	720	23,68	3041	100,00

No que se refere ao perfil por sexo, dessa base socioeconômica, nota-se na Tabela 25 e no Gráfico 11, também a presença hegemônica de *Cabeças de Famílias* do sexo masculino tanto no grupo dos pobres (42,95%) quanto no dos remediados (14, 31%) – assim como no das elites.

Tabela 25: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados *Cabeças de Famílias* na Capitania do Pará Conforme o Sexo.

Possibilidade	Sexo				Total	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Pobre	469	10.88	1852	42.95	2321	53.83
Remediado	103	2.39	617	14.31	720	16.70
Total	725	16.81	3587	83.19	4312	100

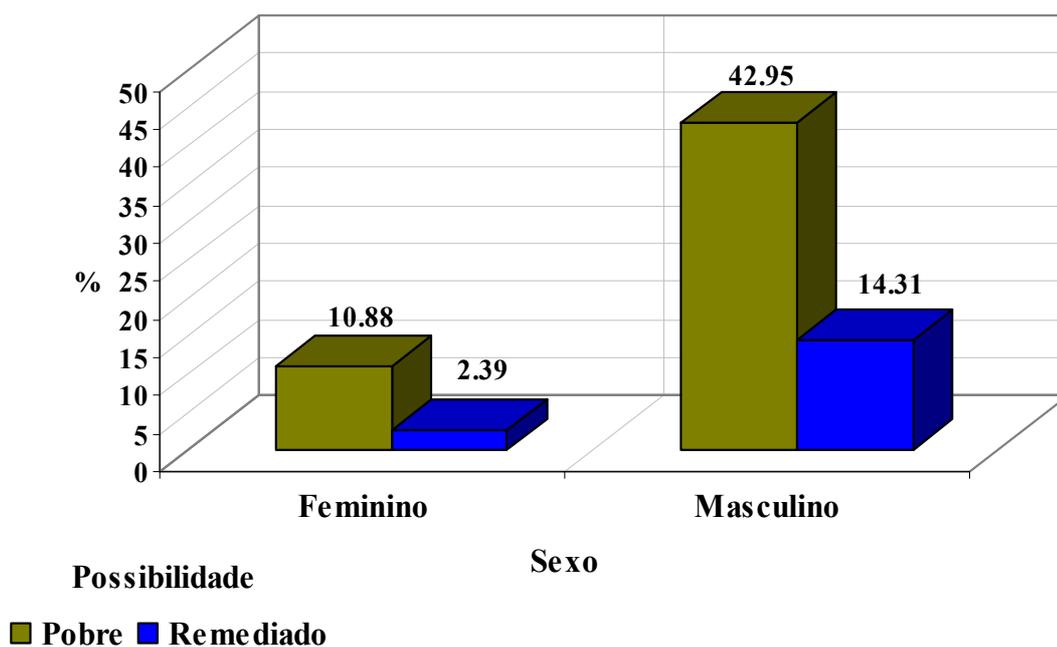


Gráfico 06: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados *Cabeças de Famílias* na Capitania do Grão-Pará Conforme o Sexo.

Conferida a variável sexo para pobres e remediados, 469 mulheres e 1852 homens e 103 mulheres e 617 homens, respectivamente, percebe-se a estabilidade e a dominação dessas famílias, bem como o modelo de sua formação. Porém, o mais significativo socialmente é visualizar a composição étnica desses grupos socioeconômicos que se delineiam às margens do quadro social em que vivem.

Tabela 26: Composição e Distribuição de Pobres e de Remediados *Cabeças de Família* na Capitania do Pará Conforme a Etnia.

Etnia	Possibilidade				Total	%
	Pobre	%	Remediada	%		
Branca	1589	52.25	664	21.83	2253	74.09
Cafuza	68	2.24	04	0.13	72	2.37
Cafuza livre	05	0.16	00	0.00	05	0.16
Índia	224	7.37	19	0.62	243	7.99
Mameluca	349	11.48	22	0.72	371	12.20
Mulata	75	2.47	08	0.26	83	2.73
Mulata livre	03	0.10	00	0.00	03	0.10
Não declarada	00	0.00	01	0.03	01	0.03
Preta	01	0.03	00	0.00	01	0.03
Preta forra	06	0.20	02	0.07	08	0.26
Preta livre	01	0.03	00	0.00	01	0.03
Total	2321	76.32	720	23.68	3041	100

Confere-se 3.041 *Cabeças de Famílias* pobres e remediados, correspondendo respectivamente 52,25% e 21,83% a etnia branca, seguido de 371 (12,20%) mamelucos, 243 (7,99%) e 72 (2,37%) índios. As demais etnias ficam abaixo de 2% da população. Essa realidade já descrita por Spix; Martius (op. cit., p. 25), para Belém, serve como parâmetro para a Capitania do Grão-Pará:

(...) Como está cidade é uma das mais recentes da colonização portuguesa no Brasil, o número de habitantes da alta burguesia de sangue europeu puro é relativamente maior do que em outras. São menos numerosos os mulatos e negros, porque até meados do século precedente se empregavam exclusivamente índios para o serviço da lavoura e só depois foi que cresceu a importação de pretos escravos, quando D. José, no ano de 1755, lavrou o decreto de libertação dos índios.

Os autores apresentam quase os dados revelados pelo Recenseamento de 1778. Nesse sentido, o projeto político colonial havia estimulado, para garantir a ocupação lusitana na região, a mestiçagem, mas na prática tal situação vigorou de forma seletiva, mesmo para os grupos pobres e remediados.

O grupo dos remediados ou possibilidade mediana estabelece, assim como o grupo dos ricos e possibilidade inteira, hierarquias sociais quando associado à etnia e outras variáveis. Na Tabela 27, pode-se observar, no que se refere ao estado, o predomínio de chefes de domicílios casados independente de sexo e de etnia. Os homens casados de etnia branca dominam com 58,06%, seguido dos solteiros brancos com 10,56% e dos viúvos com 7,36%. Os religiosos clericais com 20 (2,78%) e Clérigo Secular com 1 (0,14%), Sacerdote Secular, também de etnia branca. Logo, a etnia branca compõe 92,22% dos declarados remediados. Ainda para o sexo masculino, é importante destacar os mamelucos casados com 2,50% e os índios casados com 2,08%. Os demais homens dessas e de outras etnias representam um índice abaixo de 2%.

No caso das mulheres, prevalece novamente a etnia branca independente do sexo e do estado, com destaque para as viúvas brancas que aparecem com 11,11%, seguida pelas solteiras brancas com 2,08%. Não existe mulher chefe de domicílio cafuza, independente de estado conjugal.

As outras etnias aparecem parcamente: destaca-se 1 (0,14%) índia solteira, 1 mameluca solteira e 2 (0,28%) viúvas mamelucas, 1 (0,14%) mulata solteira e 1 (0,14%) preta forra solteira e 1 (0,14%) viúva.

Tabela 27: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado e Etnia dos Remediados.

Etnia	Estado	Sexo				Total	%
		Feminino		Masculino			
		N	%	N	%		
Branca	Casado	01	0,14	418	58,06	419	58,19
	Clérigo Secular	00	0,00	20	2,78	20	2,78
	Sacerdote Secular	00	0,00	01	0,14	01	0,14
	Solteiro	15	2,08	76	10,56	91	12,64
	Viúvo	80	11,11	53	7,36	133	18,47
	Total	96	13,33	568	78,89	664	92,22
Cafuza	Casado	00	0,00	03	0,42	03	0,42
	Solteiro	00	0,00	01	0,14	01	0,14
	Total	00	0,00	04	0,56	04	0,56
Índia	Casado	00	0,00	15	2,08	15	2,08
	Solteiro	01	0,14	02	0,28	03	0,42
	Viúvo	00	0,00	01	0,14	01	0,14
	Total	01	0,14	18	2,50	19	2,64
Mameluca	Casado	00	0,00	18	2,50	18	2,50
	Solteiro	01	0,14	00	0,00	01	0,14
	Viúvo	02	0,28	01	0,14	03	0,42
	Total	03	0,42	19	2,64	22	3,06
Mulata	Casado	00	0,00	06	0,83	06	0,83
	Solteiro	01	0,14	01	0,14	02	0,28
	Total	01	0,14	07	0,97	08	1,11
Nd	Não declarado	00	0,00	01	0,14	01	0,14
	Total	00	0,00	01	0,14	01	0,14
Preta forra	Solteiro	01	0,14	00	0,00	01	0,14
	Viúvo	01	0,14	00	0,00	01	0,14
	Total	02	0,28	00	0,00	02	0,28
Total Geral		103	14,31	617	85,69	720	100,00

Os *Cabeças de Famílias* de possibilidade mediana, como aponta Veloso (op. cit., p.22), não se distinguem tanto dos designados possibilidade inteira ou rico nas suas opções econômicas, suas diferenças estabelecem-se nas proporções de seus investimentos, comerciais e/ou agrícolas. Deles fazem parte:

(...) proprietários de engenho, lavradores de arroz, cacau, café, algodão, donos de fábrica de descascar arroz e de açúcar, gado e também comerciantes. A diferença estabelece-se nas proporções dos seus negócios, aplicações, rendimentos e disponibilidade de força de trabalho, mas nem sempre rigidamente. Eles serão plantadores médios de cacau, de cana e dedicavam-se com maior atenção á mandioca e ao arroz, culturas essas que tornavam-se generalizadas entre os lavradores pobres. Para fazer frente a lavoura recorrem a força de trabalho.

A diferença fica um pouco mais evidente no tamanho do plantel desses remediados, como se observa nas Tabelas 28 e 29. Nota-se o predomínio de *Cabeças de Famílias* que possuem entre 4 a 10 escravos (plantel médio), independente do sexo e do estado.

No caso das mulheres, apenas 2 viúvas brancas (1,94%) possuem plantel muito grande (mais de 35). A maior incidência é do plantel médio (4 a 10) para 26,21% das viúvas brancas e do plantel grande (11 a 35) para 24,27%; 10,68% das viúvas brancas não possuíam escravos. Já as solteiras brancas 5,83% possuíam plantel pequeno, 4 (3,88%) detinham plantel médio, 3 (2,91%) o plantel grande e apenas 2 (1,94%) não possuíam nenhum escravo. Não existia chefe de família do sexo feminino que possuísse o plantel muito grande (mais de 35).

Tabela 28: Distribuição de Mulheres *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado, dos Remediados por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778.

Qualidade	Tamanho do plantel	Casado		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	1	0.97	2	1.94	11	10.68	14	13.59
	1 a 3	0	0.00	6	5.83	15	14.56	21	20.39
	4 a 10	0	0.00	4	3.88	27	26.21	31	30.10
	11 a 35	0	0.00	3	2.91	25	24.27	28	27.18
	Mais de 35	0	0.00	0	0.00	2	1.94	2	1.94
	Total		1	0.97	15	14.56	80	77.67	96
Índia	Nenhum	0	0.00	1	0.97	0	0.00	1	0.97
	Total	0	0.00	1	0.97	0	0.00	1	0.97
Mameluca	Nenhum	0	0.00	0	0.00	1	0.97	1	0.97
	1 a 3	0	0.00	1	0.97	1	0.97	2	1.94
	Total	0	0.00	1	0.97	2	1.94	3	2.91
Mulata	Nenhum	0	0.00	1	0.97	0	0.00	1	0.97
	Total	0	0.00	1	0.97	0	0.00	1	0.97
Preta forra	1 a 3	0	0.00	0	0.00	1	0.97	1	0.97
	4 a 10	0	0.00	1	0.97	0	0.00	1	0.97
	Total	0	0.00	1	0.97	1	0.97	2	1.94
Total Geral		1	0.97	19	18.45	83	80.58	103	100

No que se refere às outras etnias, destaca-se 1 (0,97%) mameluca solteira com plantel pequeno (1 a 3 escravos) e 1 (0,97%) preta forra com plantel médio (4 a 10 escravos). Destaca-se 1 mulata e 1 índia sem escravos, mas remediadas. É importante observar que 77,67% dos escravos concentravam-se nas mãos de mulheres viúvas brancas, sendo raro existir mulher remediada de outro estado conjugal que não seja viúva e que não seja branca.

No caso dos homens, a incidência maior é do plantel médio (4 a 10 escravos). 25 (45%) pertencem aos homens de estado casado, seguido por 2 solteiros (6%), viúvos (43%) e pelo clérigo secular (1,13%). Todos de etnia branca, salvo as exceções de 1 mameluco (0,16%) e de 1 (0,16%) mulato.

O plantel pequeno (1 a 3) apresenta sua maior recorrência para os *Cabeças de Famílias* casado de etnia branca (13,61%), seguido pelos solteiros brancos (2, 92%), pelos viúvos (1,78%) e pelos Clérigos Seculares (1,62%). Com destaque para 1 (0,16%) cafuzo e 1 (0,16%) mameluco.

O plantel grande (11 a 35) e o plantel muito grande (mais de 35) pertenciam somente aos *Cabeças de Famílias* de etnia branca. O primeiro destaca-se para 16,21% dos homens casados, seguido pelos viúvos (2,92%), pelos solteiros (1,30%) e pelos Clérigos Seculares (0,32%); o segundo pertencia apenas a 18 *Cabeças de Famílias* do sexo masculino. 13,45 % dos *Cabeças de Famílias* de etnia branca não possuía nenhum escravo, seguido de 2,43% dos índios, 1,94% dos mamelucos, 0,81% dos mulatos e 0,32% dos cafuzos. Percebe-se a recorrência muito pequena de outras etnias que não seja a branca para essa categoria socioeconômica intermediária e, quando elas aparecem, dificilmente eram detentoras de escravos.

No que se refere ao tamanho do domicílio dos *Cabeças de Famílias* remediados, constata-se que eles não se diferem tanto do tamanho domiciliar dos ricos e dos de possibilidade inteira, pois assim como esses a maioria de seus domicílios é composta por 12 ou mais pessoas, conferindo 47,22% dos domicílios de etnia branca, desses 97% (30) encabeçados por homens casados e 7,64% por viúvas. As outras etnias apresentam 5 (0,69%) mamelucos casados, 1 (0,14%) mameluco viúvo e 1 (0,14%) mulata solteira.

A segunda maior incidência fica para os domicílios de 6 a 12 pessoas, com predominância dos chefes do sexo masculino de etnia branca e de estado casado (20%), solteiros (4,03%) e viúvos (2,50%). As outras etnias têm índice pouco expressivo: 1,94% dos chefes índios, independente de sexo e do estado, 3 (0,42%) homens cafuzos casados, 0,56% mulatos entre homens solteiros e casados e 1 (0,14%) preta forra.

Tabela 29: Distribuição de Homens *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado, de Remediados por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778.

Qualidade	Tamanho do Plantel	Casado		Clérigo Secular		Não Declarado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	64	10.37	00	0.00	00	0.00	01	0.16	11	1.78	07	1.13	83	13.45
	1 a 3	84	13.61	10	1.62	00	0.00	00	0.00	18	2.92	11	1.78	123	19.94
	4 a 10	157	25.45	07	1.13	00	0.00	00	0.00	37	6.00	15	2.43	216	35.01
	11 a 35	100	16.21	02	0.32	00	0.00	00	0.00	08	1.30	18	2.92	128	20.75
	Mais de 35	13	2.11	01	0.16	00	0.00	00	0.00	02	0.32	02	0.32	18	2.92
	Total	418	67.75	20	3.24	00	0.00	01	0.16	76	12.32	53	8.59	568	92.06
Cafuza	Nenhum	02	0.32	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	03	0.49
	1 a 3	01	0.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16
	Total	03	0.49	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	04	0.65
Índia	Nenhum	15	2.43	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	0.32	01	0.16	18	2.92
	Total	15	2.43	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	0.32	01	0.16	18	2.92
Mameluca	Nenhum	12	1.94	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	12	1.94
	1 a 3	05	0.81	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16	06	0.97
	4 a 10	01	0.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16
	Total	18	2.92	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16	19	3.08
Mulata	Nenhum	05	0.81	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	05	0.81
	4 a 10	01	0.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	02	0.32
	Total	6	0.97	00	0.00	0	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	07	1.13
ND	11 a 35	00	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16
	Total	00	0.00	00	0.00	01	0.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.16
Total Geral		460	74.55	20	3.24	01	0.16	01	0.16	80	12.97	55	8.91	617	100

Os domicílios pequenos (3 a 5 pessoas) correspondem a 12% dos *Cabeças de Famílias* de etnia branca, sendo 6,25% de homens casados, 3,06% dos solteiros, 1,11% dos viúvos, 0,83% dos Clérigos Seculares e 0,14% Sacerdote Secular (1). As mulheres correspondem somente a 0,83%, independente do estado conjugal, mas todas de etnia branca.

No que se refere às outras etnias, destaca-se 1 (0,14%) homem cafuzo solteiro, 3 (0,42%) índios entre casados e solteiros, 1 (0,14%) viúva mameluca, 3 (0,42%) mamelucos casados, 3 (0,42%) mulatos casados e 1 (0,14%) viúva preta forra.

Os domicílios compostos por duas pessoas e unipessoais existem para etnia branca e correspondem, respectivamente, a 1 mulher solteira (0,14%) e 1,67% dos homens, independente do estado; 1 (0,14%) homem solteiro. Pode-se afirmar que estes não caracterizam o grupo doméstico e o grupo de trabalho, mas podem ser considerados produtores. Pode-se constatar que, dificilmente, um chefe de domicílio de outra etnia que não a branca, independente de sexo, teria um grupo doméstico grande ou até mesmo médio, a incidência para essa faixa fica abaixo de 1%.

Tabela 30: Etnia, Tamanho Domiciliar, Estado e Sexo (Remediada).

Qualidade	Tamanho Domiciliar	Estado	Feminino		Masculino		Total	%
			N	%	N	%		
Branca	3 a 5 pessoas	Casado	1	0,14	45	6,25	46	6,39
		Clérigo Secular	0	0,00	6	0,83	6	0,83
		Sacerdote Secular	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Solteiro	1	0,14	22	3,06	23	3,19
		Viúvo	4	0,56	8	1,11	12	1,67
		Total	6	0,83	82	11,39	88	12,22
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	144	20,00	144	20,00
		Clérigo Secular	0	0,00	6	0,83	6	0,83
		Solteiro	4	0,56	29	4,03	33	4,58
		Viúvo	21	2,92	18	2,50	39	5,42
		Total	25	3,47	197	27,36	222	30,83
	12 ou mais pessoas	Casado	0	0,00	223	30,97	223	30,97
		Clérigo Secular	0	0,00	6	0,83	6	0,83
		Solteiro	9	1,25	21	2,92	30	4,17
		Viúvo	55	7,64	26	3,61	81	11,25
		Total	64	8,89	276	38,33	340	47,22
	Uma pessoa	Solteiro	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	1	0,14	1	0,14
	Duas pessoas	Casado	0	0,00	6	0,83	6	0,83
		Clérigo Secular	0	0,00	2	0,28	2	0,28
Solteiro		1	0,14	3	0,42	4	0,56	
Viúvo		0	0,00	1	0,14	1	0,14	
Total		1	0,14	12	1,67	13	1,81	
Cafuza	3 a 5 pessoas	Solteiro	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	1	0,14	1	0,14
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	3	0,42	3	0,42
Total		0	0,00	3	0,42	3	0,42	
Índia	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	2	0,28	2	0,28
		Solteiro	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	3	0,42	3	0,42
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	11	1,53	11	1,53
		Solteiro	1	0,14	1	0,14	2	0,28
		Viúvo	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	1	0,14	13	1,81	14	1,94
Duas pessoas	Casado	0	0,00	2	0,28	2	0,28	
	Total	0	0,00	2	0,28	2	0,28	
Mameluca	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	3	0,42	3	0,42

		Viúvo	1	0,14	0	0,00	1	0,14
		Total	1	0,14	3	0,42	4	0,56
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	10	1,39	10	1,39
		Solteiro	1	0,14	0	0,00	1	0,14
		Viúvo	1	0,14	0	0,00	1	0,14
		Total	2	0,28	10	1,39	12	1,67
	12 ou mais pessoas	Casado	0	0,00	5	0,69	5	0,69
		Viúvo	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	6	0,83	6	0,83
Mulata	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	3	0,42	3	0,42
		Total	0	0,00	3	0,42	3	0,42
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	3	0,42	3	0,42
		Solteiro	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	4	0,56	4	0,56
	12 ou mais pessoas	Solteiro	1	0,14	0	0,00	1	0,14
Total		1	0,14	0	0,00	1	0,14	
ND	12 ou mais pessoas	Não declarado	0	0,00	1	0,14	1	0,14
		Total	0	0,00	1	0,14	1	0,14
Preta forra	3 a 5 pessoas	Viúvo	1	0,14	0	0,00	1	0,14
		Total	1	0,14	0	0,00	1	0,14
	6 a 12 pessoas	Solteiro	1	0,14	0	0,00	1	0,14
		Total	1	0,14	0	0,00	1	0,14
Total Geral			103	14,31	617	85,69	720	100

A análise desses dados não cogita a intenção de descrever o padrão exato da formação familiar, mas ajuda a refletir sobre o grupo doméstico como grupo de produção e de trabalho, revelando, no que diz respeito aos remediados ou possibilidade mediana, que sua composição familiar e seu grupo de trabalho e de produção, é similar ao das elites, diferenciando-se no tamanho das aplicações de seus investimentos e no tamanho do plantel.

Os ofícios manuais e as funções subalternas eram ocupações que também marcavam o grupo dos remediados que, associados à função institucional militar, formam 131 militares com ofícios, sendo 80 soldados auxiliares que possuem ofícios diversos como, por exemplo, carpinteiro, barbeiro, ferreiro, marceneiro, pedreiro, boticário, entre outros (ver Anexo 7.3).

Nesse sentido, a reconstrução de categorias que relacionam diversas variáveis permite analisar os pobres, que constituem 2.321 dos 4.315 *Cabeças de Famílias*, declarados na categoria socioeconômica pobre.

Na Tabela 31, pode-se observar a composição desses pobres segundo o *Sexo*, o *Estado* e a *Etnia*.

Tabela 31: Hierarquias Social-Étnicas Conforme Sexo, Estado e Etnia dos Pobres.

Qualidade	Estado	Sexo				Total	%
		Feminino		Masculino			
		N	%	N	%		
Branca	Casado	20	0,86	836	36,02	856	36,88
	Clérigo Secular	00	0,00	11	0,47	11	0,47
	Não declarado	00	0,00	01	0,04	01	0,04
	Sacerdote Secular	00	0,00	02	0,09	02	0,09
	Solteiro	106	4,57	312	13,44	418	18,01
	Viúvo	198	8,53	103	4,44	301	12,97
	Total	324	13,96	1265	54,50	1589	68,46
Cafuza	Casado	01	0,04	42	1,81	43	1,85
	Solteiro	11	0,47	04	0,17	15	0,65
	Viúvo	07	0,30	03	0,13	10	0,43
	Total	19	0,82	49	2,11	68	2,93
Cafuza livre	Solteiro	04	0,17	01	0,04	05	0,22
	Total	04	0,17	01	0,04	05	0,22
Índia	Casado	00	0,00	176	7,58	176	7,58
	Solteiro	13	0,56	12	0,52	25	1,08
	Viúvo	19	0,82	04	0,17	23	0,99
	Total	32	1,38	192	8,27	224	9,65
Mameluca	Casado	02	0,09	240	10,34	242	10,43
	Solteiro	42	1,81	24	1,03	66	2,84
	Viúvo	23	0,99	18	0,78	41	1,77
	Total	67	2,89	282	12,15	349	15,04
Mulata	Casado	01	0,04	40	1,72	41	1,77
	Solteiro	08	0,34	10	0,43	18	0,78
	Viúvo	10	0,43	06	0,26	16	0,69
	Total	19	0,82	56	2,41	75	3,23
Mulata livre	Solteiro	01	0,04	02	0,09	03	0,13
	Total	01	0,04	02	0,09	03	0,13
Preta	Casado	00	0,00	01	0,04	01	0,04
	Total	00	0,00	01	0,04	01	0,04
Preta forra	Casado	01	0,04	02	0,09	03	0,13
	Solteiro	02	0,09	01	0,04	03	0,13
	Total	03	0,13	03	0,13	06	0,26
Preta livre	Solteiro	00	0,00	01	0,04	01	0,04
	Total	00	0,00	01	0,04	01	0,04
Total Geral		469	20,21	1852	79,79	2321	100

Registra-se a ocorrência de 836 homens casados (36,02%), 312 (13,44%) solteiros, 103 (4,44%) viúvos, 11 (0,47%) Clérigo Secular e 02 (0,09%) Sacerdote Secular, computando 54,50% de etnia branca. No caso das mulheres, predominam as viúvas brancas com 8,53% e as solteiras com 4,57%, as casadas apresentam um índice abaixo de 1%.

No que se refere às outras etnias, destacam-se os mamelucos, os índios e os mulatos. Os mamelucos computam 15,04%, formados por 240 (10,34%) casados, 24 (1,03%) solteiros e 18 (0,78%) viúvos. Quanto às mulheres que chefiam os domicílios, destacam-se as solteiras com 1,81%, seguida pelas viúvas com 0,99% e pelas casadas com 0,09%. Os índios são a terceira maior ocorrência, com 9,65%, 7,58% chefiados por homens casados, 0,52% por solteiros e 0,17% por viúvos. As mulheres índias *Cabeças de Famílias* correspondem a 1,38%, entre solteiras e viúvas. Os mulatos representam 3,23% dos domicílios, com destaque para os homens casados que correspondem a 1,72%. Os solteiros registram somente 0,43% e os viúvos 0,26%. As demais etnias (mulata livre, preta e preta forra) apresentam índice menor que 1%.

Constata-se que a maioria dos domicílios é chefiada por indivíduos do sexo masculino e de estado casado. No caso das mulheres, dificilmente, a solteira seria chefe de domicílio, assim como nos outros grupos socioeconômico. Nota-se também que, apesar da etnia branca ser dominante até mesmo para o grupo dos pobres, a frequência de outras etnias é relativamente maior e mais definida que o do grupo das elites. No caso das mulheres, há predomínio das viúvas brancas com 8,53% e das solteiras com 4,57%, as casadas apresentam um índice abaixo de 1%.

Pode-se constatar que o grupo social dos pobres, camada que fica à margem da sociedade colonial, apresenta características mais definidas quando se trata de perceber suas diferenças em relação à classe dominante, diferente da classe dos remediados que apresentam algumas similitudes com as elites. Tal situação pode ser demonstrada, especialmente, ao analisar o tamanho de domicílio e o tamanho do plantel dos chefes de famílias pobres.

No que se refere ao tamanho do domicílio, encontram-se domicílios unipessoal e de duas para a maioria desses *Cabeças de Famílias*, independente de sexo, de etnia e de estado, uma vez que ela não sendo considerada unidade de produção, é “entendida, repetimos, como sendo o lugar onde as operações do trabalho principal eram feitas dentro do domicílio” (LASLETT, 1984, p. 142).

Jornaleiros, trabalhadores e criados externos casados realizavam seu trabalho diário, não em seus próprios domicílios, mas no estabelecimento ou na própria residência de seus mestres que, geralmente eram seus senhores. A maioria desses profissionais de ofício (lavradores, alfaiates, sapateiros, entre outros) era muito pobre (ver Anexo 7.3) e trabalhava em caráter temporário. Raramente, como assinala Laslett (op. cit.), uma auto-suficiência completa caracterizava seus domicílios, que também não eram autônomos e nem independentes.

O domicílio dos pobres fica na faixa de 3 a 5 pessoas, 14,52% chefiado por homens casados, seguido pelos solteiros com 5,34% e pelos viúvos com 1,94%, além de 1 (0,04%) Clérigo Secular. No caso de mulheres, o destaque fica para as viúvas com 3,83%, as solteiras com 2,33% e as casadas com 0,56%. Todos de etnia branca computando 28,78%. Os mamelucos computam 6,29%, os mulatos 4,09%, os mulatos 1,29% e os cafuzos 1,25%. Os cafuzos livres, os mulatos livres e os pretos livres registram índice inferior a 1%.

A segunda maior ocorrência fica para os domicílios de 6 a 12 pessoas, que concentram homens casados brancos com 15,21%, solteiros com 1,46% e viúvo 1,16%. No caso das mulheres, 2,62% desses domicílios são chefiados pelas viúvas de etnia branca, os demais estados conjugais registram um índice abaixo de 1%. Os mamelucos computam 5,64% dos chefes de domicílios, os índios 3,96%, os mulatos 1,34% e os cafuzos 1,08%. Os pretos e os pretos forros registram um índice abaixo de 1%.

Os domicílios de mais de 12 pessoas correspondem somente a 5,13%, formados por 2,80% de homens brancos casados, 0,60% de solteiros e 0,65% de viúvos. As mulheres brancas computam apenas 1,08%, distribuídas entre solteiras e viúvas. As outras etnias apresentam um índice abaixo de 1%, excetuando o de 1,03% dos mamelucos.

Verifica-se que as hierarquias social-étnicas delineiam o grupo dos pobres à medida que se observa o tamanho domiciliar dos grupos domésticos de etnias que se distanciam da branca – como os cafuzos e os pretos, etnias não estimuladas e nem reconhecidas pela lei colonial.

Tabela 32: Etnia, Tamanho Domiciliar, Estado e Sexo (Pobre).

Qualidade	Tamanho Domiciliar	Estado	Feminino		Masculino		Total	%	
			N	%	N	%			
Branca	3 a 5 pessoas	Casado	13	0,56	337	14,52	350	15,08	
		Clérigo Secular	0	0,00	5	0,22	5	0,22	
		Não declarado	0	0,00	1	0,04	1	0,04	
		Solteiro	54	2,33	124	5,34	178	7,67	
		Viúvo	89	3,83	45	1,94	134	5,77	
		Total	156	6,72	512	22,06	668	28,78	
	6 a 12 pessoas	Casado	5	0,22	353	15,21	358	15,42	
		Clérigo Secular	0	0,00	4	0,17	4	0,17	
		Sacerdote Secular	0	0,00	2	0,09	2	0,09	
		Solteiro	16	0,69	34	1,46	50	2,15	
		Viúvo	62	2,67	27	1,16	89	3,83	
		Total	83	3,58	420	18,10	503	21,67	
	12 ou mais pessoas	Casado	0	0,00	65	2,80	65	2,80	
		Solteiro	4	0,17	14	0,60	18	0,78	
		Viúvo	21	0,90	15	0,65	36	1,55	
		Total	25	1,08	94	4,05	119	5,13	
	Uma pessoa	Casado	1	0,04	6	0,26	7	0,30	
		Solteiro	13	0,56	63	2,71	76	3,27	
		Viúvo	10	0,43	8	0,34	18	0,78	
		Total	24	1,03	77	3,32	101	4,35	
	2 pessoas	Casado	1	0,04	75	3,23	76	3,27	
		Clérigo Secular	0	0,00	2	0,09	2	0,09	
		Solteiro	19	0,82	77	3,32	96	4,14	
		Viúvo	16	0,69	8	0,34	24	1,03	
		Total	36	1,55	162	6,98	198	8,53	
	Cafuza	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	16	0,69	16	0,69
			Solteiro	7	0,30	1	0,04	8	0,34
Viúvo			3	0,13	2	0,09	5	0,22	
Total			10	0,43	19	0,82	29	1,25	
6 a 12 pessoas		Casado	1	0,04	19	0,82	20	0,86	
		Solteiro	2	0,09	0	0,00	2	0,09	
		Viúvo	2	0,09	1	0,04	3	0,13	
		Total	5	0,22	20	0,86	25	1,08	
12 ou mais pessoas		Casado	0	0,00	3	0,13	3	0,13	
		Total	0	0,00	3	0,13	3	0,13	
Uma pessoa		Solteiro	0	0,00	3	0,13	3	0,13	
		Viúvo	2	0,09	0	0,00	2	0,09	
		Total	2	0,09	3	0,13	5	0,22	
2 pessoas		Casado	0	0,00	4	0,17	4	0,17	
		Solteiro	2	0,09	0	0,00	2	0,09	
	Total	2	0,09	4	0,17	6	0,26		
Índia	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	71	3,06	71	3,06	
		Solteiro	8	0,34	9	0,39	17	0,73	
		Viúvo	6	0,26	1	0,04	7	0,30	
		Total	14	0,60	81	3,49	95	4,09	
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	76	3,27	76	3,27	
		Solteiro	2	0,09	2	0,09	4	0,17	
		Viúvo	11	0,47	1	0,04	12	0,52	

		Total	13	0,56	79	3,40	92	3,96	
	12 ou mais pessoas	Casado	0	0,00	9	0,39	9	0,39	
		Viúvo	0	0,00	1	0,04	1	0,04	
		Total	0	0,00	10	0,43	10	0,43	
	Uma pessoa	Solteiro	1	0,04	1	0,04	2	0,09	
		Viúvo	1	0,04	1	0,04	2	0,09	
		Total	2	0,09	2	0,09	4	0,17	
	2 pessoas	Casado	0	0,00	20	0,86	20	0,86	
		Solteiro	2	0,09	0	0,00	2	0,09	
		Viúvo	1	0,04	0	0,00	1	0,04	
		Total	3	0,13	20	0,86	23	0,99	
Mameluca	3 a 5 pessoas	Casado	2	0,09	95	4,09	97	4,18	
		Solteiro	25	1,08	6	0,26	31	1,34	
		Viúvo	11	0,47	7	0,30	18	0,78	
		Total	38	1,64	108	4,65	146	6,29	
	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	109	4,70	109	4,70	
		Solteiro	5	0,22	7	0,30	12	0,52	
		Viúvo	5	0,22	5	0,22	10	0,43	
		Total	10	0,43	121	5,21	131	5,64	
	12 ou mais pessoas	Casado	0	0,00	15	0,65	15	0,65	
		Solteiro	1	0,04	3	0,13	4	0,17	
		Viúvo	4	0,17	1	0,04	5	0,22	
		Total	5	0,22	19	0,82	24	1,03	
	Uma pessoa	Solteiro	2	0,09	4	0,17	6	0,26	
		Viúvo	0	0,00	2	0,09	2	0,09	
		Total	2	0,09	6	0,26	8	0,34	
	2 pessoas	Casado	0	0,00	21	0,90	21	0,90	
		Solteiro	9	0,39	4	0,17	13	0,56	
		Viúvo	3	0,13	3	0,13	6	0,26	
		Total	12	0,52	28	1,21	40	1,72	
	Mulata	3 a 5 pessoas	Casado	0	0,00	16	0,69	16	0,69
			Solteiro	2	0,09	3	0,13	5	0,22
			Viúvo	5	0,22	4	0,17	9	0,39
			Total	7	0,30	23	0,99	30	1,29
		6 a 12 pessoas	Casado	1	0,04	22	0,95	23	0,99
Solteiro			3	0,13	2	0,09	5	0,22	
Viúvo			3	0,13	0	0,00	3	0,13	
Total			7	0,30	24	1,03	31	1,34	
Uma pessoa		Solteiro	1	0,04	4	0,17	5	0,22	
		Viúvo	0	0,00	1	0,04	1	0,04	
		Total	1	0,04	5	0,22	6	0,26	
2 pessoas		Casado	0	0,00	2	0,09	2	0,09	
	Solteiro	2	0,09	1	0,04	3	0,13		
	Viúvo	2	0,09	1	0,04	3	0,13		
	Total	4	0,17	4	0,17	8	0,34		
Preta	6 a 12 pessoas	Casado	0	0,00	1	0,04	1	0,04	
		Total	0	0,00	1	0,04	1	0,04	
Preta forra	6 a 12 pessoas	Casado	1	0,04	2	0,09	3	0,13	
		Total	1	0,04	2	0,09	3	0,13	
	Uma pessoa	Solteiro	1	0,04	0	0,00	1	0,04	
		Total	1	0,04	0	0,00	1	0,04	

		Solteiro	1	0,04	1	0,04	2	0,09
	2 pessoas	Total	1	0,04	1	0,04	2	0,09
Cafuza livre	3 a 5 pessoas	Solteiro	4	0,17	0	0,00	4	0,17
		Total	4	0,17	0	0,00	4	0,17
	2 pessoas	Solteiro	0	0,00	1	0,04	1	0,04
		Total	0	0,00	1	0,04	1	0,04
Mulata livre	3 a 5 pessoas	Solteiro	1	0,04	1	0,04	2	0,09
		Total	1	0,04	1	0,04	2	0,09
	2 pessoas	Solteiro	0	0,00	1	0,04	1	0,04
		Total	0	0,00	1	0,04	1	0,04
Preta livre	3 a 5 pessoas	Solteiro	0	0,00	1	0,04	1	0,04
		Total	0	0,00	1	0,04	1	0,04
Total geral			469	20,21	1852	79,79	2321	100,00

O tamanho do plantel dos pobres é outra marca que diferencia e define as estruturas de riqueza das camadas sociais aqui estudadas. Nota-se, portanto, que pouquíssimos pobres possuíam escravos, independente do sexo, da etnia e do estado.

No caso das mulheres brancas *Cabeças de Famílias*, 49,47% não possuíam escravos, predominando as viúvas com 29%, seguida pelas solteiras com 17,70% e pelas casadas com 2,77%. No caso das mulheres de outras etnias, as mamelucas solteiras aparecem com 8,32% e as viúvas com 4,05%, este índice corresponde também ao da índia viúva. A mulata viúva e a cafuza viúva computam, respectivamente, 1,71% e 1,07%. As solteiras também possuíam. A ocorrência mais comum é o plantel pequeno (1 a 3 escravos), independente da etnia e do estado. Já o plantel médio (4 a 10 escravos) aparece para mulheres brancas, 2 (0,43%) solteiras e 14 (2,99%) viúvas; e 3 (0,64%) para mamelucas viúvas. O plantel grande (11 a 35 escravos) e o plantel muito grande (mais de 35 escravos) não são registrados para nenhuma mulher *Cabeças de Famílias* declarada pobre.

Tabela 33: Distribuição de Mulheres *Cabeças de Família* Conforme Qualidade, Estado do grupo de Pobres por Posse de Escravos na Capitania do Pará em 1778.

Qualidade	Tamanho do plantel	Casado		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	13	2.77	83	17.70	136	29.00	232	49.47
	1 a 3	7	1.49	21	4.48	48	10.23	76	16.20
	4 a 10	0	0.00	2	0.43	14	2.99	16	3.41
	Total	20	4.26	106	22.60	198	42.22	324	69.08
Cafuza	Nenhum	1	0.21	11	2.35	5	1.07	17	3.62
	1 a 3	0	0.00	0	0.00	2	0.43	2	0.43
	Total	1	0.21	11	2.35	7	1.49	19	4.05
Cafuza livre	Nenhum	0	0.00	4	0.85	0	0.00	4	0.85

	Total	0	0.00	4	0.85	0	0.00	4	0.85
Índia	Nenhum	0	0.00	12	2.56	19	4.05	31	6.61
	1 a 3	0	0.00	1	0.21	0	0.00	1	0.21
	Total	0	0.00	13	2.77	19	4.05	32	6.82
Mameluca	Nenhum	2	0.43	39	8.32	19	4.05	60	12.79
	1 a 3	0	0.00	3	0.64	1	0.21	4	0.85
	4 a 10	0	0.00	0	0.00	3	0.64	3	0.64
	Total	2	0.43	42	8.96	23	4.90	67	14.29
Mulata	Nenhum	0	0.00	8	1.71	9	1.92	17	3.62
	1 a 3	1	0.21	0	0.00	1	0.21	2	0.43
	Total	1	0.21	8	1.71	10	2.13	19	4.05
Mulata livre	Nenhum	0	0.00	1	0.21	0	0.00	1	0.21
	Total	0	0.00	1	0.21	0	0.00	1	0.21
Preta forra	Nenhum	1	0.21	1	0.21	0	0.00	2	0.43
	1 a 3	0	0.00	1	0.21	0	0.00	1	0.21
	Total	1	0.21	2	0.43	0	0.00	3	0.64
Total Geral		25	5.33	187	39.87	257	54.80	469	100.00

Verifica-se também que a maioria dos homens não possuía escravos, independente da etnia e do estado. Para os de etnia branca cerca de 49,57%, sendo 32,40% casados, 13,23% solteiros, 3,78% viúvos, 1 (0,05%) Clérigo Secular e 1 (0,05%) Sacerdote secular.

O plantel pequeno (1 a 3) aparece como a maior ocorrência para quase todos os sexos e etnias. Os homens de etnia branca destacam-se com 14,47%, os casados computam 9,61%, os solteiros 2,83 e os viúvos 1,46%, registra-se ainda 9 (0,49%) Clérigos Seculares e 1 (0,05%) Sacerdote Secular. No que se refere às outras etnias, registra-se índice abaixo de 1%, com exceção de 19 (1,03%) mamelucos detentores desse plantel.

O plantel médio aparece para 4% dos homens de etnia branca, sendo 3,02% casados, 0,65% solteiros, 0,27% viúvos e 1 (0,05%) Clérigo Secular. As outras etnias apresentam apenas 2 (0,11%) mamelucos casados e 1 (0,05%) índio casado.

O plantel grande e o plantel muito grande aparecem para os *Cabeças de Famílias* de etnia branca, mas com um percentual quase insignificante. Em relação ao primeiro, apenas 4 (0,22%) o detinham, sendo 2 casados, 1 solteiro e 1 viúvo, quanto ao segundo, apenas 1 solteiro o detinha.

Tabela 34: Distribuição de Homens *Cabeças de Família* Conforme Etnia, Estado do grupo de Pobres por Posse de Escravos na Capitania do Grão-Pará em 1778.

Qualidade	Tamanho do Plantel	Casado		Clérigo Secular		Não Declarado		Sacerdote Secular		Solteiro		Viúvo		Total	%
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Branca	Nenhum	600	32.40	01	0.05	01	0.05	01	0.05	245	13.23	70	3.78	918	49.57
	1 a 3	178	9.61	09	0.49	00	0.00	01	0.05	53	2.86	27	1.46	268	14.47
	4 a 10	56	3.02	01	0.05	00	0.00	00	0.00	12	0.65	05	0.27	74	4.00
	11 a 35	02	0.11	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	01	0.05	04	0.22
	Mais de 35	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
	Total	836	45.14	11	0.59	01	0.05	02	0.11	312	16.85	103	5.56	1265	68.30
Cafuza	Nenhum	41	2.21	00	0.00	00	0.00	00	0.00	04	0.22	03	0.16	48	2.59
	1 a 3	01	0.05	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05
	Total	42	2.27	00	0.00	00	0.00	00	0.00	04	0.22	03	0.16	49	2.65
Cafuza livre	Nenhum	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
	Total	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
Índia	Nenhum	175	9.45	00	0.00	00	0.00	00	0.00	11	0.59	04	0.22	190	10.26
	1 a 3	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
	4 a 10	01	0.05	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05
	Total	176	9.50	00	0.00	00	0.00	00	0.00	12	0.65	04	0.22	192	10.37
Mameluca	Nenhum	224	12.10	00	0.00	00	0.00	00	0.00	21	1.13	16	0.86	261	14.09
	1 a 3	14	0.76	00	0.00	00	0.00	00	0.00	03	0.16	02	0.11	19	1.03
	4 a 10	02	0.11	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	0.11
	Total	240	12.96	00	0.00	00	0.00	00	0.00	24	1.30	18	0.97	282	15.23
Mulata	Nenhum	36	1.94	00	0.00	00	0.00	00	0.00	10	0.54	06	0.32	52	2.81
	1 a 3	04	0.22	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	04	0.22
	Total	40	2.16	00	0.00	00	0.00	00	0.00	10	0.54	06	0.32	56	3.02
Mulata livre	Nenhum	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	0.11	00	0.00	02	0.11
	Total	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	02	0.11	00	0.00	02	0.11
Preta	1 a 3	01	0.05	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05
	Total	01	0.05	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05
Preta forra	Nenhum	02	0.11	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	03	0.16
	Total	02	0.11	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	03	0.16
Preta livre	Nenhum	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
	Total	00	0.00	00	0.00	00	0.00	00	0.00	01	0.05	00	0.00	01	0.05
Total		1337	72.19	11	0.59	01	0.05	02	0.11	367	19.82	134	7.24	1852	100.00

A análise sobre o tamanho do plantel ajuda a visualizar a posse de escravos como um traço definidor muito forte de riqueza para a Capitania do Pará, dos fins do século XVIII. É claro que não se está afirmando que o fator posse de escravos é o que determina riqueza e pobreza na sociedade colonial, pois existem outros fatores que definem e marcam as elites, tais como propriedade, ocupação de importantes cargos administrativos, ser beneficiado com altas patentes militares e outros – como demonstra o segundo capítulo desta dissertação. O objetivo desta pesquisa é o de analisar a lista nominativa de várias formas possíveis, já que foram considerados os sujeitos, as categorias e as variáveis localizadas no recenseamento.

Os pobres da Capitania Grão-Pará, de 1778, sem nenhum ofício (1054) e emprego (1.562) apareceram em uma proporção elevada. Contudo, devido à omissão de informações, por parte do censo, estima-se bem mais, tanto dos que não declaravam suas atividades e ocupações profissionais quanto dos pobres, pois cerca de 1088 não declaram suas “possibilidades”, a exemplo da freguesia de Mazagão, de Macapá e de Vistosa, nas quais o recenseador apenas indicou, rigidamente, sua produção.

A pobreza que é referida na Capitania do Grão-Pará pode ser interpretada como resultado de todo seu processo de colonização, Cardoso (1984) sintetiza o povoamento do estado paraense, na época colonial, em três períodos.

No primeiro período, desde a fundação de Belém (1616) a meados do século XVII, os fatos mais importantes foram à expulsão de franceses, de holandeses e de britânicos e as expedições de reconhecimento (em especial a de Pedro Teixeira, em 1637-39), sendo muito tênue o povoamento de europeus (e cafuzos nordestinos) e relativamente pequena a quantidade de índios postos a serviço da colonização. No segundo período, compreendido entre meados do século XVII a metade do século XVIII, assentou-se um estilo de economia e de povoamento baseado, principalmente, no extrativismo vegetal, nos apresamentos de índios e no aldeamento destes pelos missionários. No terceiro período, segunda metade do século XVIII, inaugurou-se, com a gradual aplicação das reformas de Pombal, a intensificação do povoamento do Pará, enquanto se destruía ou se modificava o sistema montado pelos missionários.

A perseguição e a escravização desenfreada dos índios pelos colonos eram justificadas pelos últimos pela sua “incapacidade financeira”, que os impedia de comprar escravos negros, bem mais caros que os índios. Para Cardoso (op. cit., p. 98), o atraso e a situação de pobreza do Grão-Pará, até a metade do século XVIII, eram incontestáveis, uma vez que tudo

confirma a impressão de pobreza, marasmo e abandono, numa colônia onde a atividade principal - a extração silvestre de “drogas do sertão” como o cacau, a salsaparilha, a baunilha, o pau-cravo, etc. - era puramente predatória [...] Um bom exemplo do atraso econômico é que só em 1748 decidiu a metrópole introduzir no Pará a economia monetária, efetivando-se tal medida em 1752 quando o Estado português providenciou o envio de dois mil reis; antes corriam como moeda o cacau, o cravo, a salsaparrilha, o açúcar, novelos de algodão etc.

O empobrecimento incidiu para 53,79% dos *Cabeças de Famílias* declarados pobres e, quando associada à etnia, percebe-se com mais clareza as hierarquias sociais e étnicas, engendradas dentro dos próprios grupos socioeconômicos, inclusive dos pobres. Não é possível, portanto, estabelecer com todo rigor um padrão e a diferenciação exata no interior dessa sociedade. Tal fato se explica devido à “inconsistência de dados e fontes, como de rendas e ganhos. São pobres os lavradores e os artesãos, mas não estão reveladas as relações sociais de produção e formas de extração do excedente” (VELOSO, op. cit., p. 24).

Questiona-se: será o principal interesse de contabilizar os efetivos, com que contava a administração colonial, que fez com que não se verificasse as possibilidades desses *Cabeças de Famílias*?

Para responder essa questão e elaborar uma interpretação mais completa é necessário o cruzamento com outras fontes documentais para, então, obter uma análise mais consistente do complexo processo de estratificação social no Pará do Período Colonial – o que se pretende fazer em futuros trabalhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações feitas sobre a composição sociodemográfica da Capitania do Pará, a partir da análise de dados fornecidos pelo recenseamento de 1778, permitiram visualizar com maior clareza o cenário e o grupo social em que estava inserida a família Morais Bittencourt.

Em relação às Possibilidades, essa família abastada fazia parte dos 156 (3,2%) ricos pertencentes à Capitania do Pará, bem como se localizava na freguesia de Cametá, localidade que detinha a maior concentração de ricos, 30,65%, no estado. A respeito da Etnia, é importante ressaltar que o *Cabeça de Família* João Morais Bittencourt pertencia à massa dominante das elites de etnia branca 96,24%, incluindo ricos e possibilidade inteira.

Em relação ao Estado ou Conjugalidade, esse *Cabeça de Família* também se insere no grupo hegemônico de homens casados de etnia branca, 45,90%. A respeito dos Ofícios e Empregos, João Morais Bittencourt fazia parte dos 6 mestres de campo (militar de alta patente). Desses, 4 eram senhor de engenho, que compunham o seletivo grupo dos ricos.

Em relação ao Tamanho Domiciliar, João Morais Bittencourt, não foge a regra dos ricos com famílias extensas, fazendo parte dos 66,67% que possuem domicílios com mais de 12 pessoas. A respeito do Tamanho do Plantel, João Morais Bittencourt, como um chefe de família típico dos grupos dos ricos, possuía uma expressiva escravaria, mais de 35, fazendo parte de 26,43% daqueles *Cabeças de Famílias* que possuíam um plantel deste porte.

Logo, se percebe, a partir dessas variáveis e de seus cruzamentos, características que marcam fortemente as elites paraenses do fim dos setecentos. Dessa forma, esta pesquisa buscou apreender os estudos da família a partir da perspectiva das elites na Amazônia Colonial na era pombalina. Pontuaram-se características diversas, atividades, terras e ocupações que marcam esse grupo dominante na região. Nesse sentido, a dinamização da agricultura, de atividades anclares da criação do gado, as tentativas industriais, as concessões de terras (sesmarias) e a introdução intensa de escravos na Amazônia permitiram que um número restrito de famílias controlasse a volumosa renda de produção, sobretudo, a de açúcar e de cacau.

Mostrou-se que a trajetória dos Morais Bittencourt está arraigada ao desenvolvimento e à expansão da economia agrária do Vale Tocantins no século XVIII, por meio de análise das fontes primárias e bibliográficas que demonstrou a formação e a constituição dessa importante e abastada família de elite, a partir das atividades econômicas empreendida por ela no estado do Grão-Pará no período estudado.

O Recenseamento de 1778 complementa e amplia esta análise ao demonstrar, a partir do tratamento de dados referentes aos *Cabeças de Famílias*, as estruturas de apropriação de riqueza da Capitania do Pará. Ele demonstra, parcialmente, o perfil populacional do estado, pois não engloba uma série de informações que impede um olhar mais amplo da composição da população paraense.

As ocupações sócio-profissionais aparecem na estrutura social como elemento de distinção social e de hierarquias, sobretudo, no que diz respeito ao emprego militar, que estabelece suas hierarquias internas, que vão refletir nas relações de poder do cotidiano social. As categorias *Rico*, *Possibilidade Inteira*, *Remediado* ou *Possibilidade Mediana* e *Pobre* indiciam uma heterogeneidade interna, que gera um grande desajuste social.

A análise desses indicadores mostrou que os ricos de *Possibilidade Inteira*, entre eles os próprios vínculos familiares, favoreciam às alianças econômicas e familiares que, muitas vezes, garantiam a manutenção dessas famílias em um patamar social elevado. Essas elites eram predominantemente de etnia branca (96,24%), detentora de grandes escravarias e de um grande grupo doméstico, de trabalho e produção.

O grupo identificado como *Remediado* traz informações que contradizem qualquer imagem dicotômica da estratificação na sociedade paraense, pois permitem elaborar hipóteses sobre os mecanismos de hierarquização dos homens livres. No geral, esses *Cabeças de Famílias* compunham-se, etnicamente, por brancos 78.79%, de estado civil casado 61.09%, chefiados predominantemente por homens 83.13%, com um tamanho domiciliar de 3 a 5 pessoas, 34.18%, a 50% da população não possuía nenhum escravo.

Apesar do projeto político colonial incentivar a mestiçagem integrada às propostas de colonização e de povoamento, ela é observada apenas no grupo dos pobres e remediados.

Essa análise das categorias declaradas no recenseamento apresentada nesta pesquisa é parcial e estimulante, pois demanda um aprofundamento com a ampliação das fontes de dados, a fim de esclarecer minuciosamente as estruturas domiciliar e de riqueza da Capitania do Pará nos fins do século XVIII.

É importante esclarecer que a metodologia desenvolvida neste trabalho dividiu-se em dois momentos: o primeiro analisa a trajetória e os aspectos sociodemográficos da família Moraes Bittencourt, por meio de fontes primárias e bibliográficas; e o segundo reconstitui o perfil populacional e as possibilidades de apropriação de riqueza da Capitania do Pará, por meio do Recenseamento de 1778.

Para essas análises, montou-se um banco de dados que armazenou apenas os registros fornecidos pelo recenseamento, computando 39.952 pessoas e listando 4.315 domicílios, distribuídos entre as 64 freguesias. Dessa forma, foram feitos diversos cruzamentos a partir dos dados coletados pelo senso, que permitiram configurar, mesmo que parcialmente, as hierarquias sociais na Capitania do Pará.

Contudo, ressalva-se que as listas nominativas têm sido, de maneira geral, subutilizadas, embora inúmeras teses tenham se baseado nas mesmas. O grande problema é que, comumente, são poucos os levantamentos de uma série de listas devido à sua grande dimensão, dificultando sua posterior análise. Sobre essa questão Bacellar (2001, p. 30) pondera que mesmo

com a informática bastante acessível, os historiadores, em sua imensa maioria, ainda não dominam ou manuseio do Softwares mais complexo. Disto resulta o recurso às listas através de cortes cronológicos, opção bastante recorrente e que, apesar da riqueza de informações, deve ser considerada com bastante cuidado.

É nesse sentido que as análises futuras pretendem analisar mais detalhadamente as hierarquias sociais do Grão-Pará ao cruzar o Recenseamento de 1778 com outras fontes documentais, tais como cartas de sesmarias, registros de terras, inventários, testamentos e registros paroquiais, bem como outras listas nominativas que permitam a reconstrução dessas famílias no Pará Setecentista. Tal estudo é de fundamental importância para entender e avaliar como as elites que compõem a sociedade contemporânea Paraense se constituem.

5. ESTUDO SOBRE FONTES

5.1 FONTES PRIMÁRIAS: DOCUMENTOS AVULSOS DA CAPITANIA DO PARÁ

5.1.1 Correspondências

Correspondências de diversos com o governo (1733-1779). Códices: 17, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 82, 89, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 102, 105, 106, 107, 108, 112, 114, 116.

(Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU); Arquivo Público do Pará (APEP). Projeto Resgate; Recenseamento de 1778 da Capitania do Pará).

AHU Avulsos/Pa.

1618, Maio, 26, Lisboa.

CONSULTA do Conselho da Fazenda para o rei D. Filipe II, sobre o requerimento de Jorge de Lemos de Betencourt, solicitando que os capitães de navios que o acompanham no transporte de duzentos casais de açorianos para o Pará, sejam de nobre qualidades e naturais daquelas Ilhas.

Anexo: 2 Requerimentos, 1 Alvará, 1 Carta e 1 Informação.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 1, D. 7.

1675, Fevereiro, 15, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento de Manuel de Moraes, em que solicita a confirmação de uma sesmaria na zona do rio Moju, que lhe fez o governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro, Pedro César de Meneses.

Anexo: 1 Bilhete.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 2, D. 157.

1675, Agosto, 19, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o príncipe regente D. Pedro, sobre o requerimento de Manuel de Moraes, em que solicita que lhe seja passada provisão que concede isenção de impostos pelo período de 10 anos a quem constrói engenhos de raiz, a ser aplicada no engenho novo de "Nossa Senhora do Rosário" que lhe pertence.

Anexo: 1 Bilhete.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 2, D. 164.

1721, Abril, 29, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre carta do ouvidor-geral da capitania do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, sobre as prisões do comendador do Convento de Nossa Senhora das Mercês da cidade de Belém do Pará, padre fr. Manuel de Moraes, por ter recolhido um preso fugido da Cadeia pública da Cidade, Matias da Silva, apesar das disposições legais que o proibem.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 7, D. 580.

[ant. 1721, Novembro, 20].

REQUERIMENTO de Manuel de Moraes Betencourt, para o rei [D. João V], solicitando confirmação de carta de data e sesmaria terras localizadas em Muritipitanga na capitania do Pará.

Anexo: Carta, Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 7, D. 594.

1723, Abril, 10, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a carta de Feliciano de Albuquerque Coelho e João Holbeche, como procuradores do governador de Angola, António Albuquerque Coelho de Carvalho, propondo a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da capitania do Cameté no Estado do Maranhão.

Anexo: Carta e Bilhete.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 7, D. 642.

[ant. 1724, Fevereiro, 11].

REQUERIMENTO da viúva e filhos de Luís Moraes Betencourt, moradores na cidade de Belém do Pará, para o rei [D. João V], solicitando a confirmação da carta de data e sesmaria localizada nas proximidades do rio Moju, na paragem situada na margem direita do igarapé Pacurituba.

Anexo: Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 8, D. 667.

1724, Outubro, 19, Lisboa.

CONSULTA da Junta dos Três Estados para o rei [D. João V], sobre as informações solicitadas ao ouvidor-geral da capitania do Pará, [José Borges Valério], quanto aos rendimentos anuais do posto de capitão-mor do Gurupá, no qual foi provido Luís de Meireles Bettencourt.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 8, D. 731.

1725, Setembro, 9, Belém do Pará.

CARTA do [governador e capitão-general do Maranhão], João da Maia da Gama, para o rei D. João V, sobre a petição de Hilário Moraes Betencourt, solicitando uma licença para duas índias poderem acompanhar suas duas sobrinhas freiras, que se encontram internas no Convento de Santa Ana.

Anexo: Certidão e Requerimento.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 9, D. 770.

[ant. 1730, Dezembro, 16].

REQUERIMENTO de Maria Correia Betencourt para o rei [D. João V], solicitando confirmação da carta de data e sesmaria na ilha de Curapavaca, junto ao igarapé do Parnamaio.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 12, D. 1163.

[ant. 1732, Fevereiro, 22].

REQUERIMENTO de Manuel de Moraes Betencourt para o rei [D. João V], solicitando confirmação de carta de data e sesmaria de terras junto ao rio Acará.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 13, D. 1233.

[post.1732, Setembro, 17].

REQUERIMENTO de Manuel de Moraes Betencourt para o rei [D. João V], solicitando alvará de folha corrida para poder apresentar as suas culpas.

Anexo: Auto.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 14, D. 1274.

1732, Setembro, 24, Belém do Pará.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, José da Serra, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 5 de Fevereiro de 1732 sobre o requerimento das madres e irmãs, Mariana Bernarda Betencourt e Maria Margarida, religiosas do convento de Santa Ana de Lisboa, solicitando cinquenta peças para servir no seu engenho de cana de açúcar situado na capitania do Pará, herdado de seus falecidos pais, por duas safras.

Anexo: Requerimento.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 14, D. 1317.

[ant. 1733, Janeiro, 27].

REQUERIMENTO de Manuel de Moraes Betencourt, morador na cidade de Belém do Pará, para o rei [D. João V], solicitando provimento para ocupar o posto de capitão do Forte de Nossa Senhora das Mercês, na capitania do Pará.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 14, D. 1353.

[ant. 1733, Dezembro, 9].

REQUERIMENTO de Maria Teresa, filha de Matias da Silva e moradora na cidade de Belém do Grão-Pará, para o rei [D. João V], solicitando que os seus autos sejam remetidos ao tribunal competente na acção que move contra sua madrastra, Portásia de Betencourt.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 16, D. 1444.

[ant. 1734, Fevereiro, 18].

REQUERIMENTO das madres irmãs Mariana Bernarda Betencourt e Maria Margarida Betencourt, para o rei [D. João V], solicitando a mercê de ordens necessárias para pedir a descida de alguns índios do Sertão, para servirem no engenho de propriedade das requerentes.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 16, D. 1488.

1735, Março, 24, Lisboa.

CARTA de confirmação de doação do rei D. João V para Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, relativa à capitania do Camutá do Estado do Maranhão.

Obs.: Documento em pergaminho.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 17, D. 1629.

1735, Setembro, 18, Pará.

CARTA do [ouvidor-geral da capitania do Pará], Manuel Antunes da Fonseca, para o rei [D. João V], sobre o requerimento de João Paulo de Moraes Betencourt, solicitando alvará de suplemento de idade.

Anexo: Bilhete, Requerimento e Provisão.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 18, D. 1660.

1736, Abril, 14, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para ocupar o posto de capitão-mor da capitania do Camutá, propostas pelo donatário da capitania, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Anexo: Bilhete e Parecer.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 18, D. 1721.

[ant. 1737, Fevereiro, 25].

REQUERIMENTO do governador e capitão-general de Tapuitapera e Camutá, Francisco de Albuquerque Coelho [de Carvalho], para o rei [D. João V], em que solicitando que o governador do Estado do Maranhão faça cumprir o seu acto de posse e que se proceda contra o governador e capitão-mor [da capitania do ParáCamutá], José Pereira Caldas, e todos aqueles que impediram a sua tomada de posse.

Anexo: Vários documentos comprovativos, Autos e Carta (capítulo/cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 19, D. 1821.

[ant. 1737, Março, 29].

REQUERIMENTO do donatário e senhor das capitanias de Cumã e Camutá do Estado do Maranhão, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], solicitando carta de crença, a fim de que possa nomear pessoas para diferentes ofícios.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 20, D. 1834.

1737, Setembro, 24, Belém do Pará.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu de Castelo Branco, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 11 de Maio de 1737, sobre a inocência das famílias Furtado e Pantoja, no atentado sofrido pelo ouvidor-geral da capitania do Pará, Manuel Antunes da Fonseca.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 20, D. 1869.

[ant. 1738, Março, 20].

REQUERIMENTO de Francisco Pereira Betencourt para o rei [D. João V], solicitando confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Capim, no igarapé chamado Carau.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 21, D. 1943.

1739, Março, 4, Lisboa.

CARTA do [padre do Colégio de Santo Antão], Jacinto de Carvalho para o rei [D. João V], sobre o descimento de índios na aldeia do Cametá, feito por missionários, considerando irrelevante e infundada a queixa do donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Anexo: Requerimento, Cartas, Informações, Ofícios e Certidões (cópias).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 22, D. 2048.

1739, Setembro, 3, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre o pedido de pagamento das redízimas do donatário do Cumã e Cametá, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Anexo: Consulta (cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 22, D. 2073.

1739, Setembro, 29, Belém do Pará.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Maranhão e Pará, João de Abreu Castelo Branco, para o rei D. João V, em resposta à provisão de 20 de Agosto de 1739, sobre os procedimentos das famílias Furtado de Vasconcelos e Pantoja na capitania do Pará, face à suspeita lançada pelo ex-ouvidor-geral da capitania, Manuel Antunes da Fonseca atribuindo-lhes a autoria do atentado que sofrera.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 22, D. 2087.

[ant. 1740, Março, 29].

REQUERIMENTO de Mariana Bernarda de Santa Teresa e de sua irmã, Maria Margarida, para o rei [D. João V], solicitando provisão para que o ouvidor-geral da capitania do Pará, [Salvador de Sousa Rebelo] possa executar o testamento do seu falecido tio, Ilário de Moraes Betencourt.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 23, D. 2171

1740, Outubro, 17, Belém do Pará.

CARTA do ouvidor-geral da capitania do Pará, Salvador de Sousa Rebelo, para o rei [D. João V], sobre a confirmação dos oficiais da Câmara da vila de Santa Cruz do Camutá, de que é donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 23, D. 2206.

[ant. 1741, Maio, 18.

REQUERIMENTO do donatário da capitania do Camutá, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], pedindo solicitando que se ordene ao ouvidor-geral da capitania do Pará, Salvador de Sousa Rebelo, para não se intrometer na jurisdição da sua capitania.

Anexo: 1 Documento-Livro de Receitas (capítulo) e Provisão (minuta).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 24, D. 2238.

[ant. 1742, Fevereiro, 12].

REQUERIMENTO de Nicolau Ribeiro da Costa, morador na vila do Camutá, para o rei [D. João V], solicitando provisão para que se coloque em sequestro todo o rendimento da fazenda que lhe foi usurpada por Feliciano de Carvalho, e que se faça proceder à devassa contra o mesmo.

Anexo: Auto.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 24, D. 2280.

1743, Março, 2, Lisboa.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para o rei D. João V, sobre a nomeação de pessoas para o cargo de capitão-mor da capitania do Camutá por três anos, por proposta do seu donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Anexo: 2 Documentos-Cartas, Bilhete e Certidão (cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 25, D. 2391.

[ant. 1744, Julho, 1].

REQUERIMENTO do donatário das capitanias do Camutá e Cumã, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], pedindo solicitando que se remeta o requerimento relativo ao provimento dos oficiais de Justiça da sua capitania.

Anexo: 1 Informação e 1 Carta-Ofício (cópias).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 27, D. 2533.

[Ca. 1745].

CERTIDÃO (fragmento) do [Conselho Ultramarino] sobre o pedido do [donatário da capitania de Cameté, Francisco Albuquerque Coelho de Carvalho] para que se cumpra, por parte dos ouvidores-gerais das capitanias do Maranhão e Pará, o disposto nas suas cartas de doação e que se o deixe administrar as suas regalias no que respeita à concessão da propriedade dos officios.

Anexo: Requerimentos, Provisão, Officios (cópias).

Obs.: M. est.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 28, D. 2649.

[ant. 1747, Março, 24].

REQUERIMENTO das irmãs Mariana Bernarda de Santa Tereza e Maria Margarida de Betencourt, professoras no Mosteiro de Santa Ana de Lisboa, para o rei [D. João V], solicitando que o ouvidor-geral [da capitania do Pará, Timóteo Pinto de Carvalho] que serve como provedor dos [Defuntos e Ausentes, Capelas e] Resíduos, lhes remeta as arrobas de açúcar que herdaram do seu falecido tio, Mario de Moraes Betencourt.

Anexo: Certidão.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 29, D. 2751.

1747, Outubro, 30, Cameté.

CARTA dos officiais da Câmara do Cameté para o rei [D. João V], queixando-se da acção despótica do capitão-donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, que defendia mais seus interesses pessoais do que os da própria capitania.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 29, D. 2805.

1747, novembro, 13, Pará.

Carta ao governador e capitão – general do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão para o rei D. João V, em resposta a provisão de 6 de maio de 1747, na qual se ordena que dê seu parecer sobre o requerimento das irmãs Mariana Bernarda e Maria Margarida, religiosas do Mosteiro de Santa Ana de Lisboa, em que pedem que lhe autorize o descimento de 200 índios para o engenho que possuem no rio Mojú.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 29, D. 2813.

[ant. 1748, Agosto, 13].

REQUERIMENTO do donatário da capitania do Cameté, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], solicitando autorização para ser construído um hospício de religiosos da Companhia de Jesus na referida capitania.

Anexo: Provisão.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 30, D. 2884.

[ant. 1750, Fevereiro, 19].

REQUERIMENTO do donatário das capitanias do Cumã e Camutá, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], solicitando que as rendas das suas Capitanias sejam remetidas separadamente das do Estado do Maranhão e Pará.

Anexo: Certidão, Treslado e Auto.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2954.

[ant. 1750, Abril, 21].

REQUERIMENTO do donatário da capitania do [Cumã] e Cametá, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o rei [D. João V], solicitando isenção do cumprimento do termo de 9 de Maio de 1743, no qual se comprometeu mandar construir, à sua custa, a casa da Câmara e uma Cadeia, uma vez que já satisfez tal obrigação.

Anexo: Requerimento, Termos, Carta e Escritura (cópia e treslados).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 31, D. 2972.

[ant. 1753, Fevereiro, 27].

REQUERIMENTO do capitão-mor João de Morais Betencourt para o rei [D. José], solicitando confirmação da carta da data e sesmaria próxima ao rio Tocantins.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3171.

[ant. 1753, Maio, 15].

REQUERIMENTO do capitão-mor da capitania do Cametá, João de Morais Betencourt, para o rei [D. José], solicitando a sua permanência no referido posto enquanto o donatário dela não o substituir.

Anexo: Provisão (2ª via).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 34, D. 3199.

[ant. 1754, Julho, 12].

REQUERIMENTO da madre abadessa do Mosteiro de Santa Ana e representante das religiosas, Mariana Bernarda de Santa Teresa e Brito, e sua irmã, D. Maria Margarida de Betencourt Guterres, para o rei [D. José], solicitando alguns Índios para servirem no engenho de açúcar que possuem no Pará.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 37, D. 3426.

[ant. 1757, Março, 24].

REQUERIMENTO de Fermiano Coelho de Carvalho, [morador na Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá], para o rei [D. José], solicitando confirmação de data e sesmaria junto ao rio Jacundá, no distrito de Vila Viçosa na capitania do Pará.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 42, D. 3846.

[post.1759].

OFÍCIO para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real], sobre a devassa realizada ao padre Joaquim Inácio de Bittencourt e da excomunhão do índio principal, Sebastião de Sousa.

Obs.: Documento incompleto.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 45, D. 4139.

[Ant. 1760, Maio, 14].

REQUERIMENTO do ajudante de Infantaria do Terço dos Auxiliares da guarnição recém-criada na cidade de Belém do Pará, Raimundo José de Bettencourt, para o rei [D. José I], solicitando o mesmo soldo que vencem os ajudantes de Auxiliares da Bahia.

Anexo: Requerimento e Carta Patente.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 46, D. 4200.

1761, Maio, 15, Pará.

CARTA do governador e capitão-general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para rei D. José I, em resposta a provisão de 17 de Outubro de 1759, sobre a petição do capitão da vila de Cametá, Simão Fernandes, em que solicitava confirmação da carta de data e sesmaria próxima da paragem chamada Igarapé, que lhe foram concedidas pelo donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Anexo: 2ª Via e Ofícios (cópias).

Obs.: M. est.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 49, D. 4458.

1762, Outubro, 5, Belém do Pará.

CARTA do [juiz de Fora e] provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, José Feijó de Melo e Albuquerque, para o rei [D. José I], remetendo certidão discriminativa de carga transportada pelo navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 53, D. 4853.

1765, Abril, 22, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo lista dos géneros enviados pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a bordo do navio "Nossa Senhora do Cabo", [de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt].

Anexo: Lista.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5208.

1765, Abril, 22, Belém do Pará.

CARTA do provedor da Fazenda Real [da capitania do Pará], José Feijó de Melo e Albuquerque, para o rei [D. José I], remetendo mapa da carga transportada no navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt, que partiu do Pará para Lisboa.

Anexo: Mapa de Carga.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5209.

1765, Junho, 15, Lisboa.

OFÍCIO do [visitador do ouro] Carlos António da Silva Franco para o [secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], sobre a visita do ouro que efectuou ao navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt, proveniente do Pará, com um carregamento de madeiras e duas capoeiras de galinhas de Angola.

Anexo: Mapa de Carga.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5215.

1765, Junho, 28, Lisboa.

OFÍCIO do [visitador do ouro] Cristóvão de Sousa da Silva de Alte, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a visita do ouro que efectuou ao navio "Nossa Senhora do Cabo", [de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt], proveniente do Pará.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 58, D. 5220.

1767, Outubro, 24, Pará.

CARTA do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para o rei [D. José I], remetendo relações da carga embarcada para o Reino, a bordo da charrua "Nossa Senhora das Mercês", de que é capitão José dos Santos, da nau "Nossa Senhora das Mercês", de que é capitão Agostinho dos Santos, e dos navios "Santa Ana", "Nossa Senhora do Cabo" e "Madre de Deus", comandadas pelos capitães Valério Duarte Gomes, Manuel da Cunha Bettencourt e Manuel Travassos, respectivamente.

Anexo: Relações.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5408.

[Ant. 1768, Março, 9].

REQUERIMENTO de José da Silva Bettencourt para o rei [D. José I], solicitando a confirmação de carta de data e sesmaria próxima ao rio Guajará-Mirim no Estado do Pará.

Anexo: Bilhete e Carta de Data e Sesmaria.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5435.

[Ant. 1768, Março, 16].

REQUERIMENTO de Custódia Gomes, moradora na cidade de Belém do Pará, para o rei [D. José I], solicitando provisão que confirme a doação de bens que fez ao seu marido, José da Silva Bettencourt.

Anexo: Escritura (cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 61, D. 5438.

1770, Setembro, 18, Pará.

OFÍCIO de Manuel Domingos Cerqueira para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a anulação da escritura de doação de bens feita por sua madrastra, D. Josefa de Oliveira Bettencourt, a seu favor e de sua irmã, D. Antónia de Oliveira Bettencourt, e queixando-se das calúnias proferidas pela mesma senhora contra sua família.

Anexo: Auto.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 66, D. 5682.

1771, Março, 2, Pará.

OFÍCIO do provedor da Fazenda Real [e juiz de Fora da capitania do Pará], Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo as relações da carga transportada nos navios que partem do porto da cidade de Belém do Pará com destino ao Reino: ["Nossa Senhora das Mercês", de que é capitão Agostinho dos Santos; "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt; "Santa Ana", de que é capitão Bernardo Franco; e na corveta "São Pedro Gonçalves", de que é capitão Inácio Luís da Silva].

Anexo: Relações e Ofício (2ª via).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 66, D. 5727.

1771, Novembro, 23, Pará.

OFÍCIO do provedor da Fazenda Real [e juiz de Fora da capitania do Pará], Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo as relações das cargas transportadas do Pará para o Reino, a bordo da corveta "São Paulo", de que é capitão José Manuel Travassos, e do navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt.

Anexo: Relações e Ofício (minuta).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 67, D. 5782.

1771, Novembro, 23, Pará.

OFÍCIO (2ª via) do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive [Sousa Coutinho], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo para o Reino o preto castelhano, José Inácio, a bordo do navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt, por ter abandonado o seu destacamento, uma vez que se dizia ser sargento no Forte de São Carlos do Rio Negro.

Anexo: Lembrete.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 67, D. 5785.

1772, Novembro, 8, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive [Sousa Coutinho], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando termo assinado pelo comandante do navio "Nossa Senhora do Cabo", Manuel da Cunha Bettencourt, e pelo mestre do navio "São Francisco Xavier e Santa Ana", Bernardo Franco, em como não levam nenhum passageiro sem licença nos seus navios.

Anexo: Termo (cópia), Lembrete e Ofício (2ª via).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5897.

1772, Novembro, 9, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão general do Estado do Pará, Maranhão e Rio Negro], Fernando da Costa de Ataíde Teive [Sousa Coutinho], para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a lista da carga transportada do Pará para o Reino, a bordo dos navios "Nossa Senhora do Cabo", [a cargo do capitão tenente Manuel da Cunha Bettencourt], e "São Francisco e Santa Ana", [de que é capitão Bernardo Franco], pertencentes à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Anexo: Lista, Lembrete e Ofício (2ª via).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5898.

1772, Novembro, 12, Pará.

OFÍCIO do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando a relação da carga transportada do Pará para Lisboa, a bordo dos navios "Nossa Senhora do Cabo", [a cargo do capitão tenente Manuel da Cunha Bettencourt], e "São Francisco Xavier e Santa Ana", [de que é capitão Bernardo Franco].

Anexo: Relações e Ofício (2ª via).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 69, D. 5904.

[Ant. 1773, Julho, 23.]

REQUERIMENTO de Josefa de Oliveira Bettencourt para o rei [D. José I], solicitando uma provisão de sequestro dos seus bens doados por Antónia de Oliveira Bettencourt, e seus respectivos rendimentos.

Anexo: Cartas, Bilhetes, Requerimentos, Autos, Provisões (cópia) e Certidões.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6029.

1773, Novembro, 29, Pará.

OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo duas capoeiras com pássaros de diferentes espécies daquele Estado para o Reino, como jacû, tujûjû, motum, jacamim, araras e serecuras, a cargo do capitão tenente Manuel da Cunha Bettencourt, e do capitão Bernardo Franco.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6082.

1773, Novembro, 29, Pará.

OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo livro de registo das quantias de ouro em barra descidas das minas de Mato Grosso, e embarcadas no navio "Nossa Senhora do Cabo", [de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt], pertencente à Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, com destino ao Reino.

Anexo: Ofícios (2ª vias).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6084.

1773, Novembro, 29, Pará.

OFÍCIO do juiz da Alfândega do Pará, Matias José Ribeiro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], remetendo a relação da carga transportada do Pará para o Reino, a bordo do navio "Nossa Senhora do Cabo", de que é capitão Manuel da Cunha Bettencourt.

Anexo: Relação.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 71, D. 6085.

1776, Novembro, 12, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o livro do ouro embarcado no navio "Nossa Senhora de Belém [e São João Baptista]", de que é comandante o capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt, para ser entregue na Casa da Moeda da cidade de Lisboa.

Anexo: Livro.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6360.

1776, Novembro, 12, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre as cargas de arroz, algodão, urucu e anil embarcadas nos navios da frota que parte para Lisboa, criticando a Junta da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão nas dificuldades que tem colocado ao estabelecimento e produção do anil, o aumento do número de escravos naquele Estado e remetendo um caixote, do capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt para Sua Majestade, com tabatinga, descoberta no Pará, e tauá, para que sejam analisados.

Anexo: Mapas, Ofício e Relações.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6362.

1776, Novembro, 12, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia do termo assinado pelo capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt, comandante do navio "Nossa Senhora de Belém e São João Baptista"; pelo capitão Dionísio Duarte Rosa do navio "Nossa Senhora da Conceição" e pelo mestre Francisco Jaques Caldeira da corveta "São Francisco Xavier" no qual se comprometem a observar as ordens régias para não transportarem passageiro algum ou desertor da tropa paga sem a devida licença.

Anexo: Termo (cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6363.

1777, Outubro, 17, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo um macaco chamado Quatá a bordo do navio "Nossa Senhora de Belém e São João Batista", de que é comandante o capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt, para as Quintas Reais de Belém.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6473.

1777, Outubro, 17, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo o livro do manifesto do ouro respeitante à quantia enviada para a Casa da Moeda de Lisboa, [pelo navio "Nossa Senhora de Belém e São João Baptista", de que é capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt].

Anexo: Livro.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6474.

1777, Outubro, 18, Pará.

OFÍCIO do juiz da Alfândega da capitania do Pará, Matias José Ribeiro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro], remetendo mapas de carga do navio "Nossa Senhora do Belém e São João Baptista", de que é comandante o capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt, que parte para o Reino.

Anexo: Mapas.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6477.

[Ca. 1777, Outubro].

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira de Melo e Castro, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo cópia do termo assinado pelo comandante do navio ["Nossa Senhora de Belém e São João Baptista"], Manuel da Cunha Bettencourt comprometendo-se a não transportar passageiros sem licença régia.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 78, D. 6479.

1779, Setembro, 10, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo relação das madeiras embarcadas no navio "Grão-Pará", de que é comandante o capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt, para o Reino e informando ter sido lançado ao mar o navio "Macapá", propriedade da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Anexo: Relações e Lembrete.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6842.

1779, Setembro, 10, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a ordem régia ordenando a readmissão no Regimento da Guarnição da praça do Pará, do cabo-de-esquadra Miguel Arcanjo Bettencourt, que havia desertado da Fortaleza do Rio Branco para os domínios da Holanda.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6844.

1779, Setembro, 11, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de uma anta pelo navio "Grão-Pará", de que é capitão o tenente Manuel da Cunha Bettencourt, para as Quintas Reais de Belém.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6846.

1779, Setembro, 11, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo a parte da Alfândega da quantia recolhida pela dízima cobrada sobre os géneros trazidos pelo navio "Grão-Pará", de que é capitão-tenente Manuel da Cunha Bettencourt e o mapa da carga que este navio transporta para o Reino.

Anexo: parte da Alfândega e mapa.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6848.

1779, Setembro, 11, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando cópia do termo assinado pelo comandante do navio "Grão-Pará", capitão Manuel da Cunha Bettencourt, comprometendo-se a não transportar passageiro sem a devida licença régia.

Anexo: Termo (cópia).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6849.

1779, Setembro, 12, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre o envio de dois volumes de café arroz e de bolsa com papos de tucano pelo capitão Manuel da Cunha Bettencourt, [do navio "Grão-Pará"] e agradecendo pela nomeação do seu sucessor.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6850.

1779, Setembro, 15, Pará.

OFÍCIO do juiz de Fora e da Alfândega da cidade de Belém do Pará, José Justiniano de Oliveira Peixoto, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da carga do navio "Grão-Pará", de que é capitão o tenente Manuel da Cunha Bettencour.

Anexo: Mapa.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 83, D. 6854.

1780, Novembro, 12, Cameté.

OFÍCIO de João de Moraes Bettencourt aos oficiais do Senado da Câmara de Cameté, sobre as dificuldades de produção no seu engenho de açúcar pela falta de mão-de-obra escrava.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 86, D. 7070.

[Ant. 1784, Fevereiro, 12].

REQUERIMENTO de João Garcia Bettencourt, morador na vila do Cameté, para a rainha [D. Maria I], solicitando a confirmação da carta de data e sesmaria de terras devolutas localizadas junto ao rio Jabutim Apepu.

Anexo: Carta de Data e Sesmaria.

Obs.: M. est.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 92, D. 7393.

1785, Junho, 22, Barcelos [Rio Negro].

OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania]do Rio Negro, João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, remetendo os mapas anuais da população das capitânicas do Estado do Pará e Rio Negro, de 1778 a 1781.

Anexo: mapas.

AHU-Rio Negro, cx. 8, doc. 355.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 94, D. 7509.

[Ant. 1788, Junho, 2].

REQUERIMENTO do alferes Feliciano José Gonçalves Alves para a rainha [D. Maria I], solicitando confirmação da carta patente do posto de capitão de Auxiliares da 8ª Companhia do Terço da vila de Cameté, [de que é mestre de campo João de Moraes Bettencourt, vago por falecimento de Manuel António Xavier Botero].

Anexo: Carta Patente.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 97, D. 7743.

[Post. 1796, Janeiro, 24].

REQUERIMENTO do presbítero secular do Hábito de São Pedro, beneficiado e cura na Catedral da cidade de Belém do Pará, Francisco José de Moraes Bettencourt, filho do mestre de campo João Moraes Bettencourt e Maria da Assunção, para a rainha [D. Maria I], solicitando sua nomeação para um canonicato vago naquela catedral devido ao falecimento do padre José Cosme da Fonseca.

Anexo: Certidões, Sentença, Atestações e Requerimentos.

Obs.: Documento em anexo escrito em espanhol.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 107, D. 8408.

1796, Outubro, 13, Lisboa.

CARTA PATENTE da rainha [D. Maria I] concedendo reforma a João de Moraes Bettencourt no posto de mestre de campo do Terço Auxiliar do Cametá, na capitania do Pará.

Anexo: Carta Patente rubricada pelo príncipe regente D. João.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 108, D. 8497.

[Ant. 1799, Agosto, 9]11815.

REQUERIMENTO de João Paulo de Moraes Bettencourt para o príncipe regente [D. João], solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão da 15ª Companhia do Corpo de Tropas Ligeiras Auxiliares da cidade de Belém do Pará.

Anexo: Carta Patente.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 115, D. 8916.

1800, Agosto, 19, Pará.

OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro] D. Francisco [Maurício] de Sousa Coutinho, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o juiz ordinário da vila de Cametá, Julião José de Sousa, ter arguido o coronel de Milícias daquela Vila, [Hilário de Moraes Bettencourt], durante a correição que ali realizou.

Anexo: Auto e Ofícios (cópias).

AHU_ACL_CU_013, Cx. 118, D. 9061.

Ant. 1803, Abril, 26].

REQUERIMENTO de José Justiniano de Moraes Bettencourt, para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de capitão da 1ª Companhia do 3º Regimento de Milícias da vila de Cametá no Estado do Pará.

Anexo: Carta Patente.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 124, D. 9598.

[Ant. 1804, Julho, 18].

REQUERIMENTO de Francisco José de Sequeira para o príncipe regente [D. João], solicitando a confirmação da carta patente no posto de alferes da 2ª Companhia do 3º Regimento de Milícias da vila de Cametá, [vago por promoção de Inácio Moraes Bettencourt a tenente do 2º Corpo de Tropa Ligeira da capitania do Rio Negro].

Anexo: Requerimento e Carta Patente.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 130, D. 9976.

[Ant. 1805, Maio, 25].

REQUERIMENTO do capitão de Granadeiros do Regimento de Milícias do Cametá, João Romero da Mata, para o príncipe regente [D. João], solicitando segunda via da confirmação da sua carta patente no posto de capitão da 9ª Companhia de Granadeiros do 3º Regimento de Milícias do Cametá, vago por falecimento de João Maria de Morais Bettencourt.

Anexo: Cartas Patente e Requerimento.

AHU_ACL_CU_013, Cx. 133, D. 10165.

5.1.2 Cartas Régias

(i) Sobre se mandar recolher a patente de posto de Coronel do Regimento das Ordenanças que se havia passado a Hilário de Morais Bittancur por se lhe passar contra a forma de estilo. Lisboa, 19 de julho de 1706. Códice 268. f. ?

(ii) Sobre se conservar a Luiz de Morais Bittancur no posto de Capitão da capitania de Gurupá. Lisboa, 18 de agosto de 1706. Códice 268, p. 222.

(iii) Sobre se lhe ordenar que havendo gente para formar um terço na Capitania do Pará prova nele a Hillário de Morais no posto de coronel. Lisboa, 28 de setembro de 1707. Códice 268, p. 224 v.

(iv) Sobre a residência que se tirou a Luiz de Moraes Bitancur. Lisboa, 06 de outubro de 1707. Códice 268, p. 224.

(v) Sobre a queixa que fez o presidente do capitão-mor do Gurupá não haver acabado a obra do hospício. Lisboa, 04 de novembro de 1707. Códice 268, f. 230.

(vi) Sobre o requerimento de Hilário de Moraes Bitancur. Lisboa, 16 de abril de 1709. Códice 268, f. 250.

(vii) Sobre a dúvida que teve com o Coronel do Regimento da Ordenança criado de novo sobre a qual deles tocava a aprovação dos procedimentos do posto dele. Lisboa, 14 de junho de 1710. Códice 268, f. 261.

(viii) Sobre a Companhia da Nobreza se rejeitar como da ordenança e há de estar agregada ao Regimento de que é Coronel Hilário de Morais Bittancur. Lisboa, 20 de novembro de 1711. Códice 268, f. 271-271 v.

(ix) Sobre o auto que se fez de uma pancada que o Coronel Hilário de Morais deu em um sargento do Regimento Gregório Rmos. Lisboa, 15 de dezembro de 1712. Códice 269, f. 13.

(x) Sobre a cerca de se formarem duas companhias uma dos cidadãos e outra dos seus filhos. Lisboa, 17 de maio de 1713. Códice 269, f. 19.

(xi) Sobre informar a cerca de haverem os oficiais da câmara erigido para almoxarife a Manoel do Rotro Freire, alistado na Companhia das Ordenanças contrariando as ordens de Sua Majestade. Lisboa, 17 de maio de 1713. Códice 269, f. 19.

(xii) Sobre informar no requerimento de Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho e outros particulares mais. Lisboa, 20 de dezembro de 1713. Códice 269, f. 22.

(xiii) Sobre o requerimento de Maria de Furtado de Mendonça. Lisboa, 26 de maio de 1714. Códice 269, f. 28.

(xiv) Sobre informar se o donatário da Vila do Camutá fez em algum tempo a casa da Câmara e cadeia. Lisboa, 14 de outubro de 1717. Códice 269, f. 83-83 v.

(xv) Sobre lhe ordenar mande a cópia por onde se taxou ao donatário da capitania do Cumã 72 réis por ano de sua redizima. Lisboa, 20 de novembro de 1717. Códice 269, f. 86 v.

(xvi) Sobre Hilário de Moraes Bitancur. Lisboa, 21 de novembro de 1721. Códice 269, f. 182.

(xvii) Sobre informar porque razão se tomou a Manoel de Moraes Bitancur a desistência da primeira semaria dando-se depois duas em sítios separados. Lisboa, 23 de fevereiro de 1722. Códice 269, f. 200 v.

(xviii) Sobre Mariana Bernarda de Bitancur e sua irmã. Lisboa, 05 de fevereiro de 1732. Códice 270, f. 148 v. Sobre as mesmas. Lisboa, 11 de março de 1733. Códice 270, f. 148 v.

5.1.3 Cartas de Sesmaria

Levantamento de Sesmaria da freguesia de Cametá.

(i) João Gracia Bitancourt. R. Jabotin-apepú. Conc. 27 de maio de 1782. Liv. 19, pag. 92 v.

(ii) 1091 - João de Moraes Bitancourt. Sítio Carapajó. R. Tocantins. Conc. 10 de Julho de 1752. Liv. 14, pag. 102. Conf. 13 de março de 1752. Liv. 14, pag. 102. Conf. 13 de março de 1753. Liv.15, pag. 85. (Fichada)

(iii) 1155 - João da Siva Freitas. Ig. Coroa. R. Tocantins. Conc. 16 de Outubro de 1732. Liv. 6, pag. 97 v.

(iv) 1166 - João de Souza Coelho. R. dos Quatins. Conc. 16 de setembro de 1730. Liv. 5, pag. 163.

(v) 1167 - João de Souza Coelho. Ig. Paracuuba. Conc. 15 de junho de 1745. Liv. 12, pag.123.

(vi) 1168 - João de Souza Moniz. R. dos Tocantins. Conc. 27 de setembro de 1740. Liv. 10, pag. 32. Conf. 4 de maio de 1743. Liv. 11, pag. 82.

- (vii) 103 - Antonio Albino Machado. R. Jaquarembé. Conc. 15 de março de 1781. Liv. 19, parç. 87. Conf. 19 de agosto de 1788. Liv. 16, parç. 20.
- (viii) 129 - Antonio Correa da Silva Lobo. Ig. Maracapocú. Conc. 27 de Março de 1743. Liv. 10, parç. 178. (Fichada)
- (ix) 130 - Antonio Corrêa da Silva Lobo. Ig. Maracápocú. Conc. 31 de outubro de 1749. Liv. 14, parç. 65. Conf. 10 de maio de 1751. Liv. 15, parç. 23.
- (x) 280 - Antonio Pereira Bitancour. R. Tayassuhuy. Conc. 29 de janeiro de 1728. Liv. 4, parç. 9. Conf. 13 de março de 1736. Liv 8, parç. 65. (Fichada)
- (xi) 312 - Antônio da Silva Barros. R. Jabuti aepéú. Conc. 28 de setembro de 1765. Liv. 17, parç. 5 v. Conf. 14 de abril de 1766. Liv. 15, parç. 179 v.
- (xii) 314 - Antônio da Silva Cardoso. Rios Cumarú e Meury. Conc. 25 de janeiro de 1764. Liv. 14, pág. 187. Conf. 12 de maio de 1766. Liv. 15, parç. 181. (Fichada).
- (xiii) 247 - Antonio de Medeiros, Serra Ibiapababa. Conc. 22 de julho de 1729. Liv. 5, pág. 78. (Fichada).
- (xiv) 43 - André Cardoso. Na ilha de S.Luiz do Maranhão. Conc. 18 de julho de 1728. Conf. 15 de novembro de 1734. Liv. 8, par. 18 v.
- (xv) 328 - Antonio de Souza Moura. Sitio Pacajo. R. Carapanã. Conc. 29 de novembro de 1700. Conf. 21 de fevereiro de 1702. (Fichada).
- (xvi) 334 - Antonio Ferreira Estoura. Villa de Cameté. Conc. 7 de outubro de 1730. Liv. 5, pág. 167.
- (xvii) 376 - Bento Alvesda Silva. R. Meury. Conc. 10 de dezembro de 1760. Liv. 14, pág. 162. Conf. 27 de março de 1762. Liv. 15, pág. 133. (Fichada).
- (xviii) 402 - Braz da Silva. R. Guanapupú. Conc. 21 de junho de 1721. Conf. 18 de fevereiro de 1723. Liv. 1, pág. 76.
- (xix) 465 - Clemente Pereira. R. Miruhú. Conc. 30 de julho de 1721. Conf. 14 de janeiro de 1723. Liv. 11, pág. 130.
- (xx) 498 - Diogo Leitão de Almeida. R. Ubituba. Conc. 23 de setembro de 1725. Liv. 2, parç. 83 v. Conf. 29 de maio de 1726. Liv 3, pág. 179.
- (xxi) 564 - Domingos Pereira. R. Tocantins. Conc. 30 de dezembro de 1739. Liv 10, pág. 18. Conf. 26 de abril de 1742. Liv. 11, pág. 19.
- (xxii) 565 - Domingos Pereira S. Francisco Xavier. R. Pororoca. Conc. 28 de fevereiro de 1763. Liv. 14, pág. 179. Cof. 29 de outubro de 1765. Liv. 18, pág. 1.
- (xxiii) 618 - Estevão Felix Alberto. Ig. Itamombuza. Conc. 22 de fevereiro de 1742. Liv. 11, pág. 103.

(xxiv) 638 - Feliciano Coelho de Carvalho. R. Jacundá. Conc. 11 de outubro de 1737. Liv. 9, pág. 17 v. (Fichada).

(xxv) 696 - Francisco Cavalcanti. R. Mearin. Conc. 11 de dezembro de 1719. Conf. 27 de abril de 1724. Liv. 2, pág. 150 v.

(xxvi) 712 - Francisco Fernandes de Souza. Ilha Santa Anna. Conc. 8 de novembro de 1760. Conf. 27 de maio de 1763. Liv. 15, parg. 148 v.

(xxvii) 723 - Francisco Gonçalves Villas. R. Tocantis. Conc. 2 de agosto de 1731. Conf. 13 de agosto de 1732. Liv. 6, parg. 93 v. (Fichada).

(xxviii) 742 - Francisco de Melo Palheta. R. Ubituba. Conc. 7 de fevereiro de 1709. Conf. 10 de fevereiro de 1709. Conf. 10 de fevereiro de 1712. Liv. 2, pág. 105.

(xxix) 920 - Ignez Senhorinha da Silva. Ig. Tabarihê. Tocantins. Conc. 15 de setembro de 1785. Liv. 7, pág. 134. Dujal. Liv. 10, pág. 26 v. Conf. 19 de fevereiro de 1742. Liv. 11, pág. 106.

(xxx) 921 - Ilario de Moraes Bitancourt. Sitio Marajó. R. Curussabaria. Conc. 17 de outubro de 1729. Liv. 5, pág. 104. (Fichada).

(xxxi) 961 - João de Albuquerque Cavalcanti. Freguesia de Piracuruca. Conc. 16 de julho de 1738. Liv. 9, parg. 73 v. (Fichada).

(xxxii) 1168 - João de Souza Maniz. R. dos Tocantins. Conc. 27 de setembro de 1740. Liv. 10, pág. 32. Conf. 4 de maio de 1743. Liv. 11, pág. 82 v.

(xxxiii) 1263 - Jozé da Costa Rayaol. R. Ubituba. Conc. 26 de janeiro de 1742. Conf. 18 de maio de 1743. Liv. 11, pág. 63.

(xxxiv) 1264 - Jozé do Couto (Herdeiros de) R. Ybituba. Conc. 8 de fevereiro de 1736. Liv. 7, pág. 164 v. Conf. 5 d. Liv 8, pág. 52 v. (Fichada).

(xxxv) 1350 - Jozé Miguel Ayres. R. Toucantins. Conc. 10 de setembro de 1730. Liv. 5, pág. 175 v. (Fichada).

(xxxvi) 1368 - Jozé Pereira Gomes. R. Tocantins. Conc. 6 de dezembro de 1730. Liv. 5, pág. 176 v. Conf. 30 de julho de 1732. Liv. 6, pág. 158. (Fichada).

(xxxvii) 1466 - Lourenço de Mattos. R. Ubituba. Conc. 8 de Agosto de 1725. Liv. 2, pág. 77 v. Conf. 19 de outubro de 1726. Liv. 3, pág. 169.

(xxxviii) 1503 - Luiz Gomes da Rocha. Riacho da Cachoeira. Conc. 10 de julho de 1741. Liv. 10, pág. 52.

(xxxix) 1887 - Mauricio José de Souza. Ig. Itandu. Conc. 18 de janeiro de 1786. Liv. 19, pág. 118.

(xl) 2018 - Raymundo de Alfaya Noronha. Sitio Eruemba. R. Camutá. Conc. 17 de setembro de 1739. Liv. 9, pág. 154 v. Conf. 18 maio de 1740. Liv. 11, pág. 25.

(xli) 2009 - Portaria Bitancourt. R. Moju. Conc. 23 de junho de 1724. Conf. 3 de fevereiro de 1725. Liv. 2, pág. 101 v.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, n. 15, São Paulo: IPE-Edusp, 1985.

_____. Censo de Macapá - 1808. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secult, 1995. V. I, T. I.

_____. Agricultura no delta Rio Amazonas: Colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____ (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-92.

_____. “Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas e Açorianos no Cabo Norte Século XVII”. In: BARROSO MACIEL, V. L. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Est., 2002, p. 43-66.

_____. *Julgados da terra: cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará*. Belém: EDUFPA, 2004.

ALMEIDA, Â. M. de et al. (orgs.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

_____. Família e história: Questões metodológicas. In: *SEMINÁRIO FAMÍLIA E SOCIEDADE*, 2, 2002, São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/nemge/seminario_familia_textos.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

ALMEIDA BARATA, C. E. de.; CUNHA BUENO, A. H. da. *Dicionário das famílias brasileira: 500 anos de História do Brasil*. Lisboa: s.n., 1999. CD-ROM.

_____. *Belém do Grão-Pará e suas ruas: 1616-1910 - Parte I*. Disponível em: <http://www.hcgallery.com.br/roteiro.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2007.

ALMEIDA PEREIRA, J. *A contribuição dos Açores à colonização do Brasil nos séculos XVII e XVIII*. Disponível em: <http://www.ihit.pt/new/boletim.php?area=boletins&id=74>. Acesso em: 04 de julho de 2007.

ANGELO-MENESES, M. de N. *História social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800)*. 1998. Tese. (Doutorado em História Agrária) - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris.

BACELLAR, C. de A. P. Recuperando sociabilidade no Passado. In: BOTELHO, Tarcísio et al. (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: Um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 27-44.

BAENA, A. L. M. *Ensaio coreográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BASSANEZI, M. S.; BACELLAR, C. A. P.; SCOTT, A. S. V. *Quarenta anos de demografia histórica*. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_289.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2006.

BOTELHO, T. et al. (Org.). *História quantitativa e serial no Brasil: Um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

CANCELA, C. D. *Casamento e relações familiares na economia da borracha em Belém (1870-1920)*. 2006. Tese (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CANDIDO, A. The Brazilian family. In: LYNN SMITH, T.; MARCHANT, A. (orgs.). *Brazil: portrait of half a Continent*. Nova York: The Dryden Press, 1951.

CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARNEIRO, M. L. T. *Preconceito Racial – Portugal e Brasil-Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASEY, J. *História da família*. Lisboa: Teorema. 1989.

CHAMBOLEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Novo mundo - mundos novos*. Paris, n. 6, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document2260.html>. Acesso em: 15 de agosto de 2007.

CHAUNU, P. *Histoire, science sociale*. SEDES, Paris. 1974.

CASTANHO, S. *Educação e Trabalho no Brasil Colônia*. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_099.html. Acesso em: 20 de julho de 2008.

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: _____ (org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 1993, p. 15-42.

COSTA, I. N. da. Demografia Histórica ou História Demográfica? Uma nota sobre terminologia. In: *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, ano VI, n. 18, nov. de 1999.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. [S.l, s.e, s.d].

_____. *História de Belém*. Belém/UFPA, 1973. V.2.

CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DANIEL, J. *Apresentação – tesouro descoberto no máximo rio Amazonas 1722-1776*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976, v. 2.

DOMINGUES, Â. *Quando os Índios eram Vassallos: Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.

FERREIRA, E. R. Estado e administração Colonial: a Vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, R. E. *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 93-114.

FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: A formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

GINZBURG, C. O nome e o como: Troca desigual no mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991a, p. 169-178.

_____. “Apontar e citar – a verdade da História”. In: *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, v. 2, n. 3, setembro, 1991, p. 13-37.

GOMES, F. dos S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: _____. *Nas Terras do Cabo Norte*. Belém: EDUFPA, 1999, p. 129-93.

HEINZ, F. M. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: _____ (org.). *Por outra história das elites*. Ed. FGV, 2006, p. 7-14.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Universidade Federal do Paraná. 1977. S.E.S.L.

HEER, D. M. *Sociedade e população*. São Paulo: Pioneira, 1972.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1982.

KELLY, A. M. *Family church and crown: a social and demographic history of the lower Xingu Valley and municipality of Gurupa, 1623-1889*. Florida: University of Florida: 1984.

LASLETT, P. Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparação entre áreas da Europa Ocidental. In: MARCÍLIO, M. L. (org.). *População e sociedade-evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 137-70, 1984.

LEITE, S. J. *Artes e ofícios dos Jesuítas no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: S. E., 1953.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo III. Lisboa: Liv. Portugália, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Liv. Civilização Brasileira, 1938-1950.

LEVI-STRAUSS, C. *El futuro de los estudios de parentescos*. Barcelona: Anagrama, 1982.

LIMA, E. N. de. *Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o "núcleo subsidiário" de Marajó 1850/1920*. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/sete/eli7>. Acesso em: 21 de junho de 2008.

MARCILIO, M. L. “Introdução”. In: _____ (org.). *Demografia histórica*. São Paulo: Nova Umbrás, 1970, não paginado.

_____. *Caiçara: Terra e população: estudos de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARINHO, L. B. *Muito além dos seringais: elite, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-c.1870*. 2004. Dissertação. (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, N. G. *Elites e poder: entre o antigo regime e o liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.

MOTTA, J. F. A demografia histórica no Brasil: contribuições a historiografia. In: *ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 9, Caxambu, 1994. *Anais...* Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/motta.doc. Acesso em: 16 de outubro de 2008.

_____. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 12, jan./dez, 1995, p. 133-49.

NADALIN, S. O.; _____. *História e demografia: elementos para um diálogo*. CAMPINAS: ABEP, 2004. (Coleção Demographicas, v. 1).

NOGUEIRA SILVA, M. S.; POMPEU AMORIM, M. J. *Terras de Preto da Região Tocantins*. 1999. Belém-Pará. Trabalho apresentado como relatório final da pesquisa do Projeto de Mapeamento de Comunidades Rurais no Pará: Ocupação do território e uso de recursos, descendência e modo de vida.

_____. *O exército moderno: notas sobre os critérios de obtenção de postos militares no Grão-Pará setecentista*. [S.l.], Trabalho não publicado. Mimeo.

PEREIRA DE MELO, H.; NOVAES MARQUES, T. C. A partilha da Riqueza na Ordem patriarcal. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*. Bahia, 2001. *Anais...* Disponível em: http://www.anpec.org.br/encontro_2001/artigos/200101222.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2007.

RAVENA, N. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e Vila circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

REIS, A. C. F. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

_____. *Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia*. Rio de Janeiro: Serviço de documentação da Agência da S. P. V. E. A., 1960.

SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: Secretaria da Cultura do Estado, 1988.

SAMARA, E. de M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A. M. et al. (orgs.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987, p. 25-36.

_____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

_____. A família no Brasil: história e historiografia. In: *História Revista*, Goiânia, II (2), jul./dez. 1997, p. 7-21.

_____. *Famílias, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SÁ MARQUES, E. de. *Imigração açoriana no Maranhão e fundação de São Luiz*. Disponível em: http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/esterimigracao.htm. Acesso em: 15 de junho de 2008.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SILVA E FILHO, E. C. Introdução. In: _____. *Teoria das elites: a cabeça da Medusa*. Olinda: Reptoart Gráfica e Editora, 1997, p. 9-17.

SILVA, M. B. N. da. *História da Família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

SOUZA, M. Afinal, quem é mais moderno neste país? In: *Estud. av.*, Jan./Apr. 2005, vol. 19, n. 53, p.87-96.

SPIX, J. B. V.; MARTIUS, C. F. P. V. *Viagem pelo Brasil, 1817/1820. Vol.3*. Belo Horizonte/São Paulo: Ed.Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo. 1981.

STONE, L. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história. *Revista de História*. Campinas: UNICAMP, v. 2, n. 3, Setembro, 1991, p.13-37.

TEIXEIRA DE FRANÇA, A. L. As possibilidades de ascensão social oferecida no Pernambuco Colonial: Séculos XVII e XVIII. In: *Mneme. Dossiê Cultura e Sociedade na América Portuguesa Colonial*. Rio Grande do Norte, v. 5, n. 12, out./nov. 2004. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/anteriores.php>. Acesso: 10 de julho de 2007.

TEIXEIRA, P. E. *O outro lado da família brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

TERUYA TAYRA, M. A família na Historiografia Brasileira: bases e perspectivas teóricas. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, Caxambu, 2000. *Anais...* Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileir%20a....pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2007.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Camous, 2002.

VELOSO, E. C. A. Estrutura de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 7-28.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEREDO, A. N. *A presença Africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIEIRA JÚNIOR, A. O. *Entre paredes e bacamartes: a história da família no Sertão (1780-185)*. Fortaleza/São Paulo: Edições Demócrito Rocha/HUCITEC, 2004.



ANEXOS

7.1 INVENTÁRIO DE HILÁRIO MORAIS BITTENCOURT DE 1834

Acervo: APEP, Autos de Inventários e Partilhas**n. 104****n. 71**

Data de Falecimento do Inventariado: 15/05/1834		Juízo: de Órfãos da		N.º na Caixa: 1
Data de Abertura do Processo: 01/10/1834		Capital		
Data de Encerramento do Processo: 04/07/1838		Caixa: Ano: 1834		
Inventariado: Hilário de Moraes Bittencourt			Profissão:	
Inventariante: Maria Madalena de Pazes (viúva)			Profissão:	
Juiz: Jacintho Francisco Lopes		Avaliadores: Francisco da Costa Teixeira; Ignácio Jose Pestana; Gaspar da Costa (mestre Carpinteiro); Ignácio Joaquim de Azevedo Rangel; Antonio Teixeira de Mattos.		
Escrivão: Vicente Alves da Silva				
Testamento: () sim (X) não		Monte-Mor Bruto: 4:278\$000		
		Monte-Mor Líquido: 4:278\$000		
Relação de herdeiros:		Est. Civ.:	Idade:	Grupo de Parentesco:
Manoel Lour ^{co} de Moraes Bitencort			21 a	Filho
D. Luiza Clara			16 a	Filha
Raimundo Luiz de Moraes			13 a	
D. Anna Thereza			10 a	
Joaquim Pedro de Moraes		Falecido	7 a	
D. Maria dos Prazeres			4 a	
Francisco de Moraes		Falecido	2 a	
Jose Justiniano			3 a.	
1. Imóveis Urbanos (Casas e Terrenos)				
Localização		Área		Valor
1 Emginhoca com 1 morada de casas por [acabar] em 1 sorte de terras, sendo por este lado tão somente as varges que ficão mão esquerda		Principia da Praia Cuipiranga, onde finda do herdeiro do falecido Francisco da Costa Teixeira, corta abaixo até a boca do Rio Guajará entrando por este asima compreende todas as terras da mão direit athe as cabeceiras do rio Cuipiranga e do Igarapé [deteriorado] furo athe sair fora e do mesmo rio Cuipiranga, por ele asima athe encontrar aos marcos, ou divizas dos mesmos herdeiros de Fan ^{co} da Costa Teixeira.		1:000\$000
1 morada de casa térreas, número ? sitas na Trav. de Palácio com 2 sallas, 1 janela cada uma, corredor no meio, 2 alcovas, cozinha as paredes de madeira entijucada		Com 4 braças de frente e de fundo 31 braças		600\$000
Soma (mil-réis):		% em relação ao monte-mor bruto:		

<i>2. Produção Agrícola/Extrativista e Pastos</i>						
Localização				Área		Valor
3 canaviaes (“sem efeito por não existir”)						200\$000
Soma (mil-réis):				% em relação ao monte-mor bruto:		
3. Instrumentos de Trabalho						Valor
1 lambique de cobre com 9 arrobas						200\$000
1 taxa de Cobre com 2 arrobas de pezo						70\$000
Soma (mil-réis)				% em relação ao monte-mor bruto:		
4. Bens da Casa						Valor
2 caixos já uzados						20\$000
Soma (mil-réis):				% em relação ao monte-mor bruto:		
7. Escravos						
N.º	Nome	Naturalidade	Cor	Idade	Preço	Observação/Destino
1	Roza	Bengulla	Preta	60 a	50\$000	Duente de asma/falecido
2	Marçal		Molato	40 a	100\$000	Official de carpinteiro
3	Julião		Preto	21 a	350\$000	Official de carpinteiro
4	Raimundo		Cafuz	?	350\$000	Achacada de asma
5	Izabel		Mulata	28 a	200\$000	Falecido
6	Manoel		Criollo	19 a	300\$000	
7	Miguel	Benguella	Preto	26 a	300\$000	
8	Antonio	Robolo	Preto	25 a	300\$000	
9	Maria		Criolla	19 a	200\$000	
10	Gerturdes		Criolla	17 a	200\$000	
11	Bárbara		Criolla	15 a	200\$000	
12	Guilherme		Criollo	12 a	200\$000	Falecido
13	Raimunda		Mulatinha	4 a	150\$000	
14	Esculastica		Mulatinha	3 a	120\$000	Falecida
15	Victorino		Mulatinho	2 a	100\$000	Falecido
16	Maria Bella		Molata	3 a	80\$000	Filha de Izabel
Soma (mil-réis):				% em relação ao monte-mor bruto:		
8. Animais						
Tipo					Valor	Observações
2 cavallos (“sem efeito por não existir”)					8\$000	
Soma (mil-réis):				% em relação ao monte-mor bruto:		

OBSERVAÇÃO: A viúva é moradora no rio Itituba.

Foram notificados outros avaliadores: Pedro Antonio da Silva (mestre pedreiro). O escrivo mudou ao final do inventário, quem passou a assinar foi Norberto de Queiroz Bolonha.

7.2 CABEÇA DE FAMÍLIA COM MAIS DE UM DOMÍLIO

Freguesia	Freguesa	Freguesia de Origem	Possibilidade
SÉ	O senado da Câmara do Pará		*
SÉ	? Da Sé do Pará		com applicação actual no serviço da mesma Sé
CAMETÁ	A fazenda do seminário do Pará		anda arrendada por 90\$r' por anno
RIO GUAMÁ	A religião da Nossa Senhora das Mercês	da Cidade do Pará	
CAMETÁ	A religião de Nossa Senhora das Mercês		engenho, lavouras de cacaoes, e roças
ROSÁRIO EL REY	A Religião de Nossa Senhora das Mercês	Villa da Vigia	Mediana
MOJU	A religião de Nossa Senhora do Carmo	da cidade do Pará	*
MONSARÁS	A religião Nossa Sra. do Carmo	da Cidade do Pará	Mediana
SANTANA	A Relligião de Nossa Senhora das Mercês	da Cidade do Pará	Rico
SÉ	Acompanhia G ^a do Comercio		no trabalho da mesma Compania Geral
RIO ACARÁ	Affonço Caetano	da Cidade do Pará	Pobre
SOURE	Agda M ^a . do Espirito Santo	Rio Ararí	tem nesta freguezia hua fazenda de gado vaccum, vive em companhia de seu pay Luis Alz'
MOJU	Alexandre Jozé de Andrade	Santana	Mediana
RIO ACARÁ	Ambrozio Henriques	Santana	Rico
BRAGANÇA	Andre Corcino	Guamá	Rico
RIO GUAMÁ	Andre Corcino ?	Ourem	lavra farinhas
RIO CAPIM	Andre Miguel Ayre	Santana	Rico
MONSARÁS	Angela de Oliveira da França	Sé	Pobre
MONSARÁS	Angelico de Barros Gonçalves	Santana	Rico
BRAGANÇA	Antonio de Medeiros	Ourem	Mediana
SOURE	Antonio Fernandes de Carvalho	Sé	tem nesta freguezia hua fazenda de gado vaccum
MOJU	Antonio Furtado	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Antonio Jozé de Lima	da cidade do Pará	Mediana
RIO ACARÁ	Antonio Jozé de Lima	da Cidade do Pará	Mediana
MOJU	Antonio Roiz	Santana	Rico
MOJU	Antonio Roiz Guedes	da cidade do Pará	Rico
RIO GUAMÁ	Antonio Vieira Jardim	Villa de Ourem	lavra cacao, café, algodão e mandioca, he applicado
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Antonio Fernandes de Carvalho	Sé	Rico
MOJU	Bento Alves Silva	Sé	Rico

SÃO DOMINGOS	Bento de Figueiredo	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Bento Pires Machado	da cidade do Pará	Rico
RIO GUAMÁ	Bento Pires Machado	da Cidade do Pará	Rico
RIO GUAMÁ	Bento Pires Machado	da Cidade do Pará	applicado ao mesmo
MONSARÁS	Caetano Rufino Siatra	Sé	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Carlos Gemaque	Sé	Mediana
RIO ACARÁ	Carlos Ginaque	Sé	Mediana
MOJU	Catharina Ignacia do Sacramento	Santana	Pobre
MONSARÁS	Custódio Barboza Muniz		Rico
RIO ACARÁ	D. Angela de Oliveira Franca	Sé	Rico
SÃO DOMINGOS	D. Anna de Oliveira	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	D. Anna Maria Ferreira de Moraes	Sé	Mediana
ABAETÉ	D. Antonia Clara da Fonceca	Santana	Mediana
MOJU	D. Benta	Santana	Pobre
RIO ACARÁ	D. Catharina Ferreira	Sé	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	D. Cattarina Ferreira de Nazareth	Sé	Inteira
MOJU	D. Porcina Maria	Santana	Mediana
RIO ACARÁ	D. Tereza Ferreira	Sé	Mediana
RIO GUAMÁ	D. Tereza Ursula	Sé	
MOJU	D. Theodora	Sé	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	D. Angela Francisca de Goes	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	D. Anna Felicia de Queiros	Sé	Pobre
CACHOEIRA DO RIO ARARY	D. Antonia Clara da Fonseca	Santana	Rica
RIO ACARÁ	D. Francisca Xavier de Siqueira	Sé	Rico
SÃO CAETANO	Diogo Luiz Rebello	Santana	Rico
RIO BUJARU	Dionizio da Fonceca	Sé	Rico
RIO BUJARU	Dionizio da Fonceca	Sé	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Domingos da Costa Bacellar	Sé	Rico
MOJU	Domingos da Silva Pinheiro	Sé	Pobre
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Domingos Pereira de Moraes	Sé	Inteira
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Domingos Pereira Lima	Sé	Mediana
RIO ACARÁ	Elias Caetano	Santana	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Estevão Alves Rosa	Santana	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Felippe Correa	Igarape Miri	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Filipe Jacob Dalalha morador da cidade de Lisboa		Pobre
SÃO DOMINGOS	Florencio Mendes Cardozo	da cidade do Pará	Mediana
MOJU	Francisco Antonio	Santana	Rico
RIO ACARÁ	Francisco Antonio	Sé	Mediana

CACHOEIRA DO RIO ARARY	Francisco da Silva Telles	Abaitte	Rico
RIO ACARÁ	Francisco de Assupção		Pobre
RIO ACARÁ	Francisco Jozé	Sé	Pobre
RIO BUJARU	Francisco Pereira de Abreo	da Cidade do Pará	Rico
MOJU	Francisco Xavier Lopes	da cidade do Pará	Pobre
PENHA LONGA	Fructuozo da Costa	da cidade do Pará	pouco applicado a agricultura
SÃO DOMINGOS	Fructuozo da Costa	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Gaspar Ferr ^a de Araujo	Santana	Mediana
RIO CAPIM	Gonçallo Jozé da Costa	Sé	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Gonçalo Jozé	Rio Capim	Mediana
RIO BUJARU	Gregorio Esteves	São Domingos	Rico
SÃO DOMINGOS	Henrique João	Santana	Mediana
MOJU	Hilario de Moraes Bintancurt	Sé	Rico
RIO GUAMÁ	Ignacio Guerreiro	São Domingos	Rico
SOURE	Jeronimo Ribeiro Guimarães	Sé	tem nesta freguezia hua fazenda de gado vaccum
PENHA LONGA	João de Souza Azevedo	Santana	Rico
RIO ACARÁ	João Fernandes	da Cidade do Pará	Mediana
MOJU	João Ferreira Ribeiro	Sé	Rico
SÃO DOMINGOS	João Henriques	Sé	Rico
RIO GUAMÁ	João Manoel Roiz	Sé	Rico
MOJU	João Mendes de Aragão	da cidade do Pará	Mediana
MONSARÁS	João Pedro de Oliveira	Sé	Mediana
RIO ACARÁ	João Roiz de Castro	da Cidade do Pará	Mediana
IRITUYA	João Suares Vivos	da cidade do Pará	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Joaquim Antonio	Santana	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Angelo do Rego	Sé	He administrator de hua fazenda de Gado <i>Vacum</i> e cavallar que foi de seu pay Balthazar de Rego Barboza
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Antonio Salgado	Sé	Mediana
RIO ACARÁ	Jozé Athanazio	Sé	Pobre
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Bernardo da Costa e Asso	Santana	Pobre
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Correa de Lacerda	Chaves	Mediana
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Correa de Miranda	Sé	Mediana
RIO GUAMÁ	Jozé de Gouveia Silva	da Cidade do Pará	Mediana
SOURE	Jozé Francisco Gavinho	Monforo	hé tambem administrador desta fazenda do defunto capitam André Fernandes Gavinho
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Jozé Garcia Galvão	da cidade do Pará	Mediana
RIO ACARÁ	Jozé Pedro Corduvil	Sé	Mediana
MOJU	Jozé Peres da Silva	Sé	Rico

OURÉM	Lazaro Frz	Sé	lavra cacao, café, arroz e mandioca e he applicado
RIO ACARÁ	Lina Rita	da Cidade do Pará	Pobre
RIO GUAMÁ	Lourenço Furtado	Santana	lavra canas, cacao e café
MOJU	Lourenço Furtado de Vasconcellos	Santana	Mediana
SOURE	Luis Alves	Rio Ararî	tem nesta freguezia hua fazenda de gado vaccum
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Luis Caetano Azevedo	Abayte	Mediana
RIO GUAMÁ	Luis Francisco Barreto	Santana	lavra mandioca, e algodão
MONSARÁS	Manoel de Lalor	da Cidade do Pará	Pobre
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Manoel de Souza Machado	Sé	Pobre
RIO GUAMÁ	Manoel Domingos de Cor. Gr ^o	da Cidade do Pará	Rico
SÃO DOMINGOS	Manoel Domingues	da cidade do Pará	Rico
RIO BUJARU	Manoel Esteves da Costa	Sé	Mediana
MOJU	Manoel Joaquim Pereira	da cidade do Pará	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Manoel Joaquim Pereira de Souza Feyo	Sé	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Manoel Jozé Alves Bandeira	Santana	Rico
VIGIA	Manoel Jozé Alz Bandeira	Santana	Rico
RIO ACARÁ	Manoel Serrão de Castro	Sé	Rico
MOJU	Maximiano de Oliveira Pantoja	Sé	Pobre
MONSARÁS	Olabido da Sé do Pará	Sé	*
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Os religiosos de Nossa Senhora das Mercês	da cidade do Pará	*
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Os religiosos de Nossa Senhora das Mercês	da cidade do Pará	*
SOURE	Os religiosos de Nossa Senhora das Mercês	da Cidade do Pará	*
RIO ACARÁ	Pedro de Payva	da Cidade do Pará	Pobre
RIO ACARÁ	Pedro de Payva	da Cidade do Pará	Pobre
RIO ACARÁ	Pedro de Siqueira e Queiroz	da Cidade do Pará	Rico
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Pedro de Siqueira Gueiros	da cidade do Pará	Mediana
SOURE	Pedro Dias da Costa	Igarapé Miri	Pobre
RIO GUAMÁ	Pedro Ramos	Santana	Remediado
CACHOEIRA DO RIO ARARY	Raymundo de Souza	Sé	Rico
RIO GUAMÁ	Raymundo de Souza	Sé	lavra cacao e mandioca, he pouco aapplicado
RIO CAPIM	Raymundo de Souza	Sé	Rico
RIO ACARÁ	Silvestre Antonio Antunes	Sé	Mediana
IRITUYA	Ursula da Silva	Sé	Remediada
RIO ACARÁ	Verissimo Jozé de Souza	Santana	Mediana

7.3 OFÍCIOS DOS CABEÇAS DE FAMÍLIA DE POSSIBILIDADE POBRE

Ofício	N	%
Sapateiro	57	2.46
Mestre de Meninos	1	0.04
Administrador	1	0.04
Alcayde	2	0.09
Alfayate	38	1.64
Almoxarife do Hospital	1	0.04
Andador da Misericórdia	1	0.04
Barbeiro	8	0.34
Bordadora	1	0.04
Boticário	1	0.04
Cabeleireiro	5	0.22
Cabo de Canoa	5	0.22
Caixeiro da Companhia Geral	1	0.04
Calafate	5	0.22
Canoeiro	19	0.82
Carcereiro	2	0.09
Carpinteiro	133	5.73
Carpinteiro e Lavrador	3	0.13
Cirurgião	1	0.04
Destribuidor	1	0.04
Contínuo do Erário	1	0.04
Contratador dos Direitos Reaes	1	0.04
Corieiro	2	0.09
Cortidor	4	0.17
Costureira	26	1.12
Escrivão	9	0.39
Faz Taquaris	2	0.09
Ferreiro	28	1.21
Fiadeira	6	0.26
He Piloto	1	0.04
Lavandeira	1	0.04
Lavrador	736	31.71
Letrado	1	0.04
Maquinista	1	0.04
Marceneiro	8	0.34
Marinheiro	5	0.22
Meirinho	2	0.09
Mercador	1	0.04
Mestre de Engenho	1	0.04
Mestre de Meninos e Lavrador	1	0.04
Mestre de Obras de Carpinteiro	1	0.04

Não declarou	1054	45.41
Negociante	4	0.17
Ourives	9	0.39
Pedreiro	5	0.22
Pescador	17	0.73
Pintadeira de Cuias	2	0.09
Pintor	10	0.43
Porteiro	1	0.04
Procurador	3	0.13
Redeiro	10	0.43
Sacristão	4	0.17
Sangrador	1	0.04
Serralheiro	1	0.04
Seleiro	1	0.04
Serrador	6	0.26
Sineiro da Sé	1	0.04
Senhor de Fazenda de Gado	21	0.90
Senhor de Engenho	8	0.34
Taberneiro	11	0.47
Tanoeiro	2	0.09
Tecelão	21	0.90
Tesoureiro	1	0.04
Torneiro	2	0.09
Vaqueiro	1	0.04
Vidraceiro	1	0.04
Total	2321	100